



Universidade de Brasília  
Instituto de Letras  
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas  
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Gabriel Malheiros Teodoro

## **Preposições desacompanhadas no português do Brasil**

Brasília

2024

Gabriel Malheiros Teodoro

## **Preposições desacompanhadas no português do Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius da Silva Lunguinho (LIP/UnB)

Brasília  
2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M314p Malheiros Teodoro, Gabriel  
Preposições desacompanhadas no português do Brasil /  
Gabriel Malheiros Teodoro; orientador Marcus Vinicius da  
Silva Lunguinho. -- Brasília, 2024.  
186 p.

Dissertação(Mestrado em Linguística) -- Universidade de  
Brasília, 2024.

1. Preposition stranding. 2. Preposition orphaning. 3.  
Preposições. I. da Silva Lunguinho, Marcus Vinicius, orient.  
II. Título.

Gabriel Malheiros Teodoro

## **PREPOSIÇÕES DESACOMPANHADAS NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

**Área de Concentração:** Teoria e Análise Linguística

**Orientador:** Prof. Dr. Marcus Vinicius da Silva Lunguinho

### BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Marcus Vinicius da Silva Lunguinho - Universidade de Brasília  
Presidente

---

Prof. Dr. Gesoel Ernesto Ribeiro Mendes Junior - University of Pennsylvania  
Membro Externo

---

Prof. Dr. Paulo Medeiros Junior - Universidade de Brasília  
Membro Interno

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena da Silva Guerra Vicente - Universidade de Brasília  
Suplente

Brasília

2024

*“Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei.”*

**Mateus 11:28**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, assim como fiz no meu trabalho de conclusão de curso, pelo Seu sacrifício na cruz, o qual me concede a oportunidade do perdão e do recomeço todas as manhãs. Nos momentos mais difíceis até aqui, a Sua paciência e Seu amor me deram forças para continuar. Sem Ele, nada seria possível.

Agradeço ao meu professor e orientador, Prof. Dr. Marcus Vinicius da Silva Lunguinho, por tudo. Agradeço por toda a ajuda que me deu durante os vários anos de graduação e de pós-graduação. Agradeço pelas inúmeras conversas, pelos conselhos que me deu, pelas vezes que me ouviu. Agradeço por toda sua dedicação e atenção. Agradeço por ter feito eu amar cada vez mais o estudo da linguagem, desde as primeiras aulas de sintaxe histórica do português. Obrigado, Prof. Marcus, pela paciência comigo e por ter acreditado em mim.

Agradeço aos meus pais, Marcício e Josenaide, à minha irmã, Camila, e à minha tia Marinalva pelo apoio incondicional durante todos os meus anos de estudo. Muito obrigado pelo amor e encorajamento. Sem vocês, eu não teria alcançado nenhum dos objetivos que alcancei até hoje.

Agradeço ao Prof. Dr. Paulo Medeiros pela leitura do meu trabalho de qualificação e pelas observações e contribuições feitas, as quais me ajudaram a aprimorar minha dissertação.

Agradeço à Prof.<sup>a</sup> Dra.<sup>a</sup> Helena Guerra pelas ótimas aulas sobre fases durante a pós-graduação.

Agradeço, ainda, aos professores Gesoel Mendes, Renato Lacerda e Cilene Rodrigues por terem separado uma parte de seu tempo para discutir minha pesquisa comigo e pelas sugestões dadas.

Agradeço aos professores e amigos, dentro e fora da universidade, que me ajudaram na jornada acadêmica.

Agradeço, por fim, aos membros da banca de defesa da minha dissertação pela atenção dedicada e pelas valiosas contribuições que enriqueceram meu trabalho.

## RESUMO

Nesta dissertação, investigamos os casos de preposições desacompanhadas no português do Brasil, os quais se assemelham, superficialmente, ao *preposition stranding*. Desde van Riemsdijk (1978), o *preposition stranding*, fenômeno no qual uma preposição é separada de seu complemento via movimento-A ou movimento-A', tem sido cuidadosamente estudado dentro da tradição gerativa, sendo amplamente atestado apenas em algumas línguas germânicas, como o inglês e as línguas escandinavas. Apesar de algumas poucas exceções em variedades do francês norte-americano (Roberge & Rosen, 1999), o *preposition stranding* não é encontrado no ramo das línguas românicas. No português do Brasil, no entanto, algumas preposições — a saber, *sem*, *contra* e *sobre* — têm sido cada vez mais usadas sem um complemento manifesto e imediatamente adjacente, tanto em orações relativas, como *O candidato que João votou contra*, quanto em orações absolutas ou coordenadas, com um tópico interno à sentença ou recuperável no discurso — como, por exemplo, *Não vejo ninguém comentando sobre*. Ao analisar esses tipos de construções, argumentamos contra a hipótese de que as preposições do português brasileiro podem sofrer *stranding*. Com base em Kato & Nunes (2009) e Salles (1997, 2001), propomos que os supostos casos de *preposition stranding* no português do Brasil se distinguem daqueles geralmente encontrados no inglês na medida em que não são derivados por movimento-Wh, mas sim por meio da inserção de um pronome nulo (*pro*) gerado na base e correferente a um tópico ou expressão-Wh deslocada à esquerda. Defendemos, ainda, que o que está em curso no português é muito similar ao *preposition orphaning*, fenômeno comum no francês, e que características como conteúdo semântico e estágio de gramaticalização determinam quais preposições do português podem licenciar um complemento nulo. Além disso, assumimos, com base na hipótese [P+D], de Salles (1997, 2001), que as preposições do português são dotadas de um conjunto de traços- $\phi$  e realizam *Agree* com o pronome ou determinante que elas selecionam. Por fim, argumentamos que as preposições funcionais, por constituírem um núcleo funcional *p*, se contraem com o determinante e formam com ele um núcleo complexo, sendo então realizadas fonologicamente com o determinante ou apagadas com ele. Por sua vez, as preposições lexicais, entre as quais se incluem *sem*, *contra* e *sobre*, por consistirem em um núcleo lexical P, não se unem ao determinante e, por isso, podem ser pronunciadas mesmo que o determinante seja nulo.

**Palavras-chave:** Preposições desacompanhadas; Preposition stranding; Preposition orphaning; Português; Preposição lexical; Preposição funcional; Pronome resumptivo; Pronome nulo.

## ABSTRACT

In this thesis, we investigate the cases of unaccompanied prepositions in Brazilian Portuguese, which, on the surface, resemble preposition stranding. Since van Riemsdijk (1978), preposition stranding, a phenomenon in which a preposition is stranded from its complement by either A-movement or A'-movement, has been closely studied within Generative linguistics, despite being widely attested in only a few Germanic Languages, such as English and the Scandinavian languages. Notwithstanding a few exceptions in some varieties of North American French (Roberge & Rosen, 1999), preposition stranding is disallowed across the Romance language branch. In Brazilian Portuguese, however, a few prepositions — namely *sem*, *contra* e *sobre* — have increasingly been used without an immediately adjacent overt complement, in both relative clauses, like *O candidato que João votou contra*, and independent clauses with either an intra-sentential or discourse-recoverable topic, such as *Não vejo ninguém comentando sobre*. In analyzing these types of constructions, we argue against the hypothesis that Brazilian Portuguese prepositions can be stranded. By building on Kato (2010) and Salles (1997, 2001), we propose that the supposed cases of preposition stranding in Brazilian Portuguese differ from those typically found in English in that they are not derived by Wh-movement, but rather involve a base-generated null pronoun (*pro*) that is co-referential to a Left-Dislocated topic or Wh-expression. We further maintain that what is occurring in Brazilian Portuguese is very similar to preposition orphaning — which is common in French — and that characteristics like semantic content and stage of grammaticalization determine which prepositions can license a null complement. Additionally, we assume, based on Salles's (1997, 2001) [P+D] hypothesis, that prepositions in Brazilian Portuguese contain a set of  $\phi$ -features and that they undergo Agree with the pronoun or determiner they select. Finally, given that functional prepositions consist in a functional head *p*, we argue that determiners incorporate into them, the two of which form a complex head, with the preposition and the determiner either being spelled out together or being omitted together. On the other hand, lexical prepositions, including *sem*, *contra* and *sobre*, comprise a lexical head P, which does not undergo incorporation with the determiner and thus can be spelled out even if the determiner is null.

**Keywords:** Unaccompanied prepositions; Stranded prepositions; Preposition stranding; Preposition orphaning; Portuguese; Lexical preposition; Functional preposition; Resumptive pronoun; Null pronoun.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	<b>15</b>
<b>Referencial Teórico: Teoria da Gramática Gerativa</b>	<b>15</b>
1.1 Introdução	15
1.2 A Faculdade da Linguagem	15
1.3 Teoria dos Princípios e Parâmetros	17
1.4 Programa Minimalista	22
<b>CAPÍTULO 2</b>	<b>37</b>
<b>A natureza categorial das preposições</b>	<b>37</b>
2.1 Introdução	37
2.2. As quatro grandes categorias sintáticas	37
2.3 Categorias funcionais e categorias lexicais	41
2.4 A natureza ambígua das preposições	50
2.4.1 Van Riemsdijk e a projeção p-leve	50
2.4.2 Preposições como uma projeção estendida	56
2.4.3 Preposições semilexicais	58
2.5 Conclusões parciais	80
<b>CAPÍTULO 3</b>	<b>83</b>
<b>Preposition Stranding</b>	<b>83</b>
3.1 Introdução	83
3.2 Van Riemsdijk (1978)	87
3.3 Hipótese da reanálise	91
3.3.1 Hornstein & Weinberg (1981)	91

3.3.2 Kayne (1984)	93
3.3.3 Problemas para a hipótese da reanálise	96
3.5 Hipótese da Incorporação	101
3.5.1 Salles (1997, 2001)	101
3.5.2 Law (1998, 2006, 2017)	105
3.5.3 Comentários acerca da hipótese de incorporação	107
3.6 A hipótese da fase	110
3.7 Preposition Orphaning	113
3.8 Conclusões parciais	120
<b>CAPÍTULO 4</b>	<b>122</b>
<b>Preposições desacompanhadas no português do Brasil</b>	<b>122</b>
4.1 Introdução	122
4.2 Descrição dos dados	124
4.3 Preposições lexicais e preposições funcionais	131
4.4 Orações relativas	134
4.5 Pronomes resumptivos nulos	137
4.6 P-stranding ou P-orphaning?	146
4.7 Preposições desacompanhadas no português do Brasil: análises possíveis	154
4.7.1 Preposições marcadoras de Caso inerente	154
4.7.2 Preposições como fases	161
4.7.3 Hipótese [P+D]	165
4.8 Conclusões parciais	173
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>175</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>180</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo principal desta dissertação é investigar o fenômeno das preposições desacompanhadas no português brasileiro, o qual se tem mostrado cada vez mais frequente na linguagem coloquial, sobretudo com as preposições *sem*, *contra* e *sobre*. Esse fenômeno, que tem sido observado em diferentes construções sintáticas, incluindo-se orações relativas, se assemelha ao *preposition stranding*, ao menos superficialmente. Por isso, esta dissertação tem como objetivos secundários identificar os contextos e as estruturas sintáticas em que as preposições *sem*, *contra* e *sobre* ocorrem desacompanhadas no português do Brasil e comparar tais estruturas a construções de *preposition stranding*. Para isso, procuraremos responder às seguintes perguntas:

- (i) Quais tipos de preposições do português do Brasil podem aparecer desacompanhadas?
- (ii) As estruturas com preposições desacompanhadas no português do Brasil são casos de *preposition stranding*?
- (iii) Caso a resposta à pergunta 2 seja negativa, qual fenômeno subjaz as referidas estruturas?

A fim de responder essas questões, ao longo desta dissertação, estabeleceremos uma comparação entre os casos do português que constituem nosso objeto de estudo e as propriedades inerentes a estruturas prototípicas de *preposition stranding* (doravante *P-stranding*). Esse fenômeno, traduzido, por vezes, como “encalhamento de preposições”, é uma bastante comum no inglês e nas línguas escandinavas, em detrimento do chamado *pied-piping*. Ao contrário do que ocorre neste último, em construções com *P-stranding*, o complemento de uma preposição é extraído por movimento-A ou movimento-A', isolando-se preposição. As sentenças em (1), (2) e (3) ilustram a diferença entre *pied-piping* e *P-stranding* — (1a), (2a) e (3a) são exemplos do primeiro, e (1b), (2b) e (3b), do segundo:

- (1) a. *About* what are you thinking?  
b. What are you thinking *about*?  
'No que você está pensando?'

- (2) a. *To* whom were you talking?  
 b. Who were you talking *to*?  
 'Com quem você estava falando?'
- (3) a. Math is the subject *with* which I struggle the most.  
 b. Math is the subject that I struggle the most *with*.  
 'Matemática é a matéria com a qual eu tenho mais dificuldade.'

Embora muito frequente na língua inglesa, o *P-stranding* é, de acordo com van Riemsdijk (1978), tipologicamente raro. Curiosamente, o  *pied-piping*, que, segundo Kenedy (2007), é uma construção antinatural nas orações relativas e mais custosa em termos derivacionais, é encontrado em um número maior de línguas<sup>1</sup>. O português, assim como outras línguas românicas, não admite *P-stranding*. No entanto, algumas estruturas com as preposições *sem*, *contra* e *sobre* parecem contradizer a ideia de que não existe *P-stranding* no português do Brasil, especialmente se levarmos em conta que a língua portuguesa tem sido cada vez mais influenciada pelo inglês. Além disso, considerando-se que essas estruturas são usadas sobretudo por pessoas mais jovens, seria plausível assumir que se trata de um caso de contato linguístico. Algumas das construções mencionadas estão exemplificadas em (4), (5) e (6) a seguir.

- (4) a. Que louco, a vida me tirou pessoas que eu achava que nunca viveria *sem*.  
 b. Voltei pra terapia hoje depois de um mês *sem* e a minha terapeuta literalmente bateu palmas pra minha evolução.
- (5) a. Um pânico muito real que a gente fala pouco *sobre* é o de sentar no vaso em um banheiro que a luz liga por sensor de movimento e ela apagar (...)  
 b. Assuntos que se eu já falei com você *sobre*, é porque você é além de especial: 1. porque eu amo tanto a chuva (...)

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que o  *pied-piping* tem sido cada vez menos usado em português, e outras alternativas a ele têm surgido, como as relativas cortadoras e resumptivas. Esse fato parece apontar para a antinaturalidade dessa estrutura em orações relativas, como defende Kenedy (2007).

- (6) a. Tanta gente observando nossa vida, conspirando *contra* e esperando só um deslize pra comemorar nossa queda.
- b. (Ele está) se vangloriando se um projeto que ele fez campanha *contra* na época.

Não obstante o caráter intuitivo dessa hipótese, defenderemos, neste trabalho, que sentenças como as mostradas acima não são derivadas por *P-stranding*. Nós argumentaremos que, com exceção de interrogativas não *D-linked* em que as preposições *sem* e *contra* são isoladas, não há *P-stranding* no português do Brasil. Nós adotaremos a hipótese de que as preposições desacompanhadas<sup>2</sup> no PB são na verdade seguidas por um pronome resumptivo nulo gerado na base, tal qual ocorre com algumas preposições do francês, no chamado *preposition orphaning*. Diferentemente do *P-stranding*, no *preposition orphaning*, não há movimento de constituinte para fora do PP. Assim, as preposições apenas aparentam ter sido “isoladas”, quando, na verdade, elas selecionam e c-comandam um argumento nulo. Assumiremos essa posição porque, embora superficialmente similares, os casos de preposições desacompanhadas em português são substancialmente distintos daqueles em línguas de *P-stranding* prototípicas, como o inglês e as línguas escandinavas. Por outro lado, as preposições do português que ocorrem sem um complemento aparente se assemelham às preposições órfãs do francês, inclusive quanto ao fato de que somente preposições lexicais podem ser “isoladas” nessas duas línguas românicas.

Com base sobretudo nos trabalhos de Kato & Nunes (2009) e Salles (1997, 2001), nós então proporemos a hipótese de que algumas preposições do português, desde que lexicais, podem ocorrer desacompanhadas devido a algumas características próprias da língua, tais como a derivação das orações relativas por deslocamento à esquerda, a existência de pronomes resumptivos nulos e, principalmente, a presença de traços- $\phi$  nas preposições, que se contraem com pronomes ou determinantes em geral.

A partir da hipótese [P+D] de Salles (1997, 2001), argumentaremos que as preposições no português do Brasil contêm traços- $\phi$  e concordam (*Agree*) com o determinante que selecionam. Defenderemos, contudo, que, embora todas as preposições apresentem um conjunto de traços- $\phi$ , somente as preposições funcionais — as quais consistem em um núcleo funcional *p*

---

<sup>2</sup> Nesta dissertação, ao nos referirmos às preposições do português do Brasil que ocorrem sem complemento expresso, usaremos a expressão “preposições desacompanhadas”, a fim de evitar confusão com o *P-stranding* e com as preposições órfãs do francês (*preposition orphaning*).

— sofrem incorporação (Baker, 2003) com o determinante e formam com este um núcleo sintático complexo. Por outro lado, as preposições lexicais (como *sem*, *contra* e *sobre*) — as quais, segundo nossa hipótese, constituem um núcleo lexical P sob o domínio de um núcleo funcional *p* —, conquanto possuam traços- $\phi$ , não se unem com o determinante devido a sua natureza e a razões estruturais, podendo ser pronunciadas independentemente.

Ressalta-se que, embora baseado em dados empíricos, muitos dos quais serão apresentados e estão disponíveis para pesquisas futuras — o que sujeita nossa análise à falseabilidade —, este trabalho está ancorado sobretudo no método hipotético-dedutivo, o qual norteia a linguística gerativa. Segundo Lobato (1986), nesse método, formula-se primeiro uma hipótese ou generalização acerca do objeto de estudo; a partir disso, “procura-se tirar conclusões por meio de deduções lógicas”; por fim, “comparam-se essas consequências entre si e com o que é observado, a fim de se verificar a adequação da hipótese proposta” (Lobato, 1986, p. 79). Dessa maneira, apresentamos a seguir nossas duas hipóteses principais:

- (7) Hipótese I: As preposições que ocorrem desacompanhadas no português do Brasil não constituem casos de *preposition stranding*.
- (8) Hipótese II: Tal como no francês, somente preposições lexicais ou semanticamente ricas ocorrem desacompanhadas no português do Brasil.

Esta dissertação é dividida em quatro capítulos. No capítulo 1, introduziremos o referencial teórico que norteia o nosso estudo, qual seja a Teoria da Gramática Gerativa. No capítulo 2, discutiremos a natureza categorial das preposições, apresentando alguns estudos dedicados a determinar se esses itens formam uma categoria lexical, funcional ou semilexical. No capítulo 3, descrevemos as principais abordagens acerca do *P-stranding* em diferentes línguas. Por fim, no capítulo 4 analisaremos o fenômeno das preposições desacompanhadas no português do Brasil. Nesse capítulo, discutiremos a derivação das orações relativas, algumas propriedades dos pronomes resumptivos do português e, principalmente, três hipóteses que tentam explicar por que algumas preposições do português podem ocorrer sem um complemento adjacente manifesto.

# CAPÍTULO 1

## Referencial Teórico: Teoria da Gramática Gerativa

### 1.1 Introdução

Esta dissertação é fundamentada no quadro da Gramática Gerativa, especificamente na Teoria dos Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981; 1986a) e nos avanços conceituais gerais alcançados desde o início do Programa Minimalista (Chomsky, 1993, 1995 e trabalhos posteriores). Neste capítulo, apresentaremos uma visão geral de alguns dos postulados fundamentais que compõem o aparato teórico no qual se baseia a maior parte da literatura gerativa atual.

### 1.2 A Faculdade da Linguagem

Uma premissa essencial dentro da abordagem gerativa do estudo da linguagem é a de que todo ser humano é dotado de uma estrutura mental inata que o capacita a adquirir e desenvolver qualquer linguagem natural. Esse dispositivo mental, chamado Faculdade de Linguagem, é um componente modular do cérebro humano envolvido exclusivamente na aquisição e no processamento da linguagem. É *modular*<sup>3</sup> na medida em que o cérebro humano se organiza em diferentes áreas responsáveis por diferentes funções cognitivas, sendo uma delas um órgão mental específico da linguagem.

Embora a hipótese do inatismo não tenha sido estritamente uma inovação de Chomsky, visto que ele extraiu muito de seus primeiros trabalhos do que ele denomina Linguística Cartesiana<sup>4</sup> (Chomsky, 1966), suas contribuições transformaram o campo da linguística na

---

<sup>3</sup> A noção de modularidade associada à gramática mental era tradicionalmente entendida em termos de uma interação de subteorias parcialmente independentes (Chomsky, 1981), como a Teoria  $\theta$ , a Teoria do Caso e a Teoria da Regência e Ligação; mas essa ideia foi reformulada dentro do Programa Minimalista.

<sup>4</sup> O termo “linguística cartesiana” é usado por Chomsky para caracterizar a tradição racionalista do pensamento filosófico e da investigação linguística que emergiu da gramática de Port-Royal, no século XVII, e se desenvolveu durante o século XVIII.

medida em que constituíam uma reação às idéias, então dominantes, do behaviorismo e do estruturalismo.

Como uma resposta ao Problema de Platão, Chomsky postulou a existência de um sistema biológico dedicado exclusivamente ao desenvolvimento da linguagem. O problema de Platão, também conhecido como Problema da Pobreza de Estímulo, se refere à dificuldade de “dar conta da riqueza, complexidade e especificidade do conhecimento, dadas as limitações dos dados disponíveis”. (Chomsky, 1986a, p.7, *tradução nossa*)<sup>5</sup>. Quando considerado especificamente à luz do conhecimento linguístico, o Problema da Pobreza de Estímulo destaca a dificuldade de elaborar uma teoria da linguagem que possa explicar o fato de que crianças de todo o mundo dominam a gramática de qualquer língua natural em um período de tempo tão curto e a partir de um corpus de dados tão limitado.

Lust (2006, p. 117, *tradução nossa*) afirma que “aos três anos, as crianças normais parecem completar os fundamentos da aquisição da linguagem”<sup>6</sup> 7. Segundo ela, com apenas dois anos de idade, as crianças começam a criar frases de duas palavras, mas seu vocabulário ainda é muito limitado, com cerca de cinquenta palavras. Surpreendentemente, quando as crianças completam três anos de idade, elas já apresentam um vocabulário de cerca de mil palavras, com expressões que exibem uma complexidade gramatical similar à do vocabulário de um falante adulto.

No entanto, ainda mais impressionante é o fato de que, desde os primeiros estágios do desenvolvimento linguístico, as crianças mostram um conhecimento tácito de deslocamento/movimento (*displacement*, em inglês) e recursividade, duas propriedades básicas da linguagem humana. O deslocamento é a característica da linguagem que permite que as unidades sintáticas chamadas *constituíntes* sejam deslocadas em uma frase e, assim, pronunciadas em uma posição diferente daquela em que são semântica e logicamente interpretadas. Recursividade é a propriedade de aplicar iterativamente um conjunto de regras ao *output* gerado pela aplicação

---

<sup>5</sup> No original: (...) the problem of poverty of stimulus, of accounting for the richness, complexity and specificity of shared knowledge, given the limitations of the data available.

<sup>6</sup> No original: by three years normal children appear to complete the foundations of language acquisition.

<sup>7</sup> Observe que o adjetivo “normal” é usado pela autora apenas para descrever crianças que não apresentam nenhum distúrbio de linguagem.

dessas mesmas regras. Em outras palavras, a linguagem é potencialmente infinita, sendo restringida por noções físicas como o tempo e as limitações da mente e do corpo humano, ou seja, capacidade de memória, restrições fonotáticas, finitude da vida etc. Como Lasnik coloca:

A capacidade de produzir e compreender novas sentenças está intuitivamente relacionada à noção de infinidade. A infinidade é uma das propriedades mais fundamentais das línguas humanas, talvez a mais fundamental. As pessoas debatem quais são as verdadeiras propriedades universais da linguagem, mas, indiscutivelmente, a infinidade é central (Lasnik, 2000, p. 3, tradução nossa<sup>8</sup>).

Portanto, a linguagem tal como descrita acima é exclusiva aos seres humanos. Nenhum outro ser vivo jamais demonstrou possuir um sistema de comunicação que seja remotamente tão complexo. Além da recursividade, outras propriedades que parecem distinguir a linguagem humana da comunicação animal são a discrição (*discreteness*, em inglês) – a linguagem é composta de diferentes unidades significativas – e a produtividade – que está relacionada à recursividade e à produção criativa de enunciados. Embora tenha sido sugerido que certos primatas e cetáceos exibam padrões de comunicação baseados, pelo menos até certo ponto, nas propriedades mencionadas acima, essas propriedades ainda são consideradas exclusivas à linguagem humana (Pinker, 1994; Chomsky & Fitch, 2005).

### **1.3 Teoria dos Princípios e Parâmetros**

Um conceito intimamente ligado à noção de Faculdade de Linguagem é o de Gramática Universal (doravante GU). Embora essa ideia tenha sido proposta por Chomsky nos primórdios da linguística gerativa (Chomsky, 1965, 1966), especialmente em termos da hipótese do inatismo

---

<sup>8</sup> No original: (...) the ability to produce and understand new sentences is intuitively related to the notion of infinity. Infinity is one of the most fundamental properties of human languages, maybe the most fundamental one. People debate what the true universals of language are, but indisputably, infinity is central.

e da dicotomia entre competência e desempenho<sup>9</sup><sup>10</sup>, foi somente na década de 1980 que a GU recebeu uma definição teórica e foi tomada como objeto de estudo de uma teoria formal. De acordo com Chomsky (1981, p.7, tradução nossa), “em uma visão altamente idealizada da aquisição da linguagem, a GU é considerada uma caracterização do estado inicial e pré-linguístico das crianças”<sup>11</sup>. Além disso, Chomsky argumenta:

A teoria da Gramática Universal (GU) deve atender a duas condições óbvias. Por um lado, ela deve ser compatível com a diversidade das gramáticas existentes (de fato, possíveis). Ao mesmo tempo, a GU deve ser suficientemente restritiva nas opções que permite, de modo a explicar o fato de que cada uma dessas gramáticas se desenvolve na mente com base em evidências bastante limitadas. (...) O que esperamos encontrar, então, é uma teoria altamente estruturada da GU, baseada em uma série de princípios fundamentais que restringem consideravelmente a classe de gramáticas alcançáveis e limitam sua forma, mas com parâmetros que precisam ser determinados pela experiência (Chomsky, 1981, p. 3-4, tradução nossa<sup>12</sup>).

Considerando-se as definições acima, a GU corresponde, então, a uma caracterização do estado inicial da Faculdade de Linguagem. Em outras palavras, a GU é um aparato genético integrado ao cérebro humano na forma de princípios que governam toda a estrutura linguística. Essa natureza biológica da GU fornece uma explicação teórica do caráter universal da linguagem, defendido dentro da tradição gerativa.

---

<sup>9</sup> Chomsky faz uma distinção entre desempenho e competência. Para ele, a competência é o conhecimento que o falante-ouvinte tem de sua língua, enquanto o desempenho é o uso real da língua em situações concretas (Chomsky, 1965, p.4). Consequentemente, a maioria dos erros (erros de produções, erros de pronúncia, etc.) que um falante de qualquer língua comete são erros de desempenho e estão relacionados a fatores externos à língua, como cansaço, pressa, distrações etc. Observa-se que, embora o conceito chomskyano de desempenho seja muito semelhante à *parole* de Saussure, no sentido de que ambas são manifestações individuais e concretas de um sistema abstrato de regras, a ideia de competência de Chomsky não corresponde diretamente à noção de *langue* de Saussure. Enquanto o último é uma construção social compartilhada por falantes da mesma língua, o primeiro é o conhecimento tácito de um indivíduo sobre a gramática de sua língua.

<sup>10</sup> Desempenho e competência foram substituídos em trabalhos posteriores pelos conceitos de língua interna e língua externa, mais comumente referidas como Língua-I e Língua-E, respectivamente (Chomsky, 1986a).

<sup>11</sup> No original: (...) in a highly idealized picture of language acquisition, UG is taken to be a characterization of children's pre-linguistic initial state.

<sup>12</sup> No original: the theory of UG must meet two obvious conditions. On the one hand, it must be compatible with the diversity of existing (indeed, possible) grammars. At the same time, UG must be sufficiently constrained and restrictive in the options it permits so as to account for the fact that each of these grammars develops in the mind on the basis of quite limited evidence. (...) What we expect to find, then, is a highly structured theory of UG based on a number of fundamental principles that sharply restrict the class of attainable grammars and narrowly constrain their form, but with parameters that have to be fixed by experience

A suposição de que a GU compreende um conjunto finito de princípios norteadores limita as possíveis gramáticas naturais que podem ser geradas. Tal limitação, por sua vez, satisfaz o requisito de que uma teoria da linguagem seja tão restrita que exclua quaisquer estruturas sintáticas que não sejam encontradas em línguas naturais. Essa é uma consequência oportuna, uma vez que qualquer teoria da linguagem que se comprometa a identificar uma gramática universal a partir de generalizações das gramáticas de línguas particulares deve fazer uso de dispositivos e operações que possam ser aplicados para gerar línguas humanas, excluindo-se quaisquer outros sistemas de comunicação.

No entanto, tal caracterização da GU em termos de princípios não é suficiente para dar conta do alto grau de variação entre as línguas do mundo. Se toda a estrutura linguística decorre do mesmo conjunto de princípios, como é possível que as línguas apresentem tamanha diversidade? A fim de resolver essa aparente contradição, Chomsky (1981, 1986a) sustenta que a GU consiste não apenas em um conjunto de princípios, mas também em um conjunto de parâmetros binários. Assim, de acordo com a Teoria de Princípios e Parâmetros da GU, toda criança nasce com uma arquitetura mental dotada de princípios universais, isto é, comuns a todas as línguas humanas, e de um conjunto de parâmetros, responsáveis pela variação linguística. Ao contrário dos princípios, unários por natureza, os parâmetros não apresentam um valor pré-definido, mas são determinados a partir dos dados linguísticos aos quais a criança é exposta nos primeiros anos de vida. Uma analogia bastante famosa citada por Chomsky é a metáfora da caixa de interruptores (*switch-box metaphor*):

O estado inicial da Faculdade da Linguagem consiste em uma coleção de subsistemas, ou módulos, como são chamados, cada um dos quais se baseia em certos princípios muito genéricos. Cada um desses princípios admite uma possibilidade de variação muito limitada. Podemos pensar no sistema como uma rede complexa, associada a uma caixa de interruptores que contém um número finito de chaves. A rede é invariável, mas cada chave pode estar em uma de duas posições: ligada ou desligada. A menos que os interruptores sejam acionados, nada acontece. Mas quando os interruptores são acionados de uma das maneiras permissíveis, o sistema funciona, gerando toda a infinidade de interpretações para expressões linguísticas. Uma leve mudança nas configurações dos interruptores pode resultar em variadas consequências fenomenais complexas, à medida que seus efeitos se propagam pela rede... Para adquirir uma língua, a

mente das crianças deve determinar como os interruptores são definidos (Chomsky, 1988, p. 68 *apud* Lust, 2006, p. 56, tradução nossa<sup>13</sup>).

Alguns exemplos de princípios das línguas naturais são o Princípio da Localidade (*Locality Principle*) e o Princípio da Endocentricidade (*Headedness Principle*). De acordo com Radford (2009, p. 31, *tradução nossa*), o Princípio da Localidade estipula que “toda operação gramatical é local no sentido de que ela afeta o constituinte mais próximo do respectivo tipo”<sup>14</sup>. A título de ilustração, Radford compara perguntas-eco e perguntas com movimento da palavra-Wh, exemplificadas, respectivamente, em (1b) e (2) a seguir.

- (1) a. Speaker A: He said someone would do something.  
b. Speaker B: He said who would do what?

- (2) *Who* had he said would do *what*? (Radford, 2009, p. 20)

Ao contrário de (1b), em que ambas palavras-Wh, *who* e *what*, permanecem *in situ*, em (2), *who* se move para Spec-CP, acima do verbo auxiliar *had*, também movido. O ponto crucial desses exemplos é que, comparando-se (1b) com (2), percebe-se que o constituinte-Wh alçado

---

<sup>13</sup> No original: The initial state of the language faculty consists of a collection of subsystems, or modules as they are called, each of which is based on certain very general principles. Each of these principles admits of a certain very limited possibility of variation. We may think of the system as a complex network, associated with a switch box that contains a finite number of switches. The network is invariant, but each switch can be in one of two positions, on or off. Unless the switches are set, nothing happens. But when the switches are set in one of the permissible ways, the system functions, yielding the entire infinite array of interpretation for linguistic expressions. A slight change in switch settings can yield complex and varied phenomenal consequences as its effects filter through the network... To acquire a language, children's mind must determine how the switches are set.

<sup>14</sup> No original: Every grammatical operation is local in the sense that it affects the closest constituent of the relevant type.

foi *who*, e não *what*. Tal fato decorre do Princípio da Localidade<sup>15 16</sup>. Uma vez que *who* e *what* são do mesmo tipo, isto é, palavras-Wh, e *who* está mais próximo de Spec-CP, é ele que é alçado. Fosse *what* movido em vez de *who*, o resultado seria agramatical:

(3) \**What* had he said *who* would do?

O outro princípio aqui mencionado, o Princípio da Endocentricidade, prevê que todo sintagma tem um núcleo, isto é, em uma estrutura sintática, todo nóculo não terminal é uma projeção de um núcleo, que define suas propriedades e traços categoriais. Assim, o fato de que todo VP, por exemplo, deriva de um núcleo V – que, na terminologia mais recente, se une a seu complemento por meio de uma operação chamada Merge Externo – não muda entre as línguas. O que varia é a posição desse núcleo em relação a seu complemento, a qual é definida por meio da fixação do chamado Parâmetro da Direcionalidade do Núcleo (*Head-Directionality Parameter*). Tomando-se a relação verbo-complemento como exemplo, existem duas possibilidades de fixação desse parâmetro, quais sejam núcleo inicial e núcleo final. Em línguas como o português e o inglês, línguas de núcleo inicial, o verbo naturalmente precede o seu objeto. Em línguas como o japonês, por outro lado, atesta-se o padrão contrário, pois o japonês é uma língua de núcleo final. Os enunciados abaixo exemplificam essa distinção (os verbos estão em itálico):

(4) João [*viu* um cachorro].

---

<sup>15</sup> Esse princípio se relaciona a uma condição essencial dentro da Teoria da Regência e Ligação, a Condição da Minimalidade Relativizada (*Relativized Minimality*), definida em Rizzi (2001, p. 90, tradução nossa) como:

Y está em uma Configuração Mínima (CM) com X se e somente se não existe Z tal que

- (i) Z é do mesmo tipo estrutural que X e
- (ii) Z intervém entre X e Y.

Em outras palavras, Y e X só podem constituir uma relação se não há um elemento Z entre X e Y que é do mesmo tipo que X.

<sup>16</sup> Dentro do Programa Minimalista, o Princípio da Localidade é reformulado em termos da valoração de traços e da relação entre uma sonda e um alvo, o que culmina no Condição da Sonda (*Probe Condition*), a qual Radford (2009, p. 313, tradução nossa) define como: “Um núcleo só procura até onde for necessário por um alvo que possa valorar quaisquer traços não valorados (e deletar quaisquer traços não interpretáveis) na sonda.” [No original: *A head probes only as far as is needed in order to find a goal which can value any unvalued features (and delete any uninterpretable features) on the probe.*]

(5) Taro ga [ inu o mita].

Taro NOM cachorro ACC viu

'Taro viu um cachorro.'

(Payne, 2006, p. 194)

O japonês é uma língua extremamente uniforme em relação à fixação do Parâmetro da Direcionalidade do Núcleo, pois, nela, o complemento tende a preceder o núcleo em diferentes sintagmas. O núcleo aparece após o complemento não só em sintagmas verbais, mas também em PPs, NPs e DPs, como ilustrado em (6),

(6) Taro ga [mado kara] inu o mita.

Taro NOM janela de cachorro ACC viu

'Taro viu um cachorro da janela.'

(Payne, 2006, p. 196)

Em suma, a Teoria de Princípios e Parâmetros da GU postula que todo ser humano é dotado de uma gramática composta de princípios universais e de parâmetros binários cujos valores dependem dos dados linguísticos aos quais a criança se expõe. Conforme descreve Lust (2006), essa GU, que corresponde ao estado inicial da Faculdade da Linguagem, contém os fundamentos epistemológicos necessários para os níveis de representação linguística (fonológico e semântico) e para as operações do sistema computacional, responsável por gerar e combinar esses níveis de representação.

#### 1.4 Programa Minimalista

Contrariamente ao que é por vezes propagado, o Programa Minimalista (doravante PM) não surge como uma teoria nem rompe completamente com os pressupostos de abordagens que lhe precederam. Essa ideia representa uma concepção errônea do PM em pelo menos dois aspectos. Em primeiro lugar, o Programa Minimalista não é nem nunca foi uma teoria, mas sim, como o próprio nome sugere, um programa<sup>17</sup>, destinado a fornecer um arcabouço conceitual que

---

<sup>17</sup> Por ser um programa, o PM não é uniforme, podendo nele coexistir mais de uma teoria e/ou linha de pesquisa.

norteie o processo de investigação linguística e, conseqüentemente, a formulação de uma teoria da linguagem que recorra apenas ao aparato teórico minimamente necessário.

Em segundo lugar, o PM não caracteriza uma ruptura integral com modelos anteriores. De fato, muitos conceitos e estruturas fundamentais às teorias formuladas na década de 1980 foram abandonados, como a noção de Regência (*Government*) e os níveis de representação estrutura profunda (*D-structure*) e estrutura superficial (*S-structure*)<sup>18</sup>. A Teoria do Caso também foi redefinida, sendo Caso pensado, sob a abordagem minimalista, como um efeito da operação *Agree* (Caso estrutural) ou da atribuição de papel- $\theta$  (Caso inerente), e não mais como uma propriedade a ser checada<sup>19</sup> por meio de uma relação de regência. No entanto, muitas das premissas teóricas da Teoria Gerativa desde os anos 1950 – e sobretudo da Teoria dos Princípios e Parâmetros – são preservadas no PM. A esse respeito, Chomsky afirma:

O Programa Minimalista compartilha várias premissas factuais subjacentes com seus predecessores desde o início da década de 1950, muito embora essas premissas tenham assumido formas um tanto diferentes conforme os estudos avançaram. Uma delas é de que existe um componente da mente (ou cérebro) humana dedicada à linguagem— a Faculdade da Linguagem— interagindo com outros sistemas. Embora não seja claramente correta, essa suposição parece estar razoavelmente bem estabelecida, e eu continuarei a tomá-la como certa aqui, juntamente com a tese empírica adicional de que a Faculdade da Linguagem possui pelo menos dois componentes: um sistema cognitivo que armazena informações e sistemas de desempenho que acessam essas informações e as utilizam de várias maneiras. Os sistemas de desempenho são, presumivelmente, pelo menos em parte, específicos da linguagem; são, portanto, componentes da Faculdade da Linguagem. No entanto, geralmente se assume que eles não são específicos a línguas particulares: não variam da mesma forma que o sistema cognitivo, à medida que os ambientes linguísticos variam. Essa é a suposição mais simples, e não se considera que seja falsa, embora possa ser. Devido à falta de conhecimento de ideias melhores, irei adotá-la, assumindo que a variação linguística se restringe ao sistema cognitivo. Também retomo de trabalhos anteriores a suposição de que o sistema cognitivo interage com os sistemas de desempenho por meio de níveis de representação linguística, no sentido técnico dessa ideia. Um pressuposto mais específico é o de que o sistema cognitivo interage com apenas dois desses sistemas “externos”: o sistema articulatório-

---

<sup>18</sup> A eliminação da distinção entre estrutura profunda e estrutura superficial como conceitualmente desnecessária levou, por consequência, à reformulação do famoso modelo-T da gramática, representado, na Teoria da Regência e Ligação, da seguinte forma:



<sup>19</sup> Dentro do PM, em geral, não se fala mais em “checagem de Caso”, mas em “valoração de Caso”, pois Caso passa a ser visto como mais um traço que adquire um valor ao longo da derivação.

perceptual (A-P) e o sistema conceitual-intencional (C-I). Assim, existem dois níveis de interface, a Forma Fonética (PF) na interface A-P e a Forma Lógica (LF) na interface C-I. Essa propriedade de “dupla interface” é uma maneira de expressar a descrição tradicional da linguagem como som com significado, a qual remonta pelo menos a Aristóteles (Chomsky, 1995, p. 2, tradução nosa<sup>20</sup>).

Essa longa citação de Chomsky ilustra como o PM conserva conceitos e fundamentos de teorias anteriores, os quais não são descartados, mas apenas ajustados ou redefinidos. Nota-se, contudo, que, embora a variação linguística no PM continue sendo analisada como restrita ao sistema cognitivo, Chomsky argumenta que tal variação não se deve à parametrização de princípios (como defendido na Teoria dos Princípios e Parâmetros), mas sim às propriedades (traços) morfológicos das categorias funcionais. Dito de outro modo, são os itens funcionais os responsáveis pelas diferenças entre as línguas – além, é claro, da variação lexical.

Desse modo, o PM foi desenvolvido a partir da Teoria dos Princípios e Parâmetros com o objetivo de reduzir as ferramentas e os princípios teóricos ao que é conceitualmente necessário para a construção de uma teoria da linguagem capaz de responder questões como *O que é linguagem?* e *Por que a linguagem tem certas propriedades e não outras?*. Segundo Chomsky, a linguagem humana é um sistema perfeito e ótimo que satisfaz, por meio de operações computacionais mínimas, as condições impostas pelas interfaces com os sistemas cognitivos de desempenho, quais sejam a interface fonológica e a interface semântica. A interface fonológica interage com o sistema sensorio-motor, denominado sistema articulatorio-perceptual (A-P), e a

---

<sup>20</sup> No original: The Minimalist Program shares several underlying factual assumptions with its predecessors back to the early 1950s, though these have taken somewhat different forms as inquiry has proceeded. One is that there is a component of the human mind/brain dedicated to language—the language faculty—interacting with other systems. Though not obviously correct, this assumption seems reasonably well-established, and I will continue to take it for granted here, along with the further empirical thesis that the language faculty has at least two components: a *cognitive system* that stores information, and *performance systems* that access that information and use it in various ways. Performance systems are presumably at least in part language-specific, hence components of the language faculty. But they are generally assumed not to be specific to particular languages: they do not vary in the manner of the cognitive system, as linguistic environments vary. This is the simplest assumption, and is not known to be false, though it may well be. Knowing of no better ideas, I will keep to it, *assuming language variation to be restricted to the cognitive system*. I also borrow from earlier work the assumption that the cognitive system interacts with the performance systems by means of levels of linguistic representation, in the technical sense of this notion. A more specific assumption is that the cognitive system interacts with just two such “external” systems: *the articulatory-perceptual system* A-P and the *conceptual-intentional system* C-I. Accordingly, there are two interface levels, *Phonetic Form* (PF) at the A-P interface and *Logical Form* (LF) at the C-I interface. This “double interface” property is one way to express the traditional description of language as sound with a meaning, traceable at least back to Aristotle.

interface semântica ou lógica interage com o sistema do pensamento, chamado sistema conceitual-intencional (C-I).

Em termos simples, além do léxico, a gramática de uma dada língua L é dividida em três grandes componentes – sintático, semântico e fonológico –, que operam de maneira associada para transformar um conjunto de itens lexicais desordenados em uma expressão linguística  $(\pi, \lambda)$ , em que  $\pi$  é uma representação fonológica e  $\lambda$  uma representação lógica ou semântica. Para gerar uma expressão linguística desse tipo, itens lexicais precisam ser combinados e manipulados. O componente sintático da gramática, denominado *sistema computacional*  $C_{HL}^{21}$ , é o responsável pelo processo de derivação<sup>22</sup> da expressão linguística. Primeiramente, itens lexicais escolhidos pelo falante são reunidos em uma *numeração*  $N^{23, 24}$ , definida como um conjunto de pares  $(LI, i)$ , em que LI é um item do léxico (*lexical item*) e  $i$  indica quantas vezes LI foi escolhido. Em seguida,  $C_{HL}$ , por meio das operações *Select* e *Merge*, forma objetos sintáticos a partir de itens da numeração e de objetos sintáticos já formados. Aplica-se primeiro *Select*. Seleciona-se da numeração N um item LI, cujo índice  $i$  é reduzido por 1. LI é então introduzido na derivação. Selecionados dois itens da numeração, aplica-se *Merge*, que, de maneira recursiva, toma um par de objetos sintáticos  $\{\alpha, \beta\}$  e os combina em um objeto  $\{\alpha\{\alpha, \beta\}\}^{25}$ . Chomsky postula a existência de dois tipos de *Merge*, a saber, *Merge* Externo e *Merge* Interno. O primeiro é a operação

---

<sup>21</sup> Chomsky refere-se ao sistema computacional sintático como *Sintaxe Estrita* (*Narrow Syntax*) ou *Faculdade da Linguagem no Sentido Estrito*. Chama-se-lhe “estrita” porque esse componente da FL se restringe a manipular objetos a fim de derivar um par de representações  $(\pi, \lambda)$  que possa ser interpretado nas interfaces C-I e A-P.

<sup>22</sup> Note o uso da palavra *derivação*. O sistema computacional da linguagem é eminentemente derivacional, e não transformacional, executando operações de maneira sucessiva.

<sup>23</sup> A sentença *O menino comeu a torta*, por exemplo, seria formada a partir da numeração:  $N = \{\text{menino, comer, torta, C1, T1, v1, D2}\}$

<sup>24</sup> Um conjunto desordenado de itens lexicais sem índices numéricos é chamado *Arranjo Lexical* (*Lexical Array*). Assim, toda numeração é construída a partir de um arranjo lexical anterior.

<sup>25</sup> O rótulo do novo objeto sintático é a projeção do núcleo que age como Sonda, selecionando um Alvo que contém um traço F e com o qual ele se combina por *Merge*. Vale notar que o rótulo do objeto projetado deve, necessariamente, ser determinado por um dos objetos combinados, e nenhum item não contido na numeração pode ser inserido na derivação, por força da *Condição de Inclusividade*, que Chomsky (1995, p. 228, tradução nossa) define como: “Qualquer estrutura formada pela computação (em particular,  $\pi$  e  $\lambda$ ) é constituída por elementos já presentes nos itens lexicais selecionados para N; nenhum objeto novo é adicionado durante o processo computacional, com a exceção de rearranjos de propriedades lexicais (em particular, nenhum índice, nenhum nível no sentido da teoria X-bar, etc.). [No original: *any structure formed by the computation (in particular,  $\pi$  and  $\lambda$ ) is constituted of elements already present in the lexical items selected for N; no new objects are added in the course of computation apart from rearrangements of lexical properties (in particular, no indices, bar levels in the sense of X-bar theory, etc).]*”

recursiva básica já referida, que gera um novo objeto a partir de dois itens da numeração ou de um item da numeração e um objeto sintático já formado. O segundo – comumente denominado *Move*, pois é a operação responsável por movimento dos constituintes – também concatena um par de objetos  $\{X, Y\}$ , com a diferença de que X e Y já se incluem na derivação e um deles já integra o outro. Assim, teoricamente, *Merge* Interno, ou *Move*, é mais custoso ao sistema operacional que *Merge* Externo, porque envolve duas operações: *Copy* e *Merge*. Afinal, um constituinte Y em uma estrutura hierárquica não é simplesmente deslocado de sua posição original para um objeto X, sem deixar nada no lugar. Faz-se, antes, uma cópia de Y (ou, mais especificamente, dos traços de Y), a qual é movida para X, deletando-se, a seguir, a cópia mais baixa.

Por meio dessas três operações básicas,  $C_{HL}$  mapeia uma numeração N em uma expressão linguística  $(\pi, \lambda)$ . É crucial ressaltar que  $C_{HL}$  não combina elementos de maneira aleatória, e a expressão linguística gerada deve ser *interpretável*. Nota-se que, como mencionado anteriormente, a gramática de uma língua L se constitui de outros dois componentes – fonológico e semântico/lógico – e que a linguagem é uma solução ótima às condições impostas pelas interfaces com os sistemas A-P e C-I. Nota-se, ainda, que uma expressão é composta de duas representações,  $\pi$  e  $\lambda$ . A essas representações chama-se, respectivamente, Forma Fonológica (PF) e Forma Lógica (LF)<sup>26</sup>. Dadas essas propriedades, conclui-se que o sistema computacional deve gerar um par de representações que possa ser interpretado nas interfaces com os sistemas A-P e C-I. Essas condições de interpretabilidade são comumente referidas como Condições de Legibilidade, (*Legibility Conditions*) Condições de Interface (*Interface Conditions*) ou Princípio da Interpretação Plena (*Full Interpretation Principle*).

Desse modo,  $C_{HL}$ , ao aplicar operações sobre itens lexicais da numeração, forma uma estrutura sintática, a qual é então transmitida aos componentes fonológico e semântico, os quais mapeiam a estrutura sintática recebida em uma representação fonológica (PF) e uma representação semântica (LF), respectivamente. No entanto, o que é interpretável em uma

---

<sup>26</sup> Estritamente, PF (*Phonetic Form*) e LF (*Logical Form*) são representações que podem ser interpretadas pelos sistemas A-P e C-I, respectivamente. No entanto, por extensão de significado, muito se fala em “interfaces PF/LF” e “operações em PF/LF”. Por razões de praticidade, e considerando ser este um uso bastante difundido dos termos em questão, poderemos adotá-lo nesta dissertação.

interface não o é na outra, e, visto que uma expressão linguística é uma solução ótima às condições de interface, as representações fonológica e semântica devem conter elementos distintos. Assim,  $\pi$  deve ser constituída somente de objetos interpretáveis na interface com o sistema A-P. Por exemplo,  $\pi$  conterà somente indicações de produção fonética, isto é, indicações de pronúncia de fonemas (*Spell-Out*<sup>27</sup>), sem qualquer referência a relações sintáticas e semânticas. Por outro lado,  $\lambda$  consistirá somente de objetos que contribuam para o significado e as propriedades lógicas de uma expressão linguística. Sobre isso, Chomsky comenta:

Considere uma representação  $\pi$  em PF. PF é uma representação em fonética universal, sem indicação de elementos sintáticos ou relações entre eles (estrutura X-bar, ligação, regência, etc.). Para ser interpretada pelos sistemas de performance A-P,  $\pi$  deve ser constituída inteiramente de objetos legítimos de PF, ou seja, elementos que tenham uma interpretação uniforme e independente da língua na interface. Nesse caso, diremos que  $\pi$  satisfaz a condição de Interpretação Plena (FI). Se  $\pi$  não satisfiz FI, ela não fornece instruções apropriadas aos sistemas de desempenho. Consideramos FI como a seguinte condição de convergência: se  $\pi$  satisfaz FI, a derivação D que a formou converge em PF; caso contrário, ela falha em PF. Por exemplo, se  $\pi$  contém uma consoante acentuada ou uma vogal [+alta, +baixa], então D falha; o mesmo corre se  $\pi$  contém algum elemento morfológico que "sobrevive" até PF, sem qualquer interpretação na interface. Se D converge em PF, seu produto (output)  $\pi$  recebe uma interpretação na interface articulatória-perceptual, talvez ininteligível. (...) Espera-se que exatamente o mesmo aconteça em LF (Chomsky, 1995, p. 178, tradução nossa<sup>28</sup>).

Uma derivação só será bem-sucedida e, nos termos de Chomsky, *convergirá* se ela gerar uma expressão linguística em que tanto  $\pi$  quanto  $\lambda$  sejam integralmente interpretáveis nas respectivas interfaces, dado o Princípio da Interpretação Plena; do contrário, a derivação *fracassará*, e a expressão gerada será agramatical. Além disso, outro fator determinante para a convergência de uma derivação é que os índices de todos itens lexicais sejam reduzidos a zero.

---

<sup>27</sup> Tecnicamente, *Spell-Out* diz respeito à transferência da estrutura sintática ao componente fonológico, apenas. O termo mais apropriado para a transmissão da estrutura sintática para as duas interfaces é *Transfer*. No entanto, por extensão, *Spell-Out* é bastante usado nesse último sentido.

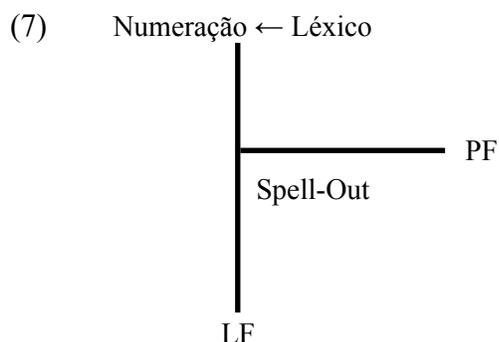
<sup>28</sup> No original: Consider a representation  $\pi$  at PF. PF is a representation in universal phonetics, with no indication of syntactic elements or relations among them (X-bar structure, binding, government, etc.). To be interpreted by the performance systems A-P,  $\pi$  must be constituted entirely of *legitimate PF objects*, that is, elements that have a uniform, language-independent interpretation at the interface. In that case we will say that  $\pi$  satisfies the condition of *Full Interpretation* (FI). If  $\pi$  fails FI, it does not provide appropriate instructions to the performance systems. We take FI to be the convergence condition: if  $\pi$  satisfies FI, the derivation D that formed it converges at PF; otherwise, it crashes at PF. For example, if  $\pi$  contains a stressed consonant or a [+high, +low] vowel, then D crashes; similarly, if  $\pi$  contains some morphological element that "survives" to PF, lacking any interpretation at the interface. If D converges at PF, its output  $\pi$  receives an articulatory-perceptual interpretation, perhaps as gibberish. (...) We expect exactly the same to be true at LF.

Tudo que está contido na numeração precisa ser selecionado, e, conforme a Condição de Inclusividade, nada que não esteja contido na numeração deve ser selecionado.

Considerando-se o pressuposto de que  $C_{HL}$  deva satisfazer condições de ambas as interfaces, e, dado que PF e LF nunca interagem entre si, deve haver algum momento da derivação em que a estrutura sintática gerada por  $C_{HL}$  seja separada entre aquilo que pode ser interpretado em PF e aquilo que é somente interpretável em LF. Esse momento é chamado *Spell-Out*, que Ura (2001) descreve da seguinte maneira:

Em algum ponto na computação até LF (ou seja, a computação de N a  $\lambda$ ), há uma operação chamada *Spell-Out*, que se aplica à estrutura S já formada. *Spell-Out* remove de S aqueles elementos relevantes apenas para  $\pi$ , deixando o resíduo SL, que é mapeado para  $\lambda$  por meio de operações sintáticas. O subsistema de CHL que mapeia S para  $\pi$  é chamado de “componente fonológico”, e o subsistema de CHL que mapeia S para  $\lambda$  é chamado de “componente encoberto”. O componente pré-*Spell-Out* é chamado de “componente manifesto”. Nesse sistema, portanto, não há relação direta entre  $\lambda$  e  $\pi$  (Ura, 2001, p. 349, tradução nossa<sup>29</sup>).

Esse novo retrato do funcionamento da geração de uma expressão linguística, no qual PF e LF são os únicos níveis de interpretação, excluindo-se, assim, os níveis de estrutura profunda e estrutura superficial, suscita um novo modelo de gramática dentro da abordagem minimalista, tal como representado em (7) a seguir:



(Rauh, 2010, p. 131)

<sup>29</sup> No original: At some point in the computation to LF (i.e., the computation from N to l), there is an operation Spell-Out, which applies to the structure S already formed. Spell-Out strips away from S those elements relevant only to  $\pi$ , leaving the residue SL, which is mapped to  $\lambda$  by syntactic operations. The subsystem of CHL that maps S to  $\pi$  is called the “phonological component,” and the subsystem of CHL that maps S to  $\lambda$  is called the “covert component.” The pre-Spell-Out component is called the “overt component.” In this system, therefore, there is no direct relation between  $\lambda$  and  $\pi$ .

Outros dois conceitos fundamentais ao PM são a operação *Agree* e a distinção entre traços não interpretáveis e traços interpretáveis. Segundo Chomsky (1995, 2000, 2001), itens do léxico, incluindo-se os itens funcionais, consistem de um feixe de traços categoriais (como [nominal] e [verbal]), semânticos (como traços- $\theta$  e traços referenciais, no caso das categorias substantivas), fonológicos e gramaticais ou formais – estes últimos compreendem traços de Caso (como [ACC]) e traços morfológicos (número, pessoa e gênero), também denominados traços- $\phi$ . Ademais, existem traços interpretáveis, os quais podem ser interpretados em pelo menos uma das interfaces com os sistemas A-P e C-I, e traços não interpretáveis, que não podem ser “lidos” em nenhuma das interfaces<sup>30</sup>. De acordo com Chomsky, essa distinção entre traços interpretáveis e traços não interpretáveis se correlaciona com a diferença entre traços valorados e traços não valorados. Enquanto os traços interpretáveis são valorados desde o léxico, os traços não interpretáveis entram na derivação sem um valor pré-determinado. Por não serem capazes de receber uma interpretação nas interfaces, todos os traços não interpretáveis precisam ser valorados e deletados durante a derivação, antes de serem transferidos às interfaces (*Spell-Out* ou *Transfer*), ou a derivação fracassará. A valoração dos traços não interpretáveis ocorre por meio de *Agree*.

A operação *Agree* se constitui como uma relação entre uma Sonda (*Probe*) e um (ou mais de um) Alvo (*Goal*). O que faz um constituinte P agir como uma sonda é a presença nele de algum traço não valorado. Uma vez que os traços não interpretáveis precisam ser valorados antes de *Spell-Out*, um traço não interpretável F deixa P ativo na derivação. Ao se tornar ativo, P procura, em seu domínio de c-comando, um constituinte que contenha um valor para seu traço F, ou seja, a contraparte interpretável do traço F. No entanto, somente serão visíveis a P aqueles elementos que também estejam ativos por causa de algum traço não valorado. Os itens cujos traços não interpretáveis já tenham sido valorados se tornam inativos e, portanto, invisíveis a P.

---

<sup>30</sup> Vale notar que um traço pode ser interpretável quando em uma dada categoria e não interpretável quando em outra. Os traços- $\phi$ , por exemplo, são interpretáveis nos nomes e pronomes, mas não no núcleo funcional T.

Ao encontrar um alvo G que possa valorar seu traço F, P estabelece com ele uma relação de concordância, em que P valora o traço não interpretável de G, e vice-versa<sup>31</sup>. Após valorados, os traços não interpretáveis são deletados, e P e G se tornam inativos na derivação (caso não tenham outros traços não valorados). Para uma melhor definição dos conceitos aqui apresentados, considere a explicação dada por Chomsky (2001), citada abaixo:

Os fatos empíricos deixam claro que existem traços flexionais não interpretáveis (LF) que entram em uma relação de concordância com traços flexionais interpretáveis. Assim, os traços- $\phi$  do T (Tempo) são não interpretáveis e concordam com os traços- $\phi$  interpretáveis de um nominal, que pode ser local ou distante, gerando o efeito superficial de concordância entre substantivo e verbo. A conclusão óbvia, que adotamos, é que a relação de concordância remove os traços não interpretáveis da sintaxe restrita, permitindo que as derivações convirjam em LF, ao mesmo tempo que permanecem intactas para o componente fonológico. (...) Portanto, temos uma relação de Agree entre  $\alpha$  e  $\beta$ , em que  $\alpha$  possui traços interpretáveis e  $\beta$  possui traços não interpretáveis, que são deletados via Agree. A relação de Agree e os traços não interpretáveis são imperfeições à primeira vista. No Programa Minimalista (e trabalhos anteriores), sugere-se que ambas podem fazer parte de uma solução ótima para especificações de design mínimas, em virtude de seu papel em estabelecer a propriedade de “deslocamento”. (...) Se assim for, o deslocamento é apenas uma imperfeição aparente da língua natural, assim como os dispositivos que o implementam. (...) A interpretabilidade dos traços é determinada no léxico, presumivelmente pela Gramática Universal (UG), e a distinção deve ser indicada não apenas nessa fase, mas ao longo de toda a derivação. O princípio natural é que os traços interpretáveis, e somente esses, entram na derivação sem valores, e são distinguíveis dos traços interpretáveis em virtude dessa propriedade. Seus valores são determinados por Agree, momento em que os traços devem ser deletados da sintaxe restrita (ou serão indistinguíveis dos traços interpretáveis em LF), mas permanecem disponíveis para a fonologia (já que podem ter efeitos fonéticos) (Chomsky, 2001, p. 3-5, tradução nossa<sup>32</sup>).

---

<sup>31</sup> Com a ideia de valoração de traços, Caso passa a ser visto como um efeito da operação Agree. Os traços de Caso, que são traços não interpretáveis, entram na derivação em um núcleo funcional D(determinante). Quando um verbo V, por exemplo, estabelece Agree com o DP, o traços- $\phi$  de V são valorados e deletados. Como resultado disso, o traço de Caso do DP também é valorado (como acusativo) e deletado.

<sup>32</sup> No original: The empirical facts make it clear that there are (LF-)uninterpretable inflectional features that enter into agreement with interpretable inflectional features. Thus, the  $\phi$ -features of T(Tense) are uninterpretable and agree with the interpretable  $\phi$ -features of a nominal that may be local or remote, yielding the surface effect of noun-verb agreement. The obvious conclusion, which we adopt, is that the agreement relation removes the uninterpretable features from the narrow syntax, allowing derivations to converge at LF while remaining intact for the phonological component. (...) We therefore have a relation Agree holding between  $\alpha$  and  $\beta$ , where  $\alpha$  has interpretable inflectional features and  $\beta$  has uninterpretable ones, which delete under Agree. The relation Agree and uninterpretable features are prima facie imperfections. In MI (and earlier work) it is suggested that both may be part of an optimal solution to minimal design specifications by virtue of their role in establishing the property of “displacement”. (...) If so, displacement is only an apparent imperfection of natural language, as are the devices that implement it. (...) Interpretability of features is determined in the lexicon, by Universal Grammar (UG) we assume, and the distinction must be indicated not only at that stage but throughout the derivation. The natural principle is that the interpretable features, and only these, enter the derivation without values, and are distinguished from interpretable features by virtue of this property. Their values are determined by Agree, at which point the features must be deleted from the narrow syntax (or they will be indistinguishable from interpretable features at LF) but left available for the phonology (since they may have phonetic effects).

Conclui-se, então, que a potência motriz do processo derivacional de uma expressão linguística ( $\pi$ ,  $\lambda$ ) são os traços não interpretáveis/não valorados<sup>33</sup>, já que eles constituem o mecanismo que desencadeia a aplicação de operações como *Agree* e *Move*. Dessa maneira, toda a derivação transcorre em função do objetivo último de valorar e apagar todos os traços não interpretáveis antes do *Spell-Out (Transfer)*. A título de exemplo, considere a derivação, em (9) e (10), da sentença em (8)<sup>34</sup>, adaptada de Citko (2014, p. 23).

(8) There are likely to be many people at the party.

'É provável que haja muitas pessoas na festa.'

(9)  $N = \{there_1, be_2, likely_1, people_1, at_1, party_1, C_{DEC1}, T_{FIN1}, TN_{FIN1}, D_2\}$

(10) a. **Merge**:  $[_D \text{ many } uC( )] + [_{NP} \text{ people } i\varphi(3pl)]$

b. **Merge**:  $[_{DP} i\varphi(3pl), uC( ) [_D \text{ many}] [_{NP} \text{ people}]] + [_V \text{ be}]$

c. **Merge**:  $[_D \text{ the } uC( )] + [_{NP} \text{ party } i\varphi(3sg)]$

d. **Merge**:  $[_{DP} i\varphi(3sg), uC( ) [_D \text{ the}] [_{NP} \text{ party}]] + [_P \text{ at}]$

e. **Adjoin**<sup>35</sup>:  $[_{PP} [_P \text{ at}]] [_{DP} i\varphi(3sg), uC(OBL) [_D \text{ the}] [_{NP} \text{ party}]] \text{ to } [_{VP} [_V \text{ be}]]_{DP} [[[_{DP} i\varphi(3pl), uC( ) [_D \text{ many}]] [_{NP} \text{ people}]]]$

<sup>33</sup> Existem outros traços formais além dos traços- $\varphi$  (número, pessoa e gênero) e dos traços de Caso. Exemplos notórios são o traço-Wh, o traço de Força Ilocucionária e o traço EPP (*Extended Projected Principle*). Este último, originalmente um traço proposto por Chomsky para expressar o fato de que toda sentença deve ter um sujeito em (em Spec-TP), é atualmente usado para indicar um traço não interpretável em uma sonda P que é valorado e deletado por meio do movimento de um alvo G para o especificador de P, e não por meio de *Agree*. Por essa razão, o traço EPP (às vezes referido como *traço de borda*) se distingue dos outros traços formais por não ter um correspondente interpretável e não ser valorado, mas checado.

<sup>34</sup> O exemplo foi mantido em inglês para facilitar a ilustração dos conceitos a serem apresentados.

<sup>35</sup> Não expusemos, aqui, os traços carregados por P. Isso se deve à dificuldade em determinar algumas propriedades das preposições. Não é consenso, por exemplo, se elas atribuem Caso inerente, como proposto inicialmente por Chomsky (1986a), ou se elas carregam traços- $\varphi$  não interpretáveis e valoram Caso estrutural do respectivo DP por meio de *Agree*, como sugerido por Salles (1997, 2001). A última hipótese parece-nos mais empiricamente justificável, dada a existência de preposições flexionadas nas línguas celtas e em algumas línguas semíticas, além das contrações entre preposições e determinantes, bastante comum nas línguas românicas.

- f. **Merge:**  $[_{VP} [_V \text{be}] [_{DP} \text{ } i\phi(3pl), uC( )] [_D \text{many}] [_{NP} \text{people}]] [_{PP} \text{at the party}]] + [_T \text{to EPP}]$
- g. **Merge:**  $[_{TP} [_T \text{to EPP}] [_{VP} [_V \text{be}] [_{DP} \text{ } i\phi(3pl), uC( )] [_D \text{many}] [_{NP} \text{people}]] [_{PP} \text{at the party}]]] +$   
*there*
- h. **Merge:**  $[_{TP} \text{there} [_T \text{to EPP}] [_{VP} [_V \text{be}] [_{DP} \text{ } i\phi(3pl), uC( )] [_D \text{many}] [_{NP} \text{people}]] [_{PP} \text{at the}$   
*party}]]] + [\_{AP} \text{likely}]*
- i. **Merge:**  $[_{AP} [_A \text{likely}]] [_{TP} \text{there} [_T \text{to EPP}] [_{VP} [_V \text{be}] [_{DP} \text{ } i\phi(3pl), uC( )] [_D \text{many}] [_{NP} \text{people}]]$   
 $[_{PP} \text{at the party}]]] [_V \text{be}]$
- j. **Merge:**  $[_{VP} [_V \text{be}]] [_{AP} [_A \text{likely}]] [_{TP} \text{there} [_T \text{to EPP}] [_{VP} [_V \text{be}]] [_{DP} \text{ } i\phi(3pl), uC( )] [_D \text{many}]] [_{NP}$   
 $\text{people}]] [_{PP} \text{at the party}]]] + [_T \text{ } i\phi(\text{Prs}), u\phi( ), \text{EPP}]$
- k. **Agree:**  $[_{DP} \text{ } i\phi(3pl), uC(\text{NOM})] [_D \text{many}] [_{NP} \text{people}] \& [_T \text{ } i\phi(\text{Prs}), u\phi(3pl), \text{EPP}]$
- l. **Move:**  $[_V \text{be}] \rightarrow T$
- m. **Move:** *there*  $\rightarrow [\text{Spec}, T]$
- n. **Merge:**  $[_{TP} \text{there} [_T \text{are } i\phi(\text{Prs}), u\phi(3pl), \text{EPP}]] [_{VP} [_V \text{be}]] [_{AP} [_A \text{likely}]] [_{TP} \text{there} [_T \text{to EPP}]] [_{VP}$   
 $[_V \text{be}]] [_{DP} \text{ } i\phi(3pl), uC(\text{NOM})] [_D \text{many}] [_{NP} \text{people}]] [_{PP} \text{at the party}]]] + [_{CDEC} \emptyset]$
- o. **Output:**  $[_{CP} [_{CDEC} \emptyset]] [_{TP} \text{there} [_T \text{are } i\phi(\text{Prs}), u\phi(3pl), \text{EPP}]] [_{VP} [_V \text{be}]] [_{AP} [_A \text{likely}]] [_{TP} \text{there}$   
 $[_T \text{to EPP}]] [_{VP} [_V \text{be}]] [_{DP} \text{ } i\phi(3pl), uC(\text{NOM})] [_D \text{many}] [_{NP} \text{people}]] [_{PP} \text{at the party}]]]$

Nota-se que, no estágio da derivação em (10h), embora o DP *many people* esteja ativo e possa, teoricamente, satisfazer o traço EPP do T não finito *to*, *Merge* do expletivo *there* é preferível a *Move* do DP, em razão do princípio *Merge-over-Move*. Esse princípio estipula que, dada a escolha entre *Merge* e *Move*, o sistema computacional optará por *Merge*, pois *Move* é mais custoso ao processo derivacional do que *Merge*, já que compreende duas operações: *Copy* e *Merge*. Se o DP *many people* fosse movido antes de *Merge* de *there*, a sentença resultante seria agramatical: *There are likely many people to be at the party*.

Considerando-se apenas a derivação em (10), não parece haver nada de errado com a aplicação do princípio *Merge-over-Move*. No entanto, se, em vez de *There are likely to be many people at the party*, a sentença a ser derivada contivesse um expletivo *there* e uma oração finita encaixada, como *There is a chance that many people will be at the party*, o cenário se tornaria problemático. Considere a numeração em (11b) a seguir:

- (11) a. There is a chance that many people will be at the party.  
 b.  $N = \{there_1, be_2, chance, people_1, at_1, party_1, C_2, T_{FIN1}, will_1, D_3\}$

(adaptado de Citko, 2014, p. 28).

Com base na numeração em (11b), haveria um momento na derivação em que, conforme *Merge-over-Move*, o sistema computacional optaria por *Merge* do expletivo *there*, em vez de *Move* do DP *many people*, como ilustrado em (12) abaixo:

- (12)  $[_{TP} \textit{there} [_T \textit{will}_{iT(Fut), u\phi(3sg), EPP}] [_{VP} [_V \textit{be}] [_{DP} \textit{i}\phi(3pl), uC( )] [_D \textit{many}] [_{NP} \textit{people}]]] [_{PP} \textit{at the party}]]]]$

No decorrer da derivação, quando o T da oração matriz fosse introduzido por *Merge*, seu traço EPP atrairia o alvo mais próximo, qual seja *there*, para seu especificador. Isso resultaria em uma sentença agramatical, em que o traço de Caso do DP *many people* permaneceria não valorado.

- (13) \**There<sub>i</sub> is a chance that t<sub>i</sub> will be many people at the party.*

A fim de gerar a sentença em (11), deve haver algum mecanismo na derivação que deixe *there* indisponível no momento em que o T da oração encaixada sofrer *Merge*, de modo que o princípio *Merge-over-Move* não possa ser aplicado, e o DP *many people* seja movido a Spec-TP. Segundo Chomsky, esse mecanismo se traduz no conceito de subarranjos lexicais, que Chomsky (2000) explica da seguinte forma:

Suponha que selecionemos AL [Arranjo Lexical] como antes (...); a computação não precisa mais acessar o léxico. Suponha ainda que, em cada estágio da derivação, um subconjunto AL<sub>i</sub> seja extraído, colocado na memória ativa (o “espaço de trabalho”) e submetido ao procedimento L. Quando AL<sub>i</sub> estiver

esvaziado, a computação pode prosseguir, se possível; ou pode retornar a AL e extrair AL<sub>j</sub>, prosseguindo como antes. O processo continua até que termine. A complexidade operativa, em algum sentido natural, é reduzida, com cada estágio da derivação acessando apenas parte de AL. Se o subarranjo na memória ativa não contiver *Expl*, então *Move* pode ocorrer no estágio correspondente; se contiver, *Merge* de *Expl* previne *Move* (Chomsky, 2000, p. 106, tradução nossa<sup>36</sup>).

A solução apresentada por Chomsky preserva o princípio *Merge-over-Move*, que somente se aplica se o expletivo estiver contido no subarranjo extraído e tiver sido introduzido na memória ativa. Com essa nova ferramenta teórica em mente, pode-se dividir a numeração em (11b) em duas subnumerações:

- (14) a. N<sub>i</sub>: {be<sub>1</sub>, people<sub>1</sub>, at<sub>1</sub>, party<sub>1</sub>, C<sub>1</sub>, will<sub>1</sub>, D<sub>2</sub>}  
b. N<sub>j</sub>: {there<sub>1</sub>, be<sub>1</sub>, chance<sub>1</sub>, C<sub>1</sub>, TFINI<sub>1</sub>, D<sub>1</sub>}

Uma inferência crucial que se extrai do mecanismo de subarranjos lexicais é a de que C<sub>HL</sub> não tem pleno acesso, de uma só vez, à numeração, o que implica uma derivação sequencial e local. Nota-se, além disso, que as subnumerações em (14) contêm, cada uma delas, um complementizador C. Segundo Chomsky, complementizadores e verbos transitivos com um argumento externo temático (*v*) representam objetos ou predicados complexos, proposicionais<sup>37</sup> e independentes. A esses objetos sintáticos Chomsky chama fases<sup>38</sup>, estruturas que se têm tornado fundamentais dentro da Teoria Gerativa. Para Chomsky (2000), uma fase de uma derivação é um "objeto sintático derivado por meio da seleção de um subarranjo lexical LA<sub>i</sub>" (Chomsky 2000, p. 106, tradução nossa<sup>39</sup>). As fases apresentam as seguintes propriedades:

---

<sup>36</sup> No original: Suppose we select LA [Lexical Array] as before (...); the computation need no longer access the lexicon. Suppose further that at each stage of the derivation a subset LA<sub>i</sub> is extracted, placed in active memory (the "workspace"), and submitted to the procedure L. When LA<sub>i</sub> is exhausted, the computation may proceed if possible; or it may return to LA and extract LA<sub>j</sub>, proceeding as before. The process continues until it terminates. Operative complexity in some natural sense is reduced, with each stage of the derivation accessing only part of LA. If the subarray in active memory does not contain *Expl*, then *Move* can take place in the corresponding stage; if it does, *Merge* of *Expl* preempts *Move*.

<sup>37</sup> A razão pela qual complementizadores e verbos transitivos com um argumento externo são fases, mas não T e verbos intransitivos, carece de elucidação.

<sup>38</sup> Há uma extensa discussão em relação a se outras categorias, como determinantes e preposições, constituem fases ou não. Além disso, não é consenso o fato de que a condição de fase está sujeita a variação paramétrica.

<sup>39</sup> No original: *Take a phase of a derivation to be an SO [syntactic object] derived (...) by choice of LA<sub>i</sub>.*

- (15) O núcleo de uma fase é inerte depois que a fase é completada, não acionando mais operações. (Chomsky, 2000, p. 107)
- (16) Condição de Impenetrabilidade da Fase: Em uma fase  $\alpha$  com um núcleo H, o domínio de H não é acessível a operações fora de  $\alpha$ ; apenas H e sua borda são acessíveis a tais operações. (Chomsky, 2000, p. 108)
- (17) O núcleo H da fase Ph pode receber um traço EPP. (Chomsky, 2000, p. 109)
- (18) Fases são objetos que determinam pontos de *Transfer*. (Citko, 2014, p. 30)
- (19) O núcleo de uma fase é o locus de traços não interpretáveis. (Citko, 2014, p. 30)

Portanto, o sistema computacional opera por partes, por subconjuntos. Esses subconjuntos derivacionais, chamados fases, são transferidos às interfaces (*Spell-Out/Transfer*) de maneira sequencial, no momento em que o respectivo núcleo de fase entra na derivação, conforme a Condição de Impenetrabilidade da Fase<sup>40</sup>, em (16). Dito de outro modo, na derivação da sentença em (11), assim que o complementizador *that* é inserido na derivação, tudo sob seu domínio de c-comando é enviado às interfaces e se torna inacessível para outras operações. Isso implica que, se, até o momento do *Spell-Out*, os traços não interpretáveis sob o domínio de um núcleo de fase não tiverem sido valorados, a derivação fracassará.

Além de serem, segundo Chomsky, estruturas completas e independentes, C e  $v$  compartilham de outra característica fundamental: eles são ambos núcleos funcionais. Esse tem sido um dos argumentos que sustentam a hipótese de que somente categorias funcionais (mas não todas) podem constituir núcleos de fase. E, assumindo-se que a premissa em (17) e (18) seja verdadeira, isto é, que fases determinem pontos de *Transfer* e sejam o *locus* dos traços não interpretáveis, conclui-se que os núcleos de fase são o que acionam e mantêm ativo o processo derivacional. Em outras palavras, sem fases não há traços não interpretáveis e, por consequência,

---

<sup>40</sup> A Condição de Impenetrabilidade da Fase explicitada em (16) foi a versão originalmente elaborada por Chomsky. No entanto, Chomsky (2001) propõe outra versão dessa condição, segundo a qual o domínio de um núcleo de fase H somente se torna inacessível a operações computacionais depois que o próximo núcleo de fase é inserido na derivação. Citko (2014) refere-se a esta última versão como Condição de Impenetrabilidade da Fase Fraca.

não há derivação. Ademais, considerando-se a observação feita no começo desta seção, de que a parametrização resulta das diferenças nos traços das categorias funcionais entre as línguas, se o estatuto de uma fase estiver sujeito a variação paramétrica, pode-se afirmar que as fases determinam diferenças translinguísticas. Afinal, se um núcleo  $\alpha$  for uma fase em português, mas não em inglês, isso significará que, em português, o núcleo X terá traços não valorados e, portanto, ativará operações como *Move* e *Agree*. Em contrapartida, em inglês, o núcleo X não conterà traços não interpretáveis, o que deixará seu domínio inerte para propósitos derivacionais.

Por fim, uma outra consequência da abordagem de fases brevemente resumida até este ponto é que, sob esse modelo, se presumirmos que um dado núcleo  $\alpha$  estabelece uma relação de *Agree* com um sintagma  $\beta$  em seu domínio, estaremos assumindo, necessariamente, que  $\alpha$ , ou um núcleo  $\omega$  que contenha  $\alpha$ , seja um núcleo de fase, pois este carregará traços não interpretáveis.

## CAPÍTULO 2

### A natureza categorial das preposições

#### 2.1 Introdução

Os traços que diferenciam as categorias funcionais das categorias lexicais têm sido alvo de discussão dentro da comunidade linguística há muito tempo. Questões como o que torna uma categoria funcional ou lexical foram investigadas por muitos autores nas últimas décadas e, embora várias das características que distinguem essas duas categorias já tenham sido identificadas, existe ainda o problema de como mapear tais características em categorias apropriadas, especialmente se consideramos preposições e advérbios. Neste capítulo, iremos concentrar-nos nas preposições e revisar brevemente algumas das principais tentativas de descrever e categorizar esses elementos.

#### 2.2. As quatro grandes categorias sintáticas

Na década de 1970, ainda no modelo X-barras, Chomsky, com base na distribuição de traços binários, identificou quatro grandes categorias sintáticas, as quais ele chamou categorias lexicais. Nessa época, o termo “lexical” não era usado exatamente no mesmo sentido em que tem sido empregado nas últimas três décadas. Nesse período, presumia-se que somente os núcleos lexicais projetassem seus sintagmas. Assim, as distinções entre categorias funcionais e lexicais eram descritas não apenas em termos de conteúdo descritivo, mas também em termos de estrutura interna.

Argumentava-se que um item lexical era constituído essencialmente de um feixe de traços, sendo os principais os traços categoriais  $[\pm N]$  e  $[\pm V]$ . Quando combinados, esses traços davam origem a um item lexical de uma determinada categoria. Categorias nominais/substantivas eram especificadas positivamente para N, e as verbais/predicativas positivamente para V. Para Chomsky (1970), as três categorias principais – substantivos, verbos e adjetivos – eram representadas da seguinte maneira:

- (1) [+N.-V] = N  
[-N.+V] = V  
[+N.+V] = A

Como mostrado em (1), a princípio Chomsky não incluiu as preposições entre as categorias lexicais. Jackendoff (1973) foi o primeiro autor a considerar as preposições como parte desse grupo, atribuindo-lhes os valores [-N] e [-V]. Jackendoff alegou que, assim como as outras categorias lexicais, as preposições também encabeçavam uma projeção própria. Na década de 1980, Chomsky (1986a) retomou a proposta de Jackendoff e postulou a existência de quatro grandes categorias lexicais, diferenciadas entre si pela distribuição dos traços acima mencionados.

A especificação do valor de um traço categorial é determinada pela generalização do comportamento sintático de elementos de uma categoria particular. Os traços [N] e [V] são assim chamados porque expressam os dois conceitos mais elementares nos quais o pensamento e a linguagem humana aparentemente se baseiam (Stowell, 1981 *apud* Rauh, 2010). Enquanto categorias [+N] denotam entidades no mundo (físicas ou abstratas), categorias [+V] designam estado, ação, evento etc. Juntos, os traços N e V constituem a relação fundamental predicado-argumento, estrutura lógica a partir da qual todos os enunciados linguísticos são construídos.

Uma evidência em favor de considerar verbos e substantivos como categorias elementares provém da suposição de que todas as línguas tenham verbos e substantivos, embora algumas línguas careçam de adposições (ou adjetivos, etc.). Ao estudar a língua indígena brasileira Kadiwéu, uma língua altamente flexional, Galves et al. (2017) constataram que ela não possui adposições. Segundo os autores:

A língua (Kadiwéu) não possui adposições (...). Sufixos verbais aplicativos surgem nas frases em que línguas como o português ou o inglês apresentariam preposições (...). Kadiwéu não tem preposições. As estruturas que contêm preposições em línguas como o inglês possuem aplicativos ou se encontram em uma construção de verbos em série no Kadiwéu (Galves et al., 2017, p. 635-639, tradução nossa<sup>41</sup>).

---

<sup>41</sup> No original: the language (Kadiwéu) lacks adpositions (...). Applicative verbal suffixes appear whenever a language as Portuguese or English would have prepositions(...). Kadiwéu lacks prepositions entirely. The structures that contain prepositions in languages like english have applicatives or are in a serial verb construction in Kadiwéu.

Além disso, Van Valin (2021) também apresenta evidência de que adposições, adjetivos e advérbios não são encontrados em todas as línguas. Ele afirma:

Em Lakhota, uma língua Siuana da América do Norte, as palavras que traduzem os conceitos expressos por adjetivos em alemão e inglês são formalmente verbos, enquanto em Dyirbal, uma língua aborígine australiana, elas são todas formalmente substantivos. Dyirbal carece de adposições, já que todos os substantivos possuem sufixos de caso e alguns dos sufixos de caso expressam o mesmo sentido que as preposições em alemão e inglês. Além disso, Dyirbal também não possui advérbios, pois, nessa língua, os advérbios são todos formalmente um tipo de verbo (Van Valin, 2021, p. 332, tradução nossa<sup>42</sup>).

Assim, predominava, no começo da Teoria Gerativa, a visão de que substantivos, verbos, adjetivos compunham as categorias principais – tendo sido as preposições apenas depois adicionadas a esse grupo (Jackendoff, 1977; Chomsky, 1986a). Além de ter uma presença universal – ou quase universal – entre as línguas, substantivos, verbos e adjetivos eram as únicas categorias que encabeçavam uma projeção dentro do esquema X-barra.

Vale a pena notar que uma das características distintivas mais importantes entre as categorias [+N] e [-N] parece estar relacionada à atribuição de Caso. Stowell (1981, *apud* Rauh, 2010) atribui a propriedade de atribuição de Caso a [-N], sendo as categorias especificadas como [N+] apenas capazes de receber Caso<sup>43</sup>. Dada essa distinção, Stowell argumenta, categorias [+N] em inglês, sendo incapazes de atribuir Caso, não podem selecionar um complemento NP a menos que um marcador de Caso como *of* seja inserido antes do complemento – essa ideia seria mais tarde adotada por Chomsky para argumentar em favor da existência de dois tipos de Caso, a saber, Caso estrutural e Caso inerente.

Na década de 1980, com a publicação dos trabalhos de Huang (1982), Chomsky (1986a), Abney (1987), entre outros, e o surgimento da Teoria da Regência e Ligação (doravante GB, que significa *Government and Binding*), a ideia de que apenas as categorias lexicais (substantivos, verbos, adjetivos e, para alguns, preposições) encabeçavam suas projeções começou a ser

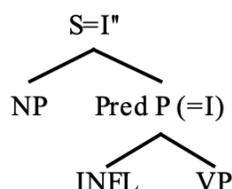
---

<sup>42</sup> No original: in Lakhota, a Siouan language of North America, the words that translate the concepts expressed by adjectives in German and English are formally verbs, while in Dyirbal, an Australian Aboriginal language, they are all formally nouns. Dyirbal also lacks adpositions, as all nouns carry case suffixes and some of the case suffixes express the same thing as German and English prepositions, and it lacks adverbs, too, as in this language adverbs are all formally a type of verb.

<sup>43</sup> Essa ideia foi depois reformulada em termos do traço [atribuir Caso acusativo/objetivo] e, posteriormente, como efeito da valoração de traços por meio da operação *Agree*.

abandonada. Ao contrário do que então se supunha na época, Huang (1982) defendeu que uma oração deveria ser tomada como a projeção máxima de INFL (Flexão). Com base nas restrições impostas pelo Princípio da Categoria Vazia (ECP) e nas relações de ligação, Huang assumiu que VP constituía uma projeção máxima, e não um constituinte que projetava o nível S. Ele afirmou, ainda, que sentenças em inglês e em chinês tinham a seguinte estrutura:

(2)



Essa configuração mostrava um afastamento significativo da representação tradicional das sentenças. Nos anos 1970 e no início dos anos 1980, acreditava-se que as orações tinham uma projeção máxima S, da seguinte forma:

(3)  $S \rightarrow N''V''$

Um grande problema com a estrutura em (3) deriva do fato de que S não é endocêntrico, pois não é uma projeção de nenhum núcleo. Dado que a *endocentricidade* é uma propriedade natural das línguas humanas, em que cada nó não terminal é uma projeção de um núcleo com o qual compartilha traços e características, nenhuma sentença gramatical poderia ser gerada por uma regra de estrutura sintagmática que violasse tal propriedade. Na proposta de Huang, esse problema é resolvido considerando-se as sentenças como projeções máximas de INFL.

Com base nos trabalhos de Stowell (1981) e Huang (1982), diferentes autores (Chomsky, 1986a; Abney, 1987; Grimshaw, 1991) revisaram a estrutura dos elementos funcionais e seu papel na sintaxe<sup>44</sup>, os quais passaram a ser analisados como núcleos sintagmáticos – sendo, assim como os itens lexicais, endocêntricos. Tal reformulação teórica teve grande influência na distinção entre categorias lexicais e funcionais, já que uma de suas diferenças mais substanciais

<sup>44</sup> Embora INFL (I ou T) tenha sido a primeira categoria funcional a ser considerada núcleo de uma projeção, outras logo surgiram. Complementizadores e determinantes também passaram a ser examinados como núcleos que selecionam um complemento e projetam níveis superiores.

era baseada no fato de que apenas as primeiras eram analisadas como núcleos. Desde então, embora muitas pesquisas se tenham concentrado nesses elementos funcionais e em suas características típicas, sendo algumas categorias (determinantes, complementizadores etc.) vistas como prototípicas, grupos como as preposições têm suscitado alguns problemas de classificação devido a sua natureza híbrida.

### 2.3 Categorias funcionais e categorias lexicais

Considerando-se que tanto as categorias lexicais quanto as funcionais sejam núcleos que possam selecionar argumentos internos e externos, suas diferenças – pelo menos estruturais – devem ser explicadas em outros termos. Como foi extensivamente demonstrado (Friederici, 1982; Chomsky, 1986a; Abney, 1987; Grimshaw, 1991, 2000; Zwarts, 1997; Froud, 2001; Littlefield, 2005; Lust, 2006), as diferenças entre itens funcionais e lexicais vão muito além de sua constituição interna, gerando efeitos nos domínios semântico, sintático, morfofonológico e cognitivo.

Enquanto as categorias lexicais são chamadas de palavras de conteúdo (*contentives*), as funcionais são denominadas palavras de função (*functors*), como resultado de sua falta de conteúdo descritivo<sup>45</sup>. A contribuição descritiva de um item funcional parece estar limitada à interpretação de seu complemento. A esse respeito, Abney (1987) fornece uma definição bastante esclarecedora:

“Conteúdo descritivo” – que os elementos funcionais não contêm – é o vínculo de uma frase com o mundo. Se alguém pronuncia a palavra *bola*, e há uma bola à vista, a suposição padrão é que aquela bola está sendo descrita pela declaração. Esse é o sentido em que o substantivo *bola* possui conteúdo descritivo. Os verbos também têm conteúdo descritivo nesse sentido. Por exemplo, se John bate em Bill e a palavra *bater* é pronunciada, fica claro qual ação está sendo descrita. Por outro lado, com a pronúncia de um elemento funcional – digamos, o verbo auxiliar *ir*, ou o complementizador *se* – não é possível identificar uma parte do mundo da mesma forma. Palavras com “imediatez” e concretude são aquelas com conteúdo descritivo; elas são as palavras que sobrevivem quando a

---

<sup>45</sup> A alegação de que a falta de conteúdo semântico é um pré-requisito para que uma categoria particular tenha *status* funcional não é isenta de contestação. Cinque (2010) argumenta contra tal diagnóstico categorial com base no fato de que demonstrativos, quantificadores e morfemas de tempo e aspecto, todos de natureza funcional, não são totalmente desprovidos de conteúdo semântico.

linguagem é reduzida ao essencial (...) (Abney, 1987, p. 65-66, tradução nossa<sup>46</sup>).

Além disso, Abney caracteriza a distinção entre elementos funcionais e lexicais (temáticos) em termos formais. Ele sustenta que os itens temáticos são predicados da forma  $\langle e, t \rangle$ , onde  $e$  representa uma entidade e  $t$  um valor de verdade. Para ele, tanto substantivos quanto verbos estariam incluídos nessa definição, sendo, portanto, predicados de primeira ordem<sup>47</sup>. Abney adota a visão ligeiramente heterodoxa de que mesmo os verbos transitivos são caracterizados como do tipo  $\langle e, t \rangle$ , ou seja, predicados de um único lugar. Ele defende essa ideia com base no fato de que argumentos sintáticos não são o mesmo que argumentos semânticos. O verbo *bater*, por exemplo, não denota  $\lambda x, y$ , em que  $x$  e  $y$  são argumentos de bater, mas sim  $\lambda e$ , em que  $e$  é o “evento de bater” (Abney, 1987, p. 67). Por conta disso, *bater* é semanticamente um predicado de um único lugar. O que o tornaria um verbo transitivo (pelo menos no sentido tradicional) são seus argumentos sintáticos, selecionados por meio da atribuição de papéis- $\theta$ .

Do ponto de vista morfofonológico, os itens funcionais contrastam com os itens lexicais em pelo menos três aspectos. Em primeiro lugar, as categorias funcionais são, muitas vezes, morfológica e fonologicamente dependentes, sendo tipicamente átonas (clíticos ou afixos). Alguns exemplos são os pronomes oblíquos átonos do português (me, te, o, a, etc.), a partícula negativa inglesa *n't* e a preposição holandesa *in*, a qual se pode cliticizar ao substantivo *zake*, para formar *inzake*, que significa “relativo a” (Zwarts, 1997).

Um segundo aspecto no qual as categorias funcionais diferem morfofonologicamente das categorias lexicais diz respeito ao tamanho dos itens e à inclusão de novos membros. Categorias funcionais como determinantes e complementizadores são muito mais restritivas na aceitação de

---

<sup>46</sup> No original: “Descriptive content” – what functional elements lack – is a phrase’s link to the world. If someone utters the word *ball*, and there is a ball in view, the default assumption is that that ball is being described by the utterance. This is the sense in which the noun *ball* has descriptive content. Verbs also have descriptive content in this sense. For instance, if John hits Bill, and the word *hit* is uttered, it is clear what action is being described. On the other hand, with the utterance of a functional element – say, the modal *will*, or the complementizer *if* – it is not possible to pick out some bit of the world in the same way. Words with immediacy and concreteness are those with descriptive content; they are the words that survive when language is reduced to bare bones (...).

<sup>47</sup> É importante não confundir predicados de primeira ordem com predicados de um único lugar. O último diz respeito ao número de argumentos que um determinado predicado seleciona, enquanto o primeiro é uma entidade da lógica de predicados que seleciona objetos únicos como argumentos, em oposição aos predicados de segunda ordem, os quais expressam e quantificam relações e funções, e não apenas objetos ou constantes. Além disso, predicados de segunda ordem podem selecionar predicados de primeira ordem como seus argumentos.

novos membros e, por isso, formam uma classe fechada, à qual raramente se incorporam novos itens. Categorias lexicais como verbos e substantivos, por outro lado, são muito mais abertas, pois novos elementos são continuamente adicionados a essas classes, seja por meio de empréstimos de outras línguas, seja por intermédio de processos de formação de palavras, como prefixação, sufixação ou composição.

Finalmente, os itens funcionais são quase exclusivamente compostos de poucos morfemas/fonemas (geralmente um ou dois), conforme ilustrado em (4), que mostra membros da categoria *determinante* (uma categoria funcional prototípica) nas línguas românicas e germânicas<sup>48</sup>.

(4)

Língua	Determinante	Artigos indefinidos	Possessivos	Demonstrativos
Português	o, a	um, uma	meu, minha	este, esta, isto, aquele, aquela
Espanhol	el, la, lo	un, una	mi, mía, mío	este, esta, eso, aquel, aquella
Francês	le, la	un, une	mon, ma, à moi	ce/cet, cette, celui, celle
Inglês	the	a/an	my, mine	this, that
Holandês	de, het	een,	mijn, de/het mijn, van mij	dit, deze, dat, die
Alemão	der, die, das	ein, eine	mein, meine, meiner	dieser, diese

Tendo esboçado brevemente as distinções semânticas e morfofonológicas entre categorias funcionais e lexicais, voltamo-nos agora para algumas diferenças sintáticas entre elas. Uma dessas diferenças, argumenta Abney, diz respeito à seleção do complemento. Ao contrário dos itens lexicais, os elementos funcionais sempre selecionam um complemento único, que não é um argumento nem um adjunto. Um núcleo T, por exemplo, sempre toma um *vP/VP* como seu complemento e nunca altera o conteúdo descritivo deste último; ou seja, tanto um *vP*, como *João*

<sup>48</sup> O alemão é uma língua germânica altamente flexional cujos pronomes possessivos e demonstrativos são marcados para caso e três gêneros distintos (masculino, feminino e neutro). Na tabela em (4), por uma questão de simplicidade, restringimo-nos às formas nominativas masculinas/femininas singulares, tanto para possessivos quanto para demonstrativos.

*CHUTAR a bola*, quanto um TP no passado (ou CP declarativo, em nível de sentença), como *João chutou a bola*, descrevem o mesmo ato de “João chutar a bola”. O conteúdo descritivo do sintagma lexical apenas se transfere ao núcleo funcional. Em contrapartida, quando o núcleo lexical *CHUTAR* seleciona e, na terminologia minimalista, sofre *Merge* com seu complemento, o conteúdo descritivo do DP é significativamente modificado. Enquanto o DP *a bola* simplesmente denota a existência de uma bola, ou seja, um objeto, o VP *CHUTAR a bola* descreve um evento.

Essa diferença levou Abney (1987) a dividir as relações entre um núcleo e seu complemento em duas classes: relações temáticas, que incluem, mas não se limitam à atribuição de papel- $\theta$ ; e seleção funcional (seleção-f), definida como a relação entre um núcleo funcional e seu complemento. Seleção-f é diferente de seleção-c, pois, enquanto esta última especifica a categoria do complemento de um núcleo particular, a primeira envolve não uma mera relação estrutural entre o núcleo e seu complemento, mas uma especificação do mesmo tipo categorial como o complemento do respectivo núcleo funcional. A hipótese de f-seleção, embora inovadora, foi alvo de algumas críticas. Grimshaw (1991), por exemplo, sugeriu que a relação entre sintagmas funcionais e lexicais fosse vista de baixo para cima, em termos de projeções estendidas. Não prosseguiremos com a análise de Grimshaw neste momento, pois ela será discutida com mais detalhes nas próximas seções.

Dessa maneira, Abney distingue palavras lexicais de palavras funcionais em termos de um traço  $[\pm F]$ , sendo os elementos funcionais especificados como  $[+F]$ , e os lexicais como  $[-F]$ . Nota-se, portanto, que Abney modifica o sistema de traços de Chomsky ao substituir  $[\pm V]$  por  $[\pm F]$ <sup>49</sup>, o que produz a seguinte distribuição entre as quatro principais categorias sintáticas<sup>50</sup>:

---

<sup>49</sup> De um modo geral, Abney rejeita o traço  $[\pm V]$  porque a dicotomia entre adjetivos e verbos, em um extremo, e preposições e substantivos, no outro, não é tão fundamental quanto aquela decorrente do traço  $[\pm N]$ , que separa substantivos/adjetivos de verbos/preposições.

<sup>50</sup> Abney, ao abordar brevemente as preposições, escreve: “(...) P parece transitar entre elementos funcionais e temáticos; poder-se-ia tratá-lo como  $[\pm F]$ .” [No original: *P seems to straddle the line between functional and thematic elements; one might wish to treat it as  $[\pm F]$ .*] Como veremos nas próximas seções, isso se assemelha à proposta de Zwarts (1997) de que as preposições não são lexicais nem funcionais (em sua maioria).

(5)	[-F]	[+F}
	[-N]	V, Aux, P(?)
		I, C
	[+N]	N, A, Q, Adv
		D

Ademais, dentro da Teoria de Princípios e Parâmetros, as categorias lexicais e funcionais diferem quanto ao licenciamento de seus argumentos internos e externos. Apesar de ambas serem fundamentalmente feixes de traços com especificações morfológicas e sintáticas (Rauh, 2010), esses traços – que podem ser realizados fonologicamente ou não –, bem como seus resultados práticos, variam muito entre as categorias (e até dentro de uma mesma categoria). Núcleos lexicais tradicionais, como substantivos e verbos, atribuem papéis- $\theta$  a seus argumentos<sup>51</sup>. Além disso, itens lexicais podem atribuir Caso inerente. Sob a abordagem GB, especificamente dentro da Teoria do Caso, Chomsky (1986a) distingue esses dois tipos de Caso da seguinte forma:

Distinguimos os “Casos estruturais” objetivo e nominativo, atribuídos em termos da posição na estrutura S, dos Casos inerentes”, atribuídos na estrutura D. Os últimos incluem o Caso oblíquo, atribuído por preposições, e agora também o Caso genitivo, que assumimos ser atribuído por substantivos e adjetivos, assim como os verbos normalmente atribuem o Caso objetivo. O Caso inerente está associado à marcação- $\theta$ , enquanto o Caso estrutural não está (...). Assim, assumimos que o Caso inerente é atribuído por  $\alpha$  a NP se e somente se  $\alpha$  atribui papel temático  $\theta$  a NP, enquanto o Caso estrutural é atribuído de forma independente da marcação- $\theta$ . Por outro lado, todas as categorias lexicais atribuem Caso: P, N e A atribuem Caso inerente na estrutura D, enquanto V (junto com INFL, que contém AGR; geralmente como em inglês, INFL finito) atribui Caso estrutural na estrutura S (Chomsky, 1986a, p. 193, tradução nossa<sup>52</sup>).

Nessa perspectiva, Caso inerente é sempre tematicamente dependente, ao passo que Caso estrutural é determinado apenas em termos de configuração estrutural, como o nome sugere.

<sup>51</sup> De acordo com o critério- $\theta$ , cada argumento carrega um e apenas um papel- $\theta$ ; e cada papel- $\theta$  é atribuído a um e apenas um argumento (Chomsky, 1981). A atribuição de papéis temáticos é tradicionalmente associada à seleção-s(semântica), em oposição à seleção-c(categorial).

<sup>52</sup> No original: We distinguish the "structural Cases" objective and nominative, assigned in terms of S-structure position, from "inherent Cases assigned at D-structure. The latter include the oblique Case assigned by prepositions and now also genitive Case, which we assume to be assigned by nouns and adjectives just as verbs normally assign objective Case. Inherent Case is associated with  $\theta$ -marking while structural Case is not(...). Thus, we assume that inherent Case is assigned by  $\alpha$  to NP if and only if  $\alpha$   $\theta$ -marks NP, while structural Case is assigned independently of  $\theta$ -marking. Now all lexical categories assign Case: P, N and A assign inherent Case at D-structure, whereas V (along with INFL, containing AGR; usually as in English, finite INFL) assigns structural Case at S-structure).

Consequentemente, se os núcleos funcionais não estabelecem nenhum tipo de relação temática, sendo seus complementos licenciados por seleção-f, Caso inerente só pode ser atribuído por núcleos lexicais.

Um ponto a ser enfatizado sobre a abordagem de Chomsky para a Teoria do Caso é o de que, embora a atribuição de Caso inerente seja exclusiva às categorias lexicais, o mesmo não ocorre com Caso estrutural. Como ilustra a citação anterior, V, apesar de atribuir papel- $\theta$  a seu argumento interno, atribui-lhe caso objetivo (acusativo), enquanto INFL (finito) atribui Caso nominativo. Tanto Caso objetivo quanto Caso nominativo são espécies de Caso estrutural e, ainda assim, são atribuídos por um núcleo lexical e um funcional, respectivamente. Por isso, Chomsky afirma que, enquanto Caso inerente deve necessariamente ser atribuído em uma relação temática, Caso estrutural é independente de marcação- $\theta$ .

Curiosamente, com a hipótese Split-VP de Larson (1988), a ideia de um verbo causativo nulo, proposta por Chomsky (1995), e a redefinição de Caso como um efeito da valoração de traços no PM, bem como os trabalhos acerca de fases e herança de traços, todas as formas de Caso estrutural tornaram-se dependentes da seleção de núcleos funcionais da numeração.

Como mencionamos anteriormente, na seção 1.4, os traços não interpretáveis são a força motriz da derivação sintática, pois a operação *Move* só pode ser acionada pelo  $C_{HL}$  como meio de valorar e deletar esses traços. Sem traços não interpretáveis, não há movimento e, consequentemente, não há derivação. Além disso, se assumirmos que os núcleos de fase sejam o *locus* dos traços não interpretáveis e que, ao menos conceitualmente, apenas núcleos funcionais possam constituir fases, segue-se que todos os traços não interpretáveis são inseridos na derivação em núcleos funcionais, podendo ser herdados por núcleos lexicais ao longo do processo derivacional. Ademais, dado que Caso estrutural é o resultado de Agree entre uma sonda e um alvo, e a propriedade definidora de uma sonda é que ela contém traços não interpretáveis, não pode haver valoração de Caso estrutural sem traços não interpretáveis e, por extensão, sem núcleos funcionais.

Assim, todas as formas de Caso estrutural estão associadas a um núcleo funcional específico. O Caso nominativo, por exemplo, que já era considerado como sendo atribuído (ou *valorado*, para usar a terminologia mais recente) pelo núcleo T (ou I), permaneceu dessa forma,

com a exceção de que se assume, atualmente, que os traços não interpretáveis que tornam T ativo para procurar por um alvo e valorar seu traço de Caso se originam em C. Da mesma forma, o Caso acusativo, outra forma de Caso estrutural, só pode ser valorado após a inserção na numeração de um núcleo transitivo  $v$ <sup>53</sup> que selecione um argumento externo temático<sup>54</sup>.

Neste ponto, façamos uma breve digressão para enfatizar o fato de que a natureza funcional de uma categoria não pode ser deduzida apenas com base em uma suposta falta de conteúdo semântico, como já foi mencionado na nota de rodapé 45. Embora intuitiva e útil, essa estipulação pode ser enganosa, na medida em que não parece ser empiricamente confiável, pois itens funcionais como D, T e C apresentam, sim, conteúdo semântico, mesmo que mínimo e não temático (ou seja, não baseado em atribuição de papéis- $\theta$ ). Adicionalmente, levantar a hipótese de que elementos funcionais não contribuem para a interpretação semântica de uma sentença daria origem a uma aparente contradição teórica, dado o Princípio da Interpretação Plena, que prevê que não há elementos supérfluos na derivação e que todos os constituintes, nulos ou manifestos, devem ser interpretáveis nas interfaces C-I e SM (Chomsky, 1995). Talvez o mais apropriado seria dizer que categorias funcionais não detêm conteúdo descritivo (como Abney afirma), possuindo, no entanto, conteúdo semântico, uma vez que, embora não designem um objeto no mundo, elas podem restringir ou modificar a aplicação de uma categoria lexical, por meio da expressão de conteúdo referencial, por exemplo.

Portanto, outras ferramentas de diagnóstico parecem mais recomendadas, como o número de membros da categoria, frequência, dependência morfológica, traços categoriais, seleção de argumentos etc. Uma estratégia bastante útil para selecionar potenciais candidatos a serem categorias funcionais é analisar elementos funcionais como itens que se comportam de maneira semelhante a uma função matemática, assim como Zwarts (1997) propõe para as preposições. Em termos bastante simplificados, uma função matemática é essencialmente uma relação entre dois conjuntos, mais especificamente um conjunto de entradas e um conjunto de saídas. Se

---

<sup>53</sup> Este núcleo transitivo é geralmente  $v$ , embora se tem sugerido que outras categorias possam valorar o Caso acusativo. No domínio das preposições, por exemplo, alguns linguistas têm advogado que o PP também é selecionado por um  $p$  funcional. Na verdade, essa ideia em si não é nova, remontando à década de 1990 (ver van Riemsdijk, 1990).

<sup>54</sup> Se é o próprio  $v$  que valoriza o traço de Caso em um complemento DP, ou se ele primeiro transfere seus traços não interpretáveis para um núcleo lexical V, ainda é uma questão sob debate.

tomarmos itens funcionais como funções nesse sentido, podemos assumir que eles são *devices that map phases to phrases* (Zwarts, 1997, p. 13). Como consequência dessa análise, as categorias funcionais são sempre transitivas, pois devem ser aplicadas a algo. D, por exemplo, é uma função que se aplica a um NP. Em outras palavras, D toma um NP como entrada e gera uma saída, ou seja, um DP. Mais formalmente, D é representado como  $F(NP)$ . Dado que NP é na verdade uma projeção de N e, portanto, carrega os traços [+N, -V], podemos concluir que D denota  $F([+N, -V])$ .

Um último domínio no qual a distinção entre categorias funcionais e lexicais se mantém é o domínio cognitivo<sup>55</sup>. No contexto da aquisição da linguagem, por exemplo, Lust (2006) argumenta que, após adquirirem os “primitivos epistemológicos da sintaxe” – que Lust descreve como as unidades constituintes e a configuração subjacente a cada frase –, as crianças categorizam essas unidades, traçando um contraste entre categorias funcionais e lexicais.

Shady (1996, *apud* Lust, 2006), em experimentos com crianças de 10,5 meses que estavam aprendendo inglês, mostrou que elas tendiam a escolher passagens com itens funcionais naturais (não modificados) em vez daquelas que continham palavras funcionais que haviam sido modificadas de maneira não natural. Além disso, alterando a ordem natural de alguns itens funcionais em frases (por exemplo, *\*Has man this bought two cakes* em vez de *This man has bought two cakes*), Shady constatou que crianças de 16 meses podiam identificar morfemas funcionais agramaticais .

Embora estudos como o de Shady pareçam indicar que crianças menores de dois anos já diferenciam palavras funcionais de lexicais, a produção infantil de itens funcionais é quase inexistente durante os dois primeiros anos de vida (Littlefield, 2005). Por volta dos 10 aos 18 meses de idade, as crianças passam pelo chamado estágio holofrástico de aquisição da linguagem, no qual elas produzem apenas enunciados de uma palavra. Nessa fase, não há

---

<sup>55</sup> É evidente que os processos semânticos, morfológicos e sintáticos derivam e dependem da cognição e da arquitetura biológica do cérebro humano. O termo “cognitivo” é usado aqui para descrever um domínio separado apenas porque a divisão funcional-lexical pode ser verificada em fenômenos mais abrangentes que parecem afetar todas as outras áreas da linguagem, mesmo que não igualmente. Alguns exemplos são os processos de aquisição da linguagem e os distúrbios linguísticos, como a afasia.

produção de itens funcionais. Na verdade, mesmo na fase telegráfica<sup>56</sup> (dos 24 meses aos 30 meses), em que a criança começa a dizer frases com mais de duas palavras, as categorias funcionais ainda são muito infrequentes, estando mais presentes na fala das crianças somente a partir dos 30 meses.

Outra evidência para uma distinção entre categorias lexicais e funcionais vem de estudos com pacientes afásicos. Friederici (1982), por exemplo, analisou a produção e interpretação de preposições lexicais e funcionais em alemão por indivíduos afásicos. Por meio de testes de produção e testes de julgamento de gramaticalidade, a autora examinou 12 indivíduos com afasia de Broca e 12 com afasia de Wernicke. Em relação à aceitabilidade, Friederici constatou que indivíduos com qualquer um dos dois tipos de afasia não mostraram muita diferença em sua percepção de preposições em funções funcionais ou lexicais, embora os pacientes de Wernicke tenham tido um melhor desempenho com preposições funcionais do que com preposições lexicais. Na tarefa de produção, tanto os pacientes com afasia de Wernicke quanto aqueles com afasia de Broca apresentaram uma diferença significativa em relação aos dois grupos preposicionais. Enquanto os sujeitos com afasia de Wernicke produziram preposições funcionais corretamente cerca de 10% a mais do que as preposições lexicais, os pacientes com afasia de Broca mostraram o padrão contrário, produzindo preposições lexicais corretamente quase que duas vezes mais que as preposições funcionais.

Como foi brevemente demonstrado nesta seção, existe um corpus apreciável de evidências em favor de uma divisão entre categorias funcionais e lexicais, a qual pode ser explicada com base em uma ampla variedade de critérios. Ainda assim, apesar dos diagnósticos relativamente simples à nossa disposição, a aplicação desses diagnósticos para algumas categorias não é tão fácil. Advérbios e preposições têm exibido uma dissonância empírica com algumas generalizações obtidas a partir das características de categorias funcionais/lexicais prototípicas, que não são transportadas a outras categorias.

---

<sup>56</sup> Esse é quase o mesmo padrão que aquele encontrado em pessoas que com agramatismo, como os afásicos de Broca, que apresentam dificuldades em produzir itens funcionais como determinantes, auxiliares etc.

## 2.4 A natureza ambígua das preposições

O estudo das preposições – e adposições, em geral – não é um domínio de fácil investigação. A natureza categorial de uma preposição, seu papel na sintaxe e na semântica e o próprio conceito de preposição estão longe de ser um consenso entre os autores. Alguns linguistas argumentam que as preposições são itens lexicais tais como verbos e substantivos (Jackendoff, 1973; Chomsky, 1981), só que com traços categoriais [-N, -V]. Por outro lado, outros autores consideram as preposições itens funcionais (Grimshaw, 1991, 2000; Baker, 2003), com alguns chegando a afirmar que elas são apenas marcadores de caso, de modo similar às flexões de caso latino (Fillmore, 1968). A grande maioria dos autores, no entanto, parece compartilhar a visão de que as preposições são uma categoria híbrida, com características lexicais e funcionais (Van Riemsdijk, 1990; Zwarts<sup>57</sup>, 1997; Froud, 2000; Koopman, 2000; Rauh 2002, 2010; Littlefield, 2005; Cinque, 2010; Kleppa, 2010). A seguir, forneceremos um esboço dos principais aspectos de algumas dessas abordagens ao problema da natureza categorial das preposições.

### 2.4.1 Van Riemsdijk e a projeção *p*-leve

Uma das mais importantes hipóteses em favor da existência de uma projeção *p*, similar ao verbo leve *v*, foi proposta por van Riemsdijk (1990). Van Riemsdijk foi um dos primeiros autores que, após a reanálise das categorias funcionais como núcleos sintagmáticos, empreendeu uma descrição da natureza categorial e da composição estrutural de sintagmas preposicionais. Com base em trabalhos anteriores dentro do modelo X-barras, ele propõe a *tese da identidade categorial* (doravante, CIT). A formulação dessa tese decorre do fato, já observado por Abney (1987), de que uma categoria funcional estabelece uma relação íntima com seu complemento ou *projeção lexical hospedeira* (nome usado por van Riemsdijk), o que limita sua amplitude seletional a tal ponto que ela sempre subcategoriza o mesmo tipo de

---

<sup>57</sup> De maneira mais exata, Zwarts afirma que preposições, em geral, não são lexicais nem funcionais, embora existam algumas poucas que sejam funcionais no sentido de que elas podem ser aplicadas a uma projeção nominal (DP).

complemento. Cria-se, assim, uma identidade categorial entre o núcleo funcional e seu complemento ou projeção hospedeira.

Na construção de CIT, van Riemsdijk utiliza-se dos traços categoriais postulados por Chomsky, quais sejam ["N] e ["V]. A esses dois ele acrescenta os traços ["PROJECTION] e [ $\pm$ MAXIMAL], os quais descrevem os níveis X-barras, e o traço [ $\pm$ F], que especifica uma categoria como funcional [-F] ou lexical [+F]. O autor organiza, assim, o seguinte conjunto de traços:

$$(6) \quad [(\pm N, \pm V) (\pm \text{PROJ}, \pm \text{MAX}) (\pm F)] \quad (\text{van Riemsdijk, 1990, p. 231})$$

A combinação desses traços, em especial dos traços categoriais e [ $\pm$ F], resulta nas categorias mostradas abaixo:

$$(7) \quad \begin{aligned} [+N, -V, -F] &= N \\ [+N, -V, +F] &= D \\ [-N, +V, -F] &= V \\ [-N, +V, +F] &= T \text{ (ou I)} \end{aligned} \quad (\text{van Riemsdijk, 1990, p. 231})$$

Como evidenciado em (7), as categorias funcionais compartilham dos mesmos traços categoriais que seus complementos lexicais. D, sendo nominal por natureza, é especificado tal como N; T, por outro lado, carrega os traços categoriais de V. O que difere D de N, e V de T, é o valor de [ $\pm$ F]. Tem-se, assim, uma correspondência direta entre uma dada categoria funcional e sua categoria lexical hospedeira.

Respaldado nas premissas feitas à luz da CIT, van Riemsdijk sugere a aplicação de sua tese ao domínio das preposições, o que, segundo o autor, daria conta da aparente contradição de direcionalidade do núcleo suscitada por línguas como o alemão e o holandês, pois ambas essas

línguas contêm preposições, posposições e circumposições<sup>58</sup>. Embora seja comum que línguas não apresentem uniformidade de direcionalidade do núcleo em todas as categorias, seria de se esperar que uma língua exibisse homogeneidade dentro de uma mesma categoria – nesse caso, as adposições –, o que não é atestado no alemão e no holandês<sup>59</sup>.

Em termos de estrutura hierárquica, van Riemsdijk cita algumas possíveis representações para os sintagmas preposicionais, das quais uma é escolhida por melhor adequar-se ao comportamento das adposições nas línguas germânicas investigadas. A representação, que contém um *p* funcional, é exibida em (8) a seguir:

(8)  $[pp [PP P^{\circ} NP] p^{\circ}]$  (van Riemsdijk, 1990, p. 239)

Na estrutura acima, o núcleo funcional  $p^{\circ}$  é o correspondente preposicional de D e T, isto é, o item funcional selecionado pela projeção lexical hospedeira PP. A projeção funcional *pp*, portanto, herda os traços categoriais de PP. Desse modo, como PP é especificado na teoria tradicional e no modelo CIT como [-N, -V], *pp* também o será, residindo a diferença entre os dois no valor de  $[\pm F]$ .

A extensão da tese CIT às adposições do alemão e do holandês oferece algumas vantagens teóricas. Primeiramente, ela gera uma representação sintagmática que nos permite justificar, formal e teoricamente, os três tipos de adposições encontrados nessas línguas. Nesse sentido, Van Riemsdijk presume que, no caso das posposições, elas são geradas em P e se movem para  $p^{\circ}$ , caracterizando-se, assim, movimento de núcleo – tal como ocorre no domínio dos verbos, em que V pode deslocar-se para T. Em relação às circumposições, o autor alega que o elemento posposicional, geralmente associado a uma partícula dêitica, é gerado em  $p^{\circ}$ , não

<sup>58</sup> Muitas das circumposições do alemão são introduzidas por uma preposição e cercadas por um elemento dêitico, que pode aparecer sozinho ou fixado em um elemento análogo às preposições. Van Riemsdijk (1990, p. 233) apresenta os seguintes exemplos, em que +P e -P se referem, respectivamente, à aproximação ou ao afastamento espacial em relação ao falante, geralmente o ponto de referência (os elementos dêiticos foram grafados em itálico).

(i) auf den Berg *herauf* (on the mountain up (-P)) acc  
 hinter der Scheune *hervor* (behind the barn from (+P)) dat  
 gegen Ende *hin* (towards end (-P)) acc  
 von Süden *her* (from south (+P)) dat

<sup>59</sup> Embora o elemento posposicional possa, em alguns casos, ser visto como uma partícula verbal, van Riemsdijk contesta tal análise, sob o argumento de que tanto as circumposições quanto as posposições em alemão e holandês, em posições argumentais típicas de PPs, podem sofrer movimento-Wh, topicalização e extraposição.

havendo movimento de núcleo. Por fim, as preposições envolvem um núcleo lexical P gerado na base e um núcleo funcional p° fonologicamente nulo. Em todos os casos, van Riemsdijk argumenta, há uma relação de concordância entre os elementos preposicionais similar àquela entre D e N, no que diz respeito a traços morfossintáticos e semânticos.

Uma segunda vantagem que advém da adoção de CIT está associada à ideia de que PP, assim como as outras projeções lexicais, também está contido em uma projeção funcional. Tal hipótese fornece uma descrição unificada das categorias do léxico. Isso é exemplificado na maneira como certos traços morfossintáticos e semânticos da projeção lexical são realizados no núcleo funcional. Em alemão, por exemplo, as noções de gênero e definitude dos nomes são marcadas no determinante. Da mesma forma, poder-se-ia argumentar que alguns traços de P são realizados em p°. Van Riemsdijk sugere tal abordagem para as preposições do alemão, as quais, segundo o autor, são constituídas de três traços principais: [±DIR(eção)], [±PROX(imidade)] e [±ORI(entação)], este último subdividido em dois outros traços – [±UP] e [±IN]. A aplicação desses traços a algumas preposições do alemão é demonstrada na tabela em (9) a seguir (van Riemsdijk, 1990, p. 239).

(9)	±DIR	±OR	±PROX	PREPOSIÇÕES
	+	+UP	+/-	herauf/ hinauf(up)
	+	-UP	+/-	herab/ hinab(down)
	-	+UP	∅	oben(above)
	-	-UP	∅	unten (below)
	+	+IN	+/-	herein (in)
	+	-IN	+/-	heraus (out/out of)

Um outro autor conhecido por analisar as preposições como projeções estendidas é Svenonius (2003), que sugere uma descrição constitutiva das preposições espaciais em termos de *pP-shells*, estabelecendo, assim como van Riemsdijk, um paralelo entre os domínios

preposicional e verbal. Segundo Svenonius, as preposições espaciais são organizadas estruturalmente a partir da relação entre as entidades *Figure* e *Ground*, as quais Svenonius (2003, p.432-433, tradução nossa<sup>60</sup>) define como: “*Figure* é a entidade em movimento ou em repouso que está localizada em relação a *Ground*; *Figure* é, às vezes, denominada *locatum*. *Ground* é comumente uma localização em relação à qual *Figure* está situada.”. Os exemplos em (10) e (11)<sup>61</sup> mostram alguns sintagmas preposicionais com DPs que representam os conceitos de *Figure* e/ou *Ground* (os DPs que representam *Figure* estão em negrito, e os que representam *Ground* estão em itálico):

- (10) a. The helicopter flew **the firefighters** up *the mountain*.  
b. The helicopter flew **the firefighters** up.  
c. The helicopter flew up **the firefighters**.  
d. The helicopter flew up *the mountain*.
- (11) a. The cook twisted **the lid** off *the jar*.  
b. The cook twisted **the lid** off.  
c. The cook twisted off **the lid**.  
d. The cook twisted off *the jar*.

Svenonius argumenta que um elemento P c-seleciona o DP que representa a entidade *Ground*, mas não o DP correspondente a *Figure*. Por causa disso, o constituinte P em (10b), (10c) (11b) e (11c) não consiste em uma preposição, mas em uma partícula adverbial, uma vez que os respectivos sintagmas não incluem um DP *Ground*.

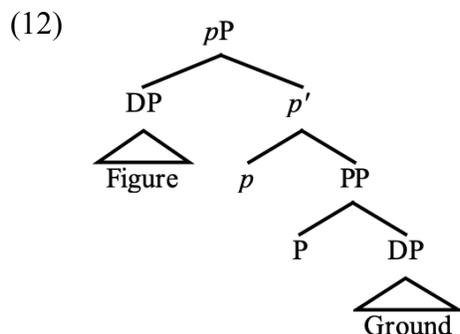
Com base na relações entre a preposição e as entidades *Figure* e *Ground*, Svenonius traça um paralelo com o domínio verbal. De acordo com ele, a relação entre P e *Ground* é bastante próxima, assim como a relação entre um verbo V e seu argumento interno (Paciente). Por outro lado, a relação que P estabelece com *Figure* é mais distante, assim como a relação entre V e um

---

<sup>60</sup> No original: the Figure is the entity in motion or at rest which is located with respect to the Ground; the Figure is sometimes called the ‘locatum.’ The Ground is typically a location with respect to which the Figure is located.

<sup>61</sup> Os exemplos foram mantidos em inglês, conforme o original, porque as mesmas comparações não são possíveis em PB, dada a inexistência, nesta língua, de partículas adverbiais tais como as do inglês e as das línguas escandinavas.

argumento externo (Agente). Desse modo, a estrutura preposicional é idêntica àquela encontrada no âmbito dos verbos: uma preposição lexical P seleciona um argumento interno, a saber, *Ground*, e é selecionada por um núcleo funcional *p*, que o c-comanda e seleciona um argumento externo, representado por *Figure*. Um exemplo dessa estrutura preposicional é mostrado em (12) abaixo:



Em trabalhos posteriores (2006, 2010), Svenonius desenvolve uma análise cartográfica, defendendo uma estrutura explodida para as preposições espaciais do inglês. O autor advoga que PPs espaciais, como *in front of*, são constituídos de um sintagma AxPartP (*Axial Part Phrase*) — encabeçado pela preposição *front*, denominada parte axial —, que é c-comandado por um núcleo Place *in* e c-comanda uma projeção KP (*Kase Phrase*), cujo núcleo é o marcador de caso *of*. Essa abordagem cartográfica, cujos proponentes incluem Koopman (2000) e Svenonius (2006, 2010), tem sido bastante recorrente no âmbito do estudo das preposições, e diferentes estruturas, com um número surpreendente de projeções, têm sido geradas.<sup>62</sup>

Em suma, do que foi exposto acima, podemos notar que as hipóteses de van Riemsdijk e Svenonius são bastante promissoras na medida em que unificam o tratamento das preposições e fornecem um aparato teórico no qual toda categoria lexical deve ser selecionada por uma projeção funcional. No entanto, as duas análises aqui mostradas, especialmente aquela proposta por van Riemsdijk, tratam as preposições funcionais e lexicais de maneira uniforme, uma vez que postulam uma única estrutura para essa categoria, o que não parece ser facilmente atestável

49 Cinque (2010), por exemplo, sugere a seguinte possível estrutura: [PPdir from [PPstat AT[DPplace[DegP two inches [ModedirP diagonally [DecticP here [AxPartP under X<sup>o</sup>[PP P [NPplace the table [PLACE]]]]]]]]]]].

se compararmos elementos preposicionais em diversas línguas. Embora seja provável que grande parte das preposições, se não todas, contenham uma projeção funcional, não é esperado que todas envolvam uma estrutura lexical, dado o desbotamento semântico de itens preposicionais mais gramaticalizados, tais como *de* e *em*, no português.

#### 2.4.2 Preposições como uma projeção estendida

Em uma crítica ao dispositivo de seleção-f, advogado por Abney (1987), Grimshaw (1991) introduz o conceito de *projeção estendida*. Para a autora, a relação sintática entre uma categoria lexical e uma categoria funcional se constrói de baixo para cima, e não de cima para baixo. Dito de outro modo, não são os itens funcionais que selecionam os constituintes lexicais, mas os lexicais que licenciam os sintagmas funcionais, os quais constituem uma extensão da projeção lexical. Uma implicação lógica desse raciocínio é a de que as categorias funcionais devem comportar os mesmos traços categoriais das projeções lexicais de que dependem, distinguindo-se destas por outras características. Segundo Grimshaw, essa distinção é alcançada por intermédio de um traço funcional [F], definido como um traço não binário e transcategorial, com três valores de codificação possíveis: [F0], [F1], [F2]. A combinação desses valores com os traços categoriais, os quais Grimshaw reduz às especificações [nominal], nos casos de N, D e P, e [verbal], para V, T e C, resultam no seguinte sistema:

- (13) a. V [verbal] [F0]  
b. T [verbal] [F1]  
c. C [verbal] [F2]
- (14) a. N [nominal] [F0]  
b. D [nominal] [F1]  
c. P [nominal] [F2]

Com base na distribuição dos traços representada acima, Grimshaw distingue os *núcleos* e *projeções*, os quais ela denomina “perfeitos”, de *núcleos estendidos* e *projeções estendidas*. Segundo a linguista, “X é um núcleo perfeito de YP, e YP é uma projeção perfeita de X se, e somente se, X é um núcleo de YP e o valor [F] de YP é o mesmo que o valor [F] de X”

(Grimshaw, 2000, p. 117)<sup>63</sup> Por essa definição, DP é uma projeção perfeita de D e D' porque compartilha com eles os mesmos traços categoriais e o mesmo valor, no caso [F1]; contudo, DP, embora uma projeção estendida de N, N' e NP, pois todos são especificados com o traço categorial [nominal], não é uma projeção perfeita deles, dada a diferença nos valores de [F]. Nota-se, assim, que as categorias funcionais são expressas como uma entidade relacional que depende de uma projeção lexical.

Uma projeção estendida, portanto, é constituída de um núcleo lexical no domínio de uma ou mais projeções funcionais, e os valores de [F] são designados de maneira hierárquica a partir do núcleo lexical, do qual percolam propriedades morfossintáticas (por concordância) e categoriais. Disso decorre a condição de que um constituinte X somente será uma projeção estendida de um constituinte YP se X, além de apresentar um valor de F superior ao de YP, for composto dos mesmos traços categoriais que YP. À luz dessa condição, um TP que seja complemento de V, por exemplo, não constitui uma projeção estendida deste último, pois o traço [F] é codificado como [F0] em V e [F1] em TP. Por essa razão, CP e PP nunca estarão contidos em algum constituinte que forme com eles uma projeção estendida, pois seus valores para [F] são máximos<sup>64</sup>.

Uma característica importante desse sistema de projeções estendidas é a de que os PPs, assim como os CPs, são designados com o valor máximo de [F], sendo, portanto, altamente funcionais, o que configura um afastamento da proposta de Grimshaw em relação àquelas de alguns linguistas anteriores, para os quais as preposições eram, pelo menos em parte, itens lexicais. Rompendo com essa tradição, Grimshaw, ao definir as preposições como projeções estendidas de NP-DP, sugere que as preposições não selecionam seus complementos tematicamente, logo não lhes atribuem papel temático, relacionando-se com eles por concordância e compartilhamento de traços e informações, que são projetados pelos constituintes em seu domínio.

---

<sup>63</sup> No original: X is a perfect head of YP, and YP is a perfect projection of X iff: X is a head of YP and the [F] value of YP is the same as the [F] value of X.

<sup>64</sup> Como a própria autora ressalta, a ideia de que o PP e o CP são as projeções máximas dos domínios nominal e verbal, respectivamente, os aproxima de maneira análoga ao que é defendido por Emonds (1985), que os considera parte da mesma categoria.

Segundo Grimshaw, o comportamento de sintagmas-Wh é uma evidência em favor do entendimento do PP como uma projeção estendida de NP. O traço-Wh de NP é projetado através do DP até o PP dominante, visto que o NP e o DP são “transparentes” ao PP, por este último ser uma extensão daqueles. Por isso, em um fenômeno como *pied-piping*, em que um DP com o traço-Wh é movido ao especificador de um CP, o que ocorre não é o carreamento ou arrastamento do PP pelo DP; antes, o que se dá é que, a preposição, sendo uma projeção estendida de NP-DP, comporta ela mesma o traço-Wh, o que a torna um sintagma-Wh, assim como NP-DP.

Essa concepção de *pied-piping*, contudo, suscita o problema de como explicar que algumas preposições, em algumas línguas, podem sofrer *stranding*, isto é, podem ser separadas de seu complemento DP e isoladas. Se os PPs são uma projeção estendida de NP-DP, e o traço-Wh deste é transferido ao PP, por que um complementizador com um traço EPP pode atrair o DP-NP para fora do PP, deixando este último *in situ*, “órfão”? Grimshaw, que reconhece e menciona esse problema, não apresenta, ainda, uma solução, mas sugere a possibilidade de que *P-stranding* possa estar associado à natureza lexical ou funcional da preposição<sup>65</sup>. A autora afirma o seguinte:

Portanto, explica-se o fato de que apenas P pode ser carreada (sofrer *pied-piping*): é a categoria que forma uma projeção estendida com um nominal. Isso, é claro, suscita a questão de por que P também pode ser tão facilmente isolado (sofrer *stranding*), o que sugere que P tem outras análises também, pelo menos em uma língua onde *stranding* é possível, como o inglês. Talvez isso esteja relacionado às propostas mencionadas acima, nas quais P pode ser tanto funcional quanto lexical (Grimshaw, 2000, p. 128, tradução nossa<sup>66</sup>).

### 2.4.3 Preposições semilexicais

Desde Riemsdijk (1990), a maioria dos linguistas que empreenderam uma investigação das preposições as classificaram como itens semilexicais, ou porque elas são constituídas de uma projeção lexical, ou porque a classe delas não pode ser categorizada de maneira uniforme,

---

<sup>65</sup> Como argumentaremos no capítulo 3, contudo, o *P-stranding* não parece estar associado à natureza lexical ou funcional da preposição, já que, em inglês e em algumas línguas escandinavas, ambos os tipos de preposições podem sofrer *stranding*.

<sup>66</sup> No original: Thus, the fact that only P pied-pipes is explained: it is the category that forms an extended projection with a nominal. This of course raises the question of why P is also so strandable, which suggests that P has other analyses also, at least in a stranding language like English. Perhaps this should be related to the proposals mentioned above, in which P can be either functional or lexical (Grimshaw, 2000, p. 128).

havendo preposições lexicais e funcionais. Os poucos autores que, a partir da criação do PM, aventuram-se na tarefa de fornecer uma descrição homogênea desses elementos optaram, quase que invariavelmente, por tratá-los como funcionais.<sup>67</sup> Se as preposições são uma das classes gramaticais mais controversas, ao menos nisto parece haver algo próximo de um consenso: as preposições são funcionais; o que não significa dizer que elas não sejam lexicais.

Em uma das mais conhecidas análises das preposições, Rauh (2002, 2010) argumenta que existem dois grupos de preposições, as quais ela chama *preposições lexicais* e *preposições gramaticalizadas*, sendo estas subdivididas em dois tipos, quais sejam as *preposições regidas*, também chamadas *preposições de caso*, e as *preposições gramaticais*. Com base na versão de Teoria- $\theta$  de Higginbotham (1985), Rauh defende que as diferenças entre os tipos preposicionais se devem aos feixes de traços morfossintáticos e temáticos que os compõem, sendo tais traços responsáveis por determinar quais projeções serão licenciadas por uma preposição.

De maneira sucinta, Higginbotham (1985, *apud* Rauh, 2010) sugere que cada item do léxico é codificado com um estrutura argumental, caracterizada como um predicado lógico formado por variáveis que precisam ser *saturadas*, seja por substituição por uma constante, seja por ligação a um operador.

Segundo Higginbotham, os itens lexicais podem selecionar, além de argumentos externos <ext> e internos <int>, argumentos referenciais <ref>, aos quais, diferentemente do que ocorre com os outros dois, não é atribuído um papel temático. Esses três tipos de argumentos podem ser “saturados” via dispositivos distintos. No modelo de Higginbotham, existem, além de traços- $\theta$  e traços morfossintáticos formais (traços- $\phi$ ), traços de operador (*operator features*) e traços quantificadores<sup>68</sup>. Nesse sistema, um traço licencia um argumento via um dos seguintes processos: marcação- $\theta$ , ligação- $\theta$  ou identificação- $\theta$ . Os argumentos externo e interno de um item lexical, por exemplo, são licenciados, via marcação- $\theta$ , pelos traços <ext> e <int>.

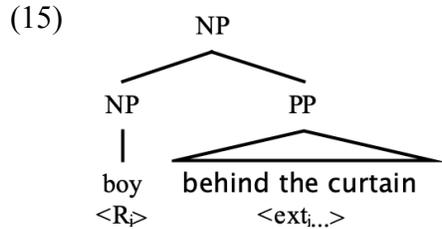
---

<sup>67</sup> Uma exceção é a análise de Den Dikken (2010).

<sup>68</sup> Exemplos de traços:

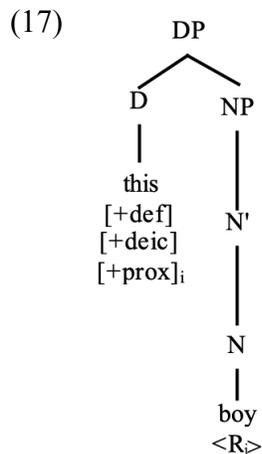
- (i). traços- $\theta$ : <ext>, <int> e <ref>
- (ii.) traços- $\phi$  [ $\pm$ plural], [3pers]
- (iii). traços de operador: [ $\pm$ def], [+deic], [ $\pm$ prox]
- (iv). traços de quantificador: [ $\pm$ count]

respectivamente. Os adjuntos também são licenciados pelo traço <ext>, o qual, nesse caso, recebe o mesmo índice que <ref>, presente no núcleo coindexado com o adjunto. O licenciamento dos adjuntos se dá via identificação- $\theta$ , processo que expressa a “conjunção de dois predicados” (Rauh, 2010, p. 116), conforme representado em (15) e (16), em que (R) especifica o referente <ref> que os nomes denotam.



(16) boy' (R) & behind-the-curtain' (R) (Rauh, 2002a, p. 5)

No sintagma em (15) e (16), há dois predicados, sendo um deles *boy* — o núcleo lexical cujo argumento referencial (R) é identificado com o traço <ext> do adjunto *behind the curtain*. Além da relação acima demonstrada, o traço <ref> de um núcleo lexical licencia operadores, via ligação- $\theta$ , como mostrado em (17) abaixo:



Aplicando o modelo de traços e relações- $\theta$  de Higginbotham ao campo das preposições, Rauh toma os núcleos Ps, em geral, por predicados cujos feixes de traços determinarão sua estrutura argumental e, conseqüentemente, a que grupo tipológico pertencem, isto é, se ao grupo

das preposições lexicais, regidas ou gramaticais, as quais estão representadas, respectivamente, em (18), (19) e (20) a seguir (Rauh (2002a, p. 3)<sup>69</sup>:

- (18) a. Mary put the vase [on the shelf].  
'Maria colocou o vaso na estante.'  
b. The car stood [behind the bus].  
'O carro estava parado atrás do ônibus.'
- (19) a. John relied [on Jim's promise].  
'João confiou na promessa do Jim.'  
b. They were angry [about the delay].  
'Eles estavam bravos com o atraso.'
- (20) a. Bill bought the flowers [at a good price].  
'Bill comprou as flores por um preço bom.'  
b. The child spoke [in a choked voice].  
'A criança falou/falava com a voz embargada.'

Nota-se que as preposições lexicais são aquelas que denotam espaços físicos. Mais especificamente, segundo Rauh, preposições temporais e escalares também são lexicais. Essas três subcategorias se distinguem no que diz respeito à possibilidade de surgirem como intransitivas e aos tipos de projeções que licenciam. Vale notar que duas preposições diferentes podem ter a mesma forma fonológica – um exemplo é a preposição *on*, que pode ser espacial ou temporal. Para uma melhor visualização do modelo apresentado até aqui, considere as sentenças abaixo<sup>70</sup>, retiradas de (Rauh, 2002a, p. 8)

---

<sup>69</sup> Os exemplos estão em inglês para possibilitar uma retratação fiel àquela feita no original.

<sup>70</sup> Não discutiremos as preposições temporais e escalares porque a linha de raciocínio é a mesma para os três tipos, e as diferenças entre elas não são relevantes para este trabalho, sendo abordadas por razões meramente expositivas. Alguns exemplos de preposições escalares apontados por Rauh são *above*, *below* e *at*, em frases como *The temperature stayed far/well/slightly below freezing point*. Exemplos de preposições temporais incluem *after* e *before*. Esses dois subgrupos diferem das espaciais, entre outras coisas, por não licenciarem referentes dêiticos e por selecionarem complementos sentenciais (no caso das temporais). Além disso, as preposições temporais e escalares não licenciam, ao mesmo tempo, operadores (como *some time*) e quantificadores (como *two hours/long*), dado que essas preposições denotam espaços linearmente.

- (21) a. Mary looked at the vase [*(right) (here)* on the shelf].  
 'Maria olhou para o vaso que está bem aqui na estante.'
- b. Mary looked at the vase [on the shelf *near Pete's photograph*].  
 'Maria olhou para o vaso na estante perto da fotografia do Pedro.'
- c. Mary looked at the vase [*\*several inches* on the shelf].  
 'Maria olhou para o vaso \*vários centímetros na estante.'
- (22) a. Mary owns the car [*(right) (here)* behind the bus].  
 'Maria é dona do carro bem aqui atrás do ônibus.'
- b. Mary owns the car [behind the bus *in front of a green convertible*].  
 'Maria é dona do carro atrás do ônibus na frente do conversível verde.'
- c. Mary owns the car [*several meters* behind the bus].  
 'Maria é dona do carro que está a vários metros atrás do ônibus.'
- d. Mary waited [*somewhere two meters* behind the barrier *near a tree*].  
 'Maria esperou em algum lugar a dois metros atrás da barreira perto de uma árvore.'

Os enunciados em (21) e (22) contêm as preposições espaciais *on* e *behind*, respectivamente. Nesses exemplos, percebe-se que tanto *on* quanto *behind* carregam o traço <int>, pois licenciam um argumento interno. Segundo Rauh, o fato de o item lexical selecionar um argumento interno implica a existência de um traço morfossintático de Caso, que, no âmbito das preposições do inglês, é responsável por marcar o complemento com Caso objetivo (acusativo), via concordância *Spec-Head* em uma projeção AgrP. Em todos os casos em (21) e (22), as preposições também carregam um traço <ext>, pois introduzem sintagmas que são adjuntos em relação a um núcleo nominal.

Além dos traços <int> e <ext>, as preposições *on* e *behind* também podem conter o traço <ref>, representado por <S> (*Space*) — a depender do tipo de preposição, o traço <S> pode ainda ser acompanhado de um subscrito *l*, *t* ou *sca*, os quais significam, respectivamente, *locativo* (S<sub>l</sub>) *temporal* (S<sub>t</sub>) e *escalar* (S<sub>sca</sub>). Ressalta-se que o traço <S> pode licenciar tanto adjuntos (via identificação- $\theta$ ) quanto operadores (via ligação- $\theta$ ). Tomando-se (21a) e (21b) como exemplos – o mesmo ocorre em (22a) e (22b) –, nota-se que, em (21a), *here*, assim como o

determinante *this*, no caso dos nomes, funciona como um operador que especifica um espaço dentro do espaço maior que o predicado *on-the-shelf* denota. Esse espaço indicado pelo elemento dêitico *here* satisfaz a especificação [+deic] e [+prox]. De acordo com Rauh, elementos como *here* e *there* são núcleos de um sintagma RP<sup>71</sup>, que pode, ainda, projetar um especificador (como *right*, por exemplo), mesmo quando o núcleo R for um constituinte nulo equivalente a *somewhere*, com o traço [-def] — como ocorre em *right on the shelf*.

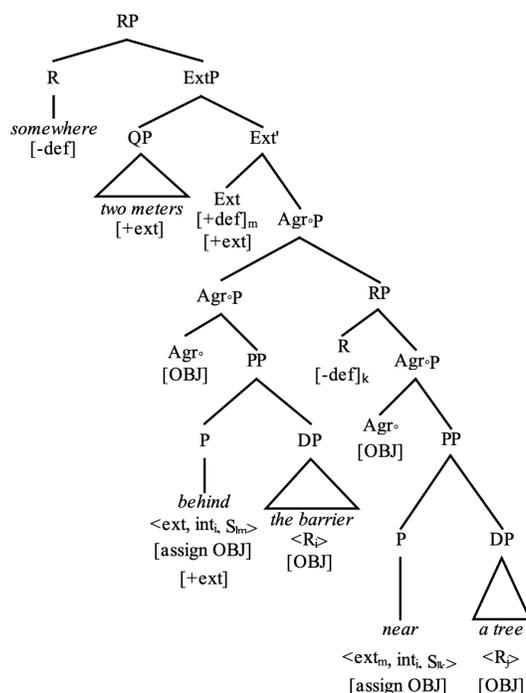
Diferentemente de (21a), em que o traço <S<sub>I</sub>> está identificado com o traço [+deic] de *here*, em (21b), o traço <S<sub>I</sub>> de *on* está co-indexado, via ligação- $\theta$ , com o traço <ext> de *near*, que o licencia como modificador adjunto. O mesmo ocorre em (22b), com relação às preposições *behind* e *in front of*. Em (21c), no entanto, há um problema. Comparando-se o enunciado em (21c) com aquele em (22c), conclui-se que, enquanto *behind* licencia o quantificador *several meters*, a preposição *on* o rejeita. Segundo Rauh, isso se deve à presença em *behind*, e ausência em *on*, do traço de quantificador [ $\pm$ ext] (em que *ext* significa *extensão*). Esse traço, especificado como positivo para *behind* e negativo para *on*, determina a quantificabilidade da extensão dos espaços que satisfaz o predicado P. Rauh analisa esses quantificadores como especificadores de uma projeção ExtP, cujo núcleo pode ser fonologicamente nulo.

Por fim, em (22d), tem-se um exemplo de uma sentença em que todas as projeções discutidas até aqui são realizadas, conforme a representação dos sintagmas preposicionais esquemática abaixo:

---

<sup>71</sup> O “R” faz referência aos pronomes-R do holandês e do alemão, os quais contêm um fonema /r/. Além disso, *Raumphrase*, em alemão, significa “frase/sintagma espacial”.

(23)



(Rauh, 2002, p. 11)

Outro tipo de preposição discutido por Rauh (1991, 2002a, 2010), a saber, as preposições regidas, exemplificadas em (19), apresentam estruturas hierárquicas bastante diferentes, pois, de acordo com a autora, embora elas sejam, muitas vezes, fonologicamente idênticas às preposições lexicais, elas são formas bem mais gramaticalizadas. Por serem sempre selecionadas por um núcleo lexical (V, N, A ou P), essas preposições são sempre regidas<sup>72</sup> no sentido tradicional adotado na teoria GB. Ademais, essas preposições funcionais não licenciam operadores nem quantificadores, logo não são compostas do traço <S>. Rauh entende que isso se deve ao fato de que essas preposições não denotam referentes espaciais (locativo, temporal ou escalar), por isso não podem ser substituídas por formas pronominais como *then* e *there*.

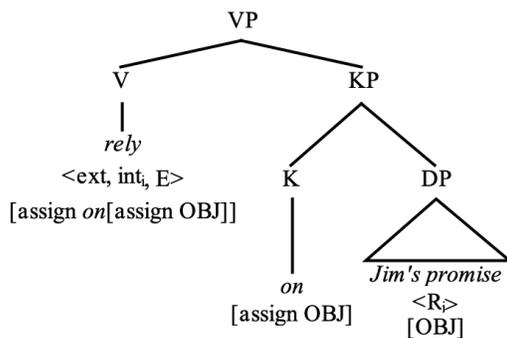
Uma outra diferença entre preposições lexicais e preposições regidas é que as últimas não selecionam seu complemento semanticamente, sendo apenas marcadoras de Caso. Nessa situação, o complemento preposicional estabelece uma relação temática com o núcleo lexical que

<sup>72</sup> Regência (*Government*, em inglês) é um das relações basilares dentro do modelo GB da gramática, fundamental à checagem de caso estrutural e ao princípio da categoria vazia (ECP). Chomsky (1986b: 9) define regência da seguinte forma: A rege B se e somente se A m-comanda B e não existe G, onde G é uma barreira para B, tal que G exclui A. [No original: *A governs B iff A m-commands B and there is no G, G a barrier for B, such that G excludes A.*] A noção de m-comando foi depois substituída por c-comando, que é mais restrita.

rege a preposição, e não com a preposição em si, pois não é a preposição que licencia seu complemento. Por isso, as preposições regidas não comportam um traço <int><sup>73</sup>.

Essas características das preposições funcionais, aliadas à constatação de que elas formam uma categoria fechada, com poucos membros, levaram Rauh a assumir que essas preposições constituem, na verdade, marcadores de Caso que encabeçam uma projeção KP (*Kase Phrase*), caracterizada como uma projeção estendida de N. No entanto, elas ainda conservam algumas características preposicionais que as diferem dos afixos de caso, como a possibilidade de elas sofrerem *preposition stranding*. Abaixo segue um exemplo da estrutura dessas preposições.

(24)

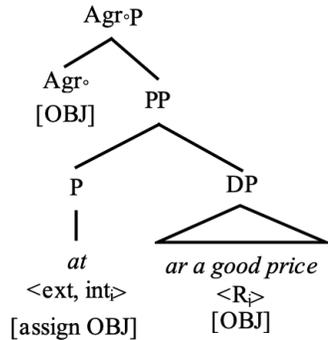


(Rauh, 2002a, p. 18)

Finalmente, o terceiro e último grupo de preposições proposto por Rauh é o das preposições gramaticais (exemplificadas em (20)). As preposições gramaticais funcionam como predicados e adjuntos. Para Rauh, elas não são tão semanticamente ricas quanto as preposições lexicais, nem tão semanticamente pobres quanto as preposições regidas (funcionais). Ao contrário destas últimas, as preposições gramaticais selecionam tematicamente um complemento e podem funcionar como adjuntos, o que implica dizer que elas possuem os traços- $\theta$  <int> e <ext>. Porém, assim como as preposições regidas, e diferentemente das lexicais, as preposições gramaticais não licenciam operadores nem quantificares. A estrutura prototípica desse grupo está representada a seguir:

<sup>73</sup> Elas também não possuem o traço <ext>, pois não são predicados nem adjuntos.

(25)



(Rauh, 2002a, p. 19)

Respaldaado na teoria de Rauh exposta acima, assim como na abordagem da projeção estendida de Grimshaw (1991), Zwarts (1997) desenvolve uma análise das preposições em holandês, argumentando que esses itens formam uma classe heterogênea, composta de elementos com diferentes rótulos tipológicos. Em um primeiro momento, o autor divide a categoria preposicional entre preposições genuínas e preposições periféricas, as quais ele denomina, respectivamente, *preposições tipo A* e *preposições tipo B*<sup>74</sup>. As preposições tipos A são caracterizadas como representações prototípicas de um item da categoria P, ao passo que as preposições tipo B compõem um grupo de elementos que são similares às preposições, mas que não constituem um núcleo P genuíno. A justificativa para essa distinção reside nas diferenças sintáticas e morfofonológicas entre esses dois subgrupos. A tabela abaixo resume algumas dessas diferenças<sup>75</sup>:

---

<sup>74</sup> A divisão de Zwarts entre preposições tipo A e tipo B, pensada para o holandês, se assemelha consideravelmente àquela entre preposições essenciais e acidentais, no português.

<sup>75</sup> Exemplos de preposições tipo A e tipo B (Zwarts, 1997: 3):

(i). Tipo A: aan (at), achter (behind), bij (near), buiten (outside), door (through), in (in), na (after), naar (to), naast (beside), op (on), over (over), tegen (against), tussen (between), uit (from), van (of), voor (for, in front of)

(ii). Tipo B: aangaande (concerning), behoudens (barring), benevens (in addition to), benoorden (north of), inclusief (including), inzake (on the subject of), middels (by means of), namens (in name of), ondanks (despite), overeenkomstig (in correspondence with), qua (concerning), richting (in the direction of), sedert (since), via (via), zonder (without)

<p>(26) <b>Categorias Funcionais</b></p> <p>classe fechada</p> <p>poucos morfemas</p> <p>devem selecionar um complemento</p> <p>não sofrem <i>stranding</i></p> <p>não desempenham papel morfológico</p>	<p><b>Categoria P</b></p> <p>classe fechada</p> <p>poucos morfemas</p> <p>podem ser usadas intransitivamente</p> <p>podem sofrer <i>stranding</i></p> <p>desempenham papel morfológico</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

(Zwarts, 1997, p. 8-9)

Por as preposições tipo A serem muito mais frequentes e apresentarem propriedades paradigmáticas dos elementos preposicionais, é nelas que Zwarts concentra sua atenção. Para o autor, as preposições tipo B são, na verdade, expressões idiomáticas (*idioms*) da forma [PP P [XP X [DP \_ ] ] ], em que XP é um espaço no qual se insere algum núcleo lexical (N, V ou A). Por isso, Zwarts conclui que as preposições tipo B não compõem a categoria P, formando uma classe distinta.

Feita essa ressalva, Zwarts nota que o próprio grupo das preposições tipo A é internamente heterogêneo. A fim de determinar quão híbrido esse grupo é, Zwarts, com respaldo em Abney (1987) e Grimshaw (1991), cruza as características dessas preposições com os aspectos de uma categoria funcional prototípica. As propriedades analisadas pelo linguista estão reproduzidas em (27) a seguir (Zwarts, 1997, p. 12):

<p>(27) <b>Preposições Tipo A</b></p> <p>classe fechada</p> <p>palavras nativas</p> <p>palavras menores</p> <p>poucos morfemas/</p> <p>mais frequentes</p> <p>coloquiais</p> <p>adquiridas mais cedo por crianças</p> <p>podem ser intransitivas</p> <p>formam compostos morfológicos</p> <p>podem sofrer <i>stranding</i></p> <p>denotam noções espaciais e não espaciais</p>	<p><b>Preposições Tipo B</b></p> <p>classe relativamente aberta</p> <p>palavras nativas e emprestadas</p> <p>palavra mais longas</p> <p>mais morfemas, derivadas de N, V ou A</p> <p>menos frequentes</p> <p>formais ou arcaicas</p> <p>adquiridas mais tarde por crianças</p> <p>são sempre transitivas</p> <p>não formam compostos morfológicos</p> <p>não sofrem <i>stranding</i></p> <p>denotam geralmente noções não espaciais</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A partir dos atributos em (27), nota-se que as preposições compartilham duas das cinco características de uma categoria funcional, mas apresentam três incompatibilidades, pois podem sofrer *stranding*, desempenhar papel morfológico e ser usadas intransitivamente<sup>76</sup>. Por causa desse caráter ambíguo da categoria P, Zwarts redefine a distinção entre categorias funcionais e lexicais.

A distinção lexical-funcional tem sido tradicionalmente examinada como uma distribuição complementar, em termos mutuamente excludentes, por meio da especificação de um traço binário [ $\pm F$ ]. Assim, se um item é codificado como [+F], ele é funcional; se marcado como [-F], é lexical. Zwarts é um dos primeiros linguistas<sup>77</sup> a considerar as classificações “funcional” e “lexical” entidades independentes. Em sua análise, se um item tem um valor positivo para pelo menos um dos traços categoriais tradicionais [+N] e [+V], ele é lexical. Se, por outro lado, ele tem valores negativos tanto para [N] quanto para [V], então é não lexical. Dada essa condição, a única categoria entre N, V, A e P que não é lexical são as preposições, especificadas como [-N, -V]. Zwarts presume que essa é a razão pela qual a classe P, ao contrário das classes dos verbos e dos nomes, é resistente a empréstimos e inovações lexicais. O fato de ela ser uma categoria fechada não é resultado de seu caráter funcional, mas de sua condição não lexical.

---

<sup>76</sup> Compartilhamos da opinião de Abraham (2010) de que não existem preposições intransitivas. Abraham (2010, p. 292, tradução nossa) afirma: “Considero que ‘preposição (in)transitiva’ seja um termo inadequado, pois isso pressupõe uma posição de argumento externo. No entanto, não há tal ‘sujeito’ para preposições em diferentes línguas. À luz da mecânica de licenciamento, bem como do fato de que a maioria das supostas preposições “intransitivas” são adverbiais com uma forma idiossincrática, diferente da forma de uma preposição (veja os exemplos listados por Jackendoff em 1973 para ilustração), não há outra opção senão dispensar a ideia de ‘(in)transitividade das preposições.’” [No original: *I consider “(in)transitive P” ill termed anyway since this would presuppose an external argument position. However, there is no such “subject” for P cross-linguistically. In the light of the licensing mechanics, as well as the fact that most of the allegedly “in- transitive” Ps are adverbials with an idiosyncratic form, unlike the form of a P (see the examples Jackendoff 1973 lists for illustration), there is no choice but to dispense with “(in)transitivity of P.”*] Devido ao fato de que preposições não selecionam um argumento externo como “sujeito”, como o fazem os verbos, elas precisam de um argumento interno. Por isso, assumimos neste trabalho que as preposições que parecem “intransitivas” são, na verdade, preposições transitivas cujo complemento está elidido ou é originalmente nulo e é coindexado com um operador, interno à sentença ou presente no discurso, como nos supostos casos de *P-stranding* em português investigados neste trabalho. Afinal, a propriedade descritiva fundamental das adposições é que elas são elementos relacionais, o que é incompatível com a noção de intransitividade. Durante esta seção, no entanto, tratamos algumas preposições como intransitivas por razões de exposição das análises dos autores aqui abordados.

<sup>77</sup> Posteriormente, Littlefield (2005) propõe algo semelhante ao admitir a existência de preposições semilexicais.

Em relação às categorias funcionais, Zwarts adota, em parte, a hipótese de projeção estendida de Grimshaw (1991), alegando que C e T têm os mesmos traços categoriais de V, e D os mesmos de N. Diferentemente de Grimshaw, no entanto, Zwarts argumenta que a maioria das preposições formam suas próprias projeções, pois comportam os traços [-N -V], e não [+N -V], como defendido por Grimshaw. A partir disso, o autor sustenta que o caráter funcional de uma certa categoria é determinado pela presença ou ausência de um traço [F]. Apenas postular a existência de tal traço, contudo, gera um resultado indesejável. Mesmo que funcionais, nesse modelo, D, T e C também seriam categorias lexicais, dadas suas especificações [+N, -V], [-N, +V] e [-N, +V], respectivamente. Para contornar esse problema teórico, Zwarts defende que os elementos funcionais sejam conceituados como verdadeiras funções matemáticas.

Como já mencionado na seção 2.3, uma função matemática consiste em uma relação entre dois conjuntos. Essencialmente, uma função mapeia um conjunto de entradas (*input*) em um conjunto de saídas (*output*). Da mesma forma, um determinante D, por exemplo, mapeia ou transforma um sintagma nominal NP em um DP, e um T finito transforma um VP em um TP. Nesse sentido, por ser uma função, uma categoria funcional será sempre transitiva, pois uma função não existe sozinha, precisando ser aplicada a um objeto. E como, segundo Zwarts, as categorias funcionais sempre se aplicam a um sintagma, elas não podem ser usadas no âmbito morfológico, por isso não desempenham um papel na morfologia.

Utilizando-se da noção de função, Zwarts soluciona o problema de especificação envolvendo D, T e C ao propor que o traço F não é um traço comum que é adicionado a um feixe de traços, mas um operador aplicável a um objeto lexical que já é, em si, composto por um feixe de traços. Com esse ajuste teórico, D, T e C – e qualquer categoria funcional – são definidos como uma função F, que, ao ser aplicada a um objeto X, altera suas propriedades e gera um novo objeto Y, com o qual forma uma projeção estendida. D, T e C são representados, respectivamente, como [ F([+N, -V]) ], [ F([-N, +V]) ] e [ F([-N, +V]) ]. Dessa forma, eles não são lexicais, pois não comportam, originalmente, os traços [+N] ou [+V]. Esses traços pertencem ao domínio do item funcional, isto é, ao item lexical, definindo apenas o tipo de objeto a que F se aplica.

Um ponto crucial ressaltado por Zwarts é o de que as preposições podem ser usadas intransitivamente, sem complemento, ao contrário de uma função. Além disso, conforme demonstra Zwarts, algumas preposições do holandês sofrem *stranding* e têm um papel morfológico, isto é, podem formar compostos com nomes e verbos. Assim sendo, as preposições não podem, em geral, ser funções; e se não podem ser funções, não são funcionais. Portanto, no modelo de Zwarts, as preposições não são lexicais nem funcionais, conforme o esquema mostrado abaixo:

(28)

	Lexical	Não lexical
Não funcional	N, V, A	P
Funcional	?	D, T, C...

O fato de que as preposições não são funções como D e, por isso, não formam projeções estendidas explica por que elas podem sofrer *stranding* – embora vá de encontro à proposta de Grimshaw, essa análise soluciona o problema apontado pela própria autora em relação ao *P-stranding*. Zwarts entende que, quando D, definido como [F(N)], é combinado com um NP, os traços- $\phi$  e os traços- $\theta$  deste último são projetados em D. Como D não possui, ele mesmo, traços categoriais, também esses são herdados de NP. Assim, D e NP se tornam indissociáveis e se unem em uma projeção DP. Por essa razão, um NP não pode sofrer *stranding*, pois isso resultaria em uma quebra da integridade da projeção. No que se refere às preposições, contudo, elas podem ser isoladas de seu complemento DP porque têm seus próprios traços categoriais [-N, -V], não são lexicais nem funcionais e não compõem projeções estendidas, formando uma sintagma PP independente. Por isso, a extração do complemento DP para fora do PP não afetaria a integridade da projeção preposicional.

Algumas preposições em holandês, no entanto, são um desafio a essa tese unificada para as preposições. As preposições *naar* (para/to) e *van* (de) nunca são usadas intransitivamente nem formam compostos morfológicos, o que, para Zwarts, as tornaria categorias funcionais. No

entanto, essas duas preposições podem sofrer *stranding*<sup>78</sup>, o que é incompatível com a noção de projeção estendida das funções. Como forma de resolver essa contradição, Zwarts propõe que essas preposições são funcionais, mas preservam seus próprios traços categoriais [-N, -V], o que as faz não lexicais. Por possuir tais traços, *naar* e *van*, ainda que sejam funções – e, portanto, sejam sempre transitivas – não formam projeções estendidas com seus complementos, pois seus traços [-N, -V] bloqueiam a projeção dos traços do NP-DP, e isso as habilita a sofrer *stranding*. Zwarts representa esses itens como [P(N)], ou seja, uma função que, por ter traços categoriais, é definida como P, e não F.

Por fim, há duas estruturas que apresentam outra incompatibilidade com o sistema discutido até aqui: as construções *wat-voor* e *van-die*, exemplificadas abaixo:

- (29) a. Wat voor plaatjes heb je gezien?  
Qual para fotografias AUX você visto  
'Que tipo de fotografias você viu?'
- b. Ik heb van die leuke plaatjes gezien.  
Eu AUX de aquelas legais fotografias visto  
'Eu vi aquelas fotos legais.'

De acordo com Zwarts, essas construções com as preposições *voor* (para/for) e *van* (de) ocorrem em posições típicas de sintagmas nominais, o que, segundo ele, implica que seus traços não são preposicionais. Além disso, essas duas preposições, quando produzidas nas estruturas em (29), não podem sofrer *stranding*. Por esses motivos, Zwarts define-as como elementos funcionais que perderam seus traços preposicionais e se tornaram uma função prototípica, representada como [F(N)].

---

<sup>78</sup> As frases a seguir são alguns exemplos da possibilidade de essas preposições serem isoladas:

- (i). Waar kijk je naar?  
Onde olha você para?  
'Para onde você está olhando?'
- (ii). Waar is dit van?  
Onde é isso de?  
'De que isso é feito?'

Com base nesses três tipos de preposições – P, P(N) e F(N) – e nas reformulações feitas aos conceitos “lexical” e “funcional”, Zwarts advoga que a categoria P é formada por três subclasses que estão dispostas em uma espécie de escala ou *continuum*, com as categorias lexicais em uma ponta e as funcionais em outra. A tabela a seguir exemplifica essa distribuição (Zwarts, 1997, p. 22).

(30)

Lexical	Não lexical	Não lexical	Não lexical	Não lexical
Não funcional	Não funcional	Funcional	Funcional	Funcional
Categorial	Categorial	Categorial	Não categorial	Não categorial
N, V, A	<b>P</b>	<b>P(N)</b>	<b>F(N)</b>	D, T, C...

Nota-se, até este ponto, que vários autores já se empenharam em formular hipóteses que ajudassem a dar conta do cenário das preposições, excessivamente multifacetado. Além dos trabalhos aqui mencionados, caracterizados por serem essencialmente teóricos, outros linguistas têm buscado abstrair padrões de experimentos empíricos, sobretudo na investigação de distúrbios linguísticos, como a afasia. No que concerne às preposições, Froud (2001) e Kleppa (2010) fornecem dados que, embora não determinem definitivamente a natureza das preposições, suscitam a necessidade de reformulação de algumas premissas.

Froud (2001) apresenta os resultados de um estudo realizado com o paciente afásico MC, cuja língua nativa é o inglês. A autora relata que esse paciente possui vários déficits afásicos que caracterizam agramatismo, pelo menos segundo a definição de agramatismo como um distúrbio que resulta de déficits morfossintáticos e que se pode manifestar em mais de uma modalidade. De acordo com Froud, MC não consegue ler itens funcionais (determinantes, quantificadores, complementizadores, pronomes, palavras-Wh etc.), embora ele seja capaz de compreendê-los e usá-los, em certa medida, na fala espontânea. No entanto, sua capacidade de ler, interpretar e produzir elementos lexicais (substantivos, adjetivos, verbos) permanece quase inalterada. Além disso, as dificuldades de MC em ler categorias funcionais é muito mais saliente quando se trata de palavras isoladas, se comparadas a sua leitura de itens em um contexto sentencial.

Algumas características do estudo de Froud são bastante significativas. Uma delas é que a afasia de MC é extremamente peculiar, pois difere do que é comumente encontrado em sujeitos afásicos. Comparado a outros pacientes com afasia de Broca, por exemplo, MC produz um número muito maior de itens funcionais em sua fala, conquanto apresente bastante dificuldade com construções como interrogativas-Wh e passivas, duas estruturas que, coincidentemente ou não, resultam de movimento em inglês. Outro aspecto no qual a situação de MC diverge do que é esperado em casos típicos de afasia e agramatismo se refere à cisão extremamente nítida e uniforme entre suas habilidades com categorias funcionais e com categorias lexicais. Na leitura de termos isolados, MC mostra muita dificuldade com todos os itens funcionais, sendo a grande maioria de seus erros caracterizada por substituição de uma palavra funcional por outra, também funcional. Em contrapartida, seus erros com itens lexicais, além de bem menos frequentes, são, em grande parte, de natureza morfológica (flexional ou derivacional) – por exemplo, a troca de *mortgage* (hipoteca) por *mortgages* (hipotecas), ou de *happy* (feliz) por *happiness* (felicidade).

Ademais, o estudo de Froud examina as preposições separadamente de outros itens funcionais – outra linguista a adotar tal abordagem é Friederici (1982). Existe, nas pesquisas com sujeitos afásicos, um corpus extensivo de evidência em favor do caráter funcional das preposições, pois estas, assim como outras categorias funcionais, são geralmente afetadas em pessoas com afasia. No entanto, algumas dessas pesquisas – (Berndt, 1987, *apud* Froud, 2001), por exemplo – que se propuseram a investigar a distinção lexical-funcional na linguagem dessas pessoas tomaram o caráter funcional das preposições como uma certeza, sem questionar por que uma classe tão heterogênea é classificada juntamente com outras cujos membros praticamente não se diferenciam. Em Froud (2001), tem-se o objetivo de definir a natureza da classe preposicional a partir de dados empíricos e sem pré-concepções a respeito dessa natureza. Para isso, Froud usa critérios diferentes daqueles comumente aplicados ao se discutir a relação entre as preposições e outras classes.

Diferentemente dos outros linguistas discutidos nesta seção, Froud rejeita a ideia de que as preposições podem ser classificadas como funcionais por serem uma classe fechada, apresentarem semântica reduzida e serem atemáticas. Em primeiro lugar, segundo a autora, as preposições não são realmente uma classe fechada; elas somente aparentam ser porque

denotam um conjunto limitado de relações temporais, espaciais e gramaticais. Por outro lado, não se pode afirmar que elas sejam uma classe aberta, pois elas não podem receber novas interpretações tão facilmente quanto verbos e substantivos<sup>79</sup>. Além disso, como Froud ressalta, ainda que existam, de fato, preposições com semanticidade reduzida<sup>80</sup> e preposições atemáticas, como marcadores de caso, várias preposições espaciais, temporais e até aquelas com sentidos derivados<sup>81</sup> são semanticamente ricas e atribuem papel temático. Por isso, esses critérios — aliados ao fato de que preposições podem receber acento fonológico em alguns casos, diferentemente do que se espera de categorias funcionais — não são suficientes para determinar a natureza da classe P, ao menos não como uma categoria homogênea, o que leva Froud a considerar as preposições uma classe disposta entre as categorias lexicais e as categorias funcionais. Isso não explica, contudo, por que as preposições são afetadas na linguagem de sujeitos afásicos, tal como outros itens funcionais.

Em seu estudo, Froud submeteu MC à leitura de algumas listas de frases e palavras isoladas. As listas eram compostas de itens funcionais e lexicais, produzidos isoladamente ou em sintagmas. De 684 leituras de itens funcionais, MC leu corretamente o item apresentado apenas 83 vezes (12.13%). Em 55 leituras, MC não respondeu, ou produziu um item lexical no lugar da palavra-alvo. Nas demais 546 ocasiões (79.82%), MC cometeu erros de substituição de um item funcional por outro, também funcional. Assim, MC cometeu erros em 87.87% das leituras de elementos funcionais propostas. Em contrapartida, no que se refere às listas com substantivos, verbos e adjetivos, MC leu 84.31% das palavras corretamente (661 de 784), e a maioria de seus erros foram erros de afixação, como era esperado.

Em relação às preposições especificamente, MC foi submetido à leitura de preposições locativas, tanto em contextos isolados quanto em frases. Para averiguar a origem dos déficits de

---

<sup>79</sup> Na nossa opinião, a justificativa pela qual as preposições podem ser classificadas como uma classe aberta, isto é, o fato de que elas não podem ser facilmente reinterpretadas, se reduz à mesma razão pela qual elas não são, na visão de Froud, uma classe fechada: elas denotam um conjunto limitado de relações espaciais e temporais, as quais não se ampliam por razões extralinguísticas.

<sup>80</sup> Note que, como já salientado na seção 2.3, na nossa perspectiva, semanticidade reduzida não implica conteúdo semântico nulo.

<sup>81</sup> Por “preposições com sentido derivado”, estamos referindo-nos a preposições espaciais e/ou temporais que adquiriram outros significados e que, ainda assim, contêm alto conteúdo semântico e designam papéis temáticos. Exemplos dessas preposições no PB incluem *contra* e *sobre*.

MC, Froud incluiu nas listas itens que possuem a mesma forma morfológica, mas pertencem a classes distintas, como exemplificado em (31) e (32):

- (31) a. behind the elephant  
b. the behind of the elephant

- (32) a. in front of the house  
b. the front of the house

Se os déficits exibidos por MC fossem de origem sintática, esperar-se-ia que ele pudesse ler (31b) e (32b) corretamente, cometendo apenas erros morfológicos, mas não (31a) e (32a). E isso foi exatamente o que ocorreu. Quando deparado com estímulos similares a (31a) e (32a), MC produziu uma preposição ou item funcional diferente da preposição-alvo (*after* em vez de *in front of*, *and* em vez de *on*, por exemplo) ou substituiu a preposição-alvo por um substantivo ou adjetivo (*in the house/in the front of the house* em vez de *in front of the house*). De todos os estímulos da forma em (31) e (32) apresentados a MC, ele produziu um elemento funcional que não a palavra-alvo 43% das vezes, e todas essas ocasiões ocorreram quando a palavra-alvo era uma preposição, como em (31a) e (31b). Isso constitui uma forte evidência de que os déficits de MC possuem origem sintática e de que as preposições são, de fato, tratadas como itens funcionais por ele, assim como por outros pacientes afásicos.

Diante desses resultados, Froud propõe uma revisão do conceito de categoria funcional. A autora advoga a hipótese de que a distinção lexical-funcional não é uma característica ou traço primitivo da faculdade da linguagem, ao menos não em termos de critérios como classe fechada/aberta, conteúdo semântico etc. Com base na ideia de que a variação paramétrica entre as línguas está relacionada à propriedade das representações lexicais dos itens funcionais, Froud propõe que existe na GU um componente inato do léxico que é constituído dos elementos que são o “*locus* da parametrização”. Froud (2001) afirma que:

Um "léxico da GU" desse tipo conteria itens universais (procedimentais), com suas estruturas sintáticas associadas e características de seleção semântica. O único "aprendizado" necessário para tais itens seria a aquisição de um

mapeamento entre cada representação e sua forma fonológica específica da língua (...) (Froud, 2001, p.19, tradução nossa<sup>82</sup>).

Froud também argumenta que, além de serem o que ativa a parametrização linguística, os itens contidos nesse componente lexical da GU compartilham entre si o fato de que eles podem ser nulos fonologicamente. Assim, C, T, D, P, K(ase) são todos “funcionais”, no sentido de que eles acionam parametrização e têm correspondentes nulos. Sobre isso, a autora diz:

Se esses critérios (ser um locus de variação paramétrica e/ou ter uma alternância foneticamente nula) forem considerados, é possível elaborar uma lista útil de itens aparentemente heterogêneos: conectivos, elementos flexionais, determinantes, pronomes e anáforas, preposições, quantificadores, palavras interrogativas, termos de negação, conjunções subordinativas e coordenativas, e provavelmente alguns outros – na verdade, os mesmos itens que foram anteriormente subsumidos sob a etiqueta “f-head” (Froud, 2001, p. 19, tradução nossa<sup>83</sup>).

Em suma, o estudo de Froud fornece dados que confirmam a hipótese, verificada em outros trabalhos, de que as preposições são afetadas por afasia, da mesma forma que outras categorias funcionais. No entanto, para que as preposições possam ser agrupadas com categorias como determinantes e complementizadores, o conceito de “classe funcional” não pode ser definido com base nos critérios tradicionalmente propostos, dada a heterogeneidade inerente à classe preposicional. Por isso, a autora conclui que as preposições são ambíguas no sentido de que não se adequam à distinção entre categorias lexicais e funcionais comumente defendida na literatura.

Um estudo com sujeitos afásicos que decompõe, em certo grau, dos resultados e conclusões obtidos na pesquisa de Froud (2001) foi realizado por Kleppa (2005, 2010). Assim como Froud, Kleppa assume que as preposições formam uma categoria heterogênea, porém, diferentemente daquela, Kleppa parte da premissa de que as preposições estão dispostas em um *continuum* de

---

<sup>82</sup> No original: Such a ‘UG lexicon’ would contain universal (procedural) items, complete with their associated syntactic structures and s-selectional features. The only ‘learning’ required for such items would be the acquisition of a mapping between each representation and its language-specific phonological form (...).

<sup>83</sup> No original: If these criteria (being a locus of parametric variation, and/or having a phonetically null alternation) are considered, it is possible to come up with a useful list of otherwise apparently heterogeneous items: complementisers, inflectional elements, determiners, pronouns and anaphors, prepositions, quantifiers, wh words, negation, subordinating and coordinating conjunctions, and probably some others - in fact, the same items as were earlier subsumed under the label “f-head”.

gramaticalização entre os polos funcional e lexical e, portanto, apresentam diferentes graus de gramaticalização.

Segundo Kleppa, a gramaticalização é um processo unidirecional em que itens lexicais se tornam itens gramaticais. Esse processo segue uma rota evolutiva padrão, em que um item lexical começa a ser usado em contextos específicos, assume uma posição sintática fixa e, por fim, é aglutinado a um elemento lexical, com ou sem perda fonética<sup>84</sup>. O processo de gramaticalização envolve aspectos sintáticos, morfológicos, semânticos e de frequência. Quanto mais gramaticalizado, mais frequente um item provavelmente será na língua. Isso se dá porque, quanto mais diluído o conteúdo semântico de um dado elemento, maior o número de contextos sintáticos em que esse elemento poderá ocorrer (maior frequência), pois ele deixará de ter um valor semântico<sup>85</sup> restrito e passará assumir o significado do lexema com o qual se combina. Por consequência, esse item gramaticalizado apresentará maior distribuição sintática, maior frequência e menor autonomia, dependendo, por vezes até morfológicamente, da palavra que o acompanha. Desse modo, surgem os seguintes critérios para identificar um elemento em processo de gramaticalização:

- (33) a. sua frequência na língua;  
b. a possibilidade de amalgamar-se com outros itens linguísticos;  
c. seu valor semântico;  
d. sua distribuição sintática.

---

<sup>84</sup> Um caso bastante famoso de gramaticalização no português é o sufixo *mente*, antes um lexema independente. Ao longo do tempo, esse lexema seguiu dois caminhos distintos, subdividindo-se em dois itens: um item manteve seu significado como substantivo e o outro, por frequência de uso, passou por um processo de esvaziamento semântico que culminou na sua aglutinação a outros itens lexicais, tornando-se um morfema adverbial. Exemplos dos dois itens podem ser visto nas frases a seguir:

- (i). Siegfried lutou com **a** mente corajosa.  
(ii). Siegfried lutou corajosamente. (Kleppa, 2010, p. 43)

<sup>85</sup> Como Kleppa salienta, esse esvaziamento semântico não é completo, pois, como a autora afirma, “mesmo na função de item gramatical, o elemento gramaticalizado ainda retém um conteúdo semântico que pode ser retraçado até o item lexical de origem. Há diferentes níveis de gramaticalização, implicando diferentes graus de saliência semântica” (Kleppa, 2010, p. 43).

Transpondo esses critérios para o domínio das preposições do PB, Kleppa argumenta que elas também passaram por um processo de gramaticalização em que elas, assim como outras preposições indo-europeias, derivaram de partículas adverbiais (advérbios, adjetivos adverbializados etc.). Sobre isso, a autora cita um comentário de Brandão (1963, p. 541), reproduzido abaixo:

(...) Na origem, guardavam aquelas partículas sentido próprio e pleno, apondo-se a outros elementos fraseais, sem estarem adstritas a jungir-se intimamente quer com o verbo, quer com o nome que determinavam. O sânscrito, o dialeto homérico e até mesmo o latim oferecem espécimens dessa primitiva colocação livre. Com o volver do tempo, porém, tais partículas tenderam a grupar-se com um verbo, ou com um nome-complemento, pôsto em determinado caso, tornando-se inseparáveis dêles. A posição da partícula, a princípio livre, fixou-se então antes do verbo ou antes do seu complemento. No primeiro caso constituíram-se os prevébios (preposições em composição verbal ou prefixos). No segundo caso, transformaram-se em preposições propriamente ditas, as quais, enfraquecido e às vezes obliterado o seu valor adverbial originário, adquiriram a função meramente relacional e passaram assim a conectivos intervocabulares. A determinação contida no prevébio com freqüência se atenuava, tornava-se vaga, e, para reavivar-se a relação por êle expressa, fazia-se mister repeti-lo a ele ou uma preposição sinônima com êste ou aquêle caso, por exemplo em latim, com o acusativo e o ablativo, quando havia idéia de movimento ou de lugar onde real ou figurado: *INscribere nomen IN tabula* = inscrever o nome numa lista.

Nota-se dessa citação que certas partículas semântica e morfologicamente independentes se transformaram, com o passar do tempo, ou em prefixos, ou em preposições, e que algumas foram mais gramaticalizadas do que outras.<sup>86</sup> Uma situação bastante comum no PB que parece confirmar tal hipótese é a de que alguns verbos e nomes possuem prefixos idênticos às preposições que eles regem, pois o valor semântico do prefixo em si foi esvaziado a tal ponto que a informação semântica precisa ser retomada por uma preposição de igual forma, como nos exemplos em (34):<sup>87</sup>

---

<sup>86</sup> Vale ressaltar que, conforme Dias (1918), várias preposições do PB, como *para*, *em*, *com* etc. se originaram de caso latinos.

<sup>87</sup> Aparentemente, todos os casos em que há esse tipo de repetição da preposição ocorrem com preposições mais gramaticalizadas (funcionais), como *com*, *de*, *a* e *em*. Quando o prefixo em questão corresponde a uma preposição menos gramaticalizada, a repetição não se faz necessária, sendo, muitas vezes, incorreta, como nos exemplos abaixo:

- (i). O avião voou sobre/ sobrevoou (**\*sobre**) o aeroporto.
- (ii). Precisamos contra-atacar (**\*contra**) o adversário.

Curiosamente, as preposições que admitem a duplicação são as mesmas que substituíram casos latinos, enquanto preposições como *sobre* e *contra*, que não admitem a replicação, não derivaram de marcadores de caso. (Dias, 1918).

- (34) a. conversar com / concordar com / compartilhar com  
b. desistir de / discordar de / debochar de  
c. introduzir em / insistir em / inserir em

De acordo com Kleppa (2010: 46), as preposições mais gramaticalizadas “são muito frequentes, podem ser contraídas com outros itens linguísticos, assumem mais de um valor semântico e introduzem tanto argumentos quanto adjuntos”. Por outro lado, as preposições menos gramaticalizadas “são menos frequentes, sempre mantêm sua forma, possuem um valor semântico específico e são apenas introdutoras de adjuntos” (Kleppa, 2010, p. 46). A partir desses critérios, Kleppa conclui que as preposições mais gramaticalizadas são **de > em > para, a > com > por**, e as menos gramaticalizadas são **até, desde, sem, entre, contra e sobre**, não necessariamente nessa ordem<sup>88</sup>.

Essa noção de gramaticalização e da disposição das preposições em um *continuum* tem a vantagem de reunir vários critérios sintáticos, morfológicos, semânticos e de frequência que deem conta da heterogeneidade dessa categoria. A partir dessa perspectiva de uma classificação gradual, Kleppa tenta averiguar se as preposições também se comportam como uma categoria híbrida empiricamente, como na fala de sujeitos afásicos. Para isso, ela examina a fala de dois pacientes que sofrem de agramatismo: MS e OJ.

MS foi entrevistado, pela primeira vez, com 60 anos de idade. Devido a um AVC isquêmico, em 2002, MC teve sua faculdade da linguagem severamente afetada, o que o levou a apresentar uma fala telegráfica e anomia. O caso de OJ é similar. Também vítima de um AVC isquêmico, OJ foi entrevistado quando tinha 55 anos de idade. Ele relata que, nos seis primeiros anos após o incidente, ele não falou uma palavra sequer. Ele também apresenta fala telegráfica e anomia. Ambos foram gravados por Kleppa em situações de fala espontânea e em atividades elaboradas para elicitarem preposições, como jogos e exercícios de identificação de lugares, figuras etc.

---

<sup>88</sup> Nota-se que três (*sem, contra e sobre*) das seis preposições menos gramaticalizadas são exatamente as preposições que aparentam sofrer um tipo de *P-stranding* superficial, estudado neste trabalho.

Os resultados do estudo de Kleppa indicam que ambos os pacientes usam as mesmas preposições tanto em ambos ambientes de fala espontânea quanto em contextos de atividades e jogos e que os dois fazem maior uso das preposições mais gramaticalizadas, justamente por serem mais frequentes. Essa última constatação vai de encontro à pesquisa de Froud (2000), pois, se as preposições mais gramaticalizadas são as mais próximas a um item funcional, são elas que deveriam ser afetadas. O fato de que as preposições mais usadas por MS e OJ foram as preposições *a*, *em de* e *com*, todas “funcionais”, levou Kleppa a concluir que as preposições não são perdidas na fala de sujeitos afásicos e, principalmente, que “eles [sujeitos afásicos] não são negativamente sensíveis a palavras funcionais (apagando-as de sua fala), mas positivamente sensíveis a palavras de alta frequência na língua (usando, assim, preposições mais gramaticalizadas)”<sup>89</sup> (Kleppa, 2010, p. 54). Por fim, segundo a autora, “para afásicos com agramatismo, questões de frequência parecem ser mais salientes que as de sentido ou função. Assim, as preposições mais gramaticalizadas estão mais propensas a aparecer na fala de sujeitos afásicos com agramatismo, uma vez que são mais frequentes na língua” (Kleppa, 2010, p. 54).

## 2.5 Conclusões parciais

Neste capítulo, vimos algumas das razões pelas quais as preposições constituem um objeto de investigação particularmente instigante. Embora esses itens tenham sido estudados sob várias perspectivas desde Jackendoff (1973), e algumas perguntas tenham sido respondidas, muitas permanecem. Como tentamos demonstrar expondo algumas abordagens sobre esse tema, uma das dificuldades de criar uma teoria para as preposições se deve ao fato de elas serem elementos extremamente heterogêneos, tanto em comparações translinguísticas quanto dentro de uma mesma língua.

Esse caráter idiossincrático das preposições levou vários linguistas a criar diferentes respostas para questões fundamentais a respeito dessa categoria, levantando-se dúvidas a respeito de sua natureza categorial e até mesmo de seu conceito fundamental. A distinção lexical-

---

<sup>89</sup> As conclusões de Kleppa, quando comparadas às de Froud, parecem estar mais de acordo com os resultados obtidos por Friederici (1982), que sugerem que as preposições não são totalmente perdidas na fala de sujeitos afásicos e que as preposições não são afetadas de maneira homogênea.

funcional, ainda que, por vezes, problemática, tem servido como ponto de partida na busca por um melhor entendimento a respeito dessa classe. Enquanto alguns poucos autores (Jackendoff, 1973; Chomsky, 1981) defendem que as preposições são elementos lexicais, tais como os verbos e substantivos, outros (Grimshaw, 1991, 2000; Baker, 2003) argumentam que se trata de uma categoria unicamente funcional. No entanto, como foi discutido neste capítulo, a maioria das abordagens tendem a adotar um sistema semilexical (Van Riemsdijk, 1990; Rauh, 2002, 2010; Zwarts<sup>90</sup>, 1997; Froud, 2000; Littlefield, 2005; Cinque, 2010; Kleppa, 2010; Mardale, 2011). Isso se deve, provavelmente, à impossibilidade de identificar um padrão homogêneo entre as preposições.

Diante dos fatos analisados até aqui, a concepção da categoria P como uma classe híbrida, com características típicas de elementos funcionais e lexicais, parece ser a mais coerente em termos empíricos. Seria implausível assumir que uma classe com elementos que exibem um comportamento sintático e semântico tão variado possa ser categorizada, uniformemente, sob o rótulo “funcional” ou “lexical”. De qualquer forma, entender a natureza desses elementos poderá ajudar-nos a ter uma melhor compreensão da dicotomia lexical-funcional, das estruturas sintáticas e até mesmo do funcionamento da linguagem na mente humana, como no estudo da fala de sujeitos afásicos e agramaticais.

Adotaremos, assim, a hipótese de que há mais de um tipo de preposição no PB, semelhantemente, em alguns aspectos, ao que Rauh (2002) e Zwarts (1997) propõem. Assumiremos, ainda, que as preposições diferem em sua estrutura hierárquica. Finalmente, para fins de simplificação, seguiremos um grupo de critérios comparativos para distinguir esses tipos de preposições. A tabela a seguir elenca alguns desses critérios<sup>91</sup>.

---

<sup>90</sup> De maneira mais exata, Zwarts afirma que preposições, em geral, não são lexicais nem funcionais, embora existam algumas poucas que sejam funcionais no sentido de que elas podem ser aplicadas a uma projeção nominal (DP).

<sup>91</sup> Não distinguiremos as preposições funcionais dos marcadores de Caso.

(35)

<b>Preposições lexicais</b>	<b>Preposições funcionais</b>
classe fechada	classe fechada
mais morfemas/fonemas	menos morfemas/fonemas
não se contraem com outros itens	contraem-se a outros itens
maior valor semântico	menor valor semântico
menor gama de significados	maior gama de significados
podem ter o complemento elidido	não podem ter o complemento elidido
em regra, não podem ser deletadas	podem ser deletadas

## CAPÍTULO 3

### *Preposition Stranding*

#### 3.1 Introdução

O termo *preposition stranding* foi cunhado por Ross (1967) para expressar o fenômeno, bastante comum no inglês e em outras línguas germânicas, em que o complemento de uma preposição<sup>92</sup> é extraído — seja por movimento-A, seja por movimento-A' — e a preposição é isolada<sup>93</sup>, como mostrado a seguir:

- (1) [Who]<sub>i</sub> was John talking to t<sub>i</sub>?
- (2) The test [<sub>CP</sub> OP<sub>i</sub> that the students talked about t<sub>i</sub>.]

Como Merchant (2003) demonstra, em um extremo, encontram-se as línguas em que *P-stranding* é bastante comum, como o inglês e as línguas escandinavas. No outro extremo, está a maioria das línguas, como as românicas, as celtas, as eslavas, o grego, o hebraico e o basco, etc. Por fim, no meio do caminho, há as línguas que, embora admitam *P-stranding*, o fazem em circunstâncias bastante restritas, como é o caso do holandês e do alemão (Salles, 1997). Por essas razões, o *P-stranding* é considerado um fenômeno tipologicamente raro, uma vez que é muito mais alto o número de línguas que não o permitem.

---

<sup>92</sup> Atesta-se também, em algumas línguas, a extração do complemento de uma posposição, razão pela qual alguns autores preferem o uso do termo *adposition stranding*.

<sup>93</sup> Embora o termo *preposition stranding* seja comumente traduzido como “preposições órfãs”, alguns o traduzem como “encalhamento de preposição” ou “preposições encalhadas”. Por ser o termo em inglês mais conhecido e bastante empregado até mesmo na literatura em outras línguas, optamos por seu uso neste trabalho. Além do mais, o termo “preposição orfã” pode também se referir a outro fenômeno, qual seja *preposition orphaning*, no qual não há extração de elementos do domínio preposicional. Como já ressaltado anteriormente, usaremos a expressão “preposições desacompanhadas” para se referir ao fenômeno do PB investigado nesta dissertação, a fim de evitar confusão com outros termos.

Curiosamente, o *pied-piping*<sup>94</sup>, tido como oposto ao *P-stranding*, embora mais comum em termos tipológicos, parece ser um fenômeno antinatural em orações relativas<sup>95</sup> (Kenedy, 2007), sobretudo à luz dos princípios de economia derivacional. Se comparado ao *P-stranding*, o *pied-piping* é uma opção mais custosa ao sistema computacional. Em uma construção interrogativa simples como *\*John lives with who(m)?*, agramatical em inglês exceto em perguntas-eco, o pronome interrogativo *quem* poderia ser deslocado a Spec-CP por *pied-piping* ou *P-stranding*, o que faria a derivação convergir. Sabendo-se que condições de economia preveem que as derivações devam ser minimamente custosas, e assumindo-se não ser possível a aplicação do princípio Procrastinar<sup>96</sup>, uma vez que o traço-Wh (ou EPP) em C é forte e precisa ser valorado na sintaxe aberta, o pronome *who* e seus traços formais precisam sofrer *Move* para Spec-CP. Como, na operação *Move*, para valorar um traço não interpretável, o menor número de constituintes deve ser movido, *P-stranding* torna-se a opção mais econômica.

Em línguas como o português, em que parece não haver *P-stranding*, *pied-piping* se apresenta, sob a condição de economia Last Resort (Kenedy, 2007), como a única opção possível para a convergência da derivação, pelo menos em princípio. Contudo, como já ressaltado, o *pied-piping* é um fenômeno altamente custoso em termos derivacionais. Por isso, o sistema computacional de línguas que não permitem *P-stranding* parece recorrer a outras estratégias para evadir o uso de *pied-piping*. Algumas dessas estratégias são o apagamento da preposição,

---

<sup>94</sup> Outro termo cunhado por Ross (1967), por influência da lenda folclórica alemã do Flautista de Hamelin. Segundo a história, a cidade de Hamelin, na Alemanha, sofreu uma infestação de ratos no século 13. Contratado pelo prefeito da cidade, um flautista (*piper*) atraiu os ratos para fora da cidade tocando seu instrumento. A história conta que, não sendo pago como prometido pelo prefeito, o flautista hipnotizou as crianças de Hamelin e as carregou para fora da cidade. Curiosamente, o termo *pied* é usado para descrever algo com duas ou mais cores. Como o flautista da história é descrito como usando roupas coloridas, o conto foi intitulado, em inglês, *The pied piper of Hamelin*. Por analogia à história, as preposições são “carreadas” (*pied-piped*) pelos pronomes.

<sup>95</sup> Agradecemos ao Prof. Paulo Medeiros Júnior por ter ressaltado (em comunicação pessoal) que o *pied-piping* é, segundo Kenedy (2007), um fenômeno antinatural apenas no que concerne às orações relativas.

<sup>96</sup> Esse princípio estipula que, se possível, o movimento na sintaxe encoberta (após *Spell-Out*) é menos custoso e preferível ao movimento na sintaxe aberta, uma vez que não há necessidade de mover traços morfológicos.

derivando-se, assim, relativas e interrogativas “cortadoras”; e o uso de pronomes resumptivos (Kenedy, 2002; Kenedy, 2007; Kato e Nunes, 2009; Kato, 2010)<sup>97</sup>.

De maneira surpreendente, no entanto, atestam-se, no português do Brasil (doravante PB), exemplos de construções em que as preposições *sem*, *contra* e *sobre* aparecem desacompanhadas, como exemplificado em (3) a seguir:

- (3) a. Tem tantas coisas que eu quero falar *sobre*, mas não consigo.  
b. Não darei minha opinião *sobre*, mas saibam que eu tenho uma.  
c. Existem jogadores que eu odeio jogar *contra*.  
d. Eu até queria torcer *contra*, mas essa torcida é linda demais.  
e. Meu pai e minha mãe cortaram o fio da internet... desde sexta *sem*.

Essas estruturas são frequentemente encontradas em ambientes informais, sobretudo na fala de adolescentes e jovens. Há poucos estudos voltados a investigar o comportamento dessas três preposições em tais estruturas, e a maioria deles fazem apenas menção a esse fenômeno. Em uma descrição das preposições do PB, Kleppa (2005, 2010) refere-se às preposições *sem*, *contra* e *sobre* como menos gramaticalizadas<sup>98</sup>. Para a autora, essas três preposições diferem de outras como *por*, *com*, *em*, *a*, *de*, e *para*, na medida em que elas, diferentemente destas últimas, não são variáveis (não se amalgamam a outros itens lexicais), introduzem, sobretudo, adjuntos e mantêm um conteúdo semântico específico. De acordo com a autora, por serem menos gramaticalizadas, essas preposições podem aparecer sem um complemento exposto, em frases como as abaixo (Kleppa, 2005, p. 16-17):

- (4) Sou *contra*!  
(5) Aquela barata que eu comentei e falei *sobre* Ø é Níquel Náusea.

Isso não significa, contudo, que ambas as frases acima sejam exemplos de *P-stranding*. Para Kleppa, em (4) há um complemento elidido, não deslocado. A autora conclui que:

---

<sup>97</sup> São exemplos de relativas cortadoras e resumptivas:

- (i). Oração relativa cortadora: *João é o único menino da minha sala que eu não falo*.  
(ii). Oração relativa resumptiva: *João é o único menino da minha sala que eu não falo com ele*.

<sup>98</sup> Além dessas três, Kleppa (2005) também cita *até*, *sob* e *entre* como preposições menos gramaticalizadas.

(...) as preposições mais gramaticalizadas da língua não poderiam se tornar independentes, porque estão morfologicamente presas ao determinante do sintagma nominal que introduzem. Por esta lógica, não poderá haver *preposition stranding* em português com as preposições *a/com/de/em/para/por*, porque elas são passíveis de contração e/ou combinação com pronomes ou artigos (Kleppa, 2005, p. 17).

A visão adotada por Kleppa baseia-se no que Salles (1997, 2001) diz a respeito do fenômeno de *P-stranding*<sup>99</sup>:

(...) nas línguas românicas, mas não em inglês, P e D entram em uma espécie de relação que os amalgama, tornando  *pied-piping*  de P obrigatório (cf. Salles (1995)). Como observado por Anna Roussou (comunicação pessoal), o fenômeno da contração [P+artigo] nas línguas românicas parece ser uma expressão morfofonológica dessa relação. A ideia é a de que, na presença da contração [P+artigo], *P-stranding* não é encontrado. Essa é a situação nas línguas românicas. Por outro lado, a possibilidade de isolar P deve implicar a ausência da contração [P+artigo]. A última previsão se confirma, dentro do grupo germânico, entre as línguas inglesa e escandinavas: *P-stranding* é bastante permissivo nessas línguas, e a contração [P+artigo] não é encontrada. (...) Pode-se dizer que a contração [P+artigo/(WH-)pronome] equivale à realização de traços-phi em P por meio da cliticização da forma pertinente para P (os processos fonológicos envolvidos são irrelevantes para a discussão atual). Isso, por sua vez, implica que as línguas românicas e o alemão têm um tipo de P flexionado. Assim, elas se juntam a línguas como o galês, o bretão e o irlandês, que têm P's flexionados (...) (Salles, 1997, p. 103 e 108-109, tradução nossa<sup>100</sup>).

Medeiros Junior (2009) adota uma visão um pouco diferente da posição de Kleppa, pois ele rejeita a hipótese de que haja *P-stranding* no PB. Para o autor, construções como *Qual professor que vocês estavam falando sobre?* não envolvem *P-stranding*, mas sim um complemento nulo. Ele postula que

---

<sup>99</sup> Salles (1997), no entanto, afirma que não há *P-stranding* no PB, já que, dentro do seu modelo, todas as preposições se contrairiam com o determinante. Vale ressaltar, ainda, que a autora não menciona as relativas cortadoras e resumptivas.

<sup>100</sup> No original: (...) in Romance languages, but not in English, P and D enter some sort of relation that amalgamates them rendering P-pied-piping obligatory (cf. Salles (1995)). As noted by Anna Roussou (p.c.), the phenomenon of [P+article] contraction in Romance languages seems to be a morphophonological expression of this relation. The idea is that in the presence of [P+article] contraction, P-stranding is not found. This is the situation in Romance languages. Conversely, the possibility of stranding P should imply the absence of [P+article] contraction. The last prediction is borne out within the Germanic group among English and Scandinavian languages: P can be stranded quite freely in these languages, and [P+article] contraction is not found. (...) It could be said that [P+article/(WH-)pronoun] contraction amounts to phi-feature realisation on P through cliticization of the relevant form onto P (the phonological processes involved being irrelevant for the present discussion). This in turn amounts to saying that Romance languages and German have a type of inflected P. Accordingly, they pattern with languages such as Welsh, Breton and Irish which have inflected P's (...) (Salles, 1997, p. 103 e 108-109).

as construções como [Qual professor que vocês estavam falando sobre?], embora aparentemente similares ao fenômeno de *preposition stranding* (...) verificado em línguas como o inglês (*Which teacher were you talking about?*), são derivadas de modo diferente e integram, na verdade, um conjunto de características do PB que inclui a representação, por meio de um pronome – lexical ou nulo (Cyrino, 1999) – para retomar elementos já presentes na sentença (Medeiros Jr., 2009, p. 71).

Em suma, os poucos trabalhos que discutem a suposta existência de *P-stranding* no PB se concentram nas preposições *sem*, *contra* e *sobre*, pois elas apresentam um comportamento peculiar dentro do sistema preposicional do PB. Em um primeiro momento, esses itens mostram características que nos induzem à hipótese de uma forma de *P-stranding* no português, sobretudo se levarmos em conta a influência da língua inglesa sobre os brasileiros. No entanto, tal análise pode revelar-se falha em alguns aspectos.

Antes de adentrarmos o estudo das preposições desacompanhadas no PB — o que será feito no capítulo 4 — descreveremos, neste capítulo, as hipóteses mais tradicionais acerca do *P-stranding*<sup>101</sup>. Este capítulo está organizado da seguinte maneira. Na seção 3.2, descreveremos uma das primeiras tentativas, dentro da Gramática Gerativa, de dar conta do *P-stranding*, a saber, a abordagem de van Riemsdijk (1978). Na seção 3.3, resumiremos as duas principais hipóteses de reanálise, as quais se tornaram bastante prominentes nos anos 1980. Na seção 3.4, faremos uma breve exposição do estudo de Sugisaki & Snyder (2002), o qual relacionou o *P-stranding* ao Parâmetro de Composição, com base em Stowell (1981). A seção 3.5 será dedicada à explicação da hipótese de incorporação, proposta, de maneira independente, por Salles (1997, 2001) e Law (1998, 2006, 2017). Por fim, nas seções 3.6 e 3.7, apresentaremos, respectivamente a hipótese de fases, introduzida por Abels (2003) e reformulada pelo mesmo autor em 2012, e o fenômeno do *preposition orphaning* (doravante *P-orphaning*), superficialmente similar ao *P-stranding*.

### 3.2 Van Riemsdijk (1978)

Van Riemsdijk (1978) foi efetivamente o primeiro linguista dentro da tradição gerativa a propor uma explicação para a variabilidade do *P-stranding* entre as línguas humanas. De acordo

---

<sup>101</sup> Ressalta-se que discutiremos apenas *P-stranding* sob movimento-A'; não abordaremos *P-stranding* sob movimento-A, conhecido como pseudopassivas.

com Riemsdijk, PPs são *bounding nodes*<sup>102</sup> e estão sujeitos, assim como outras categorias, à Restrição do Núcleo (*Head Constraint*), explicitada da seguinte maneira:

(6) Restrição do Núcleo

Nenhuma regra pode envolver  $X_i/X_j$  e  $Y_i/Y_j$  na estrutura ...  $X_i$  ... [ $H^n$  ... [ $H'$  ...  $Y_i$  ... H ...  $Y_j$  ...]  $H'$  ...]  $H^n$  ...  $X_j$  ... (em que  $H^n$  é o núcleo fonologicamente especificado (ou seja, não nulo) e  $H^n$  é a projeção máxima de H).

(van Riemsdijk, 1978, p. 160, tradução nossa<sup>103</sup>)

Dada a Restrição do Núcleo, todo movimento para fora do PP deve proceder por Spec-PP. Por causa disso, van Riemsdijk argumenta que *P-stranding* é um fenômeno tipologicamente raro, uma vez que este só é possível com PPs que contenham uma “válvula de escape” (*escape hatch*), que seria a posição de especificador — denominada posição COMP —, por onde o complemento da preposição poderia ser extraído.

Portanto, à luz do que sugere o autor, admitir-se-ia P-stranding no inglês porque, nessa língua, ao contrário das línguas românicas, haveria a possibilidade de extrair o complemento de P através de Spec-PP. De acordo com van Riemsdijk, alguns casos de *sluicing* constituiriam evidência em favor dessa possibilidade, uma vez que, nesses casos, o pronome-Wh é pronunciado em Spec-PP, como exemplificado em (7)<sup>104</sup> abaixo:

(7) John left, but I don't know **who** with.

(van Riemsdijk, 1978, p. 238)

---

<sup>102</sup> Chomsky (1981) apresenta a teoria denominada *Bounding Theory*, cujo um dos principais postulados é a Condição de Subjacência. Conforme tal condição, um constituinte não pode cruzar, de uma só vez, dois *bounding nodes* (NP e S, segundo Chomsky), devido à restrição de localidade. O conceito de *bounding node* foi posteriormente subsumido na definição de barreira (*barrier*) e, dentro do Programa Minimalista, substituído pela noção de fases.

<sup>103</sup> No original: No rule may involve  $X_i/X_j$  and  $Y_i/Y_j$  in the structure ...  $X_i$  ... [ $H^n$  ... [ $H'$  ...  $Y_i$  ... H ...  $Y_j$  ...]  $H'$  ...]  $H^n$  ...  $X_j$  ... (where H is the phonologically specified (i.e. non-null) head and  $H^n$  is the maximal projection of H).

<sup>104</sup> Rigorosamente, a frase em (7) envolve um tipo específico de *sluicing*, denominado *swiping*, em que a preposição e a palavra-Wh surgem em posições invertidas.

No entanto, o fato de o pronome-Wh aparecer antes da preposição não é, por si só, prova suficiente de que o pronome está ocupando a posição de especificador, considerando-se outras possíveis derivações de *sluicing*, como a em (8b), na qual *who* não se encontra em Spec-PP.

- (8) a. John left, but I don't know [<sub>CP</sub> [<sub>PP</sub> who<sub>i</sub> [<sub>with</sub> t<sub>i</sub>]]<sub>j</sub> [ [<sub>TP</sub> ... t<sub>j</sub>]]].  
 b. John left, but I don't know [<sub>CP</sub> who<sub>i</sub> [ [<sub>TP</sub> ... [<sub>PP</sub> with t<sub>i</sub>]]]].

Ademais, Law (2017) salienta que a derivação em (8a) não seria possível por duas razões. Primeiramente, quando há contraste gramatical, palavras-Wh não podem aparecer em Spec-PP:

- (9) a. \*[<sub>PP</sub> who<sub>i</sub> [ with t<sub>i</sub> ]]<sub>j</sub> did John talk t<sub>j</sub>?  
 b. [<sub>PP</sub> with whom ]<sub>j</sub> did John talk t<sub>j</sub>? (Law, 2017, p. 6)

Em segundo lugar, estruturas *D-linked* não admitem *swiping*:

- (10) a. \*Mary brought in these books, but I don't know [<sub>PP</sub> which class<sub>i</sub> [ for [ t<sub>i</sub> ]]].  
 b. Mary brought in some books, but I don't know for which class.

Diante disso, Law (2017, p.6, tradução nossa) conclui que palavras-Wh não podem aparecer em Spec-PP em inglês: “Se a expressão-Wh fosse extraída diretamente do PP, isso violaria a Restrição do Núcleo. As derivações alternativas, nas quais a expressão-Wh é movida via Spec-PP, são impossíveis, uma vez que expressões-Wh não aparecem em SpecPP em inglês.” (2017, p.6, tradução nossa<sup>105</sup>).

Um outro fato analisado, de maneira análoga, por van Riemsdijk são os pronomes-R em holandês, partículas locativas assim denominadas por conterem o fonema /r/<sup>106</sup>. Nesta língua — e, ainda mais restritamente, no alemão<sup>107</sup> — o *P-stranding* somente é possível com os pronomes-R. Outra característica distintiva desse grupo de pronomes é que eles somente são pronunciados

<sup>105</sup> No original: If the wh-phrase is extracted directly out of the PP, then it should violate the HC. The alternative derivations in which the wh-phrase is moved via SpecPP are impossible, since wh-phrases do not appear in SpecPP in English.

<sup>106</sup> Alguns exemplos são os pronomes *er* (there), *daar* (there) e *waar* (where).

à esquerda da preposição, de modo similar a um sufixo, como nos exemplos a seguir, com a preposição *op* (*on*).

- (11) a. *op hem* 'on him'  
b. *\*hem op* 'him om'  
c. *\*op er* 'on there'  
d. *er op* 'there on'

- (12) a. *op wie* 'on whom'  
b. *\*wie op* 'whom on'  
c. *\*op waar* 'on where'  
d. *waar op* 'where on'

(van Riemsdijk, 1978, p. 37)

Isso leva van Riemsdijk a supor que, uma vez que pronomes-R podem aparecer à esquerda de preposições que normalmente são seguidas, e não precedidas, de outros pronomes — e, portanto, não são posposições —, tais pronomes-R são movidos ao especificador do PP (posição-R), deixando a preposição isolada:

- (13) *Waar<sub>i</sub> heb je [PP t<sub>i</sub> [op t<sub>i</sub>] gerekend?*  
*where have you on counted*  
*'What did you count on?'*

(van Riemsdijk 1978, p. 135)

Em síntese, assume-se nessa teoria que a disponibilidade de *P-stranding* em uma língua é devida à existência de uma posição de escape (*escape-hatch position*) em Spec-PP. Por isso, não haveria *P-stranding* em línguas românicas, já que, nessas línguas, o complemento de P nunca surge à esquerda de P, isto é, em Spec-PP; logo a extração do complemento preposicional violaria a Restrição do Núcleo.

Um aspecto interessante da análise proposta por van Riemsdijk é que, mesmo formulada há várias décadas, ela poderia ser, em certa medida, remodelada sob o arcabouço teórico de fases, introduzido por Chomsky. Assim como uma fase, a estrutura dos PPs sugerida por van Riemsdijk implica a inacessibilidade do complemento preposicional, a menos que o núcleo P projete uma posição COMP ou R para a qual um pronome-R seja alçado, podendo tal pronome, assim, ser extraído de PP sem violação da Restrição do Núcleo.

### 3.3 Hipótese da reanálise

A análise proposta por van Riemsdijk (1978), discutida na seção anterior, sugere que a ocorrência de *P-stranding* está ligada à existência de uma posição de escape em Spec-PP, permitindo-se a extração do complemento preposicional sem violação da Restrição do Núcleo. No entanto, outras abordagens dentro da tradição gerativa oferecem diferentes explicações para o fenômeno do *P-stranding*, propondo mecanismos alternativos para a variabilidade observada entre as línguas.

Uma dessas abordagens é a hipótese da reanálise, inicialmente proposta por Hornstein e Weinberg (1981) e posteriormente refinada por Kayne (1984). Segundo essa hipótese, a ocorrência de *P-stranding* pode ser explicada por meio de um processo de reanálise sintática em que a estrutura original é reinterpretada de maneira a permitir a extração do complemento preposicional. Esta seção descreverá, em linhas gerais, as propostas de Hornstein e Weinberg (1981) e de Kayne (1984) acerca do fenômeno do *P-stranding*, bem como alguns problemas inerentes a tais propostas.

#### 3.3.1 Hornstein & Weinberg (1981)

Embora não tenham sido os primeiros a empreender uma tentativa de explicar o fenômeno do *P-stranding*, Hornstein & Weinberg (1981) forneceram uma hipótese bastante inovadora. Influenciados pelo trabalho de van Riemsdijk (1978), eles propuseram um modelo teórico que explicasse o *P-stranding* em termos de Caso e reanálise de V e P. Esse modelo se respalda em três premissas, descritas em (14), (15) e (16) a seguir (Hornstein e Weinberg, 1981, p. 60, tradução nossa<sup>108</sup>)

---

<sup>108</sup> No original:

There is a universal filter of the form: \*[ NP <sub>eoblique</sub> ]

There is a general rule of Reanalysis which says that in the domain of VP, a V and any set of contiguous elements to its right can form a complex V: V → V\* (where V c-commands all elements in V\*)

There are Case-marking rules which occur after all transformational rules have applied and before filters apply.

(14) Existe um filtro universal da forma:

\*[ NP <sub>oblíquo</sub> ]

(15) Existe uma regra geral de Reanálise que diz que, no domínio do VP, um V e qualquer conjunto de elementos contíguos à sua direita podem formar um V complexo:

$V \rightarrow V^*$  (onde V c-comanda todos os elementos em  $V^*$ )

(16) Existem regras de marcação de Caso que ocorrem após todas as regras transformacionais terem sido aplicadas e antes de os filtros serem acionados.

Com base nesses pressupostos, Hornstein & Weinberg afirmam que os NPs no domínio de c-comando de uma preposição recebem Caso oblíquo desta última, e não Caso acusativo, o qual é exclusivamente atribuído por verbos. Além disso, consoante a generalização em (14), existe um filtro da GU que proíbe uma categoria vazia em uma posição que tenha recebido Caso oblíquo. Dito de outro modo, consideradas as premissas expostas em (14) e (16), a extração de um complemento preposicional (*P-stranding*) seria impossível, não fosse a regra de reanálise em (15). A operação de reanálise, explicitada em (15), prescreve que V forma um núcleo complexo com quaisquer elementos contíguos à sua direita e sob seu domínio de c-comando. Ressalta-se, ainda, que a reanálise é opcional e antecede a atribuição de Caso.

Portanto, de acordo essa abordagem, em línguas em que há *P-stranding*, como o inglês, aplica-se a reanálise entre V e P, os quais se consubstanciam em um V complexo ( $V^*$ ). Em vista disso, o complemento preposicional recebe Caso de  $V^*$ , e não de P, sendo-lhe então atribuído Caso acusativo, em vez de oblíquo. Segue-se, então, que o complemento de P — agora reanalisado como complemento do núcleo complexo V — pode ser extraído sem que haja violação do filtro em (14), isolando-se a preposição, conforme exemplificado em (17), (18) e (19).

(17) a. Who did John talk to Harry about?

b. [<sub>S</sub> [<sub>C</sub>] [<sub>S</sub> John [<sub>VP</sub> [<sub>V</sub> talk] [<sub>PP</sub> to Harry] [<sub>PP</sub> about who]]]]

(Hornstein & Weinberg, 1981, p. 62)

(18) [s [c ] [s John [v<sub>VP</sub> [v talk to Harry about] who]]] (Hornstein & Weinberg, 1981, p. 62)

(19) [s [c who<sub>i</sub>] [s John [v<sub>VP</sub> [v talk to Harry about] t<sub>i</sub>]]] (Hornstein & Weinberg, 1981, p. 62)

A forma em (17b) é a estrutura da qual a sentença em (17a) é derivada. A representação em (18) mostra a aplicação da reanálise [V+P], a qual, uma vez realizada, possibilita o movimento-Wh e *P-stranding*, como evidenciado em (19).

Hornstein e Weinberg (1981) argumentam ainda que, não obstante o caráter opcional da regra de reanálise, ela segue um preceito fundamental. A reanálise entre V e P e, por conseguinte, a ocorrência de *P-stranding* somente é possível quando o PP está sob o domínio de c-comando de V; do contrário, V e P não podem formar um núcleo complexo. Observa-se, por exemplo, a interrogativa abaixo:

(20) \*What time did John arrive at? (Hornstein & Weinberg, 1981, p. 61)

Embora existam falantes de inglês que aceitem a sentença acima, de acordo com Hornstein e Weinberg (1981), tal sentença não seria gramatical porque, sendo o PP *at what time* um adjunto, ele não está sob o domínio de V, o que impede a operação de reanálise. Sem o núcleo complexo V\*, a preposição *at* atribui Caso oblíquo ao DP *what time*. Dessa maneira, o movimento-A' da expressão-Wh para fora do PP viola o filtro de Caso oblíquo expresso em (14), tornando a sentença agramatical.

### 3.3.2 Kayne (1984)

Respaldado na Teoria de Ligação e Regência, Kayne (1984) refina a proposta de Hornstein & Weinberg (1981). Conquanto também admita a abordagem de reanálise, Kayne, diferentemente destes, considera a operação de reanálise não em termos de uma junção de constituintes, mas sim em termos de regência. Nas palavras do autor, “o que está envolvido em [*Which candidate have you voted for?*] não é tanto uma reanálise como constituintes, mas sim uma reanálise em termos de regência, essencialmente como na proposta de Rouveret e Vergnaud

(1980) para causativos em francês e verbos relacionados (Kayne, 1984, p. 115, tradução nossa<sup>109</sup>).” Assim, Kayne propõe que a reanálise [V+P] depende das propriedades de regência da preposição, que variam entre as línguas. Segundo o autor, a reanálise só é aplicável quando os constituintes envolvidos regem seus complementos da mesma forma.

Comparando o inglês com o francês, Kayne demonstra como, em inglês, V e P têm propriedades de regência semelhantes, uma vez que ambos atribuem Caso estrutural. Em francês, por outro lado, V atribui Caso acusativo, e P, oblíquo. A título de exemplificação, considerem-se as preposições *for*, do inglês, e *de*, do francês. Embora ambas possam desempenhar o papel de complementizador, suas propriedades de regência são distintas. Uma das diferenças entre as duas é que *de*, ao contrário de *for*, não pode ser seguido por um sujeito lexical em uma oração no infinitivo:

(21) \*Ce serait dommage [CP [C de [TP *quelque chose* lui arriver]]] (Kayne, 1984, p. 109)

(22) It would be a pity [CP [C for [TP *something* to happen to him]]] (Kayne, 1984, p. 109)

Por outro lado, enquanto *de* rege predicados de controle, *for* não o faz.

(23) Ce serait dommage [CP [C de [TP *PRO* partir maintenant]]] (Kayne, 1984, p. 109)

(24) \*It would be a pity [CP [C for [TP *PRO* to leave now]]] (Kayne, 1984, p. 109)

Considerando-se que, dentro da Teoria de Regência e Ligação, regência é uma condição necessária para atribuição de Caso e que a regência de um constituinte em uma projeção sintática é incompatível com o controle desse mesmo constituinte (Chomsky, 1981a; 1981b, *apud* Kayne, 1984), Kayne conclui que, em inglês, mas não em francês, as preposições consistem em *proper governors* e que, por isso, *for* pode atribuir Caso ao sujeito da oração infinitiva, o que explica a gramaticalidade de (22) e a agramaticalidade de (21). Ademais, uma vez que o complementizador é compatível com um predicado de controle, ele não atribui Caso, por

---

<sup>109</sup> No original: What is involved in [Which candidate have you voted for?] is not so much reanalysis qua constituent as reanalysis in terms of government, essentially as in Rouveret and Vergnaud's (1980) proposal for French causatives and related verbs.

consequente (23) é perfeitamente gramatical; *for*, no entanto, é um marcador de Caso, logo, sob a premissa de que PRO não pode receber Caso, a frase em (24) se torna agramatical.

Com base nas evidências aqui descritas, Kayne sustenta que verbos e preposições em inglês regem seus complementos no sentido estrutural, ao passo que, em francês, as preposições regem seus complementos em termos de subcategorização apenas, e não estruturalmente, como os verbos. Utilizando-se de uma representação sintagmática mais atual, Law (2017) explicita a proposta de Kayne da seguinte forma:

(...) enquanto V na posição X pode reger YP em ambas as configurações [abaixo], P na posição X em [ii], ao contrário de V, não necessariamente rege YP, dependendo da língua:

- i ...<sub>[XP X YP]</sub> ...
- ii ...<sub>[XP X [ZP YP [Z ...</sub>

Particularmente, P é um regente na posição X na configuração em [ii] em inglês, mas não em francês.

(Law, 2017, p. 11, tradução nossa<sup>110</sup>)

Nota-se, assim, que Kayne, bem como Hornstein & Weinberg, postula que a variabilidade de *P-stranding* entre as línguas se deve a uma operação de reanálise. Contudo, para Kayne, essa variabilidade não se dá porque a reanálise está disponível na gramática de apenas algumas línguas; o que ocorre é que, embora a reanálise seja possível mesmo em línguas em que não há *P-stranding*, como o francês, nestas, tal operação não se aplica a P e V, dado que as preposições e os verbos regem seus complementos de maneira diferente. Portanto, enquanto no inglês V e P são regentes estruturais, atribuindo ambos Caso estrutural (acusativo), nas línguas românicas, P somente atribui Caso (oblíquo) ao DP que ele subcategoriza. Kayne então conclui com a seguinte generalização: “Agora vemos que o contraste entre o francês e o inglês com relação ao *P-stranding* é o seguinte: no francês, P e V não são regentes do mesmo tipo; mas, no inglês, eles

---

<sup>110</sup> (...) whereas V in position X may govern YP in both configurations [below] P in position X in [ii], unlike V, does not necessarily govern YP, depending on the language:

- i ...<sub>[XP X YP]</sub> ...
- ii ...<sub>[XP X [ZP YP [Z ...</sub>

Specifically, P governs in the position X in the configuration in [ii] in English, but not in French.

são. (Ou seja, no inglês, P também pode reger um constituinte estruturalmente).” (Kayne, 1984, p. 116, tradução nossa<sup>111</sup>).

### 3.3.3 Problemas para a hipótese da reanálise

Apesar de suas contribuições para o estudo do *P-stranding*, a proposta de reanálise esteve sujeita a algumas críticas. Baltin & Postal (1996, *apud* Salles, 1997)<sup>112</sup> suscitaram alguns problemas em relação à hipótese de reanálise entre V e P, especialmente o fato de que o complemento de P, em vez de se comportar como um objeto direto independente, age como um objeto preposicional. Isso é evidenciado em estruturas de NPs pesados (*Heavy NP-shift*), em que os NPs dominados por preposições não podem ser deslocados como os objetos diretos de verbos, contradizendo a hipótese de reanálise:

- (20) a. I discussed  $t_i$  with Lorenzo - [the problems he was having with deliveries]<sub>i</sub>  
b. \*I argued with  $t_i$  about such problems - [the driver's union leader]<sub>i</sub>

(Baltin & Postal, 1996, p. 129)

Outra aparente falha dessa teoria está relacionada a construções de elipse denominadas *gapping*. Nesse tipo de estrutura, o núcleo de um sintagma recebe um *Spell-Out* nulo quando ocorre uma segunda vez em estruturas coordenadas. Dessa maneira, se houvesse, de fato, uma reanálise [V+P], esperar-se-ia que o verbo e a preposição não pudessem ser apagados independentemente um do outro; no entanto, não é isso que ocorre, como se verifica nos exemplos a seguir:

---

<sup>111</sup> No original: We now see that the French-English contrast with respect to preposition stranding is this: In French, P and V do not govern in the same way; but in English they do. (That is, in English, P can govern structurally, as well)

<sup>112</sup> É preciso deixar claro que, após várias buscas, não conseguimos obter o texto original de Baltin & Postal (1996). Por isso, a nossa apresentação dos argumentos de Baltin & Postal (1996) são inteiramente baseadas nas descrições feitas em Salles (1997) e em outro trabalho do próprio Baltin, qual seja uma versão preliminar (*first draft*) do artigo *Extraposition, the Right Roof Constraint, Result Clauses, Relative Clause Extraposition, and PP Extraposition* e pode ser acessada em: <https://as.nyu.edu/content/dam/nyu-as/faculty/documents/extrapos.pdf>.

- (21) a. Frank called Sandra and Arthur \_\_ Louise  
b. Frank talked to Sandra and Arthur \_\_ \*(to) Louise (Baltin & Postal, 1996, p. 129)

De modo análogo, causa agramaticalidade a tentativa de *subdeletion*<sup>113</sup> no objeto de uma preposição em sentenças comparativas, embora isso seja perfeitamente gramatical quando se trata do objeto do verbo:

- (22) a. \*John talked to more of these people than he talked to \_\_ of those people.  
b. John read more of these books than he read \_\_ of those books.

(Baltin, 2006, p. 6)

Questiona-se também a obrigatoriedade da reanálise quando V e P possuem as mesmas propriedades de regência e atribuem Caso acusativo. Se a operação de reanálise fosse obrigatória e automática, estaria descartada a possibilidade de *pied-piping* com as preposições do inglês, já que o verbo e a preposição estariam unidos. De acordo com Salles (1997, p. 97), uma tentativa de solucionar essa aparente contradição seria assumir que a reanálise ocorre a partir de reconstrução em LF; porém, conforme a própria autora aponta, isso não resolveria o problema, pois a operação de reanálise está associada à atribuição de Caso estrutural e, portanto, não poderia ocorrer em LF.

Além disso, ao abordarem frases com pronomes reflexivos e recíprocos, Baltin & Postal destacam outro problema com a existência de uma reanálise [V+P], sobretudo no que tange ao seu caráter automático. Considerem-se, por exemplo, as seguintes construções:

- (23) \*To whom did he talk about each other? (Baltin, 2006, p. 6)

- (24) I talked to them about each other. (Baltin, 2006, p. 6)

Segundo Baltin (2006, p. 6), o contraste entre (23) e (24) aparenta resultar do Princípio A da Teoria da Ligação, o que favoreceria a possível ocorrência de reanálise, já que a preposição seria incorporada ao verbo e “perderia” sua projeção, não havendo, portanto, um núcleo P dominando e regendo o NP/DP. Assim, em (24), com a reanálise de [V+P], o pronome poderia ser ligado ao

---

<sup>113</sup> Apagamento de parte do complemento de um núcleo.

ao seu antecedente; em (23), por outro lado, tendo havido *pied-piping* do PP contendo o antecedente do pronome, a reanálise de [V+P] não ocorreria e *each other* não poderia ser ligado ao seu antecedente. No entanto, o mesmo não se dá com pronomes não reflexivos ou recíprocos (Princípio B da Teoria da Ligação):

(25) \*To whom<sub>i</sub> did John talk about him<sub>i</sub>?

(26) \*John talked to Fred<sub>i</sub> about him<sub>i</sub>

Em (25), não pode ter ocorrido reanálise, pois *to whom* sofreu *pied-piping*. À luz do Princípio B da Teoria da Ligação, portanto, a sentença em (25) deveria ser gramatical, dado que o pronome *him* não teria como antecedente um constituinte dentro de sua categoria de regência (o TP, em outras palavras).

Nota-se, assim, que a hipótese de reanálise, especialmente aquela proposta por Hornstein & Weinberg (1981), baseia-se na formação de um núcleo complexo [V+P], semelhantemente à noção de incorporação introduzida por Baker (1988). No entanto, tal hipótese assume que, após a incorporação, o PP é dissolvido. Isso difere do conceito de incorporação de Baker, pois, de acordo com este último, quando há formação de um núcleo complexo, o movimento do constituinte deixa um vestígio, o que implica na não eliminação da estrutura movida. Dessa maneira, portanto, as relações de c-comando entre os elementos envolvidos na incorporação não se alteram.

Por fim, relativamente à abordagem de Kayne em particular, Law (2017) sustenta que ela apresenta algumas falhas se aplicada a outras línguas, como, por exemplo, o alemão e holandês, em que há casos limitados de *P-stranding* — como já ressaltado na seção 3.2. As suposições feitas nessa hipótese não explicariam por que uma preposição em holandês só pode sofrer *stranding* em frases com pronomes-R, ou seja, por que, em uma mesma língua, algumas preposições seriam *proper governors*, mas outras não.

### 3.4 *P-stranding* e o Parâmetro de Composição

Segundo Stowell (1981), a existência de *P-stranding* em uma determinada língua é dependente do seguinte parâmetro:

- (27) Há (não há) uma regra de formação de palavras no léxico que crie um verbo complexo da seguinte forma: [V V – Partícula].

(Stowell, 1981, tradução nossa<sup>114</sup>)

Stowell baseia-se na hipótese de reanálise de Hornstein e Weinberg (1981) de que há uma restrição da GU que exige que a operação de reanálise seja aplicada na sintaxe para que haja *P-stranding*. Além disso, a reanálise deve respeitar a Condição de Preservação de Estrutura, segundo a qual as palavras complexas criadas em determinada língua devem ser estruturalmente equivalentes àsquelas formadas pelas regras normais de formação de palavras.

No proposta de Stowell, a combinação verbo-partícula serve como um modelo para a criação de verbos complexos. Se uma língua possui a ordem verbo-partícula, essa estrutura permite a formação de um núcleo verbal a partir da reanálise do verbo e da preposição<sup>115</sup> seguinte. Se, por outro lado, uma língua apresenta a ordem partícula-verbo, forma-se um núcleo verbal complexo da reanálise do verbo e da posposição. Considerem-se as representações a seguir:

- (28) a. [<sub>V</sub> V+Prt]: V [<sub>PP</sub> P NP] → [<sub>V</sub> V+P] NP

- b. [<sub>V</sub> Prt+V]: [<sub>PP</sub> NP P] V → NP [<sub>V</sub> P+V]

(Sugisaki & Snyder, 2002, p. 294)

No caso do inglês, por exemplo, existem construções na ordem verbo-partícula — como *take off*, *pick up* etc. —, o que possibilita a reanálise do verbo com a preposição. Isso, por sua vez, viabiliza a ocorrência de *P-stranding* na língua, na medida em que o parâmetro em (27)

---

<sup>114</sup> There {is, is not} a word-formation rule in the lexicon which creates a complex verb of the following form: [<sub>V</sub> V – Particle].

<sup>115</sup> Para Stowell, partículas são preposições intransitivas.

estipula que *P-stranding* está condicionado à existência de uma regra de criação de um verbo complexo na forma verbo-partícula. Segue-se dessa hipótese, ainda, que, se *preposition stranding* só é possível em línguas que apresentam a construção V-partícula-NP, *postposition stranding* somente ocorre naquelas que possuem a estrutura NP-partícula-V.

Embora, de acordo com Stowell, a existência de construções verbo-partícula seja uma condição necessária para a aplicação da operação de reanálise e, conseqüentemente, para o *P-stranding*, isso não é, por si só, suficiente. Sugisaki & Snyder (2002) ressaltam que outras condições, ainda não totalmente compreendidas, podem afetar a possibilidade de *P-stranding* em uma língua.

Em 1995, Snyder (1995 *apud* Marcelino, 2007) propôs o primeiro esboço do chamado Parâmetro de Composição. Snyder defendia que uma língua permitia a formação de predicados complexos — segundo Snyder, sobretudo construções resultativas (29a), combinações de verbo-partícula (29b) e construções de objeto duplo (29c) — somente se a morfologia da respectiva língua permitisse a composição irrestrita de itens lexicais da classe aberta (em outros termos, categorias lexicais como verbos, substantivos e adjetivos).

- (29) a. John *hammered* the metal *flat*.  
b. Mary *picked* the book *up* / *picked up* the book.  
c. Sue *sent* Alice *a letter*. (Snyder, 1995, p. 25 )

As construções em (29) — incluindo-se os as estruturas complexas verbo-partícula, analisadas por Stowell — ocorreriam porque o verbo principal faria parte de um predicado maior que selecionaria um argumento interno como seu objeto. Portanto, na abordagem de Snyder, os predicados complexos seriam possíveis no inglês porque formariam um composto morfológico (compostos nominais N+N) no nível sintático — como nos casos de *coffee cup* e *guard dog* . A partir disso, Snyder então postula o Parâmetro de Composição, reproduzido a seguir:

- (30) A gramática (não) permite livremente que itens lexicais de classe aberta não afixais sejam marcados como [+Afixal] (Snyder, 1995, p. 27, tradução nossa<sup>116</sup>)

---

<sup>116</sup> No original: The grammar does (not) freely allow open-class non-affixal lexical items to be marked [+Affixal].

Com base em estudos de aquisição da linguagem e em análises sintáticas comparativas, Sugisaki & Snyder (2002) acrescentaram o *P-stranding* à lista de estruturas dependentes da marcação positiva do Parâmetro de Composição. Respaldados em um estudo longitudinal com dez crianças em processo de aquisição da língua inglesa, Sugisaki & Snyder observaram que a maioria das crianças adquiriram as construções V-partícula-NP antes de *P-stranding* e que nenhuma criança adquiriu *P-stranding* significativamente antes das estruturas V-partícula-NP. A partir disso, os autores concluíram:

(...) nossos resultados aqui relatados sugerem que *P-stranding* também está intimamente ligado ao Parâmetro de Composição, no sentido de que a disponibilidade de *P-stranding* requer a marcação positiva deste parâmetro. Isso indica que o Parâmetro de Composição é mais “global” do que Snyder (1995, 2001) originalmente imaginou, o que acreditamos ser uma consequência preferível do ponto de vista da aquisição gramatical (Sugisaki & Snyder, 2002, p. 300, tradução nossa<sup>117</sup>).

### 3.5 Hipótese da Incorporação

A hipótese da incorporação foi proposta independentemente por Salles (1997, 2001) e Law (1998, 2006, 2017). Não obstante algumas diferenças entre as duas abordagens, ambos os autores defendem que a existência de *P-stranding* em uma língua depende de propriedades morfológicas desta, mais precisamente, se tal língua apresenta ou não formas contraídas entre uma adposição e um determinante. Nesta seção, faremos um pequeno esboço dos principais pontos das propostas de Salles e Law.

#### 3.5.1 Salles (1997, 2001)

Sob uma perspectiva minimalista, Salles (1997) defende que as condições que possibilitam o *P-stranding* são determinadas pelas propriedades morfológicas de uma língua e

---

<sup>117</sup> No original: (...) our results reported here suggest that P-stranding is also tightly connected to the Compounding Parameter, in the sense that the availability of P-stranding requires the positive setting of this parameter. This indicates that the Compounding Parameter is more ‘global’ than Snyder (1995, 2001) originally envisioned, which we believe is a preferable consequence from the viewpoint of grammar acquisition.

estão relacionadas à realização dos traços- $\phi$  (traços de gênero, número e pessoa) do determinante D na preposição P. Como ponto de partida, a autora analisa por que *pied-piping* é obrigatório e *P-stranding* não é permitido em línguas que possuem formas contraídas entre P e D.

Salles explica que, conforme o arcabouço teórico minimalista, o que desencadearia o movimento-Wh em sentenças interrogativas é a presença de um traço-Q (*question feature*) forte no complementizador C, o que atrai uma expressão-Wh para Spec-CP, de modo que o traço-Q seja satisfeito. Dessa maneira, o que distingue as línguas românicas do inglês e das línguas escandinavas é que, enquanto naquelas o sintagma-Wh precisa ser movido juntamente com a preposição para Spec-CP, nestas, a preposição pode ser deixada na base, isolada. Segundo Salles, tal distinção coincide com a premissa, dentro do Programa Minimalista, de que o movimento de um constituinte carrega apenas o material necessário e suficiente para a convergência da derivação<sup>118</sup>.

Verifica-se, portanto, que tanto nas línguas românicas como no inglês e nas línguas escandinavas, o complementizador interrogativo C contém um traço-Q forte, razão pela qual *pied-piping* é possível. Porém, resta explicar ainda por que, diferentemente do que ocorre nas línguas românicas, no inglês, a preposição não precisa ser obrigatoriamente carregada com a expressão-Wh. Segundo a autora, a resposta para tal questão reside nas propriedades morfofonológicas da língua.

Salles nota que, nas línguas românicas, que não admitem *P-stranding*, a contração entre a preposição e o determinante (pronome/artigo) é um fenômeno pervasivo e obrigatório, como evidenciado nos exemplos do português (31) e do francês (32) abaixo:

- (31) a. A necessidade da (\*de a) criança  
b. O interesse no/pelo (\*em o )/( \*por o ) assunto  
c. A volta ao/ (\*a o) Brasil

(Salles, 1997, p. 103)

- (32) a. Le besoin des (\*de les) enfants

---

<sup>118</sup> Salles ressalta que, como resultado dessa premissa, a operação a ser preferida pelo C<sub>HL</sub> é *Move-F*, operação esta responsável pela valoração de traços fracos por movimento encoberto (*covert movement*). No entanto, quando, por características morfofonológicas da língua, um traço é forte e necessita de realização fonológica, tal traço é valorado é por meio de movimento aberto (*overt movement*), com efeitos visíveis em PF.

b. L'interet au (\*à le) sujet

c. Le retour aux (\*à les) Pays Bas

(Salles, 1997, p. 103)

Por outro lado, em línguas germânicas como o inglês e as línguas escandinavas, nas quais o *P-stranding* é altamente produtivo, não existe contração entre a preposição e o determinante. Além disso, a correlação entre presença de contração [P+artigo] e a ausência de *P-stranding* se confirma em outras línguas indo-europeias, como no grego e nas línguas celtas, e até mesmo em línguas de outras famílias, como línguas semíticas, da família afro-asiática. Diante desses fatos, Salles conclui que, se uma língua contém, entre suas características morfofonológicas, a contração [P+D], essa língua não apresenta *P-stranding*. Em outras palavras, na hipótese de Salles, se P e D se contraem (ou, em outros termos, se incorporam ou se amalgamam),  *pied-piping* é obrigatório, e *P-stranding* não está disponível.

Nesse contexto, a correlação acima sugere que as formas contraídas não são apenas um fenômeno restrito a PF, mas sim algo que ocorre no nível sintático. De acordo com Salles, encontra-se, no português, uma evidência para essa hipótese. Nessa língua, a contração [P+artigo] é obrigatória se D está na posição de complemento de P. Assim, a autora prediz que, se a contração [P+D] não é obrigatória, então P e D não devem ser encontrados nesse contexto sintático, tal como ocorre, de fato, em (33) abaixo:

- (33) a. A necessidade *de as* crianças brincarem é clara.  
b. O interesse *em os* assuntos serem discutidos é claro.  
c. [PP **P** [CP C [TP [DP **D** NP] T ]]]

Nos exemplos em (33) a contração [P+D] não é obrigatória porque D não está na posição de complemento de P. Na verdade, nesses casos, P introduz uma oração não finita com um infinitivo flexionado, e D está na posição de sujeito da oração subordinada. Portanto, a contração [P+D] só é obrigatória quando D está na posição de complemento de P. Conclui-se, assim, que *P-*

*stranding* não é possível nas línguas românicas porque P e D são amalgamados na sintaxe, e não apenas no nível fonológico<sup>119</sup>.

Para dar conta dessa correlação entre contração [P+D] e *P-stranding*, Salles sugere outra correlação, a saber, entre a contração P+D e a gramaticalização de traços- $\phi$  no sistema de artigos definidos da língua, uma vez que, ao contrário do que se encontra nas línguas românicas, no inglês, os artigos definidos não possuem traços- $\phi$ . A autora assume que a contração entre P e D acontece por uma espécie de cliticização de D para P, na qual os traços- $\phi$  de D são realizados em P, formando-se um núcleo complexo no nível sintático, o qual não pode ser separado. Sobre isso, a autora ainda afirma (Salles, 1997, p. 109, tradução nossa<sup>120</sup>): “Isso, por sua vez, equivale a dizer que as línguas românicas e o alemão possuem um tipo de P flexionado. Assim, elas se organizam de maneira semelhante a línguas como o galês, o bretão e o irlandês, que também têm P’s flexionados.”.

Além disso, em sua hipótese, Salles postula que D e P são amalgamados na sintaxe por uma relação de concordância equivalente a uma operação de valoração de traços fortes em uma configuração Spec-Head, por meio de movimento aberto. Ela assume que a realização de traços- $\phi$  em P envolve um traço-D forte nas línguas românicas, enquanto P possui um traço-D fraco na no inglês e nas línguas escandinavas. Nas línguas românicas, o traço-D forte de P é valorado por meio da realização de traços- $\phi$  em P. Isso ocorre porque a contração entre P e D é obrigatória nessas línguas, o que impede que DP seja movido para Spec-PP. No inglês e nas línguas escandinavas, por outro lado, dado que P possui um traço-D fraco, P e D estabelecem uma relação sintática na qual não há realização de traços- $\phi$  em P nem checagem de traços- $\phi$  em uma configuração Spec-head.

Salles (2001) refina e detalha algumas premissas de sua análise da contração [P+artigo], proposta em 1997. Nessa nova versão, a autora sugere que a contração entre P e D é, na verdade,

---

<sup>119</sup> Em seu trabalho, Salles também comenta os casos do alemão e do holandês, que são peculiares na medida em que, apesar de elas apresentarem alguns construções do tipo *P-stranding*, isso ocorre apenas de maneira muito restrita e com uma classe de pronomes específica, como visto na seção 3.2. Por essa e outras razões, como o fato de que pronomes interrogativos em alemão podem se contrair com a preposição e não podem sofrer *stranding*, Salles conclui que, nessas línguas, o *pied-piping* é obrigatório.

<sup>120</sup> No original: This in turn amounts to saying that Romance languages and German have a type of inflected P. Accordingly, they pattern with languages such as Welsh, Breton and Irish which have inflected P’s.

a expressão morfofonológica da operação *Agree*, que elimina traços não interpretáveis, como traços- $\phi$  e o traço EPP, os quais não podem ser acessados pelas interfaces. Por intermédio dessa operação do sistema computacional, valoram-se os traços formais não interpretáveis do núcleo preposicional funcional. Salles então assume uma projeção PP em camada (PP *shell*), com um núcleo funcional *p*, e propõe a seguinte hipótese:

Assim, pode-se postular uma projeção em camada para P (PP *shell*), com um núcleo funcional *p* selecionando a projeção máxima do núcleo lexical P: [<sub>PP</sub> P (PP P XP)]. A operação *Agree* na projeção PP pode ter ainda um correlato em PF, o qual se manifesta com a presença de um traço EPP em *p*. (...) Sua presença [traço EPP] em uma dada categoria funcional está sob variação e sua eliminação é obrigatória, o que pode ser feito no contexto da operação *Agree* produzindo um efeito de deslocamento de categoria, mais especificamente pela realização da posição de especificador por um XP. Propõe-se, no presente estudo, que o traço EPP, na projeção PP, pode ser checado de duas formas: (i) pelo movimento de D para *p* (através de P), expresso na contração [P+art] sempre que as condições morfofonológicas permitirem; (ii) pelo movimento de DP para Spec-P, produzindo configurações posposicionais, encontradas em alemão e em holandês (línguas que têm também preposições) (Salles, 2001, p. 183-184).

Por fim, Salles conclui:

Um aspecto essencial para a ocorrência do processo em (i) é a presença de traços- $\phi$  no artigo definido — assume-se que as propriedades de concordância dentro do sintagma nominal garantem que a checagem do traço EPP (bem como dos traços- $\phi$  não-interpretáveis no núcleo preposicional) seja feita através da categoria D, em particular o artigo. A presença de traços- $\phi$  no artigo pode ser vista como uma experiência eliciadora do parâmetro que determina a presença do EPP no núcleo preposicional. Nesse sentido, na ausência de traços- $\phi$  no artigo, o parâmetro é marcado negativamente (configurando-se a situação *default*) - é exatamente o que ocorre em inglês (Salles, 2001, p. 184).

### 3.5.2 Law (1998, 2006, 2017)

De maneira independente de Salles, Law (1998, 2006) formula uma hipótese similar para explicar a variabilidade do *P-stranding* nas línguas. Assim como Salles, Law baseia-se na comparação entre as línguas românicas e o alemão, de um lado, e o inglês e as línguas escandinavas, do outro. Law observa que as línguas românicas e o alemão apresentam formas

contraídas entre uma preposição e um artigo ou pronome, às quais ele chama “formas supletivas”, como as exemplificadas a seguir para o francês (34a), o italiano (34b) e o alemão (34c).

- (34) a. du = de le ‘of/about the.MASC’  
 b. del = di il ‘of/about the.MASC’  
 c. am = an dem ‘at/by the.MASC / NEUTER’ (Law, 2006, p. 646)

Analogamente a Salles, Law assume que as formas supletivas são o resultado de um processo de incorporação entre D e P (ou “supleção”, nas palavras do autor), tal como o descrito por Baker (1998), os quais formam uma unidade sintática na sintaxe aberta. Segundo Law, nesse processo, aplica-se uma regra de supleção, a qual origina a seguinte estrutura:

- (35)  $[_{PP}[P + D \text{ } _i [_{DP}[t_i [_{NP}[N ]]]]]]$  (Law, 2006, p. 647)

Por conseguinte, nas línguas em que se encontram tais formas supletivas, não há *P-stranding*, dada a inseparabilidade de P e D. Em vista disso, Law postula a seguinte generalização, denominada Restrição Sintática à Supleção (*Syntactic Constraint on Suppletion*):

- (36) Elementos que sofrem regras de supleção devem formar uma unidade sintática  $X^\circ$ .  
 (Law, 2006, p. 647, tradução nossa<sup>121</sup>)

Dada a restrição em (36), e assumindo-se que expressões-Wh são determinantes, *P-stranding* é impossível nas línguas com contração/supleção [P+D]. Uma vez que D se incorpora a P, D e o NP seguinte não formam mais um constituinte sintático. Por consequência, uma vez que não constituintes não podem ser movidos, não se pode extrair D e NP do domínio da preposição, deixando-se a preposição isolada. Assim, segundo Law, *pied-piping* da preposição torna-se a única opção possível para as línguas românicas:

- (37) Francês  
 a. \*Qui<sub>i</sub> as-tu parlé [<sub>PP</sub> de t<sub>i</sub> ]?

<sup>121</sup> No original: Elements that undergo suppletive rules must form a syntactic unit  $X^\circ$ .

- b. ...[PP [ [de+qui<sub>i</sub> ]][DP t<sub>i</sub> ]]  
 c. [PP de qui]<sub>i</sub> as-tu parlé t<sub>i</sub>?

(Law, 2017, p. 17)

Ademais, segundo Law, o alemão e o holandês também possuem formas contraídas entre determinantes e preposições, o que sugere que há incorporação de D em P nessas línguas. Isso impede que o complemento de P se separe deste último, pois D e P formam uma unidade sintática, como demonstrado no exemplo em alemão abaixo:

- (38) a. \*Welchem Kerl hast du mit gerechnet?  
           qual      rapaz tem você com contado  
           'Com qual rapaz você contou?'

- b. ... [PP [[mit+welchem<sub>i</sub>] [DP [t<sub>i</sub> Kerl]]]] ...

(Law, 2006, p. 651)

No entanto, Law ressalta que, ainda que de modo limitado, encontram-se exemplos de *P-stranding* em alemão e holandês quando presentes alguns pronomes-R<sup>122</sup>:

- (39) Alemão

Wo<sub>i</sub>/ Was<sub>i</sub> redest du von t<sub>i</sub>?  
 o que fala você de  
 'Do que você está falando?'

Para dar conta do caso em (39), Law afirma que, assumindo-se que as categorias que aparecem à esquerda de P ocupam Spec-PP e, por isso, não estão sob o domínio de c-comando de P, essas categorias não podem ser incorporadas a P; segue-se, então, que elas podem se para fora de PP, deixando P isolado.

### 3.5.3 Comentários acerca da hipótese de incorporação

A hipótese de incorporação (ou supleção) entre uma preposição e um determinante, além ter sido bastante inovadora, foi capaz de capturar, de maneira impressionante, a distribuição

<sup>122</sup> Embora Law analise tanto o holandês como o alemão, o raciocínio é o mesmo para as duas línguas; por isso, mostraremos apenas exemplos do alemão.

tipológica do *P-stranding*. Considere-se, por exemplo, o quadro<sup>123</sup> a seguir, que mostra a correlação entre a contração [P+D] e a existência de *P-stranding* nas seguintes línguas: línguas românicas, alemão<sup>124</sup>, holandês, grego, inglês e línguas escandinavas (Salles, 1997; Law, 2006, 2017); irlandês (Brennan, 2009); galês<sup>125</sup> (Borsley, Tallerman & Willis, 2007); e hebraico (Shlonsky, 1992).

(40)	P-stranding	Contração [P+D]
Românicas	-	+
Alemão	-	+
Holandês	-	+
Irlandês	-	+
Galês	-	+
Grego	-	+
Hebraico	-	+
Inglês	+	-
Escandinavas	+	-

Apesar de suas contribuições, a hipótese de incorporação não parece estar livre de falhas. Salles<sup>126</sup> afirma que não há *P-stranding* no PB, já que, dentro do seu modelo, todas as preposições estariam sujeitas à contração com o determinante no nível sintático. No entanto, dados do português do Brasil relacionados às preposições *sem*, *contra* e *sobre* parecem contrariar a hipótese de incorporação, uma vez que aparecem isoladas em algumas estruturas, incluindo-se relativas e interrogativas. Ademais, ao analisar os dados do português, Salles estabelece uma oposição entre *P-stranding* e *pied-piping*. Contudo, talvez devido ao ano de publicação de seu

---

<sup>123</sup> Como já mencionado nesta dissertação, ao contrário do *pied-piping*, que, embora muitas vezes restrito à linguagem formal, está presente em várias línguas, *P-stranding*, o mesmo sob movimento-A', é um fenômeno tipologicamente marcado, bastante raro entre as línguas (van Riemsdijk, 1978). Merchant descreve muitas outras línguas que não admitem *P-stranding*, como o iídiche, o grego, o russo, o esloveno etc. No entanto, como não temos conhecimento se tais línguas apresentam a contração [P+D], optamos por deixá-las de fora desse quadro comparativo.

<sup>124</sup> Ressalta-se que, conquanto existam casos de *P-stranding* em alemão e holandês, eles são restritos a pronomes-R, os quais somente ocorrem à esquerda de P. Por isso, seguiremos Salles (1997) e Law (1998, 2006) em assumir que essas línguas não admitem *P-stranding* prototípico.

<sup>125</sup> Hirata (2012) defende que há *P-stranding* no galês coloquial.

<sup>126</sup> Os problemas aqui mencionados são comuns às hipóteses de ambos os autores.

trabalho, a autora não investiga as orações relativas cortadoras e resumptivas, alternativas ao *pied-piping* bastante comuns no PB (Tarallo, 1983; Kato, 1993; Ferreira, 2000; Kenedy, 2002; Kato e Nunes, 2009). Considerem-se, por exemplo, as orações relativas cortadora (41) e resumptiva (42) a seguir, variantes não padrão da oração *A pessoa com quem eu falei ontem estava brava*.

(41) A pessoa que eu falei ontem estava brava.

(42) A pessoa que eu falei ontem com ela estava brava.

Se, conforme Salles afirma, as preposições em PB formam um núcleo complexo com D e as relativas em PB são derivadas por movimento, construções como essas em (41) e (42) suscitam um problema teórico. Considerando-se que *com* e o D em *que pessoa* deveriam formar um núcleo complexo [P+D], como explicar o fato de que o DP foi pronunciado fora da posição argumental, e P foi apagado em (41) ou mantido juntamente com um pronome resumptivo em (42)? Sendo parte de um núcleo complexo, ambos deveriam ser pronunciados, ou ambos deveriam ser apagados<sup>127</sup>.

Por fim, uma outra aparente incongruência com a análise de incorporação, a qual já foi mencionada por Salles (1997), se refere a casos do irlandês como o em (43) a seguir.

(43) Ce a raibh tti ag caint leis?  
quem COMP estava você falar-PROG com-ele

'Com quem você estava falando?'

(McCloskey, 1990, p. 234)

Nessa frase, P não sofre *pied-piping*. Contudo, dado que a preposição (*leis*) está flexionada, isto é, possui traços- $\phi$ , o determinante deveria ter sido incorporado a P. Apesar disso, como observa Salles, embora P não tenha sido carreada com o pronome, isso não significa que P foi isolada (sofreu *P-stranding*) da mesma forma que nas construções em inglês, precisamente porque P é flexionada. Assim, a autora nota que sua hipótese defende que as formas contraídas sejam vistas como a expressão morfofonológica da condição de realização de traços- $\phi$  em P. Em

---

<sup>127</sup> Como veremos no capítulo 4, tal questão pode ser solucionada se assumirmos a hipótese das relativas não padrão de Kato & Nunes (2009), na qual, em frases como (41) e (42), o DP *que pessoa* já entra na derivação em uma posição de deslocamento à esquerda, acima do TP, e, portanto, não é incorporado à preposição.

(43), tal condição já está presumivelmente satisfeita, pois P está flexionada, portanto não precisa se amalgamar com a palavra interrogativa.

### 3.6 A hipótese da fase

Assim como van Riemsdijk (1978), Abels (2003, 2012) explica o fenômeno do *P-stranding* em termos de uma restrição de localidade relacionada ao movimento de constituintes. Ao contrário de van Riemsdijk (1978), no entanto, Abels não faz uso da Restrição de Núcleo (*Head Constraint*), mas sim do conceito de fases, já descrito no Capítulo 1.

De modo simplificado, segundo Chomsky (2000), a derivação de uma construção linguística é segmentada em fases, isto é, em estruturas sintáticas menores, as quais são submetidas a operações do sistema computacional  $C_{HL}$  em estágios. A cada fase, aplicam-se as operações computacionais e formam-se objetos sintáticos, que são então transferidos para as interfaces semântica (*Logical Form* - LF) e fonológica (*Phonological Form* - PF) para interpretação. Cada fase é tida como um domínio completo que se torna inacessível para operações adicionais após ser computada. Além disso, as fases são categorias funcionais que constituem o *locus* de traços não interpretáveis, conforme visto no Capítulo 1. Chomsky (2000) ainda introduz a Condição de Impenetrabilidade de Fase (PIC), segundo a qual, em uma fase  $\alpha$  com um núcleo X, o domínio de X é inacessível a operações fora da fase  $\alpha$ . Somente o núcleo X e a borda (especificador) da fase  $\alpha$  são acessíveis às operações. Portanto, todo movimento para fora da fase  $\alpha$  deve passar antes pela borda da respectiva fase.

A partir do que foi teorizado por Chomsky, Abels (2003) propõe que as preposições também são fases e postula a Generalização de *Stranding* (*Stranding Generalization*) e a Restrição da Antilocalidade (*Anti-locality Constraint*):

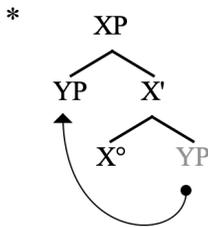
#### (44) Generalização de *Stranding*

Dado um núcleo de uma fase H e um constituinte X no domínio de c-comando de H, as seguintes configurações são, respectivamente,

- a. possível de derivar: [X ... [H [ ...X ...]] ...]
- b. impossível de derivar: [X ... [H X] ...].

(45) Restrição de Anti-localidade

Um sintagma que sofre Merge como complemento de um núcleo não pode se mover dentro da projeção desse núcleo.



Dadas a Generalização de Stranding e a Restrição de Antilocalidade, embora possa haver movimento de um constituinte para fora do domínio de uma fase, tal movimento deve passar pelo especificador do núcleo de fase. Contudo, o complemento inteiro de uma fase não pode ser extraído, seja diretamente — o que violaria a Generalização de *Stranding* e a Condição de Impenetrabilidade da Fase —, seja por movimento cíclico através do especificador da fase em questão — o que violaria a Restrição de Antilocalidade.

A Restrição de Antilocalidade exclui o movimento do complemento de uma fase para o seu próprio especificador devido ao fato de que a operação *Merge* somente se justifica pela necessidade de valoração de traços não interpretáveis. Assim, Abels assume que, quando um constituinte sofre *Merge* com um núcleo de fase, qualquer traço que precise ser valorado é satisfeito nesse ponto, logo não há necessidade de YP se mover para valoração de traços.

Diante disso, Abels procura explicar como, em línguas que admitem *P-stranding*, o complemento da preposição pode ser extraído, se P é uma fase. Em 2003, a solução apresentada pelo autor foi considerar que a condição de fase das preposições está sujeita a variações paramétricas. Em outras palavras, em línguas em que não há *P-stranding*, as preposições são

fases; por outro lado, nas línguas que permitem *P-stranding*, tal fenômeno ocorre justamente porque as preposições não são fases. No entanto, a falta de consistência no sistema preposicional das línguas em admitir ou não o *P-stranding* — como é o caso no holandês, no alemão e, conforme discutiremos no capítulo 4, no português do Brasil — constitui um problema para a proposta de natureza paramétrica das fases. Por isso, Abels (2012) chega a uma justificativa diferente para dar conta da variabilidade tipológica do *P-stranding*. O autor sugere então que todas as preposições são fases e que a extração do complemento preposicional somente é possível quando houver uma estrutura ou camada adicional entre a preposição e seu complemento.

Como evidência para sua hipótese mais recente, Abels utiliza fatos morfológicos visíveis no fenômeno de *P-stranding* com pronomes-R no alemão e no holandês. Em alemão, quando há extração do complemento preposicional, as preposições precisam estar acompanhadas de algum prefixo. Preposições que iniciam com uma vogal devem juntar-se ao prefixo *dr*, como *in* (em), que se torna *drin*. Por outro lado, aquelas que se iniciam com uma consoante devem, em contextos de extração, ou permanecer em sua forma original ou ser acompanhadas do prefixo *da* — *mit* (com) se torna *damit*, por exemplo. Um amostra dessa transformação pode ser observada a seguir.

(46) Wo hast du {\*in | drin} geschlafen?  
onde tem você em DR.em dormido?

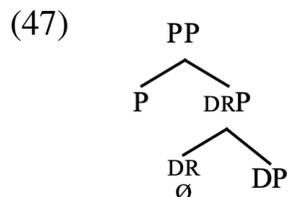
'Onde que você dormiu?'

(Abels, 2012, p. 233)

Abels (2012) argumenta que os casos de aparente *P-stranding* em alemão podem ser explicados pelas mudanças morfológicas pelas quais passam as preposições cujo complemento é extraído. Ele afirma ainda que o que possibilita a extração é a existência de um morfema, ao qual ele denomina “morfema DR”, que separa as preposições das palavras-R (ou pronomes-R).

Por fim, Abels expande sua análise ao estipular a hipótese de que o inglês e outras línguas que admitem *P-stranding* o fazem porque as preposições nessas línguas possuem um morfema-DR nulo as separando de seus complementos nocionais, o que possibilita a extração destes sem

violar a Condição de Impenetrabilidade de Fase, a Generalização de *Stranding* e a Restrição de Antilocalidade, conforme mostrado no modelo abaixo:



### 3.7 Preposition Orphaning

Um fenômeno bastante comum no francês que pode ser confundido com *P-stranding* é o *preposition orphaning*, dada a forte semelhança que este compartilha com aquele, ao menos superficialmente. Segundo Zribi-Hertz (1984), *P-orphaning* descreve a situação em que uma preposição “perde” seu complemento lexical, isto é, é seguida por um complemento fonologicamente nulo. Diferentemente do *P-stranding* do inglês, as preposições órfãs em francês não c-comandam o traço de um DP movido, mas contêm um argumento nulo ou elíptico. Zribi-Hertz (1984) afirma que evidências empíricas sugerem que as preposições órfãs regem um pronome nulo, não anafórico e vazio. Conforme apontam Roberge & Rosen (1999), em construções de *P-orphaning*, as lacunas que se seguem às preposições são pronomes resumptivos nulos, e não vestígios.

De acordo com Zribi-Hertz (1984), as construções com *P-orphaning* em francês podem ser de dois tipos. O primeiro tipo, exemplificado nas frases em (48), são estruturas topicalizadas, em que se pode assumir ou que o constituinte no início da sentença é um tópico que foi movido a uma posição inicial na sentença a partir de uma posição argumental, como ocorre em topicalizações do inglês; ou, como o faz Zribi-Hertz, que essas construções são formadas por uma simples relação de correferência entre um elemento deslocado à esquerda e um pronome resumptivo ou clítico. No segundo tipo, exemplificado nas frases em (51), a lacuna claramente apresenta características de um pronome que recupera um antecedente do discurso.

(48)<sup>128</sup> a. Cette valise, je voyage souvent *avec*.

Essa mala, eu viajo frequentemente *com* \*(ela).

b. Notre-Dame, vous venez de passer *devant*.

'Notre-Dame, você acabou de passar *em frente*?(dela).' (Zribi-Hertz, 1984, p. 3)

Em sua argumentação, Zribi-Hertz (1984) ressalta que esse tipo de topicalização do francês é, por vezes, insensível a efeitos de ilhas, como em (49) abaixo.

(49) Cette valise, j'aimerais bien savoir [CP qui pourrait voyager *avec*].

'Essa mala, eu adoraria saber quem conseguiria viajar com \*(ela).'

(Zribi-Hertz, 1984, p. 8)

Além disso, conforme destaca Authier (2016, *apud* Therrien, 2023), as topicalizações no francês contêm uma categoria vazia que pode ser anafórica ao discurso:

(50) Cette chaise, Jean a monte dessus.

'Essa cadeira, Jean subiu em cima?(dela).' (Authier, 2016)

No exemplo acima, a lacuna possui características de um pronome, uma vez que identifica um referente e estabelece com ele uma relação de anáfora. Esse tipo de lacuna do francês pode ser identificado até mesmo com um referente do discurso anterior, isto é, da fala de outro interlocutor.

(51) A: J'ai peint cette chaise hier. B: Je peux m'asseoir dessus?

A: 'Eu pinteí essa cadeira ontem.' B: 'Eu posso sentar em cima (dela)'

(Authier, 2014, p. 10)

---

<sup>128</sup> Nota-se que as sentenças do PB correspondentes aos exemplos de *P-orphaning* em (48) não são aceitáveis. No entanto, com as preposições *sem*, *contra*, e *sobre*, há exemplos do PB que se assemelham consideravelmente às frases em (48) — ressalta-se que os equivalentes em inglês, sem um pronome, seriam agramaticais.

(i). Bebida e cigarro, eu vivo de boa **sem**, mas doce?

(ii). Esse julgamento, eu sou **contra**.

(iii). Técnicas de comunicação, prefiro nem falar **sobre**.

Além disso, a frase em (48a) seria aceitável para alguns falantes do PB caso a preposição *com* fosse substituída por *sem* e a sentença fosse transformada na negativa: 'Essa mala, eu nunca viajo **sem**.'

No segundo tipo de *P-orphaning* assumido por Zribi-Hertz, exemplificado nas frases em (52), a lacuna claramente apresenta características de um pronome que recupera um antecedente conhecido dos falantes ou anteriormente expresso ou implícito no discurso, de modo semelhante à sentença em (51).

- (52) a. Chaque fois qu'il trouve un arbre, Pierre se cache *derrière*.  
'Toda vez que ele encontra uma árvore, Pierre se esconde *atrás* \*(dela).'
- b. Astrid a un chapeau. Elle ne sort jamais *sans*.  
'Astrid tem um chapéu. Ela nunca sai *sem* ?(ele).'
- c<sup>129</sup> Je connais bien ce fusil parce que je chasse toujours avec.  
'Eu conheço bem essa arma porque eu sempre caço com \*(ela).'

Percebe-se, assim, que as categorias vazias sob o domínio das preposições do francês exibem características de um elemento pronominal, e não de uma cópia, uma vez que, assim como pronomes, as lacunas em questão selecionam um referente do discurso anterior e estabelecem com este uma relação de correferência. Esse fato, assim como a insensibilidade dessas construções a efeitos de ilhas, sustentam o argumento inicial de Zribi-Hertz em favor de uma análise pronominal nula.

Em um estudo acerca de preposições desacompanhadas em variantes do francês norte-americano, Roberge & Rosen (1999) analisam as variantes do francês faladas na Ilha do Príncipe Eduardo (Prince Edward Island French - PEIF), em Quebec (Quebec French - QF), em Ontário (Ontario French - OF), em Alberta (Alberta French - AF) e em Luisiana (Louisiana French - LF). De acordo com os autores, todas essas variantes manifestam uma maior liberdade em relação ao isolamento de preposições. Os autores observam que as preposições do francês norte-americano,

---

<sup>129</sup> Com a preposição *sem*, talvez o equivalente de (52c) seria mais aceitável no PB: 'Eu conheço bem essa arma, porque eu nunca caço *sem*'. Na verdade, com a preposição *sem*, encontramos frases bem semelhantes, ditas por falantes do PB:

- (i). Comprei mais dois gloss porque num sei ficar **sem**, é a maquiagem que eu mais gosto.
- (ii). Descreva 5 coisas que estão na sua bolsa/mochila a qualquer momento: 1. RG, porque nunca saio **sem**.
- (iii). Minha mãe me deu perfume pra eu usar só pra ir pro funcional né porque não saio **sem**
- (iv). Eu anoto tudo no celular, porque não saio **sem**.

em geral, ocorrem desacompanhadas não só em orações absolutas e topicalizações, como no francês padrão, mas também em orações relativas e interrogativas, como nas frases a seguir.

- (53) a. Le gars que je travaille *pour*.  
'O cara para quem eu trabalho.'
- b. Qui tu as fait le gâteau *pour*?  
'Para quem você fez o bolo'
- c. Le ciment a ete marche *dedans*.  
'Pisaram no cimento.'
- (54) a. La fille que j'ai donne la job *a*.  
'A garota para quem eu dei o trabalho.'
- b. Où il vient *de*?  
'De onde ele está vindo?'
- c. Robert a ete parle *de*.  
'Falaram do Roberto.'

Segundo Roberge & Rosen, todas as variantes do francês norte-americano admitem o isolamento, em orações relativas, de preposições semanticamente mais fortes, como *contre*, *avec*, *pour*, *dedans*, *sans* etc. — Roberge & Rosen chamam preposições desse tipo “preposições plenas” (*full prepositions*). Esse é o caso em (53a). Já em interrogativas e pseudopassivas - (53b) e (53c), respectivamente —, somente as variantes PEIF, AF e LF permitem que a preposição seja isolada. Por outro lado, no que concerne às preposições mais gramaticalizadas e, portanto, semanticamente fracas, como *a* e *de*, Roberge & Rosen apontam que somente na variante PEIF essas preposições podem aparecer sem um complemento, seja em relativas, como em (55a), seja em interrogativas e pseudopassivas, como em (54b) e (54c), respectivamente. Portanto, nota-se que, assim como ocorre na variante padrão do francês, discutida nos exemplos de Zribi-Hertz, as variantes do francês norte-americano QF e OF só admitem isolamento de preposições semanticamente fortes. A diferença é que, nessas duas variantes, tais preposições também podem ocorrer desacompanhadas em orações relativas, e não somente em orações absolutas ou topicalizações.

Diante disso, os autores seguem Bouchard (1982) e Vinet (1984) em assumir que as orações relativas do francês de Quebec e de Ontário não são derivadas via movimento, mas por meio de uma estratégia de pronomes resumptivos nulos. Assim, as frases em (48)-(52) e a oração relativa em (53a) são geradas a partir do mesmo fenômeno, a saber, *P-orphaning*, que difere do *P-stranding* na medida em que não envolve extração do complemento preposicional.

A respeito das variedades AF, LF e PIEF, destaca-se, sobretudo, a variante PIEF, dada a sua alta permissibilidade, inclusive com preposições funcionais. Além disso, nessa variante, bem como em AF e LF, preposições podem ocorrer sem um complemento em interrogativas e pseudopassivas — a diferença é que, enquanto em AF e LF isso só é possível com preposições fortes, na variante PIEF, preposições fracas como *a* e *de* também são produzidas nesses contextos. Por causa disso, Roberge & Rosen (1999) concluem que as variantes QF e OF, por um lado, e as variantes AF, LF e PIEF, por outro lado, envolvem dois fenômenos distintos. Enquanto as variantes QF e OF só admitem *P-orphaning*, as outras variantes, devido a uma mudança no sistema de complementizadores do francês norte-americano, permitem, de fato, *P-stranding*, tal como no inglês.

Embora contemplem a ideia de que o *P-stranding* nas variantes AF, LF e PIEF possa ser resultado de contato direto com o inglês, os autores rejeitam a hipótese de que se trate de um mero empréstimo linguístico. Em vez disso, eles argumentam que o surgimento de *stranding* tenha originado de uma reanálise do sistema de complementizadores do francês, em que o pronome relativo *que* substituiu a maioria dos outros pronomes relativos, o que acabou por enfraquecer o complementizador *que*, tornando-o opcional em diferentes contextos. Isso desencadeou uma alteração no sistema preposicional, e preposições passaram a desempenhar um papel obrigatório na atribuição de Caso. Segundo os autores:

Nossa afirmação é a de que, em uma situação de contato, é possível que a exclusão de "que" em conjunções complexas (...) tenha sido reinterpretada em algumas gramáticas do francês norte-americano (NAF) como uma indicação de que as preposições são atribuidores de caso obrigatórios, permitindo assim o surgimento de *P-stranding* tal como no inglês. Nesse sentido, o NAF não "tomou emprestado" a construção. Em vez disso, o contato com o inglês pode

ter promovido a mudança em uma direção não atestada de forma geral no francês popular (Roberge & Rosen, 1999, p. 165, tradução nossa<sup>130</sup>).

Roberge & Rosen, então, formulam a hipótese de que o complemento oblíquo *pro* difere de pronomes fonologicamente realizados por não ser marcado com Caso (ou, em terminologia mais recente, não possuir um traço de Caso a ser valorado). Para os autores, algumas preposições do francês podem sofrer *P-orphaning* porque o sistema preposicional do francês é dividido em dois paradigmas: o paradigma das preposições que marcam (ou valoram) Caso e o paradigma daquelas que não o fazem. Há, ainda, preposições, como *avec*, que podem ser categorizadas como [+Caso] ou [-Caso], a depender do contexto em que elas são produzidas. Portanto, de acordo com Roberge & Rosen, preposições que não atribuem Caso licenciam um pronome nulo *pro* e, portanto, podem sofrer *P-orphaning*. Por outro lado, preposições designadas como [+Caso] subcategorizam um complemento fonologicamente manifesto, que recebe Caso. Além disso, a fim de diferenciar preposições como *avec*, que podem ser classificadas como [+Caso], mas são semanticamente fortes, de preposições como *à* e *de*, que, conquanto também sejam designadas como [+Caso], são semanticamente fracas, os autores postulam o traço [+/-θ]. Assim, a diferença entre *avec* e *de*, por exemplo, seria que *avec* atribui papel temático, mas *de* não. Com relação ao conteúdo semântico das preposições, Roberge & Rosen notam que todas as preposições classificadas como [-Caso] em francês atribuem papel temático. Por consequência, somente preposições semanticamente mais fortes podem sofrer *orphaning* no francês falado em Quebec e Ontário.

Interessantemente, em um estudo sociolinguístico sobre a variedade falada em Quebec, Poplack, Zentz & Dion (2011) chegam à mesma conclusão que Roberge & Rosen (1999), a partir de um corpus de dados de uso real da fala. Examinando orações relativas produzidas por 108 falantes, as autoras concluem que não há *P-stranding* no francês de Quebec, mas *P-orphaning*. Elas afirmam, ainda, que o fenômeno de *P-orphaning* parece ter sido iniciado em orações matrizes com preposições complexas, como *dedans* e *dessus*, e então estendido a orações

---

<sup>130</sup> No original: Our claim is that in a contact situation it is possible that que-deletion in complex conjunctions (...) has been reinterpreted in some NAF [North-American French] grammars as an indication that prepositions are obligatory case-assigners thereby allowing for the emergence of English-type stranded prepositions. In this sense, NAF has not 'borrowed' the construction. Instead, contact with English may have stirred the change in a direction not attested across-the-board in Popular French.

relativas, pois se trata das mesmas preposições. Ademais, as autoras constataam que, em relativas, a preposição que mais aparece isolada é *avec*, seguida de *dessus*, *dedans* e *pour*, enquanto *à* e *de*, que não sofrem *orphaning*, são as que sofrem absorção mais frequentemente, isto é, podem ser apagada — o que, curiosamente, é possível no francês e no português, mas não no inglês. Por fim, Poplack, Zentz & Dion verificam que

uma investigação mais atenta sugere que, aqui também, o rótulo PESO SEMÂNTICO está mascarando um efeito lexical idiossincrático: 99,7% das preposições codificadas como "fracas" são, na verdade, *à* e *de*, e estas, em consonância com seu comportamento em orações relativas, nunca sofrem *orphaning*. Da mesma forma, quase dois terços daquelas codificadas como "fortes" são compostos por quatro preposições: *dedans*, *pour*, *dessus* e, especialmente, *avec* (que, por si só, representa quase um terço (47/160) de todos os tokens de preposições órfãs), e estas são bastante propensas a sofrerem *orphaning*. Essas preposições, é claro, são as mesmas que explicam a maior parte (67%) dos casos de *P-stranding* em contextos de orações relativas! Certamente, as preposições constituem uma pequena classe fechada, mas a maioria é considerada apta a sofrer *orphaning* (Zribi-Hertz, 1984). Nesse contexto, o que é particularmente notável é que das 52 preposições listadas por Zribi-Hertz (1984, p. 33), apenas algumas são realmente preposições órfãs em dados de uso efetivo; as MESMAS poucas que tendem a sofrer *stranding* em contextos de orações relativas (Poplack, Zentz & Dion, 2011, p. 219, tradução nossa<sup>131</sup>).

Por fim, em um artigo acerca do estudo conduzido por Poplack, Zentz & Dion (2011), Kaiser (2012) ressalta que parte da evidência de que as preposições desacompanhadas são exemplos de *P-orphaning* deriva do fato de que, ao contrário do *P-stranding*, apenas um grupo seleto de preposições podem ser isoladas em francês. Ademais, no francês, algumas preposições “mudam” de forma quando usadas sem um complemento aparente:

(55) a. \*La maison que je suis entre *dans*.

'A casa que eu entrei \*em/nela.'

b. La maison que je suis entre *dedans*.

'A casa que eu entrei *dentro* (dela).'

(Kaiser, 2012, p. 241)

---

<sup>131</sup> No original: (...) closer inspection suggests that here too, the label SEMANTIC WEIGHT is masking an idiosyncratic lexical effect: 99.7% of the prepositions coded as “weak” are in fact *à* and *de*, and these, consonant with their behavior in relative clauses, are never orphaned. Likewise, nearly two-thirds of those coded as “strong” are made up of four prepositions: *dedans*, *pour*, *dessus*, and especially *avec* (which itself represents nearly a third (47/160) of all the orphaned tokens), and these are quite conducive to orphaning. These of course are the very same prepositions that account for the bulk (67%) of the preposition stranding in relative clause contexts! To be sure, prepositions themselves constitute a small closed class. But most are considered eligible to be orphaned (Zribi-Hertz, 1984). In this context, what is particularly noteworthy is that of the 52 prepositions listed in Zribi-Hertz (1984, p. 33, fn. 6), only a few are actually orphaned in usage data, the SAME few that tend to appear bare in relative clause contexts.

### 3.8 Conclusões parciais

Neste capítulo, apontamos algumas das principais abordagens acerca do *P-stranding* nas línguas. Como ressaltamos algumas vezes, o *P-stranding* é um fenômeno relativamente raro que ocorre, sobretudo, nas línguas germânicas, especialmente no inglês e nas línguas escandinavas. Embora o *P-stranding* seja estudado há décadas, conforme destacamos, há ainda muitas divergências entre as hipóteses que tentam explicar esse fenômeno.

Em relação à raridade do *P-stranding* nas línguas, salientamos a dificuldade de identificar a causa dessa pouca produtividade translinguística e o que, de fato, desencadeia esse fenômeno. Desde van Riemsdijk (1978), diversas hipóteses foram apresentadas. Na seção 3.2, descrevemos a proposta de van Riemsdijk (1978), que postula que a existência de *P-stranding* em uma língua depende da disponibilidade de uma posição de escape (*escape hatch*) dentro do PP. Na seção 3.3, vimos que, na década de 1980, com base no trabalho de van Riemsdijk, as hipóteses de reanálise ganharam muito destaque na literatura, sendo as principais a proposta de Hornstein e Weinberg (1981), que sugere que V e P formam um núcleo complexo por reanálise — o que evita a violação do filtro  $*[NP_{\text{oblíquo}}]$  e viabiliza a ocorrência de *P-stranding* — e a análise de Kayne (1984), que reformula a hipótese de Hornstein e Weinberg (1981) em termos de regência dos constituintes sujeitos à operação de reanálise. Ainda, na seção 3.4, apresentamos a abordagem do Parâmetro de Composição. Baseando-se no trabalho de Stowell (1981), Sugisaki & Snyder (2002), em um estudo acerca da aquisição da linguagem, argumentam que o *P-stranding* também constitui uma estrutura dependente da marcação positiva do Parâmetro de Composição e que, por isso, ele não é adquirido pelas crianças antes das construções V-partícula-NP.

As seções 3.5 e 3.6 introduziram algumas abordagens mais recentes que tentam explicar o *P-stranding*. Na seção 3.5, descrevemos a hipótese de incorporação, proposta por Salles (1997, 2001) e Law (1998, 2006, 2017). Não obstante algumas diferenças, ambos os autores sugerem que a contração (ou incorporação) entre D e P impede a ocorrência de *P-stranding* em uma determinada língua, uma vez que tal operação se dá no nível sintático e causa a formação de um núcleo complexo. Por isso, segundo os autores, nas línguas românicas, em que há contração entre preposições e artigos/pronomes, *pied-piping* é obrigatório. A seção 3.6, por sua vez, foi dedicada

à hipótese das preposições como fases, criada por Abels (2003). De acordo com o autor, a disponibilidade de *P-stranding* em uma língua é dependente da natureza de P, isto é, se P consiste em uma fase ou não. Como ressaltamos, Abels (2012) reformula tal hipótese ao argumentar que todas as preposições são fases e que o que possibilita ou não a ocorrência de *P-stranding* é a existência de uma camada adicional que permite a extração do complemento preposicional do especificador.

Finalmente, na seção 3.7, destacamos o fenômeno do *P-orphaning*, bastante comum no francês e superficialmente semelhante ao *P-stranding*. Embora este possa ser confundido com aquele, no *P-orphaning*, o complemento de uma preposição apenas aparenta ter sido extraído de PP. No entanto, nesse caso, o que ocorre é que a preposição seleciona como complemento um pronome fonologicamente nulo — *pro*. De acordo com Zribi-Hertz (1984), ao contrário do *P-stranding*, as preposições órfãs do francês não dominam o traço de um DP movido, mas sim um argumento nulo. Como argumentaremos no próximo capítulo, as preposições desacompanhadas do PB se assemelham mais ao *P-orphaning* do que ao *P-stranding* — o que seria esperado, uma vez que *P-orphaning* é comum no francês, outra língua românica.

## CAPÍTULO 4

### Preposições desacompanhadas no português do Brasil

#### 4.1 Introdução

No capítulo anterior, foi feita uma breve exposição de algumas das principais análises dentro da tradição gerativa que têm sido propostas a fim de dar conta, de maneira universal, do *P-stranding*. Este é um fenômeno marcado entre as línguas, as quais podem ser divididas em quatro classes (Therrien, 2023): classe 1, composta por línguas que fazem uso produtivo do *P-stranding*, seja sob movimento-A', seja sob movimento-A; classe 2, em que estão as línguas nas quais *P-stranding* é permitido sob movimento-A', mas não ocorre sob movimento-A (pseudopassivas); classe 3, que inclui aquelas línguas nas quais *P-stranding* é possível tanto sob movimento-A' quanto sob movimento-A, mas somente com complementos específicos denominados pronomes-R; e, finalmente, classe 4, que compreende as línguas em que *P-stranding* não é ilícito sob quaisquer circunstâncias. O PB, como já mencionado no capítulo anterior, tem sido analisado como uma língua que não licencia *P-stranding* (Salles, 1997, 2001), pertencendo, portanto, à classe 4.

No entanto, em todos os trabalhos mais recentes que analisam, de alguma forma, o *P-stranding* no PB (Kenedy, 2002, 2007; Kleppa, 2005; Marcelino, 2007; Kato, 2008; Nunes, 2008; Kato & Nunes, 2009; Medeiros Júnior, 2009; Lacerda, 2013, 2017; Adams, 2023)<sup>132</sup>, faz-se menção ao fato de que as preposições *sem*, *contra* e *sobre* podem ser pronunciadas sem um complemento adjacente expresso.

Conquanto haja diferenças significativas entre os argumentos apresentados pelos autores para explicar o comportamento atípico dessas preposições, tais autores podem ser divididos em três grandes grupos: (i) os que defendem que as frases em que *sem*, *contra* e *sobre* surgem

---

<sup>132</sup> É provável que existam outros trabalhos, mas aqui citamos apenas aqueles dos quais obtivemos ciência. Além disso, optamos por omitir obras cujo objeto de estudo não seja a investigação da suposta ocorrência de *P-stranding* no PB e que, por isso, se restringem a reconhecer sua existência e a citar os trabalhos aqui já mencionados, como é o caso de De Lemos (2013), Augusto & Orlando (2023) e Barbosa (2023).

desacompanhadas<sup>133</sup> são, de fato, casos de *stranding*, ainda que em contextos restritos (Kenedy, 2002; De Lemos, 2013; Lacerda, 2013, 2017); (ii) os que adotam uma análise segundo a qual, por causa de alternativas derivacionais do PB, essas preposições c-comandam não uma cópia, senão um pronome resumptivo nulo (*pro*), não havendo, portanto, *stranding*, mas sim uma construção sintática semelhante a *orphaning* (Marcelino, 2007; Nunes, 2008; Kato & Nunes, 2009; Medeiros Júnior, 2009); (iii) por fim, aqueles que assumem que tanto *stranding* quanto *orphaning* sejam possíveis com as preposições *sem*, *contra* e *sobre* no PB, a depender da estrutura em que a preposição se encontra (Kleppa, 2005; Adams, 2023)<sup>134</sup>.

Observa-se que, mesmo que haja um consenso em admitir que o português do Brasil não constitui uma língua de *P-stranding* prototípica, à maneira do inglês, os autores divergem quanto à estrutura que subjaz as preposições que são produzidas sem um complemento aparente em seu domínio.<sup>135</sup> É preciso notar, contudo, que a grande maioria desses trabalhos se concentra em sentenças relativas e interrogativas, o que explicaria o fato de alguns sustentarem unicamente a hipótese em favor de *stranding*, dada a semelhança com línguas como o inglês. De fato, em frases relativas e perguntas, as preposições *sem*, *contra* e *sobre* parecem licenciar uma cópia não pronunciada do DP movido. Essa hipótese, se verdadeira, implicaria a existência de *P-stranding* no PB, ao menos com essas preposições. Além disso, considerando-se a vasta disseminação da língua inglesa no mundo atual, aliada à proliferação exponencial dos meios de comunicação e das mídias sociais, seria inteiramente plausível assumir que tal mudança no comportamento sintático de algumas preposições do PB fosse resultado de contato linguístico, como tem

---

<sup>133</sup> Neste capítulo, como já foi mencionado anteriormente, para evitar confusão com o fenômeno do *P-orphaning*, evitaremos usar o termo “preposições órfãs” para se referir aos casos objetos de estudo deste trabalho. Por isso, daremos preferência ao termo “preposições desacompanhadas”, que descreve o fato de que uma preposição surge sem seu complemento aparente, seja por *stranding*, seja por *orphaning*, seja por qualquer outra causa.

<sup>134</sup> Vale ressaltar que somente Kleppa (2005) e Lacerda (2013) citam todas as três preposições, ainda que, para Lacerda, *sobre* não sofre *stranding*, mas é apenas utilizada intransitivamente por alguns falantes (2013, p. 8).

<sup>135</sup> Leia-se domínio de c-comando.

ocorrido, em certo grau, com algumas variedades norte-americanas do francês (ver Capítulo 3)<sup>136</sup>.

Apesar disso, como argumentaremos neste capítulo, as evidências parecem apontar para uma dissonância entre o que está em curso no PB e no *P-stranding*, sobretudo se compararmos ambos os fenômenos sob uma perspectiva translinguística, bem como se considerarmos os outros contextos em que as preposições do PB podem aparecer desacompanhadas. Em vista disso, defenderemos neste capítulo, ainda que de maneira preliminar<sup>137</sup>, que, se existe *P-stranding* no português do Brasil, ele está limitado a poucas preposições e a estruturas interrogativas não *D-linked*. Assumiremos, ainda, que a grande parte dos dados investigados neste trabalho se assemelham muito mais ao *P-orphaning* do que ao *P-stranding*.

## 4.2 Descrição dos dados

Como já mencionado na seção anterior, conquanto o português, assim como as outras línguas românicas, não admita *P-stranding*, estudos recentes (Kenedy, 2002, 2007; Kleppa, 2005; Marcelino, 2007; Kato, 2008; Nunes, 2008; Kato & Nunes, 2009; Medeiros Júnior, 2009; Lacerda, 2013, 2017; Adams, 2023), têm analisado, em diferentes graus de profundidade, construções em que as preposições *sem*, *contra* e *sobre* são encontradas sem um complemento adjacente manifesto, como mostrado a seguir:

- (1) a. A vida me tirou pessoas que eu achava que nunca viveria *sem*.
- b. Única coisa que eu tô *sem* é dinheiro.
- c. O que você não vive *sem*?
- d. Tem dois homens que eu não aguento que falem *sobre* e um deles é o Mc Daniel.

---

<sup>136</sup> É necessário frisar que a hipótese de contato não é defendida por nenhum dos autores citados neste trabalho. Nós a mencionamos apenas para ilustrar o fato de que, devido à grande semelhança superficial entre as estruturas relativas com preposições desacompanhadas do PB e do inglês, seria razoável assumir que o PB, uma língua resistente ao *stranding*, está começando a aceitá-lo em razão do contato com a língua inglesa, o qual tem sido potencializado pela internet e pelas redes sociais. Portanto, embora autores como Kenedy (2002, 2007) e Lacerda (2013, 2017) defendam que as preposições isoladas do PB sejam casos de *stranding*, os autores não propõem que isso seja resultado de influência do inglês, mas sim consequência de características próprias das preposições do português.

<sup>137</sup> Como demonstraremos, apesar de algumas tentativas de respostas, há ainda questões a serem resolvidas e que necessitam de mais investigação e escrutínio científico.

- e. Ela é a pessoa que eu escreveria um livro *sobre*.
- f. Ele está se vangloriando de um projeto que ele fez campanha *contra* na época.
- g. Até porque eles veem no Estado a força progressista que eles tanto lutam *contra*.
- h. Quem ele fez campanha *contra*?

Sentenças como as em (1) suscitam a seguinte pergunta: o PB tem passado a admitir *P-stranding* em alguns contextos? À primeira vista, as preposições *sem*, *contra* e *sobre* parecem ter sofrido alguma operação de extração de seu complemento, o que implicaria a existência de *P-stranding* no PB, ao menos com essas preposições. Essa hipótese se torna ainda mais verossímil dada as construções exibidas em (1) — orações relativas e interrogativas, precisamente aquelas nas quais *P-stranding* é bastante comum em inglês.

No entanto, dos dados coletados para este trabalho, foram bem raras as ocorrências de preposições desacompanhadas em perguntas-Wh, e, nesses poucos casos, somente *sem* e *contra* foram produzidas — não houve nenhum caso com *sobre* em interrogativas-Wh produzido por um falante nativo de português do Brasil, conquanto essa preposição tenha sido definitivamente a que mais apareceu em outras estruturas (orações coordenadas, por exemplo). Vale ressaltar, contudo, que o foco deste trabalho é fornecer uma análise sintática preliminar dos supostos casos de *P-stranding* no PB. Por isso, não é nossa preocupação a coleta de um amplo corpus de dados nem uma descrição estatística minuciosa desse corpus.

Ainda assim, nossa conclusão a respeito dos dados objetos de estudo desta dissertação parece ser corroborada por outros trabalhos. Em uma pesquisa sociolinguística acerca das preposições *sobre*, *com*, *para* e *de* no PB, Adams (2023) reuniu um amplo corpus de frases extraídas do Twitter e de outras fontes, como o arquivo Língua POA. No que concerne aos dados obtidos do Twitter, a autora encontrou 5040 tokens da preposição *sobre* e 5000 de cada uma das outras três preposições (Adams, 2023, p. 58). Adams então classificou como *P-stranding* as ocorrências de preposições desacompanhadas em orações relativas e como *P-orphaning* aquelas em quaisquer outras estruturas que não relativas. Com base nessa divisão, a autora encontrou 177 casos de *P-orphaning* com a preposição *sobre*, mas apenas dois casos de *P-stranding*. Já em relação às preposições *para* e *de*, Adams não observou nenhuma ocorrência de *stranding* ou

*orphaning*. Por fim, nos tokens da preposição *com*, somente foi encontrado um caso de *orphaning* e nenhum de *stranding*. Relativamente às frases com *sobre*, a autora destaca:

O conceito de *common ground* é muito relevante aqui porque deve haver (a crença em) informações compartilhadas entre os falantes, de modo que se saiba o que foi pressuposto para o complemento da preposição ao se usar uma variante de relativa cortadora, uma variante com pronome resumptivo ou uma variante com uma preposição isolada (...). Nossas análises indicam que, quando “sobre” transmite o significado de noção em relação a algo — com a condição de ser uma nova informação introduzida por essa preposição —, similar a *about* ou *of*, pode não ser apropriado, embora seja viável, terminar tais frases com preposições. Em outras palavras, a equivalência semântica não pode ser estabelecida, pois a informação que deve ser pressuposta pelos falantes não foi definida previamente (Adams, 2023, p. 67 e 70, tradução nossa<sup>138</sup>).

Como mostraremos neste capítulo, Adams (2023), de maneira independente, e a partir de uma perspectiva sociolinguística, chega a conclusões similares à deste estudo, a saber, que preposições como *de* e *para* nunca aparecem isoladas no PB, ao passo que *sobre* pode surgir sem um complemento aparente, especialmente em estruturas que não sejam orações relativas<sup>139</sup>.

Além da pouca frequência de preposições desacompanhadas em contextos típicos de *P-stranding* (relativas e, especialmente, interrogativas), outro fator que indica uma dissonância entre os dados do PB e o *P-stranding* é que a maior parte das frases coletadas para este trabalho é composta de orações absolutas e coordenadas que parecem retomar algum tópico expresso anteriormente ou implícito no discurso e de conhecimento dos falantes, como exemplificado abaixo para as preposições *sem* (2), *contra* (3) e *sobre* (4)<sup>140</sup>.

- (2) a. Você é igual meu celular, não vivo *sem*, mas também odeio quando tá na mão dos outros!
- b. Eu não entendo como tem gente que não usa relógio, eu não consigo sair *sem*.

---

<sup>138</sup> No original: The concept of common ground is very relevant here because there must be (the belief of) shared information between speakers so that it is known what was presupposed for the preposition’s complement when they used a prepositional phrase-chopping variant, a resumptive pronoun variant, or a variant with a bare preposition (...). Our analyses indicate that when *sobre* conveys the meaning of notion in relation to something — with the condition of it being new information introduced by that preposition —, similar to *about* or *of*, it can be, although feasible, not appropriate to end such sentences with prepositions. In other words, semantic equivalence cannot be established since the information to be presupposed by the speakers has not been previously defined.

<sup>139</sup> Ressalta-se que, por não ser o foco de seu estudo, Adams não abordou as preposições *sem* e *contra* e não analisou dados de preposições desacompanhadas em perguntas-Wh.

<sup>140</sup> Os exemplos reunidos neste trabalho foram, em grande maioria, retirados das redes sociais Twitter e Facebook. Outros, porém, foram coletados de falas em vídeos do Youtube, podcasts e conversas informais.

- c. Finalmente meu óculos novo chegou, não aguentava mais colar o outro na fita porque não enxergo *sem*.
- d. Você tá acostumado a beber álcool e comer doce, e acha que é impossível viver *sem*, mas quem vive *sem* não sente nem vontade.
- e. Vi umas fotos e fiquei pensativa, como tudo pode mudar rápido. Nunca me imaginei *sem* e hoje são apenas fotos.
- f. Depois de um mês e pouco fora das redes sociais, hoje volto a ativa. Rapaziada, tomem conta do celular de vocês, ficar *sem* é mó stress.
- g. Não é porque você fica estonteante de maquiagem que voce não seja linda *sem*.
- (3)
- a. A pessoa quando é gente boa e carismática, não tem como torcer *contra*.
- b. É uma possibilidade séria, uma vez que o risco continua mesmo entre os vacinados já que vacina contra a covid tem um prazo de validade de proteção e precisa ser renovada periodicamente. E aí a gente continua a ver a pessoas se posicionando *contra* e usando a dengue pra isso.
- c. Vão criar mais um penduricalho para os juízes: o quinquênio. O efeito cascata pode chegar a R\$ 100 bilhões/ano. A direita preocupada com o fiscal vai votar *contra*? A esquerda preocupada com o social vai votar *contra*?
- d. Meu primo de 6 anos consegue argumentar a favor dos dois termos melhor do que essas pessoas conseguem argumentar *contra*.
- e. O Brasil não tem culpa da situação da Ucrânia. Uma coisa é se posicionar *contra* e dizer que não apoia, outra bem diferente é mandar munição e etc.
- f. Só porque não ganhou cargo no governo você se virou *contra*.
- g. Todos vimos várias bandeiras LGBT nas JMJ sem que ninguém se tivesse insurgido *contra*.
- (4)
- a. Perguntado sobre a Copa América, Casemiro disse que, no momento, não vão falar *sobre*.
- b. Não aguento mais ver nada sobre os massacres, a cada vídeo *sobre* é um ataque de pânico.

- c. To dando aula particular para uma menina que está na segunda fase da Olimpíada de Matemática. A mãe dela falou que a escola tem aula *sobre*, mas só tem menino e eles não incluem ela nas coisas.
- d. Tenho uma opinião *sobre* mas não vou falar.
- e. Infelizmente eu sigo pouca gente que conhece *sobre*, mas Conan é bom demais.
- f. Vendo alguns vídeos sobre filosofia me deparei com este paradoxo relacionado a crença, fé ou religião, o que pensam *sobre*?
- g. (Outro interlocutor fala sobre um livro) Eu não li, mas eu já li *sobre* e eu sei que ele leva pra um lado hard sci-fi.
- h. Um casamento que aconteceu ontem no Mato Grosso tá saindo em várias páginas *sobre* e deu pra ver que gastaram pelo menos 100k em flores.
- i. A: Unha de gel ou fibra? B: Tô lendo *sobre* e me interessando mais por fibra mesmo.
- j. Isso diz respeito a mim pessoal. Somente as pessoas mais íntimas que eu falo *sobre* e olhe lá.
- k. Eu fumo e a única rede social que eu falo *sobre* é o Twitter.
- l. Física eu te odeio, não quero saber *sobre* e você é inútil.
- m. É um negócio doido que você critica antes de ler *sobre*.
- n. Eu herdei o dom da cura com minha mãe e ela morre de medo do dom dela, ela acha que é coisa de outro mundo. Já eu estudo *sobre* e pratico.
- o. Sonhei que 3 dentes meus caíam, e eu li *sobre* e é só coisa ruim, Deus é mais.

Curiosamente, a grande maioria das sentenças acima são exemplos de estruturas em que *P-stranding* não seria possível em línguas de *stranding* prototípicas, como o inglês. Considerem-se, por exemplo, as traduções a seguir<sup>141</sup>:

- (5) a. You are like my phone. I can't live *without* \*(it).
- b. If someone is nice, it is impossible to root *against* \*(him/her/them).

---

<sup>141</sup> Essas frases foram submetidas a julgamento de falantes nativos em sites como Italki e foram consideradas agramaticais ou estranhas sem o pronome.

c. Asked about Copa America, Casemiro said that, for now, they are not talking *about* \*(it).

As frases em (5), bem como as sentenças equivalentes da maioria das construções em (2), (3) e (4), só seriam gramaticais com a introdução de um pronome como *it*, *that* ou *him/her* após a preposição. É possível que essas sentenças sejam agramaticais sem a presença do pronome porque o inglês não permite — ao menos não de maneira ampla como o PB — elipse de argumento (Citko, 2014, p. 150) e pronomes/objetos nulos. Portanto, o fato de as frases em (5) não serem possíveis no inglês, uma língua em que *P-stranding* é um recurso disponível ao C<sub>HL</sub> e na qual não se atestam pronomes (resumptivos) nulos, constitui uma evidência em favor da ideia de que as frases em (2), (3) e (4) não são casos de *P-stranding*, mas sim de preposições seguidas de um argumento nulo, seja este qual for.

Tal hipótese assemelha-se ao *P-orphaning*, visto no capítulo anterior e comum no francês — o que faz sentido, uma vez que o PB e o francês são línguas românicas. Apesar disso, uma parte considerável das frases do PB correspondentes aos exemplos de *P-orphaning* apresentados no capítulo anterior são agramaticais. Logo, a evidência agora é de certa forma contrária à hipótese de *P-orphaning* no PB, ao menos da mesma forma que ocorre em francês. Contudo, como mostram as sentenças em (6) e (7) abaixo, há exemplos do PB que se assemelham consideravelmente ao *P-orphaning* — novamente, as frases equivalentes em inglês, sem um pronome, seriam agramaticais, com exceção, talvez, de algumas sentenças em (9).

(6) a. Bebida e cigarro, eu vivo de boas *sem*, mas doce?

b. Esse julgamento, eu sou *contra*.

c. Técnicas de comunicação, prefiro nem falar *sobre*.

(7) a. Eu anoto tudo no celular, porque não saio *sem*.

b. Faz 5 dias que só penso em uma questão específica da minha vida porque falaram que eu tô errada *sobre*, e eu tô mesmo e não consigo aceitar.

c. Toda vez que esse assunto volta, eu tenho vontade de escrever *sobre* e ir pesquisar igual uma maluca.

d. Ainda falta muito para esse BBB acabar? Tudo que vejo/leio *sobre* é contra minha vontade.

Diante dos dados apresentados, e visto que as preposições desacompanhadas no PB surgem em diferentes contextos, alguns dos quais claramente não envolvem movimento argumental para fora do PP (orações coordenadas em (7), por exemplo), o mais razoável é presumir que, nada obstante o fato de que algumas dessas estruturas possam ser, de fato, derivadas por *P-stranding*, não se pode dizer que todas o são. Assim, duas hipóteses são mais plausíveis: (i) não há *P-stranding* no PB, ou seja, todas as vezes em que *sem*, *contra* e *sobre* aparecem desacompanhadas, trata-se na verdade de casos em que elas são seguidas por um complemento com traços não realizados fonologicamente (um resumptivo nulo *pro* ou um DP elidido); (ii) o PB admite tanto frases em que preposições c-comandam um argumento nulo (*P-orphaning*) quanto sentenças em que preposições c-comandam uma cópia ou vestígio de um DP movido (*P-stranding*), estando este último restrito a interrogativas e, talvez, relativas. Para saber qual dessas hipóteses devemos adotar, precisamos analisar melhor os dados aqui apresentados.

Antes de avançarmos, contudo, é crucial ressaltar que, visto que os supostos casos de *P-stranding* aqui examinados já foram estudados em alguns trabalhos, mesmo que indiretamente (Kenedy, 2002, 2007; Kleppa, 2005; Marcelino, 2007; Kato, 2008; Nunes, 2008; Kato & Nunes, 2009; Medeiros Júnior, 2009; Lacerda, 2013, 2017; Adams, 2023), tentaremos explicar o fenômeno em questão por meio de alguma dessas análises. No entanto, conquanto os autores mencionados tenham formulado propostas teoricamente sofisticadas e tenham fornecido argumentos sólidos para explicar casos do PB com preposições desacompanhadas, eles se concentraram quase exclusivamente em estruturas relativas e/ou interrogativas, sem explorar construções como as em (2), (3) e (4). Portanto, quando examinamos todos os dados coletados e todas as construções em que essas preposições aparecem desacompanhadas, não identificamos

uma maneira de adequar as hipóteses disponíveis<sup>142</sup> aos dados observados, de modo a explicar todas as ocorrências de preposições desacompanhadas por meio de uma única ferramenta teórica.

Por isso, não pretendemos, de forma alguma, criticar as propostas aqui abordadas a fim de invalidá-las, especialmente porque, como já mencionado, não temos como apresentar uma alternativa satisfatória que contemple e explique todos os dados do PB relativos a preposições desacompanhadas. Nossa única intenção é justificar por que, diante dos dados expostos, e considerando-se que nosso entendimento das hipóteses anteriores esteja correto, parece-nos não ser possível, sem um estudo mais aprofundado, dar conta das ambiguidades e contradições empíricas que os dados nos impõem. Em outras palavras, o fenômeno em curso com as preposições do PB é não só ambíguo e irregular como também idiossincrático.

### 4.3 Preposições lexicais e preposições funcionais

Consoante o que já foi discutido extensivamente no Capítulo 2, Com base em Salles (1992), Zwarts (1997) e Kleppa (2010), adotaremos a hipótese de que o sistema preposicional do português não é uniforme e que existem preposições (mais) lexicais e preposições (mais) funcionais, as quais são dispostas em um *continuum* de peso semântico e de nível de gramaticalização. Em conformidade com essas análises, propomos, no Capítulo 2, um quadro de critérios comparativos para distinguir esses tipos de preposições, o qual é retomado abaixo:

---

<sup>142</sup> Sem pormenores, como descrito no capítulo 3, Salles (1997, 2001) explica a ausência de *P-stranding* no PB por haver neste a formação de um núcleo complexo [P+D]. Lacerda (2013, 2017), com base em Bošković (2014), admite que as preposições em PB são fases e que aquelas que admitem *stranding* (segundo Lacerda, *sem*, *contra* e outras preposições complexas, como *em cima de*) o fazem por possuírem uma estrutura mais rica, isto é, projeções nulas acima de PP. Já os trabalhos de Kato (2008), Nunes (2008) e Kato & Nunes (2009), embora não abordem o *P-stranding* como objeto principal, ao adotar a hipótese de que relativas não padrão em PB são derivadas sem movimento argumental do DP alvo e preposições funcionais como *de*, *com* e *em* são realizadoras de caso inerente em um núcleo nominal com traços fonológicos, sugerem, indiretamente, que preposições lexicais como *sobre* e *contra* devem estar presentes mesmo diante de um argumento nulo. Por fim, Medeiros Júnior (2009), em um trabalho acerca da preposição *sobre*, assume, de maneira semelhante a Kato & Nunes (2009), que essa preposição licencia um *pro*, não havendo *stranding*.

(8)

<b>Preposições (mais) lexicais</b>	<b>Preposições (mais) funcionais</b>
classe fechada	classe fechada
mais morfemas	menos morfemas
não se contraem com determinantes	contraem-se com determinantes
maior carga ou valor semântico	menor carga ou valor semântico
menor gama de significados (restrição semântica)	maior gama de significados (esvaziamento semântico)
podem ter o complemento elidido	não podem ter o complemento elidido
em regra, não podem ser apagadas ou “cortadas”	em regra, podem ser apagadas ou “cortadas”

Analisando-se as preposições *sem*, *contra*, e *sobre*, que podem aparecer desacompanhadas e integram o grupo de preposições menos gramaticalizadas na divisão feita por Kleppa (2005, 2010), e comparando-as a preposições funcionais, como *de*, *com*, *em*, *a* e *para*, notam-se algumas características importantes.

Primeiramente, em orações relativas, enquanto as preposições *de*, *com*, *em*, *a* e *para* devem ser pronunciadas com o pronome resumptivo ou apagadas juntamente com ele nas “relativas cortadoras” — se assumirmos a proposta de deslocamento à esquerda (*Left Dislocation*) de Kato & Nunes (2009), a ser brevemente relatada na seção seguinte —, as preposições *sem*, *contra* e *sobre* raramente podem ser omitidas, mesmo que seu complemento (resumptivo) o seja.

- (9)
- As pessoas (*de*) que eu gosto estão todas indo embora e eu tô ficando pra trás.
  - Acabei de mandar uma mensagem para uma pessoa (*com*) que eu não converso há anos.
  - Odeio o lugar (*em*) que eu moro.
  - É esse tipo de gente (*a*) que eu me refiro, sempre querendo tirar vantagem.

- e. É impressionante o salto que a vida dá, ainda agora tava falando com um menino (*para*) quem eu dei aula quando ele tinha seus 11 anos e hoje ele já vai fazer 17.
- (10) a. Eu adoro quando minha mãe reconhece que qualquer dor que eu venha sentir de diferente e falar *sobre* é sinal de ansiedade.
- b. Odeio quando tô falando de um assunto que eu conheço, que eu li *sobre* e a pessoa vem querer saber mais que eu sendo que nunca abriu um artigo *sobre*.
- c. Esse é o único time que ele torce *contra* e eu amo rir disso, fico empolgada junta.
- d. Até porque eles veem no Estado a força progressista que eles tanto lutam *contra*.
- e. Única coisa que eu tô *\*(sem)* é dinheiro
- f. Se tem uma pessoa que eu não conseguiria viver *sem* é meu irmão.

Em (9), todas as preposições podem ser omitidas ou pronunciadas com o resumptivo no final da sentença. Em (10), por sua vez, a ausência das preposições afetaria a correção e/ou o sentido da frase. Curiosamente, especialmente com as preposições *contra* e *sem*, sua omissão ou causa completa agramaticalidade, como em (10e); ou inverte o sentido da sentença, isto é, as sentenças passam a ser interpretadas como se as preposições omitidas não fossem *sem* e *contra*, mas sim preposições que expressam o sentido oposto (*com* e *por/a favor*, respectivamente). Em (10c), por exemplo, ao se apagar *contra*, a interpretação da frase mudaria de “torcer contra um time” para “torcer por um time”. Esse também é o caso da frase em (10d), pois, sem *contra*, ela seria entendida como “(...) a força progressiva pela qual eles tanto lutam”. Finalmente, em (10f), com a omissão da preposição *sem*, o sentido mudaria de “uma pessoa sem a qual eu não conseguiria viver” para “uma pessoa com a qual eu não conseguiria viver”.

Em segundo lugar, todas preposições que aparecem desacompanhadas (*sem*, *contra* e *sobre*) nunca se contraem com um determinante, ao passo que as preposições que não podem ser isoladas se contraem com artigos e pronomes. Se correto, tal fato corroboraria, em certa medida, a análise de Salles (1997) de que *P-stranding* não é possível quando há contração entre a preposição e o determinante.

Além disso, os itens lexicais *sem*, *contra* e *sobre* (além de outros, como *entre*) possuem um conteúdo semântico específico, facilmente identificável (Kleppa, 2005), e não opaco e

esvaziado como as preposições *a* e *de*. Segundo Lima (1998, p. 335-336): “Dividem-se as preposições em fortes e fracas. As primeiras (*contra, entre, sobre*) guardam certa significação em si mesmas; as outras (*a, com, de*) não têm sentido nenhum, expressando tão somente, em estado potencial e de forma indeterminada, um sentimento de relação.”. A esse respeito, considere-se, por exemplo, a possibilidade de alternância das preposições funcionais em locuções como *junto a/junto com* ou *em frente de/em frente a*, o que aponta para seu esvaziamento semântico. Ainda, segundo Epiphanyo Dias (1912, *apud* Salles, 1992), diferentemente de *de, com, em, a* e *para*, as preposições *sobre, contra* e *sem* não substituíram casos latinos.

Por essas razões, assumimos, de maneira semelhante ao que é proposto para as preposições do francês, que as preposições *sem, contra* e *sobre* são preposições lexicais e, por isso, constituem sempre um núcleo lexical P de um sintagma PP. As outras preposições, como *de, com, em, a* e *para*, são preposições funcionais, consistindo em um núcleo funcional — ao qual chamaremos (*little*) *p* — que encabeça um sintagma *pP*.

Antes de prosseguirmos com a análise das preposições desacompanhadas, é necessário tecer alguns comentários sobre as orações relativas (e interrogativas) no PB e a origem do movimento na derivação delas, já que a ocorrência de *P-stranding* depende de existência ou não de extração do complemento preposicional desde uma posição argumental.

#### 4.4 Orações relativas

A discussão sobre relativas e interrogativas no PB é bastante extensa e tem sido examinada de diferentes formas por vários autores (Tarallo, 1983; Kato, 1993; Ferreira, 2000; Kenedy, 2002; Kato e Nunes, 2009). Devido à complexidade desse tema e a profundidade de investigação que ele requer, não pretendemos aqui propor uma análise própria. Nossa intenção é meramente demonstrar como a ocorrência de *P-stranding* ou *P-orphaning* em orações relativas do PB, devido às suas peculiaridades, depende, em certa medida, da hipótese de derivação assumida, especialmente no que concerne às relativas cortadoras e às relativas resumptivas.

Tarallo (1983), um dos primeiros autores a tratar das relativas não padrão do PB, adotou o modelo tradicional proposto por Chomsky e, relacionando as estratégias de relativização de uma língua às suas estratégias de pronominalização, identificou dois tipos de derivação possíveis para as orações relativas do PB: (i) orações relativas padrão, formadas por movimento-A' de um elemento relativizado, o qual seria alçado juntamente com a preposição (*pied-piping*), deixando um vestígio na posição argumental; (ii) orações relativas venaculares, as quais seriam introduzidas por um complementizador em um CP adjungindo a um NP. Neste segundo tipo, não haveria movimento do NP alvo para uma posição A', mas sim a adjunção desse NP a um CP e a inserção (*Merge* Externo, em termos atuais) de um pronome resumptivo na base, o qual estabelecerá uma relação de correferência com o NP alvo na estrutura-D. Na estrutura-S, o resumptivo poderia ser mantido (relativas resumptivas) ou apagado, *in situ*, por elipse pronominal (relativas cortadoras).

Outra análise bastante conhecida das relativas do PB é de Kenedy (2002). Assim como Tarallo, Kenedy considera o que das relativas não padrão do PB como um complementizador. Este último, no entanto, baseia sua análise no modelo *Raising*, proposto por Kayne (1994), e em uma adaptação da hipótese da incorporação [P+D], de Salles (1997, 2001). Segundo Kenedy (2002), as relativas cortadoras são formadas por meio de duas operações:

(i) Move: alçamento do DP sobre o qual recai o traço [+ predicational] diretamente para a cabeça da relativa (Spec-CP); (ii) Delete: apagamento da cópia do DP que ocupa a posição mais baixa da cadeia formada, em consequência do que se apaga também a preposição. A estruturação de uma relativa cortadora é semelhante à de uma prepositional-stranding, apenas, nesse caso, o apagamento de P é uma exigência da redução de cadeias, pois, dada a unidade de traços do núcleo [P+D], o apagamento da cópia de DP torna obrigatório o apagamento também de P em PF (Kenedy, 2002, p. 143).

As relativas resumptivas, por sua vez, seriam derivadas da seguinte forma:

(i) Move alçamento do DP sobre o qual recai o traço [+ predicational] diretamente para a cabeça da relativa (Spec-CP). (ii) Delete apagamento parcial da cópia do DP que ocupa a posição mais baixa da cadeia formada; os traços  $\phi$  do DP são preservados, o que implica a realização da preposição, na qual também se manifestam tais traços  $\phi$ . A resumptiva PP apresenta, portanto, uma derivação bastante semelhante à da resumptiva DP (...). Sua especificidade deve-se à realização da preposição, que deve ser compreendida, assim como o resumptivo, também como a manifestação em PF dos traços  $\phi$  do DP alvo. (Kenedy, 2002, p. 141).

Por fim, destaca-se a hipótese de deslocamento à esquerda (*Left Dislocation*, doravante LD), introduzida por Kato (1993) e refinada por Kato & Nunes (2009). Com base no modelo de Tarallo (1983) e da proposta de Kato (1993), Kato & Nunes (2009) argumentam em favor de uma análise unificada para os três tipos de relativas no PB. Segundo Kato (1993), o PB é uma língua de proeminência de tópico e, por isso, as relativas são estruturadas ao redor de um tópico e um comentário sobre esse tópico, sendo o núcleo nominal alvo da relativização o tópico, e a oração relativa, o comentário. Dessa maneira, na análise de Kato (1993), as relativas cortadoras e resumptivas são formadas a partir de uma estrutura topicalizada subjacente, e o que permite a transformação de uma em outra é a posição LD, adjungida à projeção CP. Essa posição de deslocamento à esquerda é ocupada por um pronome relativo que se movimenta para Spec-CP. Segundo Kato, o DP gerado em LD é correferente ao pronome interno ao TP.

Considerando que o pronome relativo é gerado em LD e coindexado com o resumptivo (nulo ou manifesto) no interior da relativa, Kato & Nunes (2009) defendem que a análise LD dá conta de explicar por que as relativas em PB são bastante livres e insensíveis a ilhas: não há extração de constituintes internos à oração relativa. Dessa maneira, os autores propõem que o único caso de movimento durante o processo derivacional de relativas cortadoras e resumptivas é o deslocamento do pronome relativo em LD para Spec-CP. Por conseguinte, a categoria vazia interna à oração relativa não consiste em uma cópia, mas em um pronome resumptivo *pro*.

Kato & Nunes (2009) sugerem, assim, que todas as relativas em PB são derivadas por meio de movimento de um pronome relativo. A diferença entre elas se reduz à posição de origem desse pronome relativo. Nas relativas padrão – incluindo-se aqui os casos de *pied-piping* – o pronome relativo é gerado dentro do TP, em posição argumental, sendo então movido para Spec-CP. Por sua vez, nas relativas resumptivas e cortadoras, o pronome relativo é gerado na posição LD, da qual ele se move para Spec-CP, recebendo Caso *default* e estabelecendo uma relação de correferência com o resumptivo, que sofre *Merge* na base. Para uma melhor visualização, considerem-se os exemplos de derivação das relativas padrão (11a), resumptiva (11b) e cortadora (11c):

(11) a. [o [CP [PP *livro*<sub>i</sub> [PP *de* [DP *ti* [DP *que ti*]]]]]<sub>k</sub> [CP C [IP *você precisa tk* ]]]]

- b. Este é [o [CP [DP livro<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]]]<sub>k</sub> [CPC [LD t<sub>k</sub> [IP você vai precisar dele<sub>k</sub> amanhã]]]]
- c. Este é [o [CP [DP livro<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]]]<sub>k</sub> [CPC [LD t<sub>k</sub> [IP você estava precisando *pro*<sub>k</sub>]]]]

(Kato & Nunes, 2009, p. 93)

Nota-se, portanto, que existem diferentes análises para as relativas do PB. Neste trabalho, assumiremos, ao menos para as relativas resumptivas, a hipótese LD de Kato & Nunes (2009). Entre as razões para nossa escolha estão a possibilidade de uma descrição uniforme para os três tipos de orações relativas encontradas em PB e o fato de que essa proposta captura as características do PB como uma língua de proeminência de tópico, em que o constituinte à esquerda é um tópico discursivo. A sintaxe de uma língua de proeminência de tópico é construída com base em uma estrutura tópico-comentário, sendo tal estrutura realçada em detrimento da ordem linear sujeito-verbo-objeto. Esse tipo de estrutura é bastante comum no PB, e sua ocorrência é geralmente associada à produção de um pronome resumptivo em posição de sujeito ou de objeto, como nas frases a seguir:

- (12) a. Esse cachorro<sub>i</sub>, meu filho morre de medo de brincar com ele<sub>i</sub>.  
 b. Esse buraco<sub>i</sub>, taparam ele<sub>i</sub> outro dia.  
 c. O apresentador<sub>i</sub>, ele<sub>i</sub> não deixa ninguém falar.

Por fim, a hipótese de deslocamento à esquerda de Kato & Nunes (2009) ainda possui a vantagem de esclarecer, por meio da explicação de que o PB possui estratégias de relativização sem movimento argumental, por que as relativas cortadoras e resumptivas nessa língua são menos sensíveis aos efeitos de ilha.

#### 4.5 Pronomes resumptivos nulos

Como discutido na seção anterior, a análise de Kato & Nunes (2009), adotada neste trabalho, defende a presença de pronomes resumptivos (nulos ou manifestos) em relativas cortadoras e resumptivas. Além disso, o fato de que tanto as relativas cortadoras quanto as

resumptivas são menos sensíveis às ilhas sintáticas constitui mais uma evidência em favor da existência de pronomes gerados na base e da flexibilidade sintática do PB.

Conforme já exposto ao longo dessa dissertação, as preposições *sem*, *contra* e *sobre* podem ser produzidas sem um complemento aparente no PB. Como temos tentado sugerir, embora superficialmente semelhante ao *P-stranding*, o fenômeno em curso no PB também apresenta muitas peculiaridades, o que nos faz assumir que se trata, na verdade, de algo próximo ao *P-orphaning*, no qual a categoria vazia seguinte à preposição consiste em um pronome resumptivo nulo, e não em uma cópia de uma cadeia de movimento-A'. Em função disso, bem como da forte tendência do PB em admitir objetos nulos, destacaremos, nesta seção, algumas propriedades dos pronomes resumptivos que nos leva a conceber a hipótese de que as preposições desacompanhadas do PB c-comandam um *pro*.

A verificação da natureza da categoria em vazia em questão, isto é, se se trata de um vestígio/cópia ou de um pronome nulo gerado na base, pode ser determinada por meio de algumas comparações translinguísticas. McCloskey (1990, p. 199, tradução nossa<sup>143</sup>) define uma variável como “um elemento que está sintaticamente ligado e cujo vínculo mais imediato é um elemento em uma posição A”. Seguindo essa definição, tanto um vestígio (ou cópia) quanto um pronome resumptivo são entendidos como variáveis. Além disso, McCloskey (2006) e Asudeh (2012) postulam que existem três tipos de pronomes resumptivos, que se distinguem em relação à sua natureza e ao tipo de dependência que constituem. São eles: resumptivos sintaticamente ativos, resumptivos sintaticamente inativos e os resumptivos processantes (*processor resumptives*). Os resumptivos sintaticamente ativos, também denominados “resumptivos genuínos”, são pronomes gerados na base e que ocorrem em diferentes posições sintáticas, sendo bastante produtivos em línguas como o hebraico, o irlandês e outras línguas celtas. Por serem gerados na base, esses resumptivos não são sensíveis a ilhas ou efeitos de *Weak Crossover* e não licenciam lacunas parasitas. Por outro lado, os resumptivos sintaticamente inativos, encontrados na língua sueca e no dialeto vata (dialeto falado na Costa do Marfim), são resumptivos que exibem propriedades de movimento, sendo semelhantes a uma cópia, uma vez que não ocorrem

---

<sup>143</sup> No original: an element that is syntactically bound and whose most immediate binder is an element in an A'-position.

em contextos de ilha e não neutralizam efeitos de *Weak Crossover*. Por fim, os resumptivos processantes são os do inglês. Também chamados “pronomes intrusivos”, esses resumptivos não são gramaticalmente licenciados, pois apresentam uma produtividade limitada a reparo de efeitos de ilhas e de complexidade ou distância de processamento.

Diferentemente dos pronomes processantes do inglês, os resumptivos do PB não se restringem à produção em ilhas, sendo também licenciados em estruturas simples. Segundo Grolla (2005, p.3, tradução nossa<sup>144</sup>): “À primeira vista, não há semelhança entre o português brasileiro e o hebraico. No entanto, a distribuição dos pronomes resumptivos (RPs) nessas línguas é idêntica.”. Grolla fornece exemplos de relativas que atestam que, assim como no hebraico, os resumptivos em PB são possíveis em diversas posições sintáticas em dependência-A', como em posição de objeto direto (13b), em posições internas a um NP (13c) e como complemento oblíquo (13d):

- (13) a. o homem que (\*ele) ama a Maria (Sujeito)  
b. o homem que eu vi (ele) (Objeto direto)  
c. o homem que eu vi a mulher d-\*(ele) (Interno ao NP)  
d. o homem que eu conversei com \*(ele) (Complemento Oblíquo)

Os pronomes resumptivos do PB não são, portanto, resumptivos processantes. Também não aparentam ser resumptivos sintaticamente inativos, pois estes, existentes em línguas como o sueco e o dialeto vata, só são encontrados em posição de sujeito. Além disso, segundo Koopman & Sportiche (1986, *apud* Hirata, 2012), os resumptivos em vata, mesmo fonologicamente expressos, não podem ocorrer em ilhas-Wh e originam efeitos de *Weak Crossover*, diferentemente dos resumptivos em PB, como evidenciado em (14) e (15)<sup>145</sup>.

- (14) a. Ilha Nominativa:  
Os livros<sub>i</sub> [<sub>CP</sub> que [falar deles<sub>i</sub> ] se tornou difícil] estão aqui.

---

<sup>144</sup> No original: At first sight, there is no similarity between this language [Brazilian Portuguese] and Hebrew. Nonetheless, the distribution of RPs in these languages is identical.

<sup>145</sup> Os exemplos em (15) foram retirados de Alexandre (2000, p.77) e adaptados do português europeu para o PB. Já frase em (16) foi retirada de McCloskey (1990, p. 235) e traduzido do irlandês para o PB.

b. Ilha de NP complexo:

A pessoa<sub>i</sub> [<sub>CP</sub> que você encontrou [alguém que falaria com ela<sub>i</sub> ]] está doente.

c. Ilha Adjunta:

A pessoa<sub>i</sub> [<sub>CP</sub> que você partiu [sem falar com ela<sub>i</sub> ]] adoeceu.

(15) *Weak Crossover*

O homem<sub>i</sub> que a sua<sub>i</sub> própria esposa deixou ele<sub>i</sub>.

Nota-se que a imunidade dos resumptivos em PB a restrições de localidade sugerem que o pronome e seu antecedente/ligante (*binder*) são gerados separadamente, e não derivados por movimento. De acordo com McCloskey (1990), dependências *binder-resumptive* são diferentes de dependência *filler-gap* em termos de efeitos de localidade. No entanto, segundo o autor, pronomes resumptivos comportam-se como variáveis em efeitos de *Strong Crossover*. Alexandre (2000), ao estudar os pronomes resumptivos do português europeu, afirma que:

(...) pronomes resumptivos são variáveis em *Spell-Out*, porque exibem efeitos de Cruzamento Forte e legitimam lacunas parasitas, tal como as variáveis que ocorrem nas relativas canônicas do PE. (...) a estratégia resumptiva não envolve movimento-Wh, dado que o COMP é especificado [-wh] e, por economia, o movimento não se aplica (Alexandre, 2000, p. 61).

Além dos efeitos de ilha e de *Weak Crossover*, outro diagnóstico também usado para identificar resumptivos são as lacunas parasitas. Segundo Cinque (1990, *apud* Alexandre, 2000), variáveis pronominais (resumptivos) não licenciam lacunas parasitas e, por isso, só adquirem o estatuto de variável em LF. Esse diagnóstico, contudo, é um pouco controverso na literatura. No caso dos resumptivos do hebraico, por exemplo, os quais não envolvem movimento, Sells (1984) alega que eles licenciam lacunas parasitas, ao passo que Shlonsky (1992) afirma o contrário. Além disso, Alexandre (2000) demonstra que os resumptivos do português europeu ocorrem em contextos de lacunas parasitas e, por isso, “adquirem o estatuto de variáveis antes de *Spell-Out*, ou seja, na sintaxe explícita e não apenas em LF” (Alexandre, 2000, p. 67). A partir das frases em

(16), retiradas de Alexaandre (2000, p. 70) e adaptadas, percebe-se que os resumptivos em PB, assim como no português europeu, também licenciam lacunas parasitas<sup>146</sup>.

- (16) a. Aqui tem uma cartai [CP que eu agradeceria que fizesse o favor de ler elai [sem comentar ei]].  
b. Esta é uma realidadei [CP que nós não podemos nos dissociar dela; [depois de conhecermos ei]].

Parece claro, portanto, que o PB é uma língua que apresenta pronomes resumptivos sintaticamente ativos. Resta saber, agora, se tais pronomes podem ser nulos (*pro*) em relativas e interrogativas em que as preposições *sem*, *contra* e *sobre* aparecem desacompanhadas, ou se, nesses casos, se trata de uma cópia de um elemento-Wh. Com base nos diagnósticos já abordados, parece-nos que o cenário não é conclusivo, embora as características do PB pareçam apontar para ao menos a possibilidade de um pronome resumptivo nulo (*pro*).

Conforme demonstrado na seção 4.2, nos exemplos em (2), (3) e (4), a grande maioria dos nossos dados é composta de orações absolutas e coordenadas, em que o que se segue à preposição é um argumento nulo ou elidido, e não um vestígio. Além disso, na seção 4.4, destacamos a hipótese de Kato & Nunes (2009) para as relativas não padrão do PB. Nela, os autores propõem que as relativas cortadoras do PB são derivadas por meio de uma relação de correferência entre um *pro* gerado na base e um DP gerado em LD e movido para Spec-CP. Ao assumir tal hipótese, não há que se falar em *stranding* nas relativas cortadoras, pois nada se move para fora do PP; e se não há movimento, não há *stranding* de preposições. De fato, uma evidência para tal hipótese, como já mencionamos, é a possibilidade de categorias vazias em ilhas em estruturas de tópicos e orações relativas no PB:

- (17) a. [esse livro]<sub>i</sub>, eu entrevistei a pessoa que escreveu *pro*<sub>i</sub>.  
b. [esse livro]<sub>i</sub>, eu falei com um aluno que estava precisando *pro*<sub>i</sub> ontem.

(Kato & Nunes, 2009, p. 89)

---

<sup>146</sup> Lacunas parasitas são categorias vazias tipicamente licenciadas por uma outra categoria vazia em posição de objeto e ligada a um operador (ligação-A') (Chomsky, 1986b, p. 56).

- (18) a. Este é [o [CP [[DP livro<sub>i</sub> [[DP que t<sub>i</sub>]]]<sub>k</sub> [CP C [LD t<sub>k</sub> [IP eu entrevistei a pessoa que escreveu *pro*<sub>k</sub> ]]]]]
- b. Este é [o [CP [DP livro<sub>i</sub> [[DP que t<sub>i</sub>]]]<sub>k</sub> [CP C [LD t<sub>k</sub> [IP eu falei com um aluno que estava precisando *pro*<sub>k</sub> ]]]]]

(Kato & Nunes, 2009, p. 92)

O mesmo parece ocorrer com os supostos casos de *P-stranding* investigados nesta dissertação<sup>147</sup>:

- (19) a. (*Contexto: dois amigos estão conversando sobre um recente caso criminal que tem sido veiculado na Internet*):  
Esse caso, eu só conheço dois jornalistas que comentaram *sobre*.
- b. Essa lei, eu só conheço dois senadores que se posicionaram *contra*.
- (20) a. Um negócio a ser observado e que eu também fiquei perplexo quando li *sobre* é a 13 brain net.
- b. Jamais vou assistir esse filme por conta daquela frase que eu fico mal que toda vez que eu penso *sobre*.
- c. Tem uma parte da física que eu só conheço uma pessoa além de mim que teve aula *sobre* no ensino médio.
- d. Esse projeto de lei é ótimo. Ele é um dos poucos projetos que eu não conheço nenhum deputado que tenha votado *contra*.

Ademais, curiosamente, algumas sentenças encontradas com a preposição *sobre* são equivalentes às ilhas que Alexandre (2000) utiliza para atestar a possibilidade de resumptivos no português europeu. Considere-se, por exemplo, as frases abaixo, retiradas do Twitter e semelhantes àquelas em (14a) e (14c):

- (21) a. Tem certos assuntos que *falar* sobre me abala muito.

<sup>147</sup> As sentenças em (19a), (20a) e (20b) foram retiradas do Twitter; as outras são parte de um grupo de sentenças que foram submetidas ao julgamento de falantes nativos em conversas pessoais e que foram selecionadas por não terem sido rejeitadas por nenhum dos falantes.

b. Nossa, então ele deve ser o Smeagol do Hobbit né, pra um animal ser assim inteligente a ponto de entender de conceitos tão complexos como política (que nem muitos humanos conseguem entender sem estudar *sobre*).

Os exemplos em (17)-(20) sugerem, portanto, que diferentes estruturas do PB admitem uma categoria vazia dentro de uma ilha sintática, inclusive quando tal categoria está sob o domínio de c-comando de uma preposição lexical. Desse modo, conclui-se que, se as categorias vazias nas relativas do PB consistem em pronomes resumptivos — e considerando-se que os pronomes resumptivos do PB não são resumptivos processantes, como os do inglês, dada a alta produtividade deles na língua (ver orações em (13)) —, esses pronomes possuem um correspondente sem traços fonológicos, que assumimos ser um *pro*.

Em termos comparativos, um fato interessante que ajuda corroborar tal ideia é o de que, enquanto algumas construções de ilhas em PB admitem tanto um resumptivo manifesto quanto uma categoria vazia (*pro*), em inglês, as ilhas sintáticas precisam de pronome reparador fonologicamente expresso. Considerem-se as sentenças abaixo:

(22) Português

- a. O homem que eu sei [quando Maria viu *ec*] é meu primo.
- b. Jamais vou assistir esse filme por conta daquela frase em específico que [toda vez que eu penso **sobre** *ec*] eu fico mal.

(23) Inglês

- a. \*The man that I know [when Mary saw *ec*] is my cousin.
- b. \*I am never going to watch this movie because of that one phrase that [whenever I think **about** *ec*] I feel bad.

De acordo com Pesetsky (1998), a gramaticalidade dessas sentenças em inglês é devida à violação da Restrição de Ilha:

(24) Restrição de ilha

\* $\alpha$ ...[**ilha** ...  $\beta$  ...], em que  $\beta$  é uma cópia de  $\alpha$  e não é pronunciada.

Como, em inglês, as relativas são formadas por movimento da expressão ou operador-Wh em posição argumental para fora da oração relativa, espera-se que essas estruturas sejam sensíveis a diferentes tipos de ilha. E como as sentenças em (23) envolvem extração de constituintes de ilhas, as cópias devem, em conformidade com a condição em (24), ser pronunciadas. Por isso, *P-stranding* não é gramatical nesses contextos, dada a presença de movimento para fora das ilhas. E, se *P-stranding* é agramatical nessa situação, é lógico inferir que essas construções em PB, uma vez gramaticais, não envolvem *P-stranding*.

Convém destacar, ainda, que outras línguas que compartilham algumas similaridades com o PB — como pronomes resumptivos sintaticamente ativos, ausência de *P-stranding* e a possibilidade de contração entre preposições e determinantes (preposições flexionadas) — também fazem uso de resumptivos fora de estruturas de ilhas. Notem-se, por exemplo, as seguintes estruturas:

(25) Irlandês

a. an ghirseach ar ghoid na síogaí í.  
a garota COMP roubar-PAST as fadas ela  
'A garota que as fadas raptaram (ela).'

b. an fear a dtabharann tú an tairgead dó.  
o homem COMP dar-PRES você o dinheiro para.ele  
'O homem para quem você deu o dinheiro.'

c. an t-ór seo ar chreid corr-dhuine go raibh sé ann.  
este ouro COMP julgar poucas-pessoas COMP estar-PRES aqui  
'Este ouro que poucas pessoas julgavam que (ele) estava aqui.'

(McCloskey, 1990, p. 210)

(26) Hebraico

a. ha-<sup>2</sup>iš še- ra<sup>2</sup>iti (<sup>2</sup>oto).

o- homem COMP-(1SG) ver-PAST (*ele*)

'O homem que eu vi.'

b. ha-<sup>2</sup>iš še- xašavt še- (*ele*) melamed <sup>?</sup>anglit.

o- homem COMP-(2SG-FEM) pensar-PAST COMP (*ele*) ensinar-PRES inglês

'o homem que você pensou que ele ensina inglês.'

c. ha-<sup>2</sup>iš še- xašavti al- \*(*av*).

o- homem COMP-(1SG) pensar-PAST sobre (*ele*)

'O homem sobre o qual você pensou.'

d. ha-<sup>2</sup>iš še- ra<sup>2</sup>iti <sup>?</sup>et <sup>?</sup> išt- \*(*o*).

o- homem COMP-(1SG) ver-PAST ACC esposa sua

'O homem cuja esposa eu vi.'

(Shlonsky, 1992, p. 444-445)

Os exemplos acima comprovam o que já foi expresso mais de uma vez nesta seção, a saber, que, assim como o PB e diferentemente do inglês, os pronomes resumptivos no irlandês e no hebraico aparecem em relativas e se contraem com a preposição, flexionando-a. Além disso, os exemplos em (25) indicam que, em irlandês, esses pronomes são licenciados em diferentes posições sintáticas, quais sejam objeto direto (25a), objeto preposicional (25b) e sujeito (25c). De maneira similar, no hebraico, os pronomes resumptivos variam livremente com categorias vazias nas posições de objeto direto (26a) e de sujeito da oração encaixada (26b), mas são obrigatórios quando são oblíquos (26c) ou genitivos (26d).

Em síntese, conquanto não seja possível formar uma conclusão definitiva apenas com base nas evidências apresentadas aqui, ao que nos parece, a hipótese de *P-stranding* em PB deve ser abordada com algum ceticismo. Isso se deve tanto às características do PB, como a existência de pronomes resumptivos sintaticamente ativos e de objetos nulos, quanto às propriedades do *P-stranding* nas línguas que o admitem, que destoam do fenômeno em curso com algumas preposições lexicais do PB.

#### 4.6 *P-stranding* ou *P-orphaning*?

Uma evidência crucial que afasta as preposições desacompanhadas no PB do *P-stranding* diz respeito às características deste fenômeno relacionadas à natureza categorial das preposições nas línguas em que o admitem. Em línguas de *P-stranding* prototípicas, não parece haver qualquer restrição quanto ao conteúdo semântico da preposição a ser isolada — na verdade, em línguas como o inglês, há até uma maior permissividade em relação às preposições funcionais, ao contrário do que ocorre no PB. Conforme Citko ressalta: “A capacidade de uma preposição sofrer *stranding* não parece ter relação com a distinção entre preposições lexicais e funcionais, nem entre locativas e direcionais.” (2014, p. 145, tradução nossa<sup>148</sup>). A título de exemplificação, observem-se sentenças abaixo:

(27) Inglês

- a. What are you thinking *of*?
- b. I know the girl who you were talking *to*.
- c. The country that he came *from* is really poor.
- d. Who were you running *towards*?
- e. The senator takes credit for investments that he voted *against*.

(28) Sueco

- a. Vem sjöng du sängen *med t*?  
quem cantou você a.música *com*  
'Com quem você cantou a música?'
- b. Vilken nyckel öppnade du dörren *med t*?  
qual chave abriu você a.porta *com*  
'Com qual chave você abriu a porta?'
- c. Vilken park fann u kaninen *i t*?

---

<sup>148</sup> No original: The ability to strand prepositions (or the lack thereof) does not seem to distinguish between lexical and functional prepositions or locative and directional ones

qual parque encontrou você o.coelho *em*

'Em que parte você encontrou o coelho?'

(Takami, 1992, p. 227 e 228)

(29) Dinamarquês

a. Den verlegenhed han behandlede os *med* var ubehagelig.

aquela arrogância ele tratou nos *com* foi desagradável

'Aquela arrogância com que ele nos tratou foi desagradável.'

b. Det tidspunkt han kom *på* var uheldigt valgt.

aquele momento ele chegou *em* foi mal escolhido

'O momento em que ele chegou foi mal escolhido.'

c. Hvilken flod ødelagde oversvømmelsen bredderne *af*?

qual rio destruiu a.enchente as margens *de*

'A enchente destruiu as margens de qual rio?'

d. Hvilket angreb begravede sørøvene skatten *efter*?

Qual ataque enterraram os.piratas o.tesouro *depois*

'Depois de qual ataque os piratas enterraram o tesouro?'

(Takami, 1992, p. 231 e 234)

Nota-se dos exemplos acima que, nas línguas em que o *P-stranding* é altamente produtivo, não há qualquer restrição quanto ao tipo de preposição que pode ser isolada. Como já ressaltado, o que geralmente ocorre nessas línguas é que preposições funcionais têm uma maior tendência a sofrer *stranding*. Diante disso, seria uma característica muito peculiar e improvável do PB se essa língua fosse a única em que a ocorrência de *P-stranding* dependesse da natureza categorial da preposição. Não somente isso, seria ainda mais inesperado que, ao contrário das outras línguas, as únicas preposições aptas a sofrerem *stranding* no PB seriam justamente as lexicais, e não as funcionais.

Além disso, curiosamente, as variantes do francês norte-americano em que se atesta *P-stranding* (e não *P-orphaning*) são as únicas em que preposições altamente funcionais podem ser isoladas:

(25) a. La fille que j'ai donne la job a.

'A garota para quem eu dei o trabalho.'

b. La fille que je te parle de.

'A garota de quem estou falando.'

c. Ou il vient de?

'De onde ele está vindo?'

(Roberge & Rosen, 1999, p. 157)

Por outro lado, nas variantes FQ e FO, ambas as quais não licenciam *P-stranding*, mas sim *P-orphaning*, apenas preposições semanticamente mais fortes podem ser aparecer desacompanhadas em orações relativas, conforme apontam Roberge & Rosen (1999) e Kaiser (2012). Isso é de fato esperado, pois, como visto no capítulo anterior, ao contrário do *P-stranding*, *P-orphaning* é restrito a preposições consideradas lexicais.

(26) a. C' est la personne que j' ai du trouble *avec*.

'Esta é a pessoa com quem tenho problemas.'

b. Le gars que je travaile *pour*.

'O cara para quem trabalho.'

(Roberge & Rosen, 1999, p. 153 e 157)

(27) Elle est pas mal, ta vie. Tu devrais écrire un livre *dessus*.

'Sua vida não é ruim. Você deveria escrever um livro *sobre* (ela).'

(Authier, 2014, p. 28)

Convém salientar que as preposições do francês que podem ser isoladas em variantes que admitem *orphaning*, como nas frases em (26) e (27), são semanticamente fortes e são preposições que não se contraem com determinantes<sup>149</sup>, assim como *sem*, *contra* e *sobre*, no PB.

---

<sup>149</sup> *Avec* não se contrai com artigos no francês, ao contrário de *com*, no PB.

Além disso, curiosamente, a estrutura em (27) é muito similar aos casos em que *sobre* surge desacompanhada em PB.

A respeito das preposições desacompanhadas do francês, Poplack, Zentz & Dion (2011) concluem que se trata de um fenômeno só, a saber *P-orphaning*, o qual, diferentemente do *P-stranding*, é sensível ao peso semântico da preposição:

Concluimos que o fator mais forte para prever a propensão de uma preposição a aparecer sem um complemento nos dois contextos que estudamos é a IDENTIDADE LEXICAL. No que diz respeito ao estabelecimento de mudanças convergentes, no entanto, essa determinação é irrelevante: o francês difere do inglês em termos dos efeitos tanto da preposição lexical quanto do peso semântico (Poplack, Zentz & Dion, 2011, p. 219, tradução nossa<sup>150</sup>).

As autoras ainda afirmam:

Porque as preposições órfãs do francês padrão regem um elemento pronominal nulo em vez do traço de um antecedente movido (Bouchard, 1982; Zribi-Hertz, 1984), estudiosos sugeriram que essas preposições finais de frase em complexos verbais transitivos indicativos e aquelas em orações relativas do francês vernacular são a mesma coisa (embora apenas King, 2000; King & Roberge, 1990; e Roberge, 1998 tenham sugerido explicitamente, como fazemos aqui, que as últimas são uma extensão em um novo contexto das primeiras). (...) Concluimos, assim como eles, que as preposições finais de frase em orações relativas que se assemelham a preposições separadas em inglês podem, de fato, ser analisadas como preposições órfãs do francês estendidas ao contexto da oração relativa. Nossa evidência para isso é que elas se comportam como preposições órfãs do francês, ao mesmo tempo em que diferem das preposições separadas em inglês, que ocorrem com preposições lexicais diferentes e diferentes relativizadores (Poplack, Zentz & Dion, 2011, p. 221-222, tradução nossa<sup>151</sup>).

Em PB, assim como nas variantes do francês em que somente *P-orphaning* é permitido, não é possível isolar preposições funcionais como *de*, *a* e *por*. Assim, diferentemente de *P-*

---

<sup>150</sup> No original: We conclude that the strongest predictor of a preposition's propensity to appear without a complement in the two contexts we have studied is LEXICAL IDENTITY. As far as establishing convergent change is concerned, however, this determination is irrelevant: French differs from English in terms of the effects of both lexical preposition *and* semantic weight.

<sup>151</sup> No original: Because Standard French orphan prepositions have also been analyzed as governing a null pronominal element rather than the trace of a moved antecedent (Bouchard, 1982; Zribi-Hertz, 1984), scholars have suggested that these phrase-final prepositions in indicative transitive verb complexes and those in Vernacular French relative clauses are one and the same (although only King, 2000; King & Roberge, 1990; and Roberge, 1998 have explicitly suggested, as we do here, that the latter are an extension to a new context of the former). (...) We conclude, as did they, that the French phrase-final prepositions in relative clauses that look like English stranded prepositions can in fact be analyzed as French orphan prepositions extended to the relative clause context. Our evidence for this is that they pattern with French orphan prepositions, while simultaneously differing from English stranded prepositions, which occur with *different lexical prepositions* and different relativizers.

*stranding*, a possibilidade de uma preposição aparecer desacompanhada em PB reside, entre outros fatores, no conteúdo semântico da preposição, assim como em seu estágio de gramaticalização, o que nos leva, mais uma vez, a aproximar o fenômeno do PB ao *P-orphaning*.

Outra evidência contrária à hipótese de *P-stranding* no PB se relaciona à valoração de Caso. Para que haja *P-stranding* como no inglês e nas línguas escandinavas, o complemento da preposição precisa ter seus traços de Caso valorados em posição argumental, antes de ser alçado para Spec-CP — passando por um nível *pP*, a fim de não violar a Condição de Antilocalidade (se considerarmos que PPs sejam fases, como o faz Abels (2012)). Nas orações em (28), por exemplo, o traço de Caso do DP é valorado por P — que herda os traços de *p*, a depender da análise —, e este é movido para fora do PP (ou *pP*).

- (28) a. This is the house [<sub>CP</sub> OP<sub>i</sub> that John parked in front of t<sub>i</sub> ]]  
b. This is the man [<sub>CP</sub> who<sub>i</sub> [<sub>C</sub> Ø Mary sat next to t<sub>i</sub> ]]

De modo diferente do inglês, no PB, como forma de substituir *pied-piping* por uma alternativa menos custosa ao sistema computacional<sup>152</sup>, não se recorre ao *P-stranding*, mas sim às estratégias resumptiva e cortadora. Nota-se que as línguas tendem a buscar maneiras de evadir o *pied-piping*. Além disso, embora isso ainda necessite de comprovação empírica, propomos nesta dissertação que parece haver uma espécie de distribuição complementar entre *P-stranding* e relativas cortadoras/resumptivas, ambas formas de evadir o *pied-piping* em orações relativas. Línguas como inglês e o dinamarquês, que admitem *P-stranding*, não apresentam orações relativas resumptivas e cortadoras. Por outro lado, relativas cortadoras e resumptivas são atestadas em línguas em *P-stranding* não é possível, como o PB, o francês (Bouchard, 1981; Poplack, Zentz & Dion, 2011) e o espanhol (De la Fuente & Pato, 2019). Ademais, como já visto, o uso de resumptivos em relativas não se restringe às línguas românicas: tanto as línguas

---

<sup>152</sup> Adotamos a hipótese de Kenedy (2007), a qual estipula que o *pied-piping* é um fenômeno antinatural para derivação das orações relativas nas línguas humanas. Segundo Kenedy (2007): “A antinaturalidade de *pied-piping* em orações relativas (APP) é uma hipótese que assume ser impossível para o Sistema Computacional da Linguagem Humana (CHL) derivar naturalmente relativas *pied-piping*, uma vez que qualquer uma de suas alternativas derivacionais será menos custosa a <sub>CHL</sub>. Isto é, na derivação de uma relativa preposicionada, as estratégias resumptiva e/ou cortadora (ou ainda prepositional-stranding em línguas como o inglês) devem sistematicamente bloquear *pied-piping* como opção derivacional, em razão das “Condições de Economia” do Sistema Computacional, especialmente o princípio Move F (formulado por Chomsky, 1995).”.

celtas quanto o hebraico e algumas variedades de árabe possuem relativas em que se faz uso de resumptivos, geralmente na forma de preposições flexionadas. Mais uma vez, nenhuma dessas línguas admite *P-stranding*. Especificamente em relação ao PB, haveria duas alternativas ao *pied-piping* para os equivalentes das orações em (27), quais sejam:

- (29) a. Esta é [a [CP [DP casa<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]]<sub>k</sub> [CP C [LD t<sub>k</sub> [TP o João estacionou **em frente de** pro<sub>k</sub> ]]]]]  
 b. Este é [o [CP [DP homem<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]]<sub>k</sub> [CP C [LD t<sub>k</sub> [TP a Maria se sentou **ao lado de** pro<sub>k</sub> ]]]]]
- (30) a. Esta é [a [CP [DP casa<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]]<sub>k</sub> [CP C [LD t<sub>k</sub> [TP o João estacionou **em frente dela**<sub>k</sub> ]]]]]  
 b. Este é [o [CP [DP homem<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]]<sub>k</sub> [CP C [LD t<sub>k</sub> [TP a Maria se sentou **ao lado dele**<sub>k</sub> ]]]]]

O francês é outra língua românica que faz uso das relativas cortadoras, chamadas comumente no francês de absorção. De acordo com o estudo conduzido por Zentz & Dion (2011), ao contrário do *P-orphaning*, a grande maioria dos casos de absorção de preposições no francês se dá com preposições “fracas”, especialmente *de* e *à*, as quais, como já visto, não sofrem *orphaning*. Os autores ainda concluem que, diferentemente do que ocorre nos casos de *P-orphaning* (preposições lexicais) e absorção (preposições funcionais), a carga semântica da preposição não tem nenhum efeito sobre o *pied-piping*. No PB, ocorre exatamente o mesmo. Preposições semanticamente ricas, como *sem*, *contra* e *sobre*, podem ser isoladas e são raramente “cortadas” — *sem*, por exemplo, nunca é. Por outro lado, preposições ditas semanticamente fracas, como *de*, *a* e *em*, são comumente apagadas e nunca podem ser produzidas sem um complemento expresso adjacente. No entanto, qualquer uma dessas preposições pode sofrer *pied-piping* no PB. Ora, diante de tal cenário, infere-se que o *pied-piping* está disponível a todas as preposições, mas, devido ao seu alto custo operacional, diferentes alternativas se aplicam: *P-stranding* ou, nas línguas que não o admitem, estratégias cortadoras ou resumptivas, bem como *P-orphaning*.

Curiosamente, no francês, ocorre algo semelhante ao PB também no que concerne às preposições complexas. Zribi-Hertz (1984) atesta que todas as preposições complexas da forma X + *de* perdem o *de* final quando usadas como preposições órfãs. Considerem-se os exemplos abaixo:

- (31) a. La pelouse, des enfant couraient autour (*\*de*).  
b. 'O gramado, as crianças corriam em torno/ao redor ?(dele).'

(Therrien, 2023, p. 60)

Já a variante do francês norte-americano de LaFontaine, que apresenta *P-stranding* e até mesmo pseudopassivas (Therrien, 2023), se comporta da mesma forma que o inglês, não podendo a preposição *de* ser deletada. Observe-se a seguinte construção interrogativa :

- (32) Qui est-ce que tu penses qu'elle s'est assise à côté *de* hier soir?  
'(De) quem você acha que ele sentou ao lado ~~de~~ ontem à noite'

(Therrien, 2023, p. 60)

Em vista das evidências apresentados acima, é razoável supor que, em inglês, em que há inquestionavelmente *P-stranding*, a preposição deve estar presente para que o complemento DP tenha Caso valorado e a derivação não fracasse. Há inclusive evidência em favor de postular que o Caso valorado nesta situação seja estrutural. Segundo Matsumoto (2013):

A mudança na separação de preposições que ocorreu no inglês médio está intimamente relacionada à perda da atribuição de Caso inerente pelas preposições. (...) Também se argumenta que a mudança histórica da separação de preposições que ocorreu no inglês médio pode ser atribuída à mudança do status categorial dos sintagmas preposicionais, que estava intimamente relacionada à perda da atribuição de caso inerente pelas preposições. (...) Existem dois fatores que contribuíram para o desenvolvimento histórico de *P-stranding* no inglês médio. Um é que os valores do Parâmetro Núcleo-Complemento tornaram-se [núcleo-inicial] em VP e PP, incluindo-se o caso de PP com objetos pronominais. O outro é a mudança na atribuição de Caso por P. De acordo com van Kemenade (1987), P atribuía Caso inerente no inglês antigo, enquanto V e P passaram a atribuir o mesmo tipo de Caso no inglês médio, ou seja, Caso acusativo estrutural. Este artigo considera que P atribui Caso acusativo da mesma forma que V a partir do inglês médio: os sintagmas

preposicionais têm a seguinte estrutura paralela a v\*P, conforme esquematizado em [pP p [PP P NP]] (Matsumoto, 2013, tradução nossa<sup>153</sup>):

Diante de tudo que foi discutido, repetimos, com algumas alterações, as duas hipóteses mencionadas na seção 4.2:

(i) não há P-stranding no PB, ou seja, as preposições desacompanhadas são casos de *P-orphaning*, em que elas selecionam um resumptivo nulo *pro*. Segundo essa hipótese, então, tanto as estruturas em (2)-(4) quanto as orações relativas envolvem a seleção de um resumptivo nulo *pro* pela preposição.

(ii) o PB admite tanto *P-orphaning* quanto *P-stranding*, a depender do tipo de estrutura. Nas construções em (2)-(4), trata-se de *P-orphaning*. Nas orações relativas, ocorre *P-stranding*.

Como já foi demonstrado neste capítulo, há muitas razões para postularmos que a lacuna seguinte às preposições *sem*, *contra* e *sobre* não constitui uma cópia, mas sim um pronome resumptivo nulo *pro*. Com base nisso, e considerando que assumimos, pelas razões já explicitadas na seção 4.4, a proposta de deslocamento à esquerda de Kato & Nunes (2009) para derivação das relativas, adotaremos a primeira hipótese, a qual, além de tudo, tem a vantagem de unificar diferentes estruturas sob um único fenômeno, tal como (Poplack, Zentz & Dion, 2011) e Kaiser (2012) defendem para as preposições do francês.

---

<sup>153</sup> No original: The change in preposition stranding that happened in Middle English is shown to be closely related to the loss of inherent Case assignment by prepositions. (...) It is also argued that the historical change of preposition stranding which happened in ME [Middle English] can be attributed to the change of the categorial status of prepositional phrases, which was closely related to the loss of inherent Case assignment by prepositions (...) There are two factors which contributed to the historical development of preposition stranding in ME. One is that the Head-Complement Parameter values became [head-initial] in VP and PP, including the case of PP with pronominal objects. The other is the change of Case assignment by P. According to van Kemenade (1987), P assigned inherent Case in OE [Old English], while V and P came to assign the same kind of Case in ME, i.e. structural accusative Case. This paper takes it to mean that P assigns accusative Case in the same way as V does from ME onwards: prepositional phrases have the following structure parallel to v\*P, as schematized in [pP p [PP P NP]]

## 4.7 Preposições desacompanhadas no português do Brasil: análises possíveis

Nesta seção, apresentaremos três hipóteses que buscam explicar o fenômeno das preposições desacompanhadas no português brasileiro (PB). Essas hipóteses examinam não apenas o comportamento das preposições desacompanhadas, mas também o que ocorre especificamente com as preposições em orações relativas cortadoras e resumptivas. Com a descrição dessas análises teóricas, pretendemos destacar algumas particularidades do uso das preposições no PB e os fatores linguísticos que contribuem para diferentes construções sintáticas com preposições.

Esta seção será organizada em três subseções. Na primeira subseção, exploraremos a análise das preposições como marcadoras de Caso inerente, proposta por Nunes (2008), Kato & Nunes (2009) e Kato (2010). A segunda subseção tratará das hipótese apresentada por Lacerda (2013, 2017), que considera que preposições são fases. Por fim, destacaremos a hipótese [P+D], proposta nesta dissertação e baseada, em grande medida, na análise de Salles (2007).

### 4.7.1 Preposições marcadoras de Caso inerente

Respaldados na premissa exposta na seção anterior, apresentaremos, nesta seção, de maneira breve, algumas análises possíveis para dar conta das preposições desacompanhadas do PB. Com algumas ressalvas, adotaremos a hipótese [P+D], baseada no trabalho de Salles (1997, 2001), pois tal hipótese, não obstante algumas questões em aberto, resiste ao escrutínio de uma comparação translinguística e é capaz de unificar diferentes construções do PB sob uma operação básica: a incorporação de D em P — ou, dadas as razões que suscitaremos, em *p*.

Nunes (2008) e Kato & Nunes (2009) propõem que preposições como *de*, *a*, *em* etc. são apenas realizadoras de Caso inerente e, portanto, podem ser “cortadas” ou omitidas — o que gera as orações relativas cortadoras, por exemplo. Os autores assumem, ainda, que alguns verbos, como *precisar* e *gostar*, atribuem Caso inerente, enquanto outros, como *rir*, não o fazem, o que é esperado, dada a relação entre Caso inerente e seleção lexical/temática. Ademais, Kato & Nunes (2009) sugerem que a realização de Caso inerente está sujeita à Condição de Último Recurso (*Last Resort*) e que, por isso, as preposições realizadoras de Caso só serão pronunciadas quando

acompanhadas de um complemento também dotado de traços fonológicos. Considerem-se, por exemplo, as sentenças a seguir, retiradas de Nunes (2008, p. 142):

- (33) a. O João gosta **\*(d)**a Maria.  
b. O João riu **\*(d)**a Maria.
- (34) a. \*Quem o João gosta **de**?  
b. \*Quem o João riu **de**?
- (35) a. **(De)** quem o João gosta (*pro*)?  
b. O João gosta **\*(de)** quem?
- (36) a. **\*(De)** quem o João riu?  
b. O João riu **\*(de)** quem?

Primeiramente, a respeito de (35a), em que a preposição *de* pode ou não ser pronunciada, de acordo com Nunes (2008) e Kato & Nunes (2009), não é que a preposição seja opcional e possa ser apagada nessas orações. Os autores afirmam que, na verdade, o que é ocorre é que se trata de caminhos derivacionais distintos. A versão em que a preposição está presente é derivada por meio de movimento-A', havendo *pied-piping* do PP *de quem*. Já na versão sem a preposição, acontece o mesmo caminho que se dá na formação de orações relativas cortadoras: tanto a expressão-Wh quanto o pronome o pronome resumptivo — nesse caso, os autores assumem a existência de *pro* — são gerados na base e estabelecem uma relação de correferência, como mostrado em (37) a seguir.

- (37) a. [[de quem]<sub>i</sub> que o João gosta t<sub>i</sub>]?  
b. [quem<sub>i</sub> que o João gosta *pro*]? (Nunes, 2008, p. 144)

De acordo com Nunes (2008), a hipótese acima descrita possui como evidência o fato de que somente a versão com a preposição está sujeita a efeitos de ilha:

- (38) a. **\*[[De que autor]<sub>i</sub> que você não encontrou uma só pessoa que gostasse t<sub>i</sub>]]?**

b. [[Que autor]<sub>i</sub> que você não encontrou uma só pessoa que gostasse *pro*]]?

(Nunes, 2008, p. 144)

Como (37a) e (38a) envolve movimento-A' das expressões-Wh e das preposições para fora de uma ilha sintática — da mesma forma que ocorre nas relativas padrão— as sentenças são agramaticais. Por outro lado, nas frases em (37b) (38b), *pro* sofre *Merge* em uma posição argumental e se torna correferente à expressão-Wh, que sofre *Merge* fora do TP, em LD, exatamente como nas relativas cortadoras e resumptivas

A respeito do apagamento da preposição em (37b) e (38b), Kato & Nunes (2009) postulam que, uma vez que a pronúncia da preposição é associada à Condição de Último Recurso, a preposição só é realizada em PF se seu complemento possuir traços fonológicos. Assim, segundo os autores, não é que *de* esteja ausente das sentenças em (37b) e (38b); ela apenas não é pronunciada, pois seu complemento é um pronome resumptivo nulo. O mesmo ocorre nas relativas não padrão, conforme mostrado a seguir:

(39) Este é o livro que você estava precisando **d**[*ele*<sub>k</sub>]/**de** [*pro*<sub>k</sub>].

Nessa frase, *precisar* atribui Caso ao pronome. Se este último é pronunciado, a preposição *de* também o é; se o pronome é nulo, a preposição não aparece, pois, conforme mencionado, sua pronúncia está sujeita à Condição de Último Recurso. Por fim, segundo Kato & Nunes, nessa construção, o DP *livro que* [que livro] recebe Caso *default* em LD, que, em PB, é nominativo.

Já no que se refere ao contraste entre as interrogativas em (35a) e (36a), Kato & Nunes alegam que ele é devido às propriedades idiossincráticas de alguns verbos. Segundo os autores, verbos como *gostar* e *precisar* atribuem Caso inerente, enquanto outros, como *rir*, não o fazem. Com base nessa premissa, eles argumentam que as preposições que podem ou não ser pronunciadas são aquelas que constituem meros marcadores de Caso inerente. Além disso, Kato & Nunes sugerem que *pro* somente é licenciado por verbos que atribuem Caso inerente, como *gostar*. Por isso, em (36a), a versão sem a preposição é agramatical, dado que *rir* não atribui Caso inerente e *pro* acaba não recebendo Caso (seja estrutural, seja inerente).

Como evidência para a hipótese de realização de Caso inerente, Nunes (2008) apresenta um exemplo em que a preposição *sem* ocorre desacompanhada, como nos casos estudados nesta dissertação:

- (40) a. O professor distribuiu [o material]<sub>i</sub>, mas eu fiquem *sem pro<sub>i</sub>*.  
b. Que cópia<sub>i</sub> que [os alunos que ficaram *sem pro<sub>i</sub>*] reclamaram?

(Nunes, 2008, p. 146)

Assim como nós concluímos nesta dissertação, embora de maneira independente e por outros motivos, Nunes afirma que as sentenças em (40) não envolvem *P-stranding*, mas sim um resumptivo nulo. Para o autor, a preposição *sem* se comporta de maneira excepcional na medida em que admite um argumento nulo, o que é corroborado por (40b), em que há uma ilha sintática.

Embora com muitas semelhanças à análise de Kato & Nunes (2009), Kato (2010) propõe uma hipótese que fornece uma explicação distinta para a não realização das preposições em relativas cortadoras, relativas resumptivas e interrogativas *D-linked*. Em relação às preposições marcadoras de Caso inerente, Kato (2010) afirma que elas são opcionais na numeração, diferentemente das chamadas “preposições reais”, que são sempre selecionadas. Por realizarem o Caso inerente, as preposições opcionais são sempre subcategorizadas pelo verbo — embora o contrário não seja verdadeiro —, logo, segundo Kato, preposições introdutoras de adjunto não podem ser omitidas. No entanto, uma vez presentes na numeração, ao contrário do que sugerem Kato & Nunes (2009), a preposição deve ser realizada.

De acordo com Kato (2010), em relação a preposições opcionais, há três tipos de derivações possíveis. Quando a preposição é selecionada na numeração, essa preposição pode sofrer *Merge* com o elemento interrogativo dentro do TP; após isso, o elemento interrogativo é extraído por relativização, havendo *pied-piping* da preposição (41a). Outra possibilidade ocorre quando um pronome resumptivo manifesto está presente na numeração. Nesse caso, a preposição seleciona o pronome, e não a expressão-Wh. Em seguida, um DP correferente ao pronome sofre *Merge* já em LD, onde recebe Caso *default*, e a extração ocorre a partir desta posição, para Spec-CP. Por fim, quando a preposição não é selecionada na

numeração, o complemento DP deve mover-se para TopP, onde recebe Caso *default*, que, no PB, é nominativo. A extração então ocorre desde a posição TopP.

- (41) a. [DP o autor [CP *com* quem<sub>i</sub> [IP eu falei t<sub>i</sub> ]]]  
 b. [DP o autor [CP que<sub>i</sub> [LD t<sub>i</sub>.default nom [eu falei *com* ele<sub>i</sub>]]]  
 c. [DP o autor [CP que<sub>i</sub> [TopP t<sub>i</sub>.default nom [eu falei [DP t<sub>i</sub> ]]]] (Kato, 2010, p. 181)

Por fim, Kato (2010) estende a análise das relativas para as interrogativas *D-linked*. Segundo a autora, ao contrário do que afirmam Nunes (2008) e Kato & Nunes (2009), uma preposição que pode ser “omitida” é opcional na numeração. Isso ocorre porque expressões-Wh em perguntas *D-linked* sofrem *Merge* diretamente em LD, de onde elas se movem para CP, como exemplificado em (43). Assim como nas relativas, na posição LD, a expressão-Wh *D-linked* recebe Caso nominativo *default*.

- (42) a. (*Com*) que faça (*que*) você cortou o queijo?  
 b. \*(*Com*) o que (*que*) você cortou o queijo?
- (43) a. [LD [que faça+default case]<sub>i</sub> [IP você cortou o queijo ~~com que faça~~]]  
 b. [CP [que faça+default case]<sub>i</sub> que [LD t<sub>i</sub> [IP você cortou o queijo ~~com que faça~~]]]  
 (Kato, 2010, p.179)

Em contrapartida, em interrogativas não *D-linked*, a expressão-Wh é inserida como complemento da preposição, e não em LD. Por isso, a palavra-Wh, nesses tipos de construções, recebe Caso da preposição na posição argumental, sendo então movida diretamente para Spec-CP por movimento-A'.

- (44) a. [LD você cortou o queijo com que +inherent case]  
 b. [CP Com que+inherent case [que [IP você cortou o queijo]]] (Kato, 2010, p. 179)

Feita a ressalva em relação às diferenças entre as propostas de Kato & Nunes (2009) e Kato (2008), ambas as propostas assumem, com base em Ferreira (2000), que as interrogativas *D-linked*, isto é, com elementos referenciais ligados ao discurso, são formadas da mesma forma

que as relativas cortadoras e resumptivas, ou seja, a partir da estrutura de deslocamento à esquerda LD, em que a expressão-Wh é coindexada com um *pro* interno à oração relativa. Segundo Ferreira (2000, p.78), “um resumptivo nulo deve estar disponível tanto para estruturas de topicalização quanto para interrogativas com o sintagma-Wh deslocado, uma vez que não encontramos efeitos de ilha nestas construções”. Considerem-se os exemplos a seguir, retirados de (Ferreira, 2000, p.78):

- (45) a. Esse livro<sub>i</sub>, você me disse que conhece a pessoa que escreveu *pro*<sub>i</sub>?  
b. Que livro<sub>i</sub> você me disse que conhece a pessoa que escreveu *pro*<sub>i</sub>?  
c. Que livro<sub>i</sub> você me disse que conhece a pessoa que escreveu *ele*<sub>i</sub>?

Ferreira aponta que a similaridade entre (45a) e (45b)/(45c) não é uma mera coincidência, mas se deve ao fato de que a derivação em (45b)/(45c) “passa por um estágio no qual a expressão-Wh é inserida no especificador de TopP, movendo-se em seguida para a projeção que abriga os elementos-Wh, FocP de acordo com Rizzi” (Ferreira, 2000, p.78). Para uma melhor visualização, considere-se a representação em (46), que descreve a derivação da interrogativa em (45b):

- (46) [<sub>FocP</sub> Que livro<sub>i</sub> [<sub>TopP</sub> *ti* [<sub>TP</sub> você me disse que conhece a pessoa que escreveu *pro*<sub>i</sub>]]].

(Ferreira, 2000, p.78)

O autor ainda destaca que, embora estruturas *D-linked* como as em (45b) e (45c) não sejam sensíveis a efeitos de ilha, o mesmo não ocorreria caso o sintagma *que livro* fosse substituído por um pronome interrogativo não *D-linked* ou agressivamente não *D-linked*:

- (47) a. \*O que você me disse que conhece a pessoa que escreveu?  
b. \*Que diabo você me disse que conhece a pessoa que escreveu?

(Ferreira, 2000, p.79)

Por fim, apesar de explicarem uma boa parte das construções investigadas, as propostas de Nunes (2008), Kato & Nunes (2009) e Kato (2010) apresentam algumas questões que

precisam ser resolvidas. Primeiramente, considerem-se as duas possibilidades para frases em (35a), representadas abaixo em (48a) e (48b), respectivamente:

- (48) a. [De quem]<sub>i</sub> o João gosta t<sub>i</sub>?  
b. [Quem]<sub>i</sub> o João gosta *pro*<sub>i</sub>?

De acordo com Nunes (2008), as estruturas não *D-linked* acima são derivadas de modos distintos, sendo a primeira gerada por *pied-piping*, e a segunda, por deslocamento à esquerda e a inserção de um pronome gerado na base. Em relação a (48b), se assumirmos tal derivação, o pronome-Wh *quem* precisaria receber Caso *default* em LD. No entanto, como Kato (2010) sugere, diferentemente das perguntas *D-linked*, as interrogativas não *D-linked* não recebem Caso *default* justamente por não serem posicionadas em LD. Segundo a autora (Kato 2010, p. 179):

Interrogativas *D-linked* podem ocorrer sem preposição, enquanto interrogativas não *D-linked* não podem, porque a expressão *D-linked* sofre Merge como um constituinte deslocado à esquerda (Left Dislocated, LD), movendo-se em seguida para CP (...). Na posição mais baixa de LD, o constituinte-Wh *D-linked* pode receber caso nominativo *default*: [Com que faça você cortou o queijo?]. (...) Como as expressões não *D-linked* não estão posicionadas em LD, elas requerem que o caso seja atribuído em posição-A pela preposição, para que haja movimento-Wh para CP diretamente (...): \*O que você cortou o queijo (Kato 2010, p.179, tradução nossa<sup>154</sup>).

Em segundo lugar, conquanto Kato & Nunes (2009) aleguem a agramaticalidade do verbo *rir* com *pro*, ao menos em relativas, atestam-se várias produções por falantes nativos de PB, como evidenciado nas frases abaixo, retiradas do Twitter:

- (49) a. O tipo de coisa que eu rio!  
b. É uma parada que eu rio verdadeiramente.  
c. Eu me fazendo de songa monga quando cancelam algo que eu ri, mas tudo tem limite.  
d. Um filme que eu rio sempre: vizinhos.

---

<sup>154</sup> D-linked questions can be preposition-less while non D-linked questions cannot because the D-linked expression merges as a Left Dislocated constituent (LD), after which it moves to CP(...) In the lower LD position, the D-linked *wh*-constituent can get “default” nominative case: [Com que faça você cortou o queijo?]. (...)As non-D-linked expressions are not LD positioned, they require case to be as- signed in A-position by the preposition in order to have *wh*-movement to CP directly (...): \*O que você cortou o queijo.

Se as relativas também envolvem *pro*, assim como interrogativas, e, segundo Nunes (2008), *pro* somente é licenciado por verbos que atribuem Caso inerente, o que não ocorre com *rir* (ver (36a)), por que *rir* pode aparecer em relativas cortadoras, mas não em interrogativas não *D-linked*? Curiosamente, *rir* também pode aparecer em perguntas *D-linked*, como *Que filme você morre de rir?*<sup>155</sup>. Diante disso, ou *rir* licencia *pro*, ou as interrogativas não *D-linked* não podem ser geradas por LD e pela inserção de um *pro*, como Nunes (2008) propõe para (48b).

Por fim, Kato (2010) assume que as preposições que podem ser “cortadas” são na verdade preposições opcionais na numeração. A autora postula, ainda, que essas preposições somente são opcionais quando subcategorizadas por verbos, e não quando introduzem adjuntos. No entanto, talvez por razões regionais, os exemplos com adjuntos apresentados pela autora em seu texto e julgados agramaticais parecem ser perfeitamente possíveis:

- (50) a. A moça que ele vai casar.  
b. O mendigo que o Pedro comprou um sanduiche. (ambíguo entre *comprar de* ou *comprar para*, mas gramatical).  
c. A faca que eu comi o pão.

#### 4.7.2 Preposições como fases

Lacerda (2013, 2017), com foco nas preposições complexas (locuções prepositivas, como *em cima de*, *ao lado de* etc.) e na preposição *contra*, assume, seguindo Abels (2003, 2012) e Boskovic (2012, 2014), que todas as preposições em PB (e em inglês, conforme Abels, 2012) são fases e que somente as preposições ditas complexas e preposições em situações de contraste discursivo — como ocorre com *contra*, em alguns casos — admitem *stranding*. De acordo com o autor, isso se deve ao fato de que essas preposições possuem uma estrutura mais rica, o que permite que o DP seja alçado ao especificador da fase  $\alpha$  sem ferir a Restrição de Antilocalidade. Assim, Lacerda (2017) sugere que dois grupos de preposições admitem *stranding* em PB:

---

<sup>155</sup> Além disso, outros verbos apresentam o mesmo comportamento: *Quem o João competiu* pode ser agramatical, mas *Os jogadores que eu competi no torneio eram muito bons* parece gramatical.

(51) **Preposições complexas:**

- a. A Maria já voou *por cima de* que oceano?
- b. *Por cima de* que oceano a Maria já voou?
- c. Que oceano<sub>i</sub> a Maria já voou *por cima* t<sub>i</sub> ?

(52) **Preposições em contraste:**

Interlocutor A: O senado se posicionou a favor do projeto de lei 171.

Interlocutor B: Qual projeto de lei<sub>i</sub> o senado se posicionou *contra* t<sub>i</sub> ?

Ainda segundo Lacerda, evidência de que as preposições desacompanhadas em PB são casos de *P-stranding* deriva do fato de que elas não podem ocorrer em ilhas:<sup>156</sup>

- (53) a. ??Que oceano<sub>i</sub> o João perguntou [ quando a Maria voou por cima t<sub>i</sub> ] ?
  - b. \*Qual projeto de lei<sub>i</sub> os estudantes entraram em greve [ depois que o senado se posicionou **contra** t<sub>i</sub> ] ?
- (Lacerda, 2017)

Além disso, com base em Nunes (2008), Lacerda assume que algumas preposições, como *de*, são marcadoras de Caso inerente (*Kase Phrases* — KP). Considerem-se as estruturas a seguir, retiradas de Lacerda (2017):

- (54) a. If *de* não está presente da estrutura
- Que caixa<sub>i</sub> ... [PP dentro t<sub>i</sub>] Violação da Condição de Impenetrabilidade da Fase
- Que caixa<sub>i</sub> ... [PP t<sub>i</sub> [P' dentro t<sub>i</sub>]] Violação da Restrição de Antilocalidade
- b. *De* deve estar presente na estrutura:
- Que caixa<sub>i</sub> ... [PP t<sub>i</sub> dentro [KP K t<sub>i</sub>]] Extração possível

(55) **Marcação sintática de foco e contraste:**

---

<sup>156</sup> As estruturas em (53) são interrogativas *D-linked*. Nós não adotaremos a hipótese de Lacerda, entre outras razões, porque nos parece haver evidência para assumir que essas estruturas não são derivadas por movimento. Como já mostramos, com exemplos de redes sociais e de outros trabalhos (Alexandre, 2000; Ferreira, 2000; Nunes, 2008, Kato & Nunes 2009, Kato, 2010), falantes do PB aceitam interrogativas *D-linked* em contextos de ilhas. O próprio exemplo trazido por Lacerda em (53b) foi submetido ao julgamento de alguns falantes e aceito pela maioria deles. Por isso, assumimos que essa diferença em aceitabilidade talvez se deva a alguma variabilidade dialetal.

??O que<sub>i</sub> o Senado se posicionou *contra* t<sub>i</sub>? (sem contraste)

Com base nessas premissas, Lacerda argumenta que *contra* somente pode sofrer *stranding* quando há marcação de foco e contraste na preposição (ver (52)), o que representa uma projeção extra acima do PP, permitindo a extração do complemento preposicional sem violar a Condição de Impenetrabilidade da Fase ou a Restrição de Antilocalidade (Lacerda, 2017). Dessa maneira, *stranding* seria possível quando *contra* apresentasse a estrutura em (56c) abaixo (Lacerda, 2017):

- (56) A estrutura do PP de *contra*:
- a. [PP *contra* [DP ] ] (*stranding* não seria permitido)
  - b. [XP X [PP *contra* [DP ] ] ] (*stranding* seria permitido, X expressa contraste)

No entanto ao contrário de *contra*, *sem* não necessita de contraste para ser isolada, como o próprio autor destaca no exemplo abaixo (Lacerda, 2017):

- (57) [O que ele ficou *sem*?] favorece uma decomposição estrutural de *sem*: [not [*with* [DP ] ] ]

Como uma possível explicação, Lacerda sugere que *sem* poderia projetar uma camada extra, na forma de uma decomposição [not [*with* [DP]]]. Contudo, embora possível, tal análise ainda necessita de alguma evidência empírica, pois, do contrário, constituiria uma hipótese estipulativa baseada na etimologia e na composição de *without*, do inglês.

Uma vantagem de adotarmos a hipótese de Lacerda de que todas as preposições do PB são fases é a de que, dessa maneira, poderíamos assumir que *sem* e *contra* aparecem em interrogativas não *D-linked* justamente porque elas permitem *stranding*, ao contrário de *sobre*, que, embora seja a preposição que tenha aparecido com maior frequência em contextos de isolamento, não foi encontrada em interrogativas. No entanto, alguns fatores nos impedem, por ora, de adotar essa proposta.

Em primeiro lugar, o *stranding* da preposição *contra* não parece estar limitado a situações em que há um contraste contextual. Na verdade, a ideia de contraste já é algo inerente à própria

preposição contra. Em uma frase como *Que time vocês jogaram contra ontem?*, não há necessidade de algo anterior com o qual a sentença deva ser contrastada.

Além disso, para propormos, como Lacerda (2017), que todas as preposições do PB são fases, há algumas questões que antes precisam estar mais claras. Como mostraremos na próxima seção, na hipótese [P+D], adotada neste trabalho, assumimos que as preposições possuem um conjunto de traços- $\phi$  e estabelecem *Agree* com o determinante. Na proposta de fases (Chomsky, 2001, 2004), a origem dos traços não interpretáveis são as fases, logo, se as preposições possuem traços não interpretáveis, só há duas possibilidades: (i) ou  $p$  é uma fase, (ii) ou  $p$  herdou esses traços de uma fase que o  $c$ -comanda (*Feature Inheritance*) — nesses termos, é também possível assumir que  $p$  não seja uma fase e herde seus traços- $\phi$  de  $v$ . Ademais, embora a mera natureza de núcleo funcional não implique a constituição de uma fase, a qualidade de categorial funcional é uma condição *sine qua non* para que um determinado núcleo seja uma fase no sentido tradicional.

No entanto, se, como Lacerda afirma, todas as preposições são fases, incluindo-se as lexicais, ao menos estas devem obrigatoriamente ser o complemento de uma projeção funcional (como  $p$ ). Em outras palavras, se todas as preposições do PB são fases, todas devem, necessariamente, projetar uma camada funcional. Ocorre que, como já discutido, assumimos que existem preposições lexicais no PB, logo, ao menos essas preposições devem possuir, além de uma projeção funcional (ao qual podemos chamar  $pP$ ), uma projeção lexical ( $PP$ ). Ora, se há duas projeções, já há material suficiente para que o complemento de  $P$  possa escapar pelo especificador de  $p$  (a fase) sem ferir a Restrição de Antilocalidade e a Condição de Impenetrabilidade da Fase. Dito de outro modo, se todas as preposições são fases, e as preposições lexicais possuem uma camada  $PP$  – pois, do contrário seriam funcionais –, conclui-se que todas as preposições lexicais deveriam admitir *stranding*. Contudo, esse não é o caso, pois *sobre* não pode ser isolada em interrogativas não *D-linked*, e outras preposições lexicais nunca aparecem desacompanhadas. Portanto, é possível que alguma propriedade inerente às preposições *sem* e *contra*, como um traço EPP, seja responsável por elas admitirem *stranding* em interrogativas não *D-linked*; não nos parece, porém, que o simples fato de possuir uma projeção

extra que permita ao DP escapar de uma fase sem violar a Restrição de Antilocalidade seja suficiente para que uma preposição licencie *stranding*.

### 4.7.3 Hipótese [P+D]

No inglês e nas línguas escandinavas, em casos de *P-stranding*, o complemento da preposição tem seus traços de Caso valorados em posição argumental, antes de ser alçado para Spec-CP — podendo passar por um nível *pP*, a fim de não violar a Restrição de Antilocalidade, se considerarmos que PPs sejam fases, como o faz Abels (2012). A título de ilustração considerem-se as sentenças em (58), nas quais o traço de Caso do DP é valorado por P (ou *p*, a depender da análise), e este é movido para fora do PP (ou *pP*).

- (58) a. This is the house [<sub>CP</sub> OP<sub>i</sub> that John parked *in front of* t<sub>i</sub> ]]  
b. This is the man [<sub>CP</sub> who<sub>i</sub> [<sub>C</sub> Ø Mary sat *next to* t<sub>i</sub> ]]

Conforme já discutido no capítulo anterior, segundo Salles (1997), nas línguas românicas, há a formação do núcleo complexo [P+D] na sintaxe. A autora trata essa formação como uma opção paramétrica, associada às línguas que não admitem *P-stranding* e nas quais, segundo a autora, é obrigatório o *pied-piping*. Assim, a contração entre a preposição P e o determinante D é um correlato, no nível morfofonológico, da formação do núcleo [P+D] na sintaxe.

Estendendo a hipótese de Salles para as relativas cortadoras e resumptivas, e levando em conta a classificação das preposições feita no Capítulo 2, propomos que as preposições funcionais em PB, as quais podem se contrair com um determinante, possuem um conjunto de traços-φ e concordam (*Agree*) com o determinante, valorando seus traços-φ e o traço de Caso do determinante — que, no caso das relativas não padrão (resumptiva e cortadora) e interrogativas *D-linked*, é um pronome resumptivo. Ao mesmo tempo, essas preposições, fonologicamente fracas e dependentes, formam um núcleo complexo [P+D] com o determinante. Por P e D serem núcleos funcionais, o movimento de D para P não contraria a generalização *Proper Head*

*Movement*<sup>157</sup>, que proíbe movimento de um núcleo funcional para um núcleo lexical, nem a restrição denominada *Head Movement Constraint*<sup>158</sup>, segundo a qual movimento de núcleo somente é possível entre um núcleo X e o núcleo do complemento de X. Por outro lado, no que se refere às preposições lexicais, entre as quais se incluem *sem*, *contra* e *sobre*, elas também possuem um conjunto de traços- $\phi$  e realizem *Agree* com D, mas não formam com este um núcleo complexo [P+D] na sintaxe. Parte da evidência para essa hipótese advém do fato de que essas preposições nunca se contraem com um determinante.

Diante do que foi exposto acima, apresentamos, a título de ilustração, as derivações das sentenças abaixo:

- (59) a. Este é o livro que o aluno precisa  $\emptyset$  / dele.  
 b. Este é [o [CP [DP livro<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]]]<sub>k</sub> [CP C [LD t<sub>k</sub> [IP o aluno precisa **pro**<sub>k</sub> / **dele**<sub>k</sub> ]]]]

---

<sup>157</sup> Baker (2003, p. 306) define *Proper Head Movement Generalization* da seguinte maneira:

**The Proper Head Movement Generalization (PHMG)**

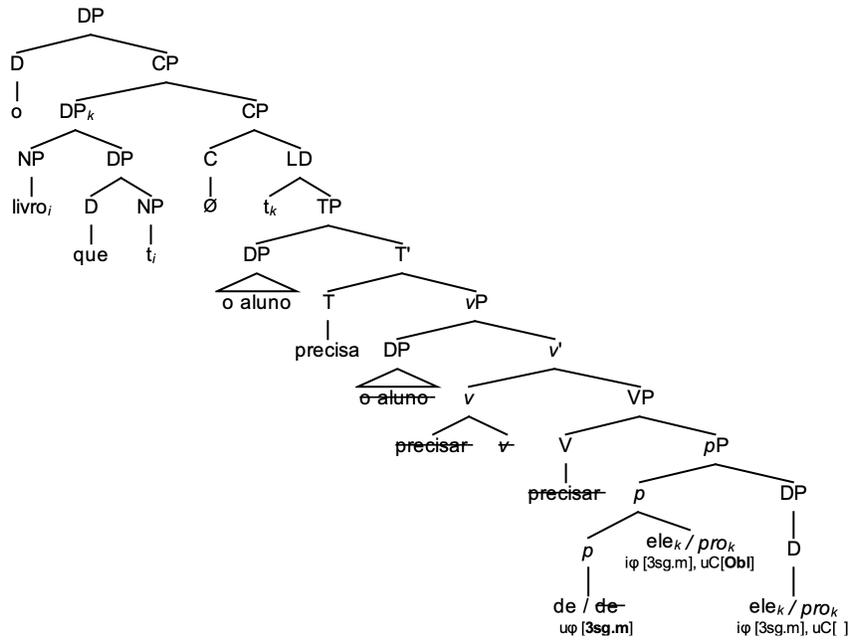
*It is impossible to move from a functional category into a lexical category.*

Baker ainda afirma: *for example, nouns can incorporate into verbs in a variety of languages, but always as bare roots; they never carry morphemes that mark definiteness, number, or case – morphemes that they might have picked up by moving through functional categories on their way to the verb. Similarly, verbs can incorporate into other verbs, but in almost all instances they do so without bringing along any tense marking, agreement, or complementizing morphology.*

<sup>158</sup> Baker (2003, p. 49) define *Head Movement Constraint* como:

*A word-level category X can move to adjoin to another word-level category Y only if the phrase headed by X is immediately dominated by a projection of Y.*

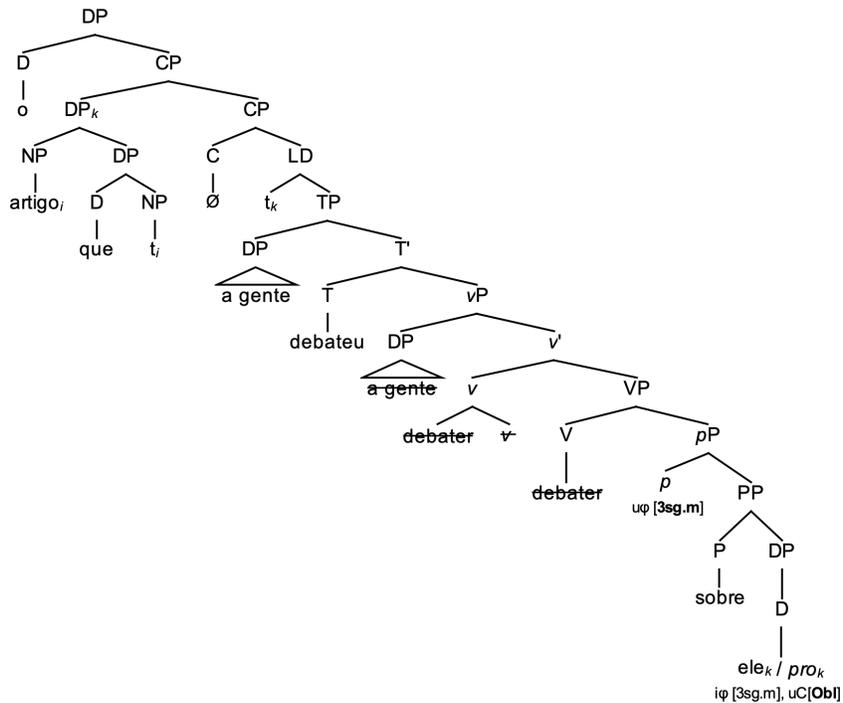
c.



(60) a. Este é o artigo que a gente debateu sobre ∅ / ele.

b. Este é [o [CP [DP artigo<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]]]<sub>k</sub> [CP C [LD t<sub>k</sub> [IP a gente debateu sobre **pro<sub>k</sub>** / **ele<sub>k</sub>** ]]]]

c.



Em (59), a preposição funcional *de* forma um núcleo complexo com o pronome. Por causa disso, ou ambos são pronunciados em PF, ou ambos são apagados. Isso dependerá dos traços fonológicos do pronome. Se o pronome for um resumptivo realizado em PF, como *ele*, o núcleo [de+ele] é pronunciado como *dele*, o que gera as relativas resumptivas. Se o pronome for nulo, isto é, um *pro*, tudo deve ser apagado, inclusive a preposição, uma vez que *de* e *pro* formam um núcleo complexo [de+*pro*] — esse é o caso das relativas cortadoras. Em (60), *p* também é dotado de traços não interpretáveis e valora o caso do pronome em uma relação de *Agree*. No entanto, neste caso, entre *p* e D há um núcleo lexical, qual seja P (*sobre*). Conforme *Head Movement Constraint*, movimento de núcleo só é possível entre um núcleo e o complemento desse núcleo. Assim, D teria que se amalgamar primeiro com P para, então, ser adjungido a *p*. No entanto, de acordo com a generalização *Proper Head Movement*, não é possível que um núcleo funcional seja adjungido a um núcleo lexical, portanto, D não poderia juntar-se a P. *Agree* é realizado, mas não se forma o núcleo P+D — o que é evidenciado pelo fato de que *sobre* não se contrai com determinante. Logo, o pronome pode ser apagado em PF, ainda que a preposição não o seja.

A hipótese [P+D] também dá conta de explicar o que causa a diferença entre a frase em (28a), do inglês, e as frases em (29a) e (30a), do PB, as quais repetimos a seguir.

- (61) a. This is the house [CP OP<sub>i</sub> that John parked *in front of* t<sub>i</sub> ]  
 b. Esta é [a [CP [DP casa<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]]]<sub>k</sub> [CP C [LD t<sub>k</sub> [TP o João estacionou *em frente de* *pro*<sub>k</sub> / *delak*]]]]]

Em (61a), há *P-stranding* e, portanto, movimento para fora do PP. Como já explicado nesta seção, em inglês, o complemento da preposição precisa ter seus traços de Caso valorados na posição argumental. Uma vez que preposição e o determinante não se incorporam, e não há pronomes resumptivos, depois que o DP recebeu Caso, ele pode ser alçado para Spec-CP. Ao contrário do PB, na sentença em inglês, a preposição *of* não pode ser apagada, pois a sentença *This is the house that John parked in front* seria agramatical. Em (61b), por outro lado, de acordo com a hipótese proposta nesta seção, baseada em Salles (1997, 2001), ocorreria o mesmo que o já descrito para (59). *De* unir-se-ia ao pronome resumptivo, e não ao pronome relativo — este

último é inserido em LD. *De* então formaria um núcleo complexo com o *pro*, na relativas cortadora, ou com *ela*, na relativa resumptiva.

Nota-se, portanto, que o PB e o inglês se comportam de maneira diametralmente oposta. Enquanto, no PB, *P-stranding* não é possível, mas a preposição pode ser pronunciada ou apagada juntamente com o resumptivo, no inglês ocorre o contrário: *P-stranding* é possível, porém a preposição não pode ser apagada e não há uso de resumptivos. Mais uma vez, ressaltamos que, nesses casos, adotamos a hipótese de antinaturalidade do *pied-piping* de Kenedy para as relativas e assumimos que todas essas alternativas são estratégias que as línguas detêm para evitar o *pied-piping*.

Ademais, especificamente em relação aos casos de locuções prepositivas<sup>159</sup> (*em frente de*, *em cima de* etc.), defendemos que não há *stranding* da preposição lexical, como *frente* em (61b), pois, à luz da hipótese [P+D], preposições desse tipo selecionam uma preposição funcional. Assim, não se trata de *stranding* porque não há extração de nenhum complemento da preposição.

Uma vantagem dessa proposta é que ela unifica os casos de preposições desacompanhadas nas relativas e aqueles em que *sem*, *contra* e *sobre* aparecem em tópicos, orações absolutas e orações coordenadas, como nas sentenças em (2), (3) e (4). Isso nos permite entender por que as preposições desacompanhadas em todas essas construções são sempre as mesmas, o que não seria esperado, em um primeiro momento, caso se tratasse de fenômenos distintos (um com movimento-A', e o outro, sem). Elas são as mesmas porque os constituintes e a derivação em PP são os mesmos: todas as estruturas com preposições desacompanhadas

---

<sup>159</sup> Se assumirmos que existem preposições (como *sobre* e *sem*) lexicais e preposições funcionais ou marcadores de Caso (*de*, *a*, *para*, *com* etc.), podemos propor uma estrutura para preposições complexas da seguinte forma:

**[<sub>PP</sub> P [<sub>PP</sub> P [<sub>KP</sub> K]]]**

em que *p* e *K* seriam sempre ocupados por núcleos funcionais como *de*, *a*, *com* etc. Uma manifestação máxima de tais projeções seriam preposições complexas como *em frente a*, *ao lado de* etc. Como dito, parte da evidência para classificar as preposições *a*, *de*, *com*, *em*, *para* como marcadores de caso/preposições funcionais provém do fato de que elas substituíram casos latinos e, portanto, afixos marcadores de caso (Epiphanyo Dias, 1912; Salles 1992); podem ser apagadas juntamente com o nome ou pronome que a seguem; podem sofrer contração, o que, segundo Kleppa (2010), é um das propriedades de elementos mais gramaticalizados; e, em várias ocasiões, introduzem complementos de um item lexical que o c-comanda. Nesse último caso, o valor semântico da preposição funcional emerge da combinação com o item lexical, razão pela qual esse valor não é restrito e específico, possuindo uma ampla distribuição sintática.

envolvem um pronome resumptivo (nulo ou não) e preposições lexicais, o que nos permite, por agora, postular a seguinte generalização<sup>160</sup> em relação ao PB:

- (62) Uma preposição  $\alpha$  só ocorrerá sem um complemento fonologicamente manifesto se  $\alpha$  for de natureza lexical.

A respeito das interrogativas *D-linked*, assumimos a hipótese de Ferreira (2000) e Kato & Nunes (2009) de que essas construções também podem ser geradas sem movimento-A', como exemplificado abaixo:

- (63) a. [Que amigo]<sub>i</sub> você disse que não não fala confia *pro*<sub>i</sub> / nele<sub>i</sub> mais?  
b. [Quais amigos]<sub>i</sub> você não vive *sem pro*<sub>i</sub> / eles<sub>i</sub>?

Em (63a), *que amigo* sofre Merge já em LD, de onde se move para spec-CP. Dentro do PP, a preposição *em* estabelece *Agree* com o resumptivo, o qual se incorpora a ela, havendo valoração dos traços- $\phi$  da preposição e do traço de Caso do pronome. Assim, ou *em* é apagada juntamente com *pro*, ou é pronunciada com o pronome *ele*. Em (63b), ocorre basicamente o mesmo processo. No entanto, a única diferença é que *sem*, por não se contrair com o pronome, pode ser pronunciada mesmo se o pronome presente na numeração for um resumptivo nulo. Por fim, consoante o que propõe Kato (2010), em ambas as sentenças, a expressão-Wh *que mesa* recebe Caso nominativo *default* em LD.

Apesar das vantagens que a proposta [P+D] oferece, ela também apresenta algumas questões que carecem de esclarecimento. Em primeiro lugar, como discutido, se assumirmos a análise LD para as relativas e interrogativas *D-linked*, bem como a hipótese [P+D], damos conta de explicar estruturas cortados e resumptivas, assim como preposições desacompanhadas. Além disso, a hipótese [P+D] também está de acordo com interrogativas padrão não *D-linked*, como mostrado a seguir:

- (64) a. Do que você precisa?

---

<sup>160</sup> Ressalta-se que a generalização proposta é unidirecional. Embora, para ocorrer desacompanhada, uma preposição precisa ser lexical, o caminho contrário não necessariamente se aplica, isto é, nem toda preposição lexical poderá ocorrer com um complemento nulo.

b. De quem você mais gosta?

Nesses casos, como há movimento e *pied-piping*, e, segundo Salles (1997), formação de um núcleo sintático [P+D], a preposição deve ser alçada juntamente com o pronome. No entanto, o problema surge quando nos deparamos com estruturas como as em (65):

(65) a. O que você precisa?

b. Quem você mais gosta?

Esperar-se-ia, a partir da hipótese aqui proposta, que tais frases fossem agramaticais, pois, formado-se um núcleo entre a preposição *de* e o determinante, esse núcleo não poderia ser desfeito. No entanto, nas sentenças acima, que são gramaticais, o pronome-Wh aparece em Spec-CP sem a preposição. Se, de fato, a preposição foi omitida, esses dados contrariam nossa hipótese de que o núcleo P+D não pode ser apagado parcialmente.

Uma possível solução seria supor, como o faz Nunes (2008), que as interrogativas não *D-linked* também podem ser derivadas sem movimento-A' da expressão interrogativa-Wh. Assim, assumir-se-ia que, tal como ocorre nas perguntas *D-linked*, nessas construções a preposição seria apagada na base porque se incorporou a um *pro*, tendo a palavra-Wh sendo inserida em LD e recebido Caso nominativo *default*. No entanto, como já ressaltamos, Kato (2010) salienta que a posição LD não está disponível nas interrogativas não *D-linked* e que, por isso, os pronomes interrogativos não receberiam Caso *default* nessas estruturas. Percebe-se, assim, que enfrentamos o mesmo problema que foi destacado para a proposta de Kato & Nunes (2009), na subseção 4.7.1.

Outro fato em necessidade de uma melhor análise diz respeito às características peculiares da preposição *sobre*. Neste capítulo, mostramos que, segundo Ferreira (2000) e Kato & Nunes (2009), uma hipótese possível para o PB é que as relativas e as interrogativas *D-linked* são derivadas sem movimento desde uma posição argumental, diferentemente das interrogativas não *D-linked*. Neste ponto, vale ressaltar que, nos nossos dados, as preposições *sem* e *contra* foram encontradas em diferentes tipos de contextos, inclusive em orações relativas e interrogativas-Wh não *D-linked*, mas a preposição *sobre* somente foi produzida e aceita por falantes nativos em

relativas e, sobretudo, em orações matrizes que retomam um tópico do discurso, como as frases em (2), (3) e (4)<sup>161</sup>. Se isso reflete o real cenário do PB, pode-se argumentar que *sem* e *contra* são as únicas preposições que, de fato, podem sofrer stranding em PB, pois são as únicas que ocorrem desacompanhadas em interrogativas não *D-linked*, as quais, segundo todas as hipóteses apresentadas até aqui, são derivadas por movimento-A' da expressão-Wh.

Por fim, uma última questão que ainda deve ser melhor discutida está relacionada à presença dos pronomes resumptivos na numeração. Embora haja ainda discussão a respeito desse tema, resumptivos têm sido considerados por alguns autores operações de Último Recurso na derivação, sendo menos econômicos que movimento (Shlonsky, 1992; Hornstein, 2001; Grolla, 2005). Se este for, de fato, o caso, tal situação apresenta problemas à hipótese P+D<sup>162</sup>. O problema reside no fato de que, se resumptivos não fazem parte da numeração, sendo apenas inseridos para salvar a derivação quando movimento não é possível, em uma estrutura como *O menino que João conversou com ele ontem, se que menino* é gerado em LD, *com* não teria um complemento para realizar *Merge* e *Agree*. Como resultado, seus traços não seriam valorados. No entanto, de acordo com Uchôa (2019, p. 48):

Uma vez que a posição de LD é gerada na base e ocorre a coindexação entre o DP deslocado e uma posição no interior da relativa, essa proposta [*Left Dislocation*] seria bastante econômica, já que o custo operacional está associado à operação de LD e não há necessidade de se pressupor que a ligação entre os elementos correferentes ocorra em um processo pós-sintático. A derivação de LD permite prever a ocorrência de relativas resumptivas *sem*, *necessariamente*, *associa-las a último recurso*, tendo em vista que o tipo de elemento anafórico a ser empregado é definido a priori e já inserido no curso da derivação.

Já em relação à atribuição de papéis temáticos nesse contexto, Alexandre (2000, p. 91) afirma<sup>163</sup>:

---

<sup>161</sup> Para as interrogativas *D-linked* com *sobre*, a aceitabilidade também é bastante baixa, embora, segundo Medeiros Júnior (2009), em um estudo com falantes de Vitória da Conquista, na Bahia, a frase “Qual professor que vocês estavam falando *sobre*?” foi julgada gramatical pela maioria dos falantes.

<sup>162</sup> O fato de resumptivos serem operações de último recurso também parece apresentar um problema à hipótese de Kato & Nunes (2009). Em uma estrutura gerada por LD como *o livro que eu preciso*. Não sendo os resumptivos parte da numeração, e sendo a preposição realizadora de Caso inerente, também sujeita à Condição de Último Recurso, não haveria um complemento com o qual o verbo poderia realizar *Merge*. Além disso, uma vez que tanto o resumptivo quanto a preposição estariam sujeitos ao Último Recurso, eles teriam de ser gerados juntos, pois a realização da preposição depende do tipo de pronome inserido (se nulo ou se expreso fonologicamente).

<sup>163</sup> Alexandre (2000) assume que as relativas do português europeu também são derivadas sem movimento argumental. A autora, no entanto, diferentemente de Kato, postula a existência de PRO, e não *pro*.

Se o Op nulo das relativas resumptivas for, de facto, PRO, o Critério- $\theta$  não estará em causa? Ou seja, o PRO é visível para a marcação- $\theta$  e tem de ser sempre um argumento, contudo, sendo gerado numa posição-A' (não argumental), o papel- $\theta$  não é atribuído directamente a essa posição. Este problema é contornado se se propuser que PRO receba o papel-temático devido através da cadeia que estabelece com o pronome resumptivo, o qual ocorre numa posição-A, tematicamente marcada.

## 4.8 Conclusões parciais

Neste capítulo, abordamos as preposições desacompanhadas no PB. Como foi ressaltado na introdução, há diferentes análises propostas na tradição gerativa para explicar o fenómeno do *P-stranding*, no qual o complemento preposicional é extraído de PP, deixando uma cópia. Destacamos como, na classificação das línguas em relação à aceitabilidade de *P-stranding* (Therrien, 2023), o PB pertenceria à classe 4, que não admite *P-stranding*. No entanto, na seção 4.2, mostramos, com dados de frases reais, que as preposições *sem*, *contra* e *sobre* têm aparecido em PB sem um complemento adjacente manifesto, o que poderia caracterizar *P-stranding*, mas, como argumentamos, esse não parece ser o caso.

Ao longo do capítulo, discutimos diferentes razões pelas quais assumimos que, ao menos na maior parte dos casos analisados, as preposições desacompanhadas no PB não sofrem *stranding*. Na seção 4.3, apresentamos a primeira razão pela qual adotamos essa posição, qual seja o fato de que as preposições que aparecem isoladas no PB são todas lexicais. Nas seções 4.4 e 4.5, descrevemos, respectivamente, diferentes propostas para as orações relativas no PB (das quais destacamos a abordagem de Kato & Nunes (2009)) e a distribuição dos pronomes resumptivos nas línguas, ressaltando que os pronomes resumptivos do PB são sintaticamente ativos. Por sua vez, na seção 4.6, demonstramos por que o fenómeno do PB é muito mais semelhante ao *P-orphaning*, comum no francês, do que ao *P-stranding*. Argumentamos, assim, que o que se segue às preposições desacompanhadas do PB é um pronome resumptivo, e não uma cópia de uma cadeia de movimento-A'.

Por fim, na seção 4.7, apresentamos três hipóteses que buscam explicar o comportamento das preposições desacompanhadas no PB. Na subseção 4.7.1, retomamos a análise de Kato & Nunes (2009) para as orações relativas, segundo a qual as relativas não padrão e as interrogativas

*D-linked* são geradas por deslocamento à esquerda do pronome interrogativo, o qual é correferente ao resumptivo (nulo ou manifesto) selecionado pela preposição ou pelo verbo. Nesta seção, discutimos, ainda, a relação das preposições marcadoras de Caso inerente com a derivação das relativas não padrão e o próprio fenômeno das preposições desacompanhadas. Nas últimas duas subseções, a saber, 4.7.2 e 4.7.3, discutimos, respectivamente, a hipótese das preposições como fases e a hipótese [P+D], a qual propomos nesta dissertação, com base em Salles (1997, 2001). Segundo essa hipótese, as preposições funcionais do PB se contraem com um pronome resumptivo nulo ou manifesto, e formam com este um núcleo complexo. Por outro lado, as preposições lexicais não se contraem com o determinante. Sob a premissa de que as preposições *sem*, *contra* e *sobre* são lexicais, argumentamos que elas podem aparecer desacompanhadas porque o pronome não se incorpora a elas e, por isso, elas podem ser pronunciadas independentemente deste.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação analisamos o fenômeno das preposições desacompanhadas no português do Brasil. Apresentamos dados que mostram que as preposições *sem*, *contra* e *sobre* têm aparecido sem um complemento expresso em diferentes estruturas, o que suscita a hipótese de que os falantes do português do Brasil poderiam estar em processo de admitir o *P-stranding* em suas gramáticas, como alternativa ao *pied-piping* obrigatório.

No entanto, como argumentamos ao longo deste trabalho, as preposições do português do Brasil apenas aparentam sofrer *P-stranding*, ao menos na maioria dos casos estudados. Diferentemente do que ocorre em inglês e em outras línguas germânicas, nas quais há, de fato, extração do complemento preposicional, no português do Brasil, as preposições *sem*, *contra* e *sobre*, quando ocorrem desacompanhadas, selecionam um pronome resumptivo nulo (*pro*), de modo bastante similar ao que ocorre no *P-orphaning* do francês — outra língua românica. Como tentamos demonstrar, isso é possível no português do Brasil por causa de uma combinação de diferentes propriedades da língua, quais sejam a possibilidade de derivação das orações relativas por deslocamento à esquerda, a alta produtividade de pronomes resumptivos e objetos nulos, a presença de traços- $\phi$  nas preposições — as quais podem contrair-se com o determinante — e a própria natureza categorial das preposições.

A partir dessa primeira premissa, nós então propomos, com base na hipótese [P+D] de Salles (1997, 2001), que as preposições no português do Brasil possuem traços- $\phi$  e realizam *Agree* com o determinante que c-comandam. Contudo, diferentemente do que Salles argumenta, assumimos que, embora todas as preposições realizem *Agree*, somente as preposições funcionais (*p*), como *a*, *de*, *em* etc., se contraem com o determinante, isto é, se unem a ele no nível sintático. Uma vez feita a incorporação, as preposições formam um núcleo complexo com o determinante. Por isso, nas relativas não padrão, em que o pronome resumptivo se incorpora à preposição, a pronúncia desta em PF dependerá dos traços do pronome: se o pronome for um resumptivo nulo, a preposição será apagada juntamente com ele (relativas cortadoras); por outro lado, se o pronome for realizado em PF, a preposição também o será (relativas resumptivas).

No caso das preposições lexicais, entre as quais se incluem *sem*, *contra* e *sobre*, argumentamos que, embora contenham traços- $\phi$ , elas não se contraem com o determinante devido à sua estrutura, pois constituem um núcleo lexical P, que é selecionado por um núcleo funcional *p* e seleciona o pronome ou determinante. Assim como nas preposições funcionais, o núcleo *p* também é dotado de traços- $\phi$ . No entanto, entre *p* e o pronome/determinante, há agora um núcleo lexical P; e, em conformidade com a generalização *Head Movement Constraint*, movimento de núcleo só ocorre entre um núcleo e o complemento do próprio núcleo. Em outras palavras, D, antes de se adjungir a *p*, teria que se incorporar a P. Porém, à luz da generalização *Proper Head Movement*, um núcleo funcional (D, no caso) somente se incorpora a outro núcleo funcional, e não a um núcleo lexical. Dito de outro modo, D não se pode juntar a P e, portanto, não pode chegar a *p*. Isso explica por que somente preposições lexicais — *sem*, *contra* e *sobre* — podem aparecer sem um complemento expresso em português. Dado que o determinante não se incorpora a elas, elas podem ser pronunciadas ou não independentemente deste. Dessa forma, a hipótese proposta explica por que algumas preposições do português do Brasil podem aparecer desacompanhadas, bem como por que preposições funcionais podem ser apagadas em relativas e interrogativas *D-linked*.

Vale ressaltar, ainda, que algumas conclusões feitas nesta dissertação foram alcançadas, de maneira independente, por outros trabalhos. Como ressaltamos no Capítulo 4, Adams (2023), em uma pesquisa sociolinguística, chega a resultados similares. A autora conclui:

Nossos resultados sugerem que o peso semântico dos Ps é uma variável independente relacionada à inserção de um P nulo no português do Brasil, pois se relaciona à dependência do contexto para a interpretação de seu significado. Essa descoberta leva a outra **hipótese**: considerando-se que lacunas podem resultar da omissão de Ps fracos, isso poderia explicar a falta de dados com *de* e *para*, os dois Ps mais gramaticalizados no *continuum* (...) (Adams, 2023, p. 84, tradução nossa<sup>164</sup>).

Além disso, Augusto & Orlando (2023), em um estudo comparativo, analisaram a aceitabilidade e produção de preposições órfãs em orações relativas por falantes do português do

---

<sup>164</sup> No original: Our results suggest that the semantic weight of *P*-s is an independent variable related to bare *P*-placement in Brazilian Portuguese, as it relates to their context-dependence to interpret their meaning. This finding leads to another **hypothesis**: considering that gaps may result from dropping weak *P*-s, this could explain the lack of data with *de* and *para*, the two more grammaticalized *P*-s in the continuum(...)

Brasil monolíngues e bilíngues. Com base em Marcelino (2003) e Salles (2003), as autoras dividiram as preposições do português em dois grupos: no grupo A, estão as preposições mais propensas ao isolamento, quais sejam *sem*, *contra*, *sobre* e *a favor*; no grupo B, encontram-se as preposições menos propensas ao isolamento, a saber, *em*, *para*, *de* e *com* — as autoras ressaltam que essa divisão reflete uma diferença na carga semântica das preposições. A partir dessa divisão, Augusto & Orlando concluem que tanto os falantes monolíngues quanto os bilíngues aceitam e produzem as preposições do tipo A em relativas com preposições órfãs em um número muito maior que as preposições do grupo B. Como os autores declaram, “Os resultados também permitem afirmar que as relativas com preposição órfã, respeitadas as restrições, são estruturas já bem aceitas e naturalmente produzidas pelos falantes de PB” (Augusto & Orlando, 2023).

Uma outra questão que merece destaque é a hipótese da influência da língua inglesa como causa do fenômeno estudado neste trabalho. Há razões convincentes para questionar essa hipótese, como já foi destacado nesta dissertação. Primeiramente, nas línguas em que o *P-stranding* é produtivo, ele ocorre tanto com preposições lexicais quanto funcionais, sem distinções – na verdade, ele é até mais comum com preposições funcionais. No português, no entanto, esse fenômeno é restrito a preposições lexicais. Se realmente se tratasse de *P-stranding*, o português do Brasil apresentaria uma anomalia em relação a outras línguas, criando um cenário linguístico bastante peculiar.

Ademais, enquanto o *P-stranding* no inglês ocorre em construções relativas, interrogativas e pseudopassivas, no português sua presença em interrogativas é bastante limitada, e a maioria dos casos observados – como orações absolutas que recuperam um tópico subentendido no discurso – é similar a situações em que *P-stranding* não é possível no inglês. Isso sugere que o fenômeno no português não é equivalente ao que se observa na língua inglesa, especialmente se considerarmos o curto período de tempo necessário para uma mudança sintática tão significativa. Tal conclusão se torna ainda mais relevante quando observamos que estudos anteriores, mencionados neste trabalho, indicam que até falantes que não têm conhecimento do inglês utilizam essas estruturas, sugerindo que a origem do fenômeno pode estar enraizada em características intrínsecas do português, e não exclusivamente na influência do inglês.

Diante de todos esses aspectos, e à luz do princípio da navalha de Ockham, elemento do método científico que exige a maior parcimônia na formação de hipóteses explicativas, propomos que o que ocorre no português do Brasil não é, de fato, *P-stranding*, mas um fenômeno mais próximo do *P-orphaning*.

No entanto, apesar das vantagens oferecidas pela proposta apresentada nesta dissertação, há algumas questões que ainda precisam ser esclarecidas em pesquisas científicas futuras. Em primeiro lugar, embora tenhamos proposto que a categoria vazia que se segue a essas preposições seja interpretada como um pronome resumptivo nulo, consideramos também a possibilidade de que se trate de um objeto nulo que não um pronome<sup>165</sup>. O português é uma língua onde objetos nulos são bastante produtivos, e essa hipótese merece investigação mais aprofundada.

Além disso, permanece sem explicação o fato de que *sem* e *contra* podem ser isoladas em interrogativas não *D-linked*, *sobre* não apresenta essa possibilidade. Isso suscita a questão de se, de fato, *sem* e *contra* são os únicos casos em que ocorre *P-stranding* no português do Brasil. Uma análise diacrônica do fenômeno poderia ajudar a elucidar melhor essa diferença entre *sem* e *contra*, de um lado, e *sobre*, do outro.

De qualquer modo, não obstante essas questões, com base nas evidências e argumentos apresentados nesta dissertação, concluímos, a respeito das duas hipóteses apresentadas na introdução desta dissertação, que apenas a Hipótese II foi confirmada de maneira integral. Em relação à Hipótese I, o fato, mencionado logo acima, de que as preposições *sem* e *contra* podem ser isoladas em interrogativas não *D-linked* sugere a possibilidade de que essas preposições podem, de fato, sofrer *stranding*, mesmo que de maneira extremamente limitada. Por sua vez, a Hipótese 2 parece se confirmar, uma vez que, independentemente do fenômeno subjacente, somente preposições lexicais apareceram sem complemento manifesto nos dados coletados. Por isso, propomos a seguinte generalização, já introduzida no capítulo 4:

---

<sup>165</sup> Agradecemos ao Prof. Gesoel Mendes que, em comunicação pessoal, sugeriu a hipótese de um objeto nulo que não um pronome resumptivo.

### **Generalização do isolamento de preposições**

Uma preposição  $\alpha$  só ocorrerá sem um complemento fonologicamente manifesto se  $\alpha$  for de natureza lexical.

Por fim, destacamos que a hipótese defendida nesta dissertação e a generalização acima também parecem ter certa aplicação translinguística, especialmente em relação a outras línguas românicas, como o francês, na qual as preposições que podem sofrer *orphaning* também não se contraem com determinantes e são semanticamente fortes (lexicais).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNEY, S. (1987). *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*. PhD Dissertation, MIT.

ABELS, K. (2012). *Phases: An Essay on Cyclicity in Syntax*. Berlin: Walter de Gruyter.

ADAMS, J.B. (2023). An analysis on preposition stranding and orphaning in Brazilian Portuguese: Uma análise sobre "preposition stranding" e "orphaning" no português brasileiro. 2023. 1 recurso online (104 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/14452>.

ADGER, D. & RAMCHAND, G. (2005). "Merge and Move: Wh-Dependencies Revisited," *Linguistic Inquiry* 36, pp. 161-193.

ALEXANDRE, N. (2000). *A Estratégia resumptiva em relativas restritivas do português europeu*. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. (Dissertação de mestrado).

ASUDEH, A. (2012). *The logic of pronominal resumption*. Oxford: Oxford University Press.

AUGUSTO, M. R. A. ; ORLANDO, A. A. . Aceitabilidade e produção de preposições órfãs em orações relativas no português brasileiro: comparando falantes de PB e bilíngues português-inglês. *Revista de Estudos da Linguagem* , v. 31, p. 688-718, 2023.

AUTHIER, J.M. (2016). French orphan prepositions revisited. *Probus*, 28, 231–270.

BARBOSA, M. (2023). *Processamento do preposition stranding em orações relativas por brasileiros usuários de inglês como L2*. Universidade Federal da Paraíba. (Tese de doutorado).

BIBERAUER, T & ROBERTS, I. (2012a). Towards a parameter hierarchy for auxiliaries: diachronic considerations. In: J. Chancharu, X. Hu & M. Mitrović (eds). *Cambridge Occasional Papers in Linguistics* 6: 209–236.

CINQUE, G. & LUIGI, R. (2010). *Mapping Spatial PPs: The cartography of Syntactic Structure*. Oxford University Press.

CITKO, B. (2014) *Phase Theory: An Introduction*, Cambridge University Press: Cambridge.

CHOMSKY, N. (1965) *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

\_\_\_\_\_(1966b) *Cartesian Linguistics: A Chapter in the History of Rationalist Thought*. New York: Harper and Row.

\_\_\_\_\_(1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.

\_\_\_\_\_(1986a) *Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use*. New York: Praeger.

\_\_\_\_\_(1986b) *Barriers*. Cambridge, MA: The MIT Press.

\_\_\_\_\_(1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.

\_\_\_\_\_(2000) Minimalist inquiries: The framework. In: in MARTIN, R. MICHAELS, D. & URIAGEREKA, J. *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, pp. 89-155.

\_\_\_\_\_(2001) Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, M. *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, pp. 1-52.

DIAS, A.E. (1918). *Syntaxe Histórica Portuguesa*. Lisboa: Clássica Editora.

DE LEMOS, S. H. (2013). *Preposition stranding in heritage speakers of Brazilian Portuguese*. Miami: Florida International University (Doctoral dissertation).

GROLLA, E. (2005). Resumptive pronouns as last resort: Implications for language acquisition. In S. Arunachalam, T. Scheffler, S. Sundaresan, & J. Tauberer (Eds.), *Penn Working Papers in Linguistics*, 11, Proceedings of the 28th Annual Penn Linguistics Colloquium.

FERREIRA, M. (2000). *Argumentos Nulos em Português Brasileiro*. Universidade Estadual de Campinas. (Dissertação de Mestrado).

FRIEDERICI, A. (1982). Syntactic and semantic processes in aphasic deficits: The availability of prepositions. *Brain and Language*, 15: pp. 249-258.

FROUD, K. (2001). Prepositions and the lexical/functional divide: Aphasic evidence. *Lingua*, 111: pp. 1-28.

GALVES, C. M. C.; SANDALO, F.; SENA, T. A.; VERONESI, L. (2017). Annotating a polysynthetic language: From Portuguese to Kadiwéu. *Cadernos de estudos linguísticos (Unicamp)*, v. 59, pp. 631-648.

GRIMSHAW, J. (1991). *Extended projection*. Ms., Brandeis University, Waltham, Massachusetts.

GRIMSHAW J. (2000). Locality and extended projection. In *Lexical Specification and Insertion*, ed. P Coopmans, M Everaert, J Grimshaw, p. 115–34. Amsterdam: Benjamins.

HAUSER, M.; CHOMSKY, N.; FITCH, W. T. (2002). The faculty of language: what is it, who as it and how did it evolve? *Science*, n. 298, p. 1569-1579.

HIRATA, R. (2012). Preposition stranding in Welsh (Unpublished doctoral dissertation). Bangor University, UK.

HORNSTEIN, N & WEINBERG, A. (1981). Case Theory and Preposition Stranding. *Linguistic Inquiry*, v. 12, n. 1, p. 55-91.

JACKENDOFF, R. (1973). The base rules for prepositional phrases. In S. R. Anderson & P. Kiparsky (eds.). *A Festschrift for Morris Halle*. NY: Holt, Rinehart & Winston, pp. 345-366.

KATO, M. (1993) Recontando a História das Relativas. In: *Português Brasileiro: Uma Viagem Diacrônica* (I. Roberts & M. A. Kato, eds.), pp. 223-261. Editora da UNICAMP, Campinas.

KATO, M & NUNES, J (2009) A uniform raising analysis for standard and non-standard relative clauses in Brazilian Portuguese. In J. Nunes (ed.), *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*, p. 93-120. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

KATO, M. (2010) Optional prepositions in Brazilian Portuguese. In K. Arregi, Z. Fagyal, S. A. Montrul & A. Tremblay (orgs.): *Romance Linguistics: Interactions in Romance*, p. 171-184. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

KAYNE, R. (1984) *Connectedness and binary branching*. Dordrecht: Foris.

KENEDY, E. (2002) *Aspectos estruturais da relativização em português: uma análise baseada no modelo raising*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Dissertação de mestrado).

KENEDY, E. (2007) A antinaturalidade de Pied-pipping em orações relativas. Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Tese de Doutorado).

KLEPPA, L. (2005) A forma da preposição na fala de uma criança. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, meio digital, v. 5, p. 1-21.

KLEPPA, L. (2010) Sobre a classificação gradual das preposições. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 18, pp. 39-60.

KOOPMAN, H. (2000) Prepositions, Postpositions, Circumpositions, and Particles: The Structure of Dutch PPs. In Hilda Koopman, *The Syntax of Specifiers and Heads: Collected*

Essays of Hilda J. Koopman, pp. 204–260. London: Routledge.

LACERDA, R. (2013). Against construction-based parameters: the case of preposition stranding. Preposition stranding in a “non-preposition- stranding language”: Brazilian Portuguese. Paper presented at the *Encontro Nacional do Grupo de Trabalho de Teoria da Gramática da ANPOLL*, 2013; São Paulo, SP.

LACERDA, R. (2017). Preposition stranding in a “non-preposition- stranding language”: Brazilian Portuguese. Poster presented at the *47th Linguistic Symposium on Romance Languages* (LSRL 47); April 2017; Newark, DE.

LAW, P. A Unified Analysis of P-Stranding in Romance and Germanic. *Proceedings of the North East Linguistic Society*, v. 28, p. 219–236, 1998.

LAW, P. (2006) Preposition Stranding. In: EVERAERT, M.; RIEMSDIJK, H. (Eds.). *The Blackwell companion to syntax*. Oxford: Wiley-Blackwell, p. 631–684.

LAW, P. (2017). Preposition stranding. In M. Everaert & H. van Riemsdijk (Eds.), *The Wiley Blackwell Companion to Syntax* (pp. 631–684). Wiley Online Library. doi: 10.1002/9781118358733

LITTLEFIELD, H. (2005) *Lexical and functional prepositions in aquisition: evidence for a hybrid category*. In: BRUGOS, A.; CLARK-COTTON, M. R.; HA, S. (eds.) BUCLD 29 Online Proceedings Supplement. Disponível em: [https://www.bu.edu/buclid/files/2011/05/29-Littlefield BUCLD2004.pdf](https://www.bu.edu/buclid/files/2011/05/29-Littlefield%20BUCLD2004.pdf).

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

LUST, B. (2006) *Child language: acquisition and growth*. Cambridge: Cambridge University Press.

MCCLOSKEY, J. (1990) “ResumptivePronouns,A’-Binding,andLevelsofRepresentationin Irish”. In: *The Syntax of the Modern Celtic Languages. Syntax and Semantics 23*. Ed. by Randall Hendrick. San Diego: Academic Press, p. 199–248.

MEDEIROS JÚNIOR, S (2010). *Preposition stranding no português brasileiro?* In: IV Seminário de pesquisa em estudos linguísticos. Anais do IV Seminário de Pesquisa em Estudos Linguísticos. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2010. v. 4, p. 69–72. Disponível em: <<http://anais.uesb.br/index.php/periodicos-uesb-br-spel/article/viewFile/1130/1061>>.

MERCHANT, J. (2003). Sluicing. In *SynCom Case 98*. University of Chicago.

- NUNES, J. (2008). Preposition Insertion in the Mapping from Spell-Out to PF. Linguistics in Potsdam.
- PATO, E. & FUENTE, A. (2019) Cortadora relative clauses: A comparative analysis between Spanish, Portuguese and French, *Isogloss*, 5: p. 1-19.
- PAYNE, T. (2006) *Exploring Language Structure: A Student's Guide*. Cambridge University Press.
- PESETSKY, D. (1998) Some optimality principles of sentence pronunciation. In P. Barbosa et al. (eds.) *Is the best good enough?*, p. 337-383. MIT Press: Cambridge.
- PINKER, S. (1994) *The language instinct*. New York: Harper Perennial Modern Classics.
- POPLACK, S., ZENTZ, L. & DION, N. (2011) Phrase-final prepositions in Quebec French: An empirical study of contact, code-switching and resistance to convergence. *Bilingualism: Language and Cognition*, doi:10.1017/S1366728911000204. Cambridge University Press, 11 August 2011.
- RADFORD, A. (2009) *Analysing English Sentences: A Minimalist Approach*. Cambridge University Press.
- RAUH, G. (2002) Prepositions, features, and projections. In Hubert C., Radden G. (Eds.), *Perspectives on prepositions*, p. 3–23. Tübingen, Germany: Niemeyer.
- RAUH, G. (2010) *Syntactic categories: Their Identification and description in linguistic theories*. Oxford: Oxford University Press.
- ROBERGE, Y. & ROSEN, N. (1999) Preposition stranding and *que*-deletion in varieties of North American French. *Linguistica Atlantica*, 21, p. 153–168.
- ROBERGE, Y. (2012) On the distinction between preposition stranding and orphan prepositions. *Bilingualism: Language and Cognition* 15 (2), p. 243–246.
- SALLES, H. (1992) *Preposições do Português: um estudo preliminar*. Brasília: Universidade de Brasília. (Dissertação de Mestrado).
- SALLES, H. (1997) *Prepositions and the Syntax of Complementation*. Bangor: University of Wales (Doctoral dissertation).
- SALLES, H. (2001). Aspectos da sintaxe de clíticos e artigos em português. *Revista Letras*, Curitiba, n. 56, p. 177-191, Universidade Federal do Paraná v. 56, Dec. 2001. DOI: 10.5380/rel.v56i0.1841

SHLONSKY, U. (1992) Resumptive pronouns as last resort. *Linguistic Inquiry* 23, pp. 443-468.

SUGISAKI, K., & SNYDER, W. (2002). Preposition stranding and the compounding parameter: A developmental perspective. In Proceedings of the 26th annual Boston University Conference on Language Development (p. 677–688).

SVENONIUS, P. (2003). Limits on P: filling in holes vs falling in holes, *Nordlyd*, 31: p. 431-445.

SVENONIUS, P. (2010). Spatial P in English. In: CINQUE, G.; RIZZI, L. (Eds.) *Mapping Spatial PPs: The cartography of Syntactic Structure*, vol. 6. Oxford: OUP, pp.127-160.

TAKAMI, K. (1992). Preposition stranding: From syntactic to functional analyses. Berlin: Mouton de Gruyter.

TARALLO, F. (1983). *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Philadelphia: University of Pennsylvania (Doctoral dissertation).

UCHÔA, D. (2019). *A compreensão de orações relativas com pronomes resumptivos no Português do Brasil*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. (Tese de doutorado).

URA, H. (2001). 'Case'. In M. Baltin and C. Collins, eds., *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*, p. 334–373. Oxford: Blackwell.

VAN RIEMSDIJK, H. (1978). A Case Study in Syntactic Markedness: The Binding Nature of Prepositional Phrases. Lisse: Peter De Ridder Press.

VAN RIEMSDIJK, H. (1990). Functional Prepositions, In H. Pinkster, and J. Genee (eds.), *Unity in Diversity*. Dordrecht: Foris Publications, p. 229–41.

ZRIBI-HERTZ, A. (1984). Orphan prepositions in French and the concept of 'null pronoun'. *Recherches Linguistiques* 12, 46–91.

ZWARTS, J. (1997). Lexical and Functional Properties of Prepositions. In D. Haumann and S. J. Schierholz, eds., *Lexikalische und grammatische Eigenschaften präpositionaler Elemente*, 1–18. Tübingen: Niemeyer.

